

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
DOUTORADO EM HISTÓRIA**

**ENTRE O TIBRE E O CAPIBARIBE:
OS LIMITES DO PROGRESSISMO
CATÓLICO NA ARQUIDIOCESE DE
OLINDA E RECIFE**

Tese apresentada, para obtenção do doutorado em História do Brasil, ao Programa de Pós-Graduação em História, sob a orientação do Prof. Dr. Armando Souto Maior.

Recife, junho, 2003.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
DOUTORADO EM HISTÓRIA**

**ENTRE O TIBRE E O CAPIBARIBE:
OS LIMITES DO PROGRESSISMO
CATÓLICO NA ARQUIDIOCESE DE
OLINDA E RECIFE**

Severino Vicente da Silva

Recife, junho, 2003.

EMENTA

Estudo sobre a Arquidiocese de Olinda e Recife a respeito do grau de adesão ocorrida das idéias e práticas do chamado catolicismo progressista e de suas impossibilidades.

ΕΠΪΓΡΑΦΕ

...Ε α Verdade vos libertará.

DEDICATÓRIA

Todo esse esforço apenas ocorreu em função de dois grandes amores que marcaram a minha vida: minha família, aqui colocando pais irmãos e filhos e uma porção de pessoas que comigo conviveram, ainda convivem, nessa tarefa de compreender e procurar melhorar o mundo, com as insuficiências de todos os amantes.

INSTITUIÇÕES PESQUISADAS

Universidade Federal de Pernambuco

- Biblioteca Central
- Biblioteca do Centro de Filosofia e Ciências Humanas
- Divisão de Pesquisa do Departamento de História

Fundação Joaquim Nabuco

Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano

Arquivo da Arquidiocese de Olinda e Recife

Biblioteca do Vaticano

RESUMO

Nas páginas que se seguem estão contidos resultados de estudos sobre a arquidiocese de Olinda e Recife entre os anos de 1950 e 1990, período marcado por uma atuação ostensiva da arquidiocese no campo da política e na implementação de práticas ditas da Igreja Progressista. Buscamos demonstrar que o progressismo vivido naquele período pelos católicos não alcançou a diocese na sua totalidade, mas ficou restrito a pequenos grupos e, por tal razão, não pode ter continuidade. Nesse trabalho defendemos a idéia de que o conservadorismo da diocese é próprio da sua formação e que a presença de Dom Hélder Câmara, coincidindo com certas circunstâncias históricas, deram a impressão de ter, a arquidiocese, uma tradição progressista.

PALAVRAS CHAVE

Arquidiocese de Olinda e Recife, Sociedade, Padres progressistas.

Abstract

In the following pages are studies about the Arquidiocese de Olinda e Recife, in the years between 1950 and 1990, times that were marked by the liberation theology and a ostensive political practice. We will tried to demonstrate that the progressim that had be lived were did not got all the diocese, but were a way touched by a little group of catholic and for this it was so easy to end the experience by the new coordination. It is our these that the conservatism is part of the character of the diocese and the presence of Dom Hélder Câmara, allied a some time conjuncture given the impression that of a traditional of a progressist sense of the archdiocese.

AGRADECIMENTOS

Dar graças é render homenagem pelas coisas, gestos, alento recebidos. É aceitar que seríamos bem menos sem o concurso de pessoas e situações que nos formaram. Ao longo da vida são muitos os momentos difíceis nos quais uma pessoa quer parar, desistir. São momentos em que se pensa estar só, que a vida não vale a pena. Desconfia-se de que o amor não existe e que a existência é tão fútil e desnecessária que talvez fosse melhor que não a provássemos. Por acaso, caso ele exista, nessas horas sempre aparece alguém que simplesmente nos chama a atenção para essas mentiras nas quais algumas vezes desejamos acreditar. Assim, sem mais, por conta dessas pessoas e de suas interferências, o ânimo volta e a vida escorre em seu caminho em busca dela mesma, e o amor nos toma e então retomamos o caminho belo de participar e promover a agitação da vida. Às vezes ela parece ser apenas uma porção de páginas com letras, como este trabalho, mas esconde o sonho de muitos que conosco a sonharam e nos ajudaram a realizá-las. E então agradecemos.

Nessas páginas de lembranças e agradecimentos alguns nomes não aparecerão, por questão de espaço, pelo fato de nossa memória ser seletiva ao longo do percurso da vida. Assim de antemão, quero agradecer aos anônimos que fizeram parte de minha vida, nessas esquinas de companheirismo e de solidões insuspeitadas. Também o anonimato dos estudantes-alunos que, sem o saberem, colaboraram para a minha formação com seus questionamentos, suas perguntas inovadoras, algumas vezes agressivas, que me permitiram rever algumas atitudes e me encaminharam para novos conhecimentos. Devo lembrar de maneira especial as alunas Maria de Fátima, Edneide Silva, Girlaine e Paula Cordeiro,

Carlos Eduardo, que dedicaram algum tempo nos arquivos, realizando um trabalho que nem sempre pude realizar diretamente, o trabalho do garimpo e da leitura de documentos.

Carinho especial a Menininha, que sempre se pôs a ajudar a mim e outros pesquisadores que buscam os arquivos da Arquidiocese.

Agradecimento especialíssimo a João Vicente da Silva e Maria Ferreira da Silva: duas pessoas simples no modo de viver e, diferentemente das pessoas que lerão estas páginas, não ultrapassaram os estudos das primeiras letras. Onde e quando viveram a infância não puderam, como muitos brasileiros e latino-americanos, avançar nos estudos. Eles venceram os canaviais, casaram e geraram Josefa Maria da Silva (Finha), José Vicente da Silva Neto (Dr.), Maria José da Silva (Lia), Terezinha de Jesus da Silva (Teca), Antonio Vicente da Silva (Tonho) e Jorge Cláudio Vicente da Silva. Também me geraram e, mais que isso, a todos nós ensinaram valores de humanidade e também a sonhar novos valores e criar novos mundos. Nem sempre fomos dignos deles, mas essas páginas devem-se principalmente a eles, que nos impulsionaram para a vida. João Vicente não está aqui fisicamente para receber o troféu que ele me ajudou a construir, mas é dele e de Maria Ferreira o que me ajudaram a realizar. E, como os sonhos produzem novos sonhos, agradeço ter sonhado e continuar sonhando Ângelo Aimberê, Ana Valéria e Tâmisia - meus filhos -, provocadores de meus trabalhos, animadores da minha vida, por existirem e me fazerem feliz.

Há que se agradecer a alguns que já se foram, como Djanira Pessoa, tia e professora, que me ensinou as primeiras letras em uma escola às margens do Rio Capibaribe; a doçura de seu empenho, empanada pela memória, alenta as minhas aulas. Tem João Batista, “seu João”, de quem já nem lembro o sobrenome, mas como esquecer quem, desde cedo me colocou para ensinar, usando o método Lancarster, como vim saber mais tarde nos meus estudos com outros “joões”, no Ateneu São Tomaz de Aquino que funcionava na sala de sua casa, em Nova Descoberta. “Seu João” mostrou-me a alegria que se ganha ao ajudar o outro a aprender. Na lembrança deles, a gratidão a todos os professores que me apontaram os caminhos nas escolas e na vida.

Grande parte de meus estudos foi realizada fora da academia, sob a orientação de alguns jovens que apareceram no bairro onde morava em minha adolescência. Eram universitários que se dispunham voluntariamente à tarefa de educar as populações marginais da cidade do Recife. Com eles travei os primeiros debates, a partir da realidade e dos livros de sociologia e história, com o objetivo de compreender o povo brasileiro e, sendo parte dele, participar da reinvenção do Brasil, como se diz hoje. Ao lado deles, e ancorado na assistência de alguns padres que cuidavam da paróquia à qual pertencia, fui descobrindo a multiplicidade da vida, do meu povo e aprendi que a melhor forma de amá-lo é estar ao seu lado para sairmos juntos da letargia que nos foi legada pelos séculos de espoliação e exploração. Embora temendo injustiças, não posso deixar de mencionar alguns deles, como Tereza Campelo, hoje professora aposentada da UFPB; Antonio Bezerra, Cristóvão Buarque, hoje Ministro da Educação; Tereza Duere, ex-deputada estadual; Denílson Feitosa (in memória); Denis Bernardo, professor desta UFPE, que emprestou o livro de Armando Souto Maior para que eu preparasse as minhas primeiras aulas como profissional. A esses e a todos os jovens que, nos anos sessenta e setenta, enfrentaram o desafio de reinventar o Brasil com o povo, agradeço pelo exemplo e pela pertinácia em seguir, cada um ao seu modo, o ideal de suas vidas.

Entre os muitos padres, conservadores e progressistas que me ensinaram devo lembrar dois: Inácio Vieira da Silva, primeiro vigário de Nova Descoberta, que me preparou para o exame de Admissão ao ginásio, que na sua simplicidade aprendida na origem negra começou a formar a estima por mim mesmo; Heriberto Mansfield, um desses padres missionários chegados ao tempo do Concílio, que me pôs desafios e deu-me oportunidade de verificar que os homens são diferentes em suas culturas e iguais em sonhos.

Ao professor Armando Souto Maior, que conheci primeiro através de outros, agradeço por ter participado de minha caminhada sem nos conhecermos. Como um Anjo da Guarda, sempre esteve presente em momentos extremamente difíceis de minha vida e, em duas ocasiões, evitou que eu abandonasse a profissão. Para isso ele contou com a anuência de outros que se tornaram amigos, como é o caso de Leonardo Carneiro da Cunha, que abandonou uma sala de aula para que eu continuasse a ser professor e pudesse completar

meus estudos no curso de Mestrado desta UFPE. Professor Armando e eu trocamos poucas palavras, como convém aos amigos que se respeitam, sem intimidades, que sabem caminhar ao lado do outro sem interferências, mas atentos ao que é próprio daqueles que buscam o Amor. Obrigado.

Parte de minha vida ocorreu ao longo da vida do Instituto de Teologia do Recife, fundado em 1968 e fechado por ordenação pontifícia em 1989. Todos os professores daquele centro de estudos foram, e são, alentos na minha caminhada. Na memória dos padres Humberto Plumm, Nércio Rodrigues e Diomar Lopes, agradeço a cada um deles que foram mestres e companheiros de construção da Vida, ensinando-me a conviver com e na diversidade de pensamentos, inclusive os dogmáticos.

A convivência com os colegas do Departamento de História foi fundamental para a construção desse trabalho que agora apresento. Sem o estímulo dos colegas não o realizaria. Desejo expressar especial agradecimento aos professores Marc Hoffnagel, Suzana Cavani e Virgínia Almoedo e, mais especial ainda, a Sylvana Brandão, que investiu parte do seu tempo em ler e debater comigo algumas das idéias contidas nas páginas que se seguem.

Aos citados e aos que não foram mencionados pela minha memória, mas que fizeram parte dessa caminhada,

Muito Obrigado.

SUMÁRIO

Introdução	14
Capítulo 1. Desafios aos deuses	29
Capítulo 2. Doutrina Social da Igreja: Um percurso em direção do Progresso	43
Capítulo 3. Diocese de Olinda e Recife: Formação Conservadora	88
3.1 A Romanização – seu início	96
3.2 Dom Frei Vital – uma questão de Estado	98
3.3 Dom Luiz Raimundo de Brito – Recriando os espaços de atuação	101
3.4 Dom Sebastião Leme – Preparando novas alianças	102
3.5 Dom Miguel Valverde – Vivendo as alianças	108
3.6 Dom Antonio de Almeida M. Junior – Fortalecendo o conservadorismo	130
Capítulo 4. Arquidiocese de Olinda e Recife: Uma tentativa progressista	140
4.1 Dom Carlos Gouveia Coelho – A Transição	142
4.2 Dom Hélder Pessoa Câmara	146
Capítulo 5. A Dinâmica Progressista	163
Capítulo 6. Análise Conclusiva	188
Bibliografia	207

INTRODUÇÃO

Tema fascinante, instigante ainda não entendido em toda sua complexidade, é a atuação da Igreja católica na América Latina e no Brasil entre os anos de 1950 e 1990. Ainda nos próximos anos será foco de atenção dos historiadores ligados, organicamente ou não, àquela instituição. Se em uma primeira fase a Igreja apresentou-se, em alguns países, como colaboradora em um processo desenvolvimentista, em uma democracia de pós-guerra, sua atuação se modifica quando, a partir dos anos sessenta, alguns países da América Latina passaram a ser governados por regimes autoritários ligados à Doutrina da Segurança Nacional. Neste segundo momento, a Igreja Católica despontou como a instituição que se opôs aos desígnios de diversos ditadores, ocupando espaços anteriormente ocupados por partidos políticos e outras instituições sociais. A atuação de alguns setores eclesiais pôs preocupações a vários governantes, especialmente aqueles formuladores da Doutrina de Segurança Nacional. A esse respeito deve ser lido o *Documento Secreto da Política Reagan para a América Latina*, preparado pelo chamado “Comitê de Santa Fé”.¹

Passado o período em que poderia ser tratado como crônica, o tema e os sucessos e as realizações daquele momento, já podem ser visto como história. Historiadores debruçam-se sobre o acontecido, o passado não muito recente. Já há uma produção bibliográfica sobre

¹ *Documento Secreto da Política Reagan para a América Latina*. Apresentado por Fernando Peixoto. São Paulo: HUCITEC, 1981

esse assunto, sendo que parte dela foi escrita por padres e teólogos ou jornalistas e políticos ligados a grupos de tendência crítica aos governantes de então e de maneira simpática às ações da Igreja, destarte alguns desses trabalhos apresentam-se contaminados por suas crenças e ideologias. Algumas foram escritas quase sobre os acontecimentos, carregando-se de paixões mais imediatas. Livros de história são apaixonados e apaixonantes porque tratam da vida dos homens. Entretanto, eles carecem de alguma distância temporal para que se possa melhor aproximar-se criticamente do objeto que apaixona o historiador e não seja ele tocado apenas pela paixão.

Uma boa parte dessa literatura sobre a atuação da Igreja no Brasil e na América Latina posicionou-se na defesa da atuação da Igreja diante do Estado Autoritário, o que é compreensível, pois se vivia em um tempo em que a sociedade civil brasileira estava manietada, restando apenas a Igreja Católica como instituição capaz de confrontar-se com o Estado. Este é o caso de *64: conflito Igreja x Estado*², livro que apresenta uma história da Igreja no Brasil, tendo como referência a atuação dos bispos Hélder Câmara, Pedro Casaldáliga, Valdir Calheiros e Adriano Hipólito, aqueles que mais preocuparam os líderes do movimento militar de 1964. É uma obra na qual o autor apresenta um bom conhecimento da História do Brasil e da Igreja, mas escreve com o furor de um pregador, um apaixonado pela sua causa, o que não poderia deixar de ser, naquele momento em que o Brasil recuperava a liberdade de expressão depois de um longo período ditatorial. No ano anterior, Paulo Cezar Loureiro Botas já havia publicado *A Bênção de Abril, memória e engajamento católico 1943-1964*, em torno do jornal *Brasil Urgente*, lançado em São Paulo por uma equipe de leigos liderados por Frei Carlos Josaphat³ para a divulgação do pensamento católico, novo na sua análise social. O livro conta a epopéia daquele semanal, sua evolução, perseguição pelas forças que prepararam e realizaram o golpe militar de 1964, bem como os conflitos internos da Igreja católica, seja no âmbito da hierarquia seja entre os fiéis comuns. É um livro que aponta os limites de que falamos neste trabalho, sem mágoa, sem o endeusamento à instituição. Importante obra é *Igreja Católica e Política no*

² CASTRO, Marcos de. *64: conflito Igreja x Estado*. Petrópolis: Vozes, 1984.

³ BOTAS, Paulo Cezar Loureiro: *A bênção de abril, Memória e engajamento católico 1963-64*. Petrópolis: Vozes, 1983. p. 17.

Brasil, 1916-1985, escrita por Scott Mainwaring⁴, na qual apresenta um esquema para o estudo e compreensão da ação da Igreja Católica no Brasil, compreendendo que ela passou por uma fase reformista que caminhou para a formação de uma esquerda católica, precursora de uma Igreja popular que declina em 1985, impossibilitada de ser autônoma, em que pese a simpatia demonstrada pelo autor ao longo do seu belo livro.

Aquele 1985 que marca a retomada brasileira da democracia marca também o refluxo das tendências progressistas na Igreja, dando início ao *conflito Igreja-Igreja*⁵, substituindo o conflito Igreja-Estado. Thomas Bruneau pode ser apresentado como o melhor dos escritores sobre essa fase da participação da Igreja na História do Brasil. Seus dois livros, *O Catolicismo brasileiro em época de Transição*⁶ e *Religião e politização no Brasil, a Igreja e o regime Autoritário*⁷, ao historiar a ação da Igreja católica ao longo do século XX, observa o pequeno impacto que essa instituição, no período progressista, tem sobre a população. Entretanto, Bruneau defende a idéia de que as Comunidades Eclesiais de Base estariam substituindo as paróquias, o que não parece ter sido demonstrado como verdadeiro nos anos seguintes à publicação dos seus livros. Em 1982 João Regis de Moraes publicou *Os bispos e a política no Brasil: pensamento social da CNBB*, um interessante livro sobre pensamento social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil⁸ no qual está bem apresentado a evolução e o caminho percorrido pela Conferência, de forma a fazer *uma presença mais efetiva nos mais delicados espaços humanos do nosso tempo*⁹ e, embora cite J. B. Libânio para acautelar-se de prever uma uniformidade dos pensamentos e da ação do episcopado brasileiro, termina no último parágrafo do livro de maneira otimista em relação ao futuro da Conferência, considerando as suas proezas durante o período ditatorial, pois *será aquela instituição que poderá ter a cabeça erguida por não se ter omitido nos*

⁴ MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil, 1916-1985*. São Paulo: editora brasiliense, 1989

⁵ Expressão atribuída a dom Pedro Casaldáliga por Marcos de Castro no livro *A Igreja e o Autoritarismo*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1985. p. 87

⁶ BRUNEAU, C. Thomas. *Catolicismo Brasileiro em época de transição*. São Paulo: Edições, 1974.

⁷ BRUNEAU, C. Thomas. *Religião e politização no Brasil, a Igreja e o Regime Autoritário*. São Paulo: Edições Loyola, 1979.

⁸ MORAIS João Francisco Regis de. *Os bispos e a política no Brasil: pensamento social da CNBB*, São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1982.

⁹ MORAIS. Opus cit. P. 174

*momentos mais duros dos últimos anos da política brasileira.*¹⁰ Maior cuidado havia demonstrado, três anos antes, Márcio Moreira Alves, ao terminar seu livro de análise do comportamento da Igreja durante o período ditatorial com quatro límpidas frases:

*A Igreja poderá adaptar-se a uma sociedade transformada. Mas não estará na vanguarda das lutas necessárias para a realizar. Não há atalhos para a Revolução. Os que passam pelas sacristias não vão mais longe que qualquer outro.*¹¹

Nessa louvação das ações da Igreja, muitas vezes houve a aceitação de que a Igreja havia passado por uma verdadeira metanóia, para usarmos um termo teológico, uma conversão radical, uma mudança de rumos em sua atuação na sociedade: a Igreja teria feito uma *opção pelos pobres*. Esta idéia tomou espaço nos meios de comunicação ligados à Teologia e aos teólogos da Libertação, o que ocorreu principalmente no período imediatamente anterior e posterior ao declínio do governo militar. Em alguns momentos parecia que haveria um rompimento entre a Igreja no Brasil com a Sede Romana. Entretanto, as condições históricas da formação do catolicismo brasileiro não favoreciam a aceitação de uma mudança que implicasse um afastamento das orientações romanas.

As orientações emanadas dos documentos do Concílio Vaticano II, realizado entre 1962 e 1965, e sua aplicação no Brasil, promoveram algum atrito entre o Vaticano e a Igreja Brasileira. Isto não quer dizer que os católicos brasileiros não houvessem aderido às mudanças provenientes do Concílio Vaticano II, mas, ao que parece, o Vaticano, seja dizer, a Cúria Romana, ela própria, não aderira suficientemente aos lampejos de inovação trazidos por aquela egrégia reunião da hierarquia eclesiástica. Pelo contrário, ocorreu uma enorme adesão às orientações conciliares por parte da maior parte do episcopado brasileiro, especialmente aquele que participara da primeira Sessão do Concílio como dirigente da Conferência Nacional dos Bispos. Parecia ocorrer uma nova romanização, mudando-se o

¹⁰ idem, 179.

¹¹ ALVES, Márcio Moreira. *A Igreja e a política no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979. p. 259.

enfoque de ensino, a atuação da Igreja no Brasil.¹² Por outro lado, essa nova “romanização” não conseguiu aprofundar as suas raízes na população que, ao longo da história, viu-se induzida a comportamentos de adesão a modelos conservadores. O tempo não fora o suficiente para moldar novas formas de vivência religiosa, especialmente quando elas exigiam novos compromissos políticos que diferiam bastante dos ensinamentos sociais anteriormente ensinados à população católica e da prática secularmente seguida pela hierarquia católica.

Naquelas décadas da segunda metade do século XX, a Igreja Católica Romana tomou rumos que divergiam claramente de sua costumeira trajetória histórica no Brasil. Ao longo da formação do Brasil, bem como nos demais países da América Latina, a Igreja sempre se mantivera ao lado dos poderosos, assistindo-os, como aliados, na construção da sociedade, ao mesmo tempo em que desenvolvia ações de acompanhamento das camadas “menos privilegiadas”, motivando-as a colaborar com o sistema social que se implantava.¹³ Contudo, as condições sociais, políticas, econômicas e culturais vividas entre os anos de 1950 e 1990, no Brasil e na América Latina, fizeram da Igreja Católica Romana, simultaneamente, uma força auxiliar e um baluarte, uma fortaleza e um exército que se confrontava com governos de diversos países do continente. Foi um período de tomada de consciência de situações inaceitáveis de pobreza na América Latina, enquanto os países do hemisfério Norte viviam uma fase de opulência; foi um período no qual se pensava na certeza de dois mundos, um socialista e outro capitalista, que se confrontavam pelo poder; foi a época em que impérios construídos em séculos anteriores ruíam na Ásia e África, no

¹² Riolando Azzi analisou em vários trabalhos esse processo de substituição do catolicismo tradicional pelo catolicismo clerical que foi implantado no final do século XIX. *Para reformar o tradicional Catolicismo brasileiro, os antístites julgaram que dois problemas deveriam ser atacados: a formação do clero e a instrução dos fiéis. Para tanto foram buscar na Europa os religiosos que passaram a dirigir os seminários diocesanos, seminários estes que, a partir de então deixaram de ser colégios abertos ao público, tornando-se exclusivos da formação presbiteral. Também trouxeram da Europa sacerdotes para pregar missões, suprir a ausência de clero nas paróquias e substituir padres, cuja vida destoava do que a autoridade eclesiástica exigia.* AZZI, Riolando. *História da Educação Católica no Brasil, contribuição dos Irmãos Maristas. Vol. 1*. São Paulo: SIMAR, 1998. p.16.

¹³ ...o operariado, recém-saído de uma estrutura em que a submissão e a obediência aos latifundiários era a norma corrente, tendesse à passividade ou a uma mobilização extremamente lenta. Além disso, a própria natureza do Estado populista tinha como um de seus objetivos neutralizar o potencial de luta dos grupos sociais inferiores. Na fase de industrialização substitutiva, a implantação de um projeto capitalista e nacional certamente não prescindiu do aparato repressivo, mas muito de sua eficácia dependeu dos artifícios ideológicos que buscavam o compromisso e a conciliação entre as várias classes sociais. LOPEZ, Luiz Roberto. *História da América Latina*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986. p.120-121.

brotar de novas nações e Estados; e também foi quando as estruturas e ramificações da sociedade global começaram a ser vistas com maior clareza na formação de empresas multinacionais que ultrapassavam as fronteiras dos Estados e outras ramificações da religião cristã parecia afetar a presença da Igreja na América Latina, ao mesmo tempo em que o socialismo cubano afetava o território de dominação estadunidense. A partir dos anos sessenta, pareceu a muitos que a Igreja teria rompido com as posturas conservadoras, tradicionalmente assumidas pelos seus hierarcas, nos contatos e resoluções dos problemas econômicos, sociais e políticos, seja na América Latina, seja nas demais partes do mundo em que atua.

A atuação da Igreja Católica nos anos setenta do século passado, tanto no Brasil como na América Latina, deve ser entendida no contexto na Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, realizada na cidade de Medellín, Colômbia, no ano de 1968. A Assembléia foi aberta pelo Papa Paulo VI a 24 de agosto e finalizada no dia 6 de setembro. Os documentos emanados daquela Assembléia se apresentam como uma *tomada de consciência do presente* ao mesmo tempo em que *volta-se para o passado*, e se diz convidada “*a tomar decisões e a estabelecer projetos, somente na condição de que estivéssemos dispostos a executá-los como compromisso pessoal nosso, mesmo a custa de sacrifícios*”.¹⁴ Essa Conferência foi realizada logo após o Concílio Vaticano II e, para alguns seria uma atualização para a América Latina dos debates conciliares, uma vez que os temas discutidos naquele Concílio tinham por base as preocupações da Igreja com os católicos europeus. Em um depoimento, assim se expressa o teólogo Gustavo Gutierrez sobre o final do Concílio:

Gostaria de dizer também que, ao mesmo tempo, com essa atividade, que os franceses chamam de “sentimen melangé”, havia algo neste final de Concílio que me parecia – provocava também uma grande insatisfação. Por isso digo que são sentimentos mesclados, porque a alegria de ver que

¹⁴ Conferência Geral do Episcopado Latino Americano –Documentos de Medellín.6ª. Edição. São Paulo: Paulinas, 1987. p.5-6

*as idéias com que tinha comprometido minha vida eram as que estavam presentes no Concílio, mas sentia também que muitas coisas que vivíamos na América Latina ficaram totalmente ausentes ao Concílio Vaticano II.*¹⁵

Vemos, por esse depoimento, que há um certo distanciamento entre a Igreja central, romana e o sentimento dos católicos latino-americanos que não se viam completamente nos debates conciliares, naquilo que lhe era específico. Para Dom José Maria Pires, arcebispo da Paraíba

*Medellín dá o primeiro grande passo de operacionalização do Vaticano II. As intuições do Concílio receberam roupagem latino-americana em Medellín que legitimou as incipientes Comunidades de Eclesiais de Base, mesmo sem tê-las abordado, ex-professo, em nenhum de seus documentos.*¹⁶

Roma e os demais bispos das Igrejas do chamado Primeiro Mundo, não percebiam os reais dramas do continente latino-americano e, apesar da fidelidade das Igrejas deste continente, haveria de haver momentos de tensões entre eles.

Difícil foi, e tem sido, para a Igreja, o relacionamento com o mundo, pois, embora venha atuando como um dos poderes de domínio no mundo, carrega consigo o que o seu fundador afirmara: *meu reino não é deste mundo*.¹⁷ Entretanto, seus membros são parte e vivem neste mundo e procuram reformá-lo para torná-lo mais semelhante aos seus ideais. A Igreja tem se definido como Mãe e Mestra, a que cuida e ensina, uma pedagoga permanente do mundo. Assim tem agido desde que se firmou como sucessora do Império Romano e, ao longo da Idade Média teve que enfrentar vários conflitos com imperadores e reis, na

¹⁵ GUTIERREZ, Gustavo. *A Situação da Teologia*. In *A Igreja Latino-Americana às vésperas do Concílio – História do Concílio Ecumênico Vaticano II*. BEOZZO, José Oscar (org.) São Paulo: Paulinas, 1993. p. 44.

¹⁶ BEOZZO, José Oscar. *A Igreja do Brasil, de João XXII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo*. Petrópolis: Vozes, 1993. p. 189.

¹⁷ Jo. 18,36

medida em que auxiliou a organizar os espaços culturais e políticos da Europa.¹⁸ O relacionamento da Igreja Católica com a sociedade se tornou mais acrimoso no início dos tempos modernos, quando o racionalismo iniciou seu avanço em críticas sobre o comportamento e a ação das religiões e igrejas. Esses tempos modernos parecem recusar a mãe e procurar outros mestres. A formação dos Estados monárquicos e o humanismo renascentista favoreceram a cisão da cristandade, gerando a Reforma do século XVI, incrementando o processo de declínio do poder do papado e da Igreja Católica no concerto das nações européias. Nesse lapso de tempo, é que, utilizando o instituto do Padroado, a Igreja auxiliou a formar os povos hoje conhecidos como latino-americanos.

Quando da ocorrência da Crise do Sistema Colonial na América, face da crise do Antigo Regime europeu que se organizara sobre a herança do medievo, foi acentuada a crítica às religiões, especialmente à Igreja Católica, pelos iluministas, culminando na revolução da França no final do século XVIII¹⁹ e as conseqüentes ações napoleônicas, algumas delas com resultados imediatos sobre o papado. Entre esses resultados devem ser consideradas umas certas posturas conservadoras e reacionárias de católicos franceses, que se formularam entre os movimentos revolucionários que derrubaram a política restauradora de Metternich, que garantiu mais algum tempo de vida ao Império Austríaco, tradicional protetor da Igreja.

A todas essas questões devem ser agregadas também as questões de ordem do poder político sobre territórios e populações, na disputa pela soberania de novos Estados ocorrida no século XIX, especialmente no caso da Unidade Italiana, quando a Igreja foi despojada de seus territórios e poderes no novo Estado Italiano, estabelecendo uma situação conflituosa entre o Papado e o Estado Italiano, que só veio a ser resolvida entre as grandes guerras da primeira parte do século XX.²⁰

¹⁸ MARROU. H-I. *Decadência Romana ou Antiguidade Tardia?*. Lisboa: Áster, s/d.

¹⁹ VOVELLE, Michel. *A Revolução Francesa contra a Igreja, da Razão ao Ser Supremo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.

²⁰ Os pactos conhecidos como Tratado de Latrão, assinados pela Santa Sé e o Estado Italiano, são compostos por um Tratado, a Concordata e a Convenção Financeira. ZAGHENI, Guido. *A Idade Contemporânea. Curso de História da Igreja IV*. São Paulo: Paulus, 1999. p. 278-279.

Os avanços tecnológicos, concomitantes aos da crítica histórica, da lingüística, da sociologia e psicologia, também foram fatores que auxiliaram e fortaleceram o confronto entre a Igreja e o mundo que os homens construía. O crescimento, quase inelutável, do capitalismo, que vinha ocorrendo desde o século XIII, bem como o pensamento liberal, que se formula desde o século XVII, não foram absorvidos pela teologia católica tradicional, que se posicionou sempre em uma posição defensiva no confronto contra *as forças do inferno*. Demorou a Igreja a perceber as mudanças que ocorriam e, julgando-se a salvo das mutações sociais, manteve-se em uma postura de ostra, fechada em si mesma, recusando qualquer forma de diálogo com a nova sociedade que se formava, mantendo aliança com as forças da reação, ficando delas dependente. Por conta disso, não foi possível à Igreja oferecer, no século XIX e em parte do século XX, uma resposta positiva à legião de pobres e miseráveis que se formavam na proximidade das fábricas, vivendo amontoados em moradias que dificilmente podiam ser chamadas de humanas, nos padrões atuais e nos de então. Assim, a Igreja não estabeleceu contato com a classe operária nascente e não conseguia dialogar com a burguesia ascendente.

Ao longo do século XX, provocada pelos conflitos da sociedade industrial, a Igreja vem apresentando, aos seus fiéis e aos ditos *homens de boa vontade*, alguns documentos que apontam para uma tentativa de reconciliação com o mundo, ou uma busca de novas formas de intervenções na sociedade, procurando favorecer novas maneiras para a atuação dos católicos na sociedade. Esse processo teve que ser acompanhado por novas reflexões teóricas que justificassem a adoção dessas novas modalidades de atuação sem, contudo, abandonar o tradicional ensinamento da Igreja nem a filosofia que o acompanha, pois o contrário seria admitir que haviam sido cometidos erros pelos papas que anteriormente haviam dirigido os católicos. Dessas reflexões começa a brotar o que se convencionou chamar de Doutrina Social da Igreja.

Tal doutrina vem sendo produzida sempre como resposta da Igreja aos problemas sociais postos pela sociedade, sem, contudo, poder ser organizada em um só documento, o que permite uma constante reordenação posterior de tópicos e prioridades, sendo estas adequadas às situações específicas de lugar e tempo, pelos seus aplicadores, bispos, sacerdotes, religiosos e leigos.

Sendo, simultaneamente, uma comunidade de fiéis e um Estado, as proposições emanadas dos documentos da Igreja refletem o relacionamento diplomático possível nas conjunturas históricas do papado com o mundo bem como as relações de cada igreja local, porém mantendo vínculos de fidelidade para com a Igreja Mãe, que é a Sé Romana, de onde provém a Doutrina Social e a aprovação dos termos de sua prática. Isto quer dizer que os católicos, especialmente os dirigentes eclesiásticos e os leigos responsáveis pelos diversos movimentos e organismos da Igreja, estão constantemente pressionados pelas estruturas permanentes da Igreja, pelo seu ordenamento jurídico e pela conjuntura de suas realidades locais.

A Igreja Católica, entretanto, não admite prescindir da sua estrutura criada ao longo dos séculos, desde a sua primeira organização na Idade Média, uma estrutura monárquica e centralizada.²¹ Esta centralização na Sé Romana foi acentuada quando do Concílio de Trento, na segunda metade do século XVI, e tornada dogma com a definição da infalibilidade papal no Concílio Vaticano I, realizado em 1870.

Quando se faz a análise da atuação da Igreja, tal estrutura central de poder deve ser considerada ao lado dos aspectos conjunturais, especialmente no que diz respeito às *Igrejas Reflexos*.²² Aqui entendemos como *Igreja reflexo* toda aquela que não é parte o poder central, ou seja, não está na Europa, não é a Cúria, a Sé Romana. Embora em cada diocese seu bispo tenha autonomia, pois ali é o seu espaço de governo, cada um deles deve obediência ao bispo de Roma, considerado o primeiro entre os bispos, o símbolo da unidade que foi construída ao longo dos séculos em torno da seqüência apostólica.²³ Além disso, Igrejas locais – bispados – que estão situados fora da Europa ou dos países centrais, nem sempre contam com possibilidades - nem desejam – de um enfrentamento com Roma. Caso o fizessem, estariam se expondo a realizar uma nova cisão no cristianismo católico.

²¹ Perry Anderson afirma que a Igreja foi o primeiro dos Estados absolutistas, e que serviu de modelo para os demais que vieram em seguida. Cf. ANDERSON, Perry. *Linhagens do estado Absolutista*. São Paulo: Companhia das Letras.

²² Esta expressão foi utilizada inicialmente pelo Pe. Henrique Vaz ainda antes do Concílio Vaticano II.

²³ Sobre o primado de Roma cf. BIHLMAYER, Karl & TUECHLE, Hermann. *História da Igreja, volume primeiro*. São Paulo: Edições Paulinas. 1964. p. 114-118.

Mais ainda, por conta do processo de sua formação, essas igrejas são dependentes economicamente, e dependem, muitas vezes, de material humano necessário para a realização de suas finalidades que, na maioria dos casos, é proveniente da Europa. Considerando esses pontos, havemos de concluir que as Igrejas católicas particulares na América Latina sofrem desses dois grandes fatores que influenciam a sua atividade: a centralização em Roma, na Santa Sé, e as situações conjunturais dos países onde estão localizados, também dependentes dos países economicamente centrais.

No primeiro caso ocorrem tensões por conta das orientações emanadas dos concílios e do Papa, pois existe um controle operado pelos organismos administrativos de Roma, que considera de pouca importância ou relevância, aspectos culturais dos povos que foram conquistados pela catequese, ou pela dominação, para o catolicismo. Um exemplo disso é que no Concílio de Trento, ocorrido quando já se iniciara o processo de colonização das terras americanas pelas potências católicas – Portugal e Espanha – não há menção aos problemas que já estavam sendo enfrentados nas Américas, especialmente na parte de colonização espanhola. Tensões que aparecem às vezes entre a conferência episcopal ou um bispo em particular, como no caso da escolha de um bispo, quando nem sempre os anseios da igreja local são considerados pela Cúria romana. O Concílio de Trento reforçou *de modo particular a autoridade da Santa Sé e seu poder de intervenção na vida das Igrejas locais.*²⁴

O continente sul-americano sofreu um processo de colonização européia. Ao longo de quase três séculos, as metrópoles européias retiraram, das colônias americanas, parte significativa de suas riquezas naturais, ao mesmo tempo em que não permitiram a formação de uma elite capaz de assumir com autonomia o país quando da independência. Os Estados latino-americanos, formados ao longo do século XIX, ainda viviam refletindo aquilo que é pensado e querido em suas antigas metrópoles, ou atualizando-se aos projetos das novas metrópoles econômicas – Inglaterra e Estados Unidos da América do Norte. Essa situação vem a ser definida por Darcy Ribeiro como resultante do processo de Atualização ou Incorporação Histórica, típica de povos que são engajados compulsoriamente em sistemas

²⁴ ALBERIGO, Giuseppe.(org.).*História dos Concílios Ecumênicos*. São Paulo: Paulus, 1995. p. 356.

tecnológicos mais evoluídos, com perda de autonomia, por não terem sido os protagonistas da revolução tecnológica do período.²⁵ Neste caso estamos nos referindo à Revolução Tecnológica Industrial que se iniciara no século XVIII e, no século XIX, afirmava-se mundialmente.

Naquele mesmo período de colonização, também a Igreja era parte do sistema de colonização. Houve pouca preocupação de formar um clero nativo, uma elite religiosa com raízes no continente. Tal comportamento, ao mesmo tempo em que favorecia a unidade da Igreja universal, mantendo espaços para a ação missionária e colonizadora dos europeus, tem dificultado aos cristãos católicos desse continente sul americano a pensar os dogmas e suas aplicações com as colorações próprias da cultura que aqui se formava. Tentativas de assumir esses caminhos podem ferir a unidade e trazer a força do poder romano. É considerando esses aspectos que dizemos ser a Igreja, na América Latina e no Brasil, *igrejas-reflexos*.

O grande impasse da relação da Igreja Católica com o mundo ocorre com o processo de estabelecimento de uma nova sociedade que, a partir do século XIX, começa a mostrar uma face mais autônoma em relação às instituições religiosas. Uma sociedade que se organiza com mecanismos próprios, que extrapolam os limites conceituais criados no período de formação da Igreja.

A Igreja Cristã organizou-se ao longo do período medieval, um período de uma sociedade plenamente rural que, em sua fase final, conheceu o ressurgimento das cidades e a renovação e introdução de novas forças sociais, especialmente a burguesia. Nesse primeiro contato com a burguesia, especialmente os banqueiros, a Igreja ainda pode manter uma relação de poderio, pois a própria banca não possuía as condições necessárias que lhe permitiriam uma ação quase de imunidade em relação à influência da Igreja nas suas práticas comerciais, pois ainda não se havia firmado o primado do capital sobre o trabalho. Para a Igreja, e essa era a idéia corrente na sociedade, os objetivos da humanidade estavam baseados em uma idéia de um futuro já estabelecido, com um final já conhecido e que se

²⁵ RIBEIRO, Darcy. *O processo civilizatório*, 3ª. edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. p. 45.

realizaria na plenitude dos tempos, na Parusia. Ora, o dinamismo dessa nova sociedade que surge a partir do século XVIII entende que não há certeza absoluta, nem que existam caminhos pré-fixados. A nova sociedade pensa em progresso, uma caminhada que, uma vez iniciada não pode ser interrompida, e, na visão dos positivistas, não fornece a certeza de qual o fim a ser alcançado, mas que será alcançado ainda neste mundo.²⁶ Essa nova sociedade pensa a sua realização virá a ocorrer na própria cidade dos Homens.

Detivemo-nos, em um capítulo, a estudar como foi sendo elaborada a idéia de Progresso e como a Igreja foi reagindo a essa inventividade do gênio moderno. A reação da Igreja ao mundo moderno tem várias frentes. Uma delas é a rota tradicional do serviço e da caridade que, na segunda metade do século XIX, deu origem a uma gama de novas congregações que se dedicavam aos mais pobres da sociedade industrial. Outra foi o esforço de alguns católicos leigos a enfrentar as discussões propostas pelo mundo moderno, mas que terminaram sendo negados pelo magistério oficial, temeroso de que a aproximação sem cuidado viesse a pôr em risco o dogma e autoridade. Uma terceira via foi o debate iniciado pelo magistério com o mundo através da elaboração não sistemática de uma doutrina social capaz de orientar os católicos em suas vidas na sociedade industrial que se formava. Por outro lado, a Igreja teve que enfrentar o desafio de viver com novas instituições políticas, especialmente o Estado industrial moderno, Estado que ela auxiliou a formar, mas que, desde um certo momento, não mais tinha necessidade de sua doutrina e disciplina para a definição e realização de seus objetivos.

No capítulo seguinte nos dedicamos a pensar sobre a possibilidade de um católico, mormente aquele que está organicamente ligado à instituição, de assumir a idéia do progresso e ser progressista sem conflitos absurdos e definitivos com ela. Em seguida, e só então, nos voltamos para a reflexão sobre a Igreja no Brasil, e de sua participação política no processo de formação e transformação da sociedade brasileira. Procuramos realizar uma reflexão, com alguns dados indicadores, do caminho que levou a Igreja à assunção de um papel político crítico na sociedade brasileira.

²⁶ Esta situação não impede que Fustel de Coulange desabroche com uma história que tem por base o culto dos antepassados, ligando religião, família e propriedade, tornado-se *o historiador favorito da extrema direita*.

Finalmente nos detivemos na Arquidiocese de Olinda e Recife, sempre apresentada, na literatura progressista, como um modelo típico de uma nova Igreja, uma Igreja Progressista, uma Igreja que seria capaz de comunicar-se com o mundo moderno, dele fazendo parte e auxiliando-o a encontrar o caminho para uma nova sociedade. Quase um modelo a ser seguido. É um capítulo no qual refletimos sobre qual tem sido, ao longo da história, a atuação da Igreja católica na diocese, procurando verificar se, historicamente, tem ela raízes para ser progressista, ou se, na verdade, o progressismo por ela apresentado e vivido foi apenas o resultado de mais uma intervenção externa, pois, da mesma forma que sendo aceito a romanização ocorrida no século XIX como uma interferência no modo de ser católico no Brasil, também podemos admitir que a aplicação das normas provenientes do Concílio Vaticano II seja uma nova romanização, embora já não sendo a mais recente. Entendemos que *cada instituição e cada grupo social possuem uma identidade própria que se acompanha de um passado inscrito nas representações coletivas de uma tradição que os explica e justifica.*²⁷ Mas, as tradições são criadas em cada época e para cada situação histórica.²⁸

Nossa atenção foi voltada na direção de apresentar e compreender a ação de alguns bispos, os de atuação mais marcantes na história da diocese de Pernambuco, desde o final do século XIX, pois naquele período ocorria uma renovação das formas de atuação do catolicismo no Brasil, em uma intervenção que conhecemos com o nome de Romanização. Talvez, o progressismo apresentado pela Arquidiocese de Olinda e Recife tivesse sido apenas mais uma “romanização”, embora nem sempre acordante com a orientação romana. Nessa análise, verificamos a impossibilidade de uma ação progressista na Igreja. As ações progressistas da Igreja são respostas conjunturais que a Igreja Católica tem dado ao mundo, em mais uma política de manutenção de uma instituição que tem perpassado todos os modos de produção econômica que foram experimentados pelos homens que vivem no hemisfério ocidental.

²⁷ J. VANSINA apud FONTANA, Josep. *História: análise do passado e projeto social*. São Paulo: EUSC, 1998. p.15.

²⁸ HOBSBAWM, Eric & RANGER, Terence. (Org.) *A Invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

Para a realização dessa tarefa nos dedicamos à análise do que foi publicado em jornais, livros que estão ao acesso do público. Nem sempre é necessário que se encontrem documentos inacessíveis para demonstrar o que se pensa. A história não é escrita a partir de documentos esotéricos, mas ela resulta da interpretação dos discursos que nos chegam nos documentos que a época produz, em gestos que os homens realizam. Necessitamos estar atentos a essas palavras que são ditas e organizadas pelos meios de comunicação de massa, eles que, em grande parte auxiliam a organizar o pensamento dos homens modernos e são instrumentos propagadores das idéias, muitas das quais contidas em documentos que só muito mais tarde virão à luz. Folheamos textos emanados do magistério eclesiástico, procurando sempre relacioná-los com as questões políticas, sociais e culturais que as motivaram. Folheamos algumas interpretações desses textos para verificarmos a justeza, ou não, do epíteto lançado sobre a Arquidiocese de Olinda e Recife.

Os estudos de história contemporânea podem, e devem ser, realizados a partir do que chega ao público, pois, desde os eventos da Primeira Guerra Mundial, a política de segredo diplomático, de acordos secretos é evitada pelas nações.²⁹ Além do mais, são os jornais que refletem as maneiras de como a sociedade encara, enfrenta e resolve os problemas que lhes são postos. Além disso, visitamos o arquivo da Arquidiocese de Olinda e Recife, bem como o Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, arquivos da Fundação Joaquim Nabuco, os espaços da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e da Biblioteca Vaticana disponíveis na rede internacional de informações, as bibliotecas da Universidade Federal de Pernambuco.

²⁹ Isto não significa que os segredos diplomáticos tenham sido abolidos, mas o temor de novas guerras, motivadas por interesses secretos e conflituosos venham a surgir. A Sociedade das Nações e sua continuadora, a Organização das Nações Unidas se tornaram o fórum experimental de uma nova sociedade em que não há mais espaço para as atitudes voluntarista deste ou daquele chefe de Estado.

CAPÍTULO 1.

PROGRESSO: O DESAFIO AOS DEUSES.

Desde o século XVIII que uma palavra, Progresso, vem sendo o mote de vida para milhões de seres humanos, também é motivo de debates permanentes e, não raro, razão para guerras. A palavra progresso, a idéia que dela formulamos, vem sendo entendida, em nosso tempo, como sendo um passo adiante, uma conquista a realizar; conquistas quase sempre mensuradas pelo desenvolvimento de técnicas, melhoria de qualidade de vida, diminuição das mortes de nasciturnos, longevidade acentuada dos sobreviventes, disponibilidade maior de tempo para lazer, aumento de riquezas e utilização dos recursos da natureza, vida sofisticada e repleta de mudanças de hábitos, modo de viver mais urbanizado, crescente

foco na satisfação dos projetos individuais, conformação de novos direitos e asseguramento de sua plena utilização. Por mais vibrantes que sejam os defensores do Progresso, contudo não podem evitar que se mencione, também, as mazelas construídas pelo Progresso e que os seus críticos não cansam de apontar: concentração das riquezas em poucas mãos, o empobrecimento crescente de uma grande parte da população que vive em situações miseráveis, a crescente violência da vida urbana, a insegurança nas cidades, a deteriorização do meio ambiente, entre outros aspectos. Hoje como ontem, nem sempre o progresso foi entendido de maneira positiva, com muitos se opondo à sua trajetória, e, principalmente, a idéia nem sempre era querida em algumas sociedades.

Na Antigüidade já encontramos tal idéia, a palavra e um conceito sobre ela. Para os romanos a palavra *progressus* “*tinha um sentido mais material (avançar) que normativo*”³⁰, não indicava um modo de viver, ou um objetivo de vida. Os gregos não possuíam uma palavra para progresso. Na Antiguidade o essencial nas relações sociais era não mudar, pois a mudança significava, naquelas sociedades, quase sempre a desordem social. A esse respeito lembremos das peças trágicas do teatro grego, no qual a tentativa de mudar o destino vinha sempre acompanhada de um castigo. O mundo havia sido ordenado pelos deuses e nada se poderia fazer para mudar aquilo que já estava escrito, seja nas estrelas, seja nas profecias, oráculos ou avatares. Necessário era, ao homem, procurar entender o que esperavam os deuses, o que os deuses haviam definido, qual o destino que lhe haviam reservado e continuar a obra que lhe havia sido legada.

Os relevos do Egito faraônico ou as pinturas maias são só estavam destinados a perpetuar a memória dos soberanos, como também tinham uma função didática: a de recordar os fundamentos religiosos e profanos do sistema social vigente, tal como deviam explicá-los os sacerdotes. As cenas de triunfos militares, em que nunca falta a representação dos mortos e dos vencidos, serviam de advertência de qualquer

³⁰ LE GOFF, Jacques, Progresso/Reação in *História e Memória*. 3ª Edição. São Paulo: Editora Unicamp, 1994. P.235. Utilizaremos em nossa argumentação, principalmente este texto de le Goff.

intento de subverter a ordem estabelecida seria reprimida duramente, tanto se procedesse de inimigos de fora como de dissidentes de dentro. Noutra sentença, a colocação no fórum romano de uma série de estátuas de grandes homens, ordenadas numa seqüência temporal, pretendia mostrar a continuidade da história de Roma desde Enéias até Augusto ou, o que dá no mesmo, sugerir que a política de Augusto era a culminação “natural” de toda uma evolução histórica,(...)”³¹

Essa concepção histórica, ou modo de encarar a existência, pressupunha um mundo organizado, de lutas que visavam manter a ordem natural, ou seja, o desejo dos deuses. Os costumes e a sua manutenção pela constante repetição eram o garante da vida social.

A concepção grega de que a vida era um eterno retorno da Roda da Fortuna, punha os povos clássicos em uma concepção histórica circular, impedindo-os de desenvolver uma conceituação de vida e de história que apontasse para um futuro que fosse distinto do seu presente, ou diverso das determinações advindas das divindades. Para eles, mesmo que ocorresse um progresso material, este viria acompanhado de decadência moral, de uma certa indisciplina dos costumes que punha em risco a sobrevivência do grupo ou da sociedade. Note-se que tanto Platão quanto Aristóteles são coincidentes na sua oposição à democracia experimentada no período posterior a Péricles.³² A crença platônica de uma regressão moral veio a influenciar o pensamento ocidental até os nossos dias. Mesmo o pensamento otimista de Aristóteles esbarra sempre na idéia de que o progresso será alcançado quando se atingir um modelo já existente, não criado a partir das ações do homem.

³¹ FONTANA, Josep. *História: análise do passado e projeto social*. São Paulo: EUSC, 1998. p.15.

³² Veja-se como exemplo o está na República. *Nasce, pois, a democracia, creio, quando, tendo os pobres vencido, matam alguns de seus contrários, desterram a outros e aos demais fazem igualmente participantes do governo e dos cargos.(...) A demasiada liberdade, parece, pois, que não termina em outra coisa senão em um excesso de escravidão, valendo o mesmo para o particular que para a cidade*. Apud Fontana, opus cit. P. 21.

O progresso, na visão apontada pelos gregos, parece ser uma caminhada para se chegar onde já se esteve. Uma tarefa de que se encarregara a Sísifo, uma tarefa-destino, castigo definido pelos deuses. Jacques Le Goff chama atenção ao fato de que alguns autores apontam um certo otimismo diante o futuro na Atenas do século V, mas esse otimismo foi passageiro. A idéia de um certo otimismo no mundo antigo

*“só foi largamente aceita pelo público culto, durante um período limitado do século V. Depois do século V, a influência de todas as grandes escolas filosóficas foi em vários níveis hostil ou impôs limites a tal idéia”.*³³

Como ser otimista vendo as gloriosas cidades gregas serem dominadas pelos bárbaros macedônicos, ainda que esses houvessem recebido um pequeno verniz de cultura? Necessário, parece ser manter o já conquistado, aceitá-lo como modelo.

*Os discursos de Demóstenes revelam não só o gênio mas também o estudo rigoroso e o completo conhecimento das leis inalteráveis, estabelecidas para sempre pelos teóricos do assunto, para a fala musical.*³⁴

Inalteráveis leis, garantidoras da permanência, da ordem. Também assim pensava o cínico Antístenes, sempre instando para que os homens voltassem às leis da natureza, doutrina aperfeiçoada mais tarde por Zenon e o seu estoicismo. Deve-se considerar que esse aspecto de defesa da manutenção de paradigmas definidos como perfeitos e imutáveis, paralisa o pensamento, ainda que possa ser verificado há uma tensão permanente entre as potências e reis que lutam para expandir seus impérios para a sua glória, no cumprimento de um destino, e não para uma melhoria, como mais tarde será entendida, a idéia do progresso material. As sociedades pré-modernas sonhavam com o mundo que deixavam.³⁵

³³ Idem. P.237

³⁴ ROSTOVTZEFF, M. *História da Grécia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973. P. 242.

³⁵ HEILBRONER, Robert L. *O futuro como história*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1963.

Jacques Le Goff nos alerta que *é a experiência do progresso que leva a acreditar nele, a sua estagnação é em geral seguida de uma crise de tal idéia*, ou seja, experimentar o progresso tecnológico pode levar a aceitar a idéia que se segue uma estrada, uma direção, um objetivo; quando os sucessos não ocorrem de forma positiva, quando os frutos obtidos nessa caminhada não permanecem, a não realização do progresso material levaria à desistência de se esperar ou desejar um progresso. Volta-se então à situação anterior, à convicção de que as mudanças não foram e não são benéficas. Mas deve ser considerado que as mudanças que ocorriam, quando ocorriam, elas se propagavam de maneira tão lenta que, muitas vezes só poderiam ser sentidas ao longo de um período quase secular.

Quando da superação do mundo Antigo, sob os escombros do Império Romano, o Cristianismo, ao apresentar um novo sentido para a história, parece liquidar o mito do “eterno retorno”. O cristianismo trouxe a idéia de que a vida dos homens tem um objetivo, ainda que tal objetivo não seja criado ou estabelecido por eles, mas que eles devem assumi-lo como seu e esforçar-se para alcançá-lo. Entretanto, ainda para os cristãos, a história é vista como a realização dos desígnios divinos e não das intenções dos homens³⁶. A intenção do cristão é a de adequar-se ao projeto divino e alcançar a salvação. Embora houvesse sido uma vitória sobre a concepção cíclica da história, o cristianismo substituiu o Mito da Idade de Ouro pelo Mito do Paraíso Perdido e este deverá ser alcançado, tendo como garantia a morte e ressurreição de Cristo e a sua segunda vinda. Assim, o que poderíamos chamar progresso deixa de ser realizado neste mundo e sua realização passa a ser esperado fora deste mundo e deste tempo.³⁷ Na medida em que a Segunda vinda não aparenta ser tão imediata quanto o pensaram os primeiros cristãos, adaptações foram criadas para que pudessem ser realizadas as promessas. E, então, aparecem relações conflituosas, superadas em função do bem maior do Reino, como nos mostra os incidentes que envolvem a comunidade cristã de Jerusalém em torno da prática da circuncisão, um debate que

³⁶ COLLINGWOOD, R.G. *A Idéia da História*. 4ª Edição. Lisboa: Editorial Presença; Brasil: Livraria Martins Fontes, s/d. P. 67.

³⁷ Le Goff O.c. P.238.

envolveu Pedro e Paulo e foi resolvido no Concílio de Jerusalém,³⁸ e o processo da formação dos dogmas e a criação das normas disciplinares.

A Idade Média é o período de domínio ideológico da Igreja no processo de formação da Europa³⁹, e apresenta também alguns espaços temporais, e geográfico, nos quais as pessoas debatem sobre a possibilidade de progresso, ou de um certo progresso. Ocorrem mudanças nas formas de produção de riquezas e nas formas de organização social. Pode-se considerar que houve um conjunto de mudanças nas formas de produção de alimentos, mas quase nenhuma delas foi capaz de pôr em cheque a sociedade como ela se organizara desde o final do Império Romano.⁴⁰ As mudanças não provocaram o passo adiante, o progresso, essa idéia e modo de viver que, nos séculos seguintes, veio a colocar em risco o domínio dos deuses e seus acólitos.

A partir do século XI, as cidades começam a crescer e aumentar. É claro que o comércio e o artesanato desenvolvem-se. Mas ficam integrados ao sistema feudal, que atingia, no século XII, o seu apogeu.⁴¹

Contudo, não há de se pensar uma sociedade medieval sem conflitos e sem oposições. Conflitos sempre existiram, como o demonstram as guerras feudais, as disputas entre o poder papal e imperadores, o que implicava uma disposição de definir mais claramente as

³⁸ Ver os capítulos 11 a 14 dos Atos dos Apóstolos. As citações bíblicas utilizadas neste trabalho são retiradas da Bíblia de Jerusalém, São Paulo: Editora Paulus. 1985.

³⁹ Consideramos que neste período medieval, notadamente a chamada Alta Idade Média, seja impróprio falar de Europa, pois nele estão sendo acomodadas as diversas tradições culturais que, posteriormente formarão os novos povos, nações e Estados.

⁴⁰ A Idade Média provocou, sim, mudanças nas técnicas de produção de alimentos e pela primeira vez produzia alimentos que podiam garantir a sobrevivência dos habitantes na Europa. A maneira de vida assumida pelos seguidores de Bento de Núrsia estabeleceu um método de produção e de distribuição de riquezas garantidora da ordem feudal. Mudanças sociais ocorreram a partir do século X, pela introdução de novas técnicas de plantio e cultivo da terra, elevando a população e gerando questões de herança e controle da terra. A tentativa de reorganização populacional veio a provocar ações bélicas, voltadas para o mundo exterior europeu, rompendo relações de comércio não capitalista que sempre manteve com o Oriente. Uma discussão interessante é apresentada por Ellen Meiksins WOOD, (*A Origem do Capitalismo*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001), na qual se observa que essas mudanças não provocaram a transformação ou superação do feudalismo como sistema.

⁴¹ LARA, Tiago Adão. *Caminhos da Razão no Ocidente, A filosofia ocidental do Renascimento aos nossos dias*. Petrópolis: Vozes, 1986. P. 23.

esferas de poder a ser exercido pelas autoridades; a formação de novas ordens religiosas, o que significava um certo desconforto com a atual maneira de viver o cristianismo e se propõe a retornar às fontes primitivas da Igreja; as diversas reformas beneditinas que, a cada lapso de tempo, pretendiam ser mais rigorosos no seguimento da regra de Bento de Núrsia, também ele, um retorno ao espírito primeiro do cristianismo; o aparecimento de heresias sociais, especialmente após o século XII, quando se experimenta um certo enriquecimento e concentração de riquezas, criticando o comportamento daqueles que dirigem a Igreja, etc., como é o caso dos valdenses, dos cátaros e mesmo dos franciscanos. Entretanto, essas contradições não eram contestadoras da essencial da sociedade, mas de aspectos externos. Pretendia-se mais aperfeiçoar, ou purificar, o sistema social vigente, refontalizando-o, que leva-lo à breca.

O período ao qual chamamos de Idade Moderna é que consagra a idéia de Progresso como forma de superação de uma etapa anterior, um caminhar para uma etapa ou estágio superior. Essa idéia vem, inclusive, a reordenar interpretações das ações humanas, não mais como a realização dos planos divinos, mas como resultante da própria ação do homem na busca de melhoras em sua condição material de vida. Nas décadas iniciais do Renascimento não ocorreu o confronto entre a Igreja e o mundo da ciência que se formava, o que não significa negar alguns pequenos conflitos com os seguidores da astronomia copernicana, mas esta apenas mereceu uma suspensão (1616) do livro de Copérnico *até que fosse corrigido*. Tal teoria só veio a ser apresentada como heresia em 1663, durante o caso Galileu.

O equilíbrio delicado que manteve o copernicanismo longe do sério interesse da Inquisição foi perturbado pelo talento de Galileu, bajulador, em fazer inimigos. Nas décadas de 1610 e 1620 ele transformou em inimigos poderosos de dominicanos e jesuítas, e uma arrogância característica em seu Diálogo sobre os dois maiores sistemas do mundo (1632), conseguiu indispor contra ele seu até então defensor, o papa Urbano VIII. (...) O caso Galileu não deve ser tomado

*como indicador geral das relações (sic) entre ciência e religião no período moderno inicial.*⁴²

O Renascimento apresenta uma dubiedade quanto aos caminhos do progresso. Enquanto critica e recusa o passado recente – a Idade Média –, buscando dele esquivar-se e superá-lo, elege a Antigüidade como ponto a ser alcançado, uma restauração, um renascimento. Os humanistas, à medida que parecem progressistas, são conservadores, pois trocam o passado mais recente por um passado bem mais distante, onde eles encontram a sabedoria e a beleza. Como não lembrar que para Maquiavel (1469-1527) o modelo da sua república é Roma. Para ele,

*... quem desejar prever o futuro deve consultar o passado, pois os acontecimentos humanos se assemelham sempre aos dos tempos precedentes. Isso é provocado pelo fato de serem produzidos por homens que sempre foram, e serão sempre, animados pelas mesmas paixões, e, portanto têm necessariamente os mesmos resultados.*⁴³

Alguns tempo depois, os Iluministas também se voltaram para um passado recente quando pretendiam criticar o presente em que viviam. Até às duas primeiras décadas do século XVIII, a idéia de progresso referia-se principalmente ao mundo da técnica e da ciência. Apenas a partir de meados daquele século, tal idéia passa a ser difundida nos espaços da economia política, da filosofia e da história. Cassirer lembra que até mesmo Voltaire (1694-1778) viu-se encantado pelo passado, na medida em que via O Século de Luiz XIV como o culminar de sua obra.

Pouco antes, no século XVI, Jean Bodin (1530-1596), criticou a referência a uma Idade de Ouro que teria existido em algum momento no passado, para ele *Se essa pretensa Idade de*

⁴² HENRY, John. *A Revolução Científica e as origens da ciência moderno*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1998. P.82-83.

⁴³ Apud HEILBRONER, opus cit. P.17.

*Ouro pudesse ser evocada e comparada com a nossa, considerá-la-íamos de ferro.*⁴⁴

Subtende-se, no pensamento de Bodin, que há um crescimento gradual do conhecimento e das formas de organização social e de melhoria das condições de vida, e que o passado não apresentava os benefícios que sua época já apresentava. O presente possuía, para Bodin, vantagens inimagináveis para os homens que já haviam passado no tempo. O que nos importa agora, parece nos dizer Bodin, é que já não há retorno ao que já sucedeu e que a cada dia as situações vividas pelos homens são melhores.

Francis Bacon (1561-1626), para quem é preciso libertar a ciência de uma certa teologia, que faz a inteligência humana ser <estéril como uma freira>,⁴⁵ entendia que o progresso faz-se por acumulação de conhecimentos: “*O tempo é o grande inventor e a verdade é filha do tempo e não da autoridade*”. O conhecimento, a criação, é resultado da ação acumulativa das descobertas realizadas pelos homens. Quem fundou a unidade da ciência na demonstração de que a natureza obedece a leis foi René Descartes, que apresentou o método científico e filosófico como um progresso contínuo, em direção ao conhecimento máximo, considerando as capacidades humanas:

“O que entendo por método é um conjunto de regras certas e fáceis, pela observação exata das quais se estará certo de nunca tomar o falso por verdadeiro, sem inúteis esforços do espírito, mas aumentando o saber por um processo contínuo, chegar a um conhecimento verdadeiro de tudo aquilo do que se é capaz”.

Entretanto, a idéia do progresso teve, no século XVII o bloqueio de Blaise Pascal⁴⁶ e dos Jansenistas,⁴⁷ que discutiam a respeito do papel da Providência e da sua Graça sobre os

⁴⁴ Apud, Le Goff, História e Memória. P. 247.

⁴⁵ DELEMEAU, Jean. A Civilização do Renascimento. Vol.II

⁴⁶ Nascido em Clermont-Ferrand no ano de 1623 e morto em 1662, Pascal, após a sua segunda conversão, dedicou-se a refutar os jesuítas, a quem acusou de laxismo, tendo assumido as orientações religiosas advindas de abadia de Port-Royal.

⁴⁷ O jansenismo é um movimento gerado em torno das idéias de Cornélio Jansenius que, postumamente, teve sua obra *Augustinus* publicada em 1640. Jansenius radicalizou o pensamento agostiniano quanto à graça necessária para a salvação. Esta doutrina o aproxima bastante do protestantismo. Transposto para a França, o tema torna-se apaixonante a partir da Abadia cisterciense de Port-Royal dirigida por Madre Angélica

homens, ao mesmo tempo em que Bossuet fazia esforços para adequar a fé cristã ao racionalismo cartesiano.⁴⁸ Era o esforço realizado para manter-se operante diante do Estado que, aos poucos, abarca tradicionais posições da Igreja, bem o enfrentamento desse outro caminho racional, a ciência, que ameaçava a ocupar os lugares de esperança dos homens, com sua promessa de realizar o mundo sem dores e sofrimentos, cumulado de prazer constante.

No século XVIII os enciclopedistas tinham como base de sua fé a idéia do progresso, embora tivessem esse conceito pouco elaborado. Os pensadores iluministas entendiam a Natureza como mãe do progresso. Diferentemente da maioria dos pensadores do século XVIII que, como os Renascentistas, viam com desprezo a Idade Média, Turgot entende e verifica que, naquele período, havia ocorrido progresso nas artes mecânicas e no comércio, como também em alguns costumes, que possibilitaram a abertura de sendas para outros tempos. O iluminismo concebe o devir como progresso, mas o progresso da riqueza e da moralidade, isso graças ao desenvolvimento das luzes brotadas da razão e das obras produzidas pelos homens.

O progresso que poucos vêem no período medieval é o progresso que se vislumbra para o futuro, não mais este ou aquele lapso, ou momento de progresso, mas é o próprio progresso que marca a história. O progresso passa a ser entendido como o processo de aperfeiçoamento do espírito humano, como diz Volney em sua obra *As ruínas ou meditações sobre as revoluções dos impérios*.

A idéia de progresso também a tingem o pensamento econômico que se forma na obra de Condorcet para quem

Aranauld. A prática piedosa dos de Port-Royal prova a ira dos jesuítas que se vêem acusados de postura laxista e comportamento relapso. Enquanto viveu, Mazarino conseguiu proteger a Abadia. Após a morte de seu ministro, Luiz XIV, temendo uma nova Fronde, decide estancar o movimento, dispersando as religiosas. Mais tarde, diante da permanência do movimento, Luiz XIV consegue que o papa Clemente XI promulgue, em 1713 a bula *Unigenitus* condenando definitivamente os seguidores de Jansenius. O jansenismo tem se mantido como oposição hostil aos jesuítas, defensores de uma piedade mais prática e menos contemplativa. Ainda se mantém com a “Pequena Igreja de Utreque”, em um pequeno cisma.

⁴⁸ Sobre René Descartes é interessante lembrar os esforços por ele realizados para adequar a sua filosofia ao dogma da transubstanciação. Ver a respeito o capítulo cinco da obra de John HENRY, *A Revolução Científica e as origens da ciência moderna*, anteriormente citada.

*Não (há) limite ao aperfeiçoamento da capacidade do homem. O seu progresso, independente de qualquer poder que possa desejar detê-lo, não tem outro limite senão a duração do globo sobre o qual a natureza nos colocou. Sem dúvida esse progresso pode realizar-se em ritmo mais ou menos rápido, mas jamais retrocederá. Pelo menos enquanto a terra ocupar o mesmo lugar no sistema do universo....*⁴⁹

John Stuart Mill compreendia que

*“os seres humanos moldam e dão forma à circunstâncias para si e para os que vêm depois. Desta acção recíproca (entre os homens e a natureza) tem que resultar, forçosamente, ou um ciclo ou um progresso”.*⁵⁰ Para ele “a progressividade da raça humana é o fundamento sobre o qual tem se erguido nos últimos anos, um método filosófico para a ciência social”

salientando que a busca do progresso é a busca da verdade, considera que, embora o desejo da verdade não se apresente como a mais forte tendência da natureza humana, é a

*sua influência a principal causa determinante do progresso social, dela dependendo, quanto aos meios de realizar a sua parte do trabalho, todas as outras disposições da nossa natureza que contribuem para esse progresso.*⁵¹

Nessa visão otimista, entende-se que a produção da ciência apresenta um aspecto positivo, e crescente. A ciência caminha ocupando os espaços anteriormente ocupados pela religião organizada na Igreja. *O ‘progresso’ tornou-se o ideal que expulsa todos os outros, como a*

⁴⁹ Apud HEILBRONER. Opus cit. P. 18

⁵⁰ MILL, j. S. A Sistem of Logic. Apud Patrick Gardiner in Teorias da História. .p108

⁵¹ Idem. P. 115.

*espiritualidade e o aprimoramento pessoal.*⁵² O progresso parece ser entendido como um esforço intencional, concentrado, muitas vezes realizado por um grupo organizado e que se guia por conhecimentos crescente da natureza e que se propõe a melhorar a “condição humana” e isto é entendido de forma mensurável. Com a Revolução Industrial,

*pela primeira vez na história, a produtividade do trabalho comum tornou-se objeto de sistemática investigação.(...) A Natureza até então senhora do homem, tornou-se sua grande escrava. Uma transformação política, cuja importância só era superada por essa transformação industrial que fez época, infundiu ao futuro uma nova esperança. Foi o movimento que começou com a Revolução Inglesa e culminou com as Revoluções Francesa e americana.*⁵³

Agregue-se a isso a idéia de que o progresso seria inevitável. A idéia de progresso tornou-se como que mágica e todos dela pretenderam se apropriar, para justificar projetos, planos e metas. Assim, filosofias, partidos, estados, todos passaram a clamaram-se progressistas, mesmo aqueles, ou aquelas instituições que tentaram barrar o progresso ou o viam como inimigo.

“Progressistas, somos”, clamam os estados de cunho capitalista, pois afirmam que o capitalismo veio trazer o bem estar material para um maior número de pessoas e grupos sociais.

Diz-se que o capitalismo histórico transformou o alcance mecânico da humanidade. Cada aplicação do esforço humano foi recompensada com a obtenção de cada vez mais produtos (...) Diz-se que em nenhum sistema histórico anterior as pessoas tiveram uma vida material tão

⁵² TUVERTON, Ernest, no verbete *Progresso* do Dicionário do Pensamento Social do Século XX, organizado por William OUTHWAITE E Tom BOTTOMORE. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

⁵³ HEILBRONER. Opus cit. P. 20

*confortável ou espectro tão amplo de experiências de vida à sua disposição*⁵⁴.

O que isso significou em termos de humanidade e qual o percentual de membros da humanidade têm acesso aos bens criados pelo progresso, é uma discussão que estes não se colocam.

Por outro lado, os que se opõem, ou se opuseram ao Estado Capitalista, à sociedade capitalista, também aderiram à idéia do progresso. Citamos Wallenstein, que escreve:

*Surpreendente é que os seus oponentes (do capitalismo) ideológicos, os marxistas – antiliberais, representantes das classes trabalhadoras oprimidas -, acreditassem no progresso com, pelo menos a mesma paixão. Não há dúvida, essa crença serviu a um importante propósito ideológico. Justificou as atividades do movimento socialista mundial, com base na noção de que ele encarnava a tendência do desenvolvimento histórico. Além disso, parecia muito inteligente propor essa ideologia, na medida em que significava usar a ideologia dos burgueses liberais para confundi-los.*⁵⁵

Mas foi uma armadilha descoberta muito posteriormente, essa crença no progresso tecnológico, embora ela estivesse presente já nos formuladores do materialismo dialético. Josep Fontana diz que

A fé ingênua no progresso tecnológico se encontra já no Esboço de crítica da economia política do jovem Engels, e não parece ter sido abandonada mais tarde. E cita: A

⁵⁴ WALLERTSTEIN, Immanuel. *Capitalismo histórico & Civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001. p. 85.

⁵⁵ WALLERTSTEIN, Immanuel. *Capitalismo histórico & Civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001. p. 83

*capacidade de produção de que dispõe a humanidade é ilimitada. A inversão de capital, trabalho e ciência pode potenciar o esquema industrial até o infinito a possibilidade de rendimento da terra(...) essa ilimitada capacidade de produção, manejada de um modo consciente e no interesse de todos, não tardaria em reduzir ao mínimo a massa de trabalho que pesa sobre a humanidade.*⁵⁶

Também os cristãos católicos, como veremos, nela foram envolvidos, ainda mais, porque pretendiam reformar o sistema capitalista, principal beneficiário do progresso, do que substituí-lo. Essa idéia de progresso invade e domina alguns setores da Igreja.

Entretanto, *o progresso não é inevitável. Apenas lutamos por ele.*⁵⁷

⁵⁶ FONTANA, Josep. Opus cit. P. 151ss.

⁵⁷ WALLERTSTEIN, Immanuel. *Capitalismo histórico & Civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001. p.92.

CAPÍTULO 2.

DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA: UM PERCURSO EM DIREÇÃO DO PROGRESSO.

Desde o período do Renascimento, acompanhado pelas reformas do século XVI, a Igreja Católica vinha sofrendo pequenos declínios na Europa⁵⁸, em decorrência das reformas religiosas capitaneadas por Martinho Lutero, João Calvino e outros, embora continuasse a exercer alguma influência nos países situados na região mais mediterrânea. Ao longo do

⁵⁸ Ao término do século XVI a cristandade européia estava dividida, uma vez que muitos monarcas assumiram, em seu território novas orientações religiosas como forma de subtrair-se do domínio do catolicismo, visto mais como uma política que como religião.

século XVII, algumas áreas que haviam aderido à Reforma voltaram, pela ação de missionários, ao redil católico. Ao final do século XIX e início do século XX, a Igreja Católica Romana passava por uma fase histórica pouco favorável. Ao longo do período revolucionário francês, iniciado ainda no final do século XVIII, a Igreja vinha sofrendo duros reveses. Na França, no período revolucionário,⁵⁹ os bens eclesiásticos foram utilizados para o financiamento da guerra; os padres foram obrigados a jurar uma constituição, o que provocou uma dissensão e divisão no clero francês. Durante a Revolução Francesa, calcula-se que cerca de 20.000 padres abdicaram de sua função ou abandonaram-na; no início do século XIX o papa Pio VII foi feito prisioneiro por Napoleão.⁶⁰ No período que segue ao Congresso de Viena, a Igreja aliou-se à política de Metternich e sofreu os revezes das Jornadas ocorridas em 1831, quando os seus territórios foram tomados para a formação das “Províncias Unidas Italianas”, recuperadas pelas tropas austríacas e devolvidas ao Papa. A 5 de abril de 1831 o papa Gregório XVI publicou a encíclica *Aquele Deus*, em agradecimento ao imperador austríaco Francisco I, pela ajuda em recompor o seu poder temporal.⁶¹

Na América Latina a Igreja enfrentou, primeiro, o dilema de apoiar ou não os novos Estados que se formavam a partir da desagregação dos impérios espanhol e português⁶² e, na segunda metade do século, confrontou-se com uma leva de governos liberais que se afirmavam, também, no controle dos bens eclesiásticos, etc.⁶³ A esse respeito o papa Leão

⁵⁹ VOVELLE, Michel. *A Revolução Francesa contra a Igreja. Da Razão ao Ser Supremo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989. p. 20.

⁶⁰ Na noite de 5 para 6 de julho de 1809, o Papa Pio VII foi preso após recusar a renunciar a soberania temporal sobre Roma e permaneceu preso em Savona até 9 de março de 1812, de onde foi transferido para Fontainebleau. Em 1815 Napoleão deu ordem para o Papa retornar à Itália e, a 24 de maio daquele ano retomou o governo de Roma. Quando da derrota definitiva de Napoleão, sua família recebeu asilo na proteção papal.

⁶¹ Gregório XVI. *Aquele Deus*. In *Documentos da Igreja, Documentos de Gregório XVI e de Pio IX*. São Paulo: Paulus. 1999. p. 11-16.

⁶² *Após a declaração da independência do Brasil, modificaram-se as circunstâncias do relacionamento oficial com Roma. Primeiro foi o reconhecimento da independência, assunto em que Roma procedia com muita cautela, com medo de melindrar os reis “católicos” e a Inglaterra; é verdade que o caso do Brasil não era o mesmo dos outros países da América, uma vez que não se rompia com o governo dinástico, podendo ser considerado como uma briga de família.* HAUCK, João Fagundes. *A Igreja na Emancipação (1808-1840)* in *História da Igreja no Brasil, Tomo II/2*. Petrópolis: Editora Vozes. 1980. p 79.

⁶³ *“Os liberais tinham duas aspirações. Primeira, pretendiam subordinar o exército e a Igreja à autoridade civil, esperando em conseguir por este meio a unificação do país, evitando futuro desmembramentos pelos Estados Unidos. Segunda, restringir o poder dos proprietários, acabando com o regime da grande*

XIII dedica um dos parágrafos de sua encíclica *Rerum Novarum*, lamentando atitudes de vários governos.

*Os poderes públicos não podem, pois, legitimamente, atribuir-se a sua administração; a sua obrigação é antes respeitá-las, protegê-las e, em caso de necessidade, defendê-las. Justamente o contrário é que nós temos sido condenados a ver, principalmente nestes últimos tempos. Em não poucos países, o Estado tem posto mão nestas sociedades, e tem acumulado a este respeito injustiça sobre injustiça: sujeição às leis civis, privações de direito legítimo de personalidade, espoliação de bens.*⁶⁴

Por outro lado, a expansão do novo modo de produção fabril contribuía para desmontar antigas formas de relações da Igreja com as populações cada vez mais urbanizadas. As cidades eram um desafio para uma instituição que se formara em uma sociedade plenamente rural, com valores diversos desses novos que se vinham estabelecendo desde o século XVII, sob os auspícios de uma economia sempre mais monetarizada, prática e que busca satisfações imediatas e materiais. Mas era uma sociedade que afirmava a liberdade do indivíduo no seu pensar e nas suas crenças, e que escapava da grade dogmática erigida ao longo dos séculos pela Igreja Católica. A Igreja na América Latina manteve um relacionamento difícil com uma elite que se secularizava em seus comportamentos.

A reação primeira da Igreja foi de reprovação a esse mundo que surgia nas cidades industriais, e que a isolava de largas parcelas da população. Uma série de documentos condenatórios à sociedade foi posta em circulação por iniciativa dos pontífices romanos,

propriedade e devolvendo aos índios as terras de que haviam sido esburgados durante o período colonial.”. PENDLE, George, *História da América Latina*. Lisboa, Editora Ulisséia, s/d. p. 145

⁶⁴ Leão XIII. *Rerum Novarum*, 4ª. Edição. São Paulo: Edições Paulinas, 1965. Coleção A Voz do Papa. P. n. 33. p.52

sempre ciosos da autoridade, da tradição.⁶⁵ Essa reação da Igreja ao mundo moderno acarretou um considerável atraso nos estudos das ciências, inclusive na teologia e na exegese bíblica. Dessa forma os católicos perceberam-se sem munição adequada para o debate com o mundo moderno e aqueles que tentaram acompanhar as mudanças, viram-se condenados pelos defensores da ortodoxia. Simultaneamente vários setores da Igreja passaram a demonstrar uma certa vitalidade, provocando o surgimento de uma série de novas congregações religiosas, sendo a maior parte delas dedicada a ações de assistência social caritativa, como é o caso das Filhas de Santana, fundação de Rosa Gatorno; a Obra de Santa Dorotéia, fundada por Paula Frassinete, ou de ações mais positivas no atendimento de jovens, em muitos casos preparando-os para o mercado de trabalho, como foi o caso da ação do padre João Bosco em Turim.

Essas ações, entretanto, não impediram que grande parte do operariado nascente se afastasse da influência direta da Igreja, tornando-se parte dos movimentos revolucionários e reivindicatórios liderados por partidos sociais que se formavam ao longo do século XIX, após o fracasso da política de Matternich e da não-realização dos projetos revolucionários que davam continuidade à Revolução de 1789.

Da derrota das aspirações revolucionárias de 1830 e da consciência do fracasso social do capitalismo – a consciência de que não é um sistema para a prosperidade geral, mas sim uma nova forma de exploração – nascerá uma transformação das propostas revolucionárias. Os anos que decorrem entre 1830 e 1848 são os anos em que o radicalismo operário britânico engendra o cartismo – a

⁶⁵ Entre os documentos condenatórios do mundo moderno estão a carta encíclica *Mirari Vos*, (15/08/1832) a cerca da liberdade e do indiferentismo religioso, de Gregório XVI; *Qui pluribus*, (9/11//1846) de Pio IX, que condena o indiferentismo, o racionalismo e a fé no progresso ilimitado; *Nostis et nobiscum*, de Pio IX, (8/12/1848) tratando dos acontecimentos revolucionários nos Estados Pontifícios e pede a refutação dos erros dos socialistas e dos comunistas; *Quanta Cura* (8/12/64), também de Pio IX, condenando os erros, do tempo presente e foi completada pelo *Syllabus*.

*demanda de alguns direitos políticos, com os quais os pobres, sendo a maioria, podem transformar a sociedade.*⁶⁶

A postura assumida pela Igreja de defesa da ordem a fê-a matizar a corrente de suas relações aproximadas com a aristocracia, ao mesmo tempo em que procurava aproximar-se da nova classe dominante, a burguesia, especialmente pela afinidade dos discursos contrários aos materialistas reformadores sociais. Entretanto, nos anos finais do século XIX e nos albores do século XX, o magistério da Igreja Católica se propõe a examinar as questões sociais e, com essas análises, pretende aproximar a Igreja Católica do mundo contemporâneo, reafirmando a sua vocação de orientadora da civilização. Aos poucos, a Igreja Católica foi definindo um corpo doutrinário que está, em grande parte, presente nos discursos do que se convencionou chamar Igreja progressista. Esta corrente teve papel relevante na segunda metade do século XX, causando estremecimentos nas relações da Igreja com vários Estados e governos, especialmente na América Latina, bem como nas relações internas da própria Igreja.

A prática de setores da Igreja que se convencionou chamar de progressista está ligada ao surgimento, ao conhecimento e prática da Doutrina Social da Igreja, um conjunto de ensinamentos emanados do magistério pontifício e que recebe explicitações dos bispos em suas dioceses ou das Conferências Nacionais que surgiram. A Doutrina Social da Igreja é um conjunto que se vem formando de maneira longa e pouca constante, através de algumas encíclicas. Ela não é um conjunto de definições dogmáticas, mas apresenta a característica de ser uma tentativa de atualizar o pensamento e ação da Igreja diante dos problemas sociais que vêm se apresentando na sociedade industrial. Podemos dizer que a Doutrina Social da Igreja é *um conjunto doutrinal, progressivamente constituído*,⁶⁷ remontando seu início à publicação da encíclica *Rerum Novarum*, em 1891, do papa Leão XIII. Não apresentada sistematicamente, a Doutrina Social da Igreja foi sendo formada com a publicação de diversos documentos dos diversos papas que desde então têm governado os católicos.

⁶⁶ FONTANA Josep. Opus cit. P. 140.

⁶⁷ CALVEZ, Jean-Yves e PERRIN, Jacques. *Igreja e sociedade econômica, o ensino social dos papas de Leão XIII a Pio XII (1878-1958)* Porto: Livraria Tavares Martins, 1960. P.23.

Alguns desses documentos são mais claramente associados à questão social, seja pelo seu título seja pelas referências a documentos anteriores. Nesse elenco, as encíclicas de Leão XIII, e a *Quadragesimo Anno* de Pio XI, são as primeiras e consideradas tipicamente sociais. As cartas de João XXIII, *Mater et Magistra*, de 29 de setembro de 1961, a *Pacem in Terris*, publicada em 11 de abril de 1963; do papa Paulo VI, as cartas *Populorum Progressio*, de 26 de março de 1967, a carta *Octogesima Adveniens*, de 14 de maio de 1981; do papa João Paulo II, a encíclica *Laborem Exercen*, publicada em 14 de setembro 1981, no nonagésimo aniversário da *Rerum Novarum*, a *Centesimus Annus* tornada pública em 1º de maio de 1991 no centenário da *Rerum Novarum*, formam o conjunto básico formulador da Doutrina Social da Igreja.

O corpo doutrinal formado pelo conjunto das encíclicas tem propósitos diversos ao de apresentar uma orientação política rígida para a atuação social a ser seguida pelos católicos. Nos escritos pontifícios aparecem mais indicações que são formuladas a partir de conceitos evangélicos, com pequena quantidade de dados e reflexões retirados de uma análise sociológica dos reais problemas enfrentados pela sociedade. Contudo, é de destaque que os ensinamentos pontifícios, nessa área, são bem mais do que orientação teórica e desencarnada. Eles nascem das dificuldades enfrentadas pelos católicos na sociedade, pois eles estão no mundo diferente daquele em que se organizou o catolicismo e carecem de novas orientações para a sua vida no cotidiano, de forma a não se afastarem da Igreja. Também pretendem ser respostas para as dificuldades que a Igreja enfrenta enquanto sociedade política, pois essa doutrina social é, também, um diálogo com os Estados que se formam naquele período e, no caso da Itália, em detrimento do papel político que até então a Igreja desempenhava na Europa e no mundo. Eles afirmam que a Igreja tem um conceito de sociedade e que, através de seus membros, os católicos que vivem nos diversos Estados, pretende estar presente e contribuir para mudanças na sociedade, preservando os valores que lhe são caros e fundamentais.

No final do século XIX, pela primeira vez enfrentava-se um novo problema, uma questão social, na medida em que envolvia, de uma só vez, os mais diversos atores sociais, sendo que um deles, o operário que surge, aparecia sem as proteções que anteriormente lhe eram

garantida pelo sistema que estava sendo superado. Foi a esse questionamento gerado no seio da sociedade que a Igreja pretendeu oferecer resposta.

A referência à <questão social>, implícita ou explicitamente em qualquer definição da <doutrina social> da Igreja, comporta (...) a vantagem de indicar que o ensino, apresentado pela Igreja sob esta rubrica, não é uma síntese teórica, independente das condições de sua aparição, mas a resposta histórica a um problema histórico.⁶⁸

Por não ser um compêndio, um catecismo, por não se pretender um tratado científico, a Doutrina social da Igreja tem merecido críticas como esta que é feita por João Camilo de Oliveira Torres, que assim se expressa:

“A doutrina social da Igreja” sempre sofreu de algumas falhas sensíveis, como por exemplo, a carência de estudos de base científica rigorosa, de uma visão global da sociedade e da História e, last but non least, de um nome carregado e colorido e tonalidade emotiva para produzir a mística necessária a estimular os homens à ação.⁶⁹

De tais palavras deve-se concluir que não há uma clareza dessa doutrina, pois ela se apresenta de um modo vago, sendo capaz de informar sobre a que o católico deve se opor, mas não esclarece exatamente o que ele deve querer e como deve realizar ações para alcançar objetivos específicos. Como os papas escrevem para católicos que vivem em situações diversas, evitam a objetividade do discurso, entendendo que cabe às Igrejas locais adaptarem a sua orientação geral. Talvez advenha dessa situação a diversidade de interpretações e de ações que caracterizam as ações dos católicos em busca de esclarecer a sua doutrina social. Entretanto, a crítica de Camilo Torres pode ser aceita em relação a

⁶⁸ Idem. P. 29

⁶⁹ TORRES, João Camilo de Oliveira. *História das Idéias Religiosas no Brasil*. São Paulo: Grijalbo, 1968. p. 257

alguns tópicos, como os relacionados ao grau de adesão da Igreja ao capitalismo, mas o mesmo não pode ser dito quanto às posições assumidas em relação aos seus oponentes, o socialismo e o comunismo. Quanto ao capitalismo, embora haja a condenação aos seus excessos, a Igreja sempre carrega uma perspectiva de poder transformá-lo e torná-lo mais humano; já no que diz respeito ao comunismo, por sua clareza em afirmar-se como ateu, não resta à Igreja senão a sua condenação.

Essas cartas sociais pontificias não acompanharam a seqüência dos que se sentaram no trono de Pedro. Nem todos os papas optaram por ter a “questão social” como predominante, ou relevante em seu pontificado. A própria lógica do poder absoluto dos papas permite, a cada um dos pontífices, a possibilidade de relevar ou realçar os ensinamentos de seus antecessores da maneira que lhes apraz, conforme suas personalidades e formação. Assim as encíclicas parecem estar respondendo mais aos interesses e questões conjunturais do que fortalecendo e dando continuidade a todos ensinamentos de seu antecessor imediato.

Explicitada a partir do final do século XIX, em resposta ao desafio de manter-se atualizada com os problemas surgidos desde o processo de industrialização, a Doutrina Social da Igreja, no seu processo de formação, como que “salta” de um papa a outro, embora não haja descontinuidade de ensinamento, como o demonstra o título da encíclica *Quadragesimo Anno*, de Pio XI, comemorando a *Rerum Novarum* de Leão XIII. O papa Pio X, (1913-1914) sucessor imediato de Leão XIII preocupou-se mais com os aspectos pastorais e internos da Igreja e suas intervenções quanto ao mundo moderno foram mais de apreensão e condenação, preocupado que estava com a presença do modernismo nos ambientes teológicos e nos movimentos sociais católicos então existentes.⁷⁰ Já o papa Bento XV (1914-1921) teve seu pontificado envolto no conflito mundial iniciado em 1914, sendo, por

⁷⁰ Pio X publicou em 18 de dezembro de 1903, o Motu próprio *Fin de la Prima*, que pretende dar um ordenamento da ação política dos católicos na Itália; a 3 de julho de 1907 publicou o Decreto *Lamentabili*, condenando os principais erros dos modernistas; em 8 de setembro do mesmo ano publicou *Pascendi Dominici Gregis*, também sobre as doutrinas modernistas; No Motu próprio *Sacrorum Antistum*, de 1º de setembro de 1910, volta a questão do modernismo.

isso, obrigado a ter outras preocupações mais além das relações entre o operariado e o patronato.⁷¹

No entender de um sacerdote estadunidense, escrevendo para os católicos daquela nação, com o objetivo de popularizar a Doutrina Social entre os católicos dos Estados Unidos da América,

A expressão moderna do Ensino Social da Igreja surgiu no século passado (século XIX), com a encíclica do Papa Leão XIII, Rerum Novarum (a condição do operário).⁷²

Observe-se que o autor usa a expressão “moderna do Ensino Social”, dando a entender que havia uma doutrina social anterior, embora não moderna, no sentido de “não de nossos dias”. Assim, o autor citado apresenta aos leigos⁷³ o que entende ser uma doutrina antiga que é apresentada em novas vestes. Ele procura mostrar que há uma continuidade no pensamento social da Igreja ao longo de sua história. Lamenta, que esta nova doutrina social seja desconhecida para a maioria dos católicos, daí o título do livro, *Nosso grande segredo*. Para o autor, esse desconhecimento é que confunde os católicos na sua ação social. Embora sendo originário da cátedra petrina, poucos católicos têm tido contato direto com esses ensinamentos sociais, gerando situações difíceis para alguns setores do catolicismo que são mais informados sobre o pensamento social dos pontífices romanos. Essa doutrina traria, segundo o autor, argumentos mais próprios para o confronto com os problemas que os homens têm enfrentado desde o início dos tempos industriais do século XVIII, uma vez que os tradicionais ensinamentos católicos não ofereciam propostas de resolução para aquelas situações, uma vez que elas não existiam no período anterior à

⁷¹ O papa Bento XV escreveu quatro encíclicas em torno das questões provocadas pela Primeira Guerra Mundial: *A beatissimi Apostolorum Principis*, de 1º. de novembro de 1914; *Allorché Fummo Chiamati* de 28 de julho de 1915; *Dès le début* de 1º. de agosto de 1917 e *Annus iam plenus est* em 1º. de dezembro de 1920.

⁷² HERIOT, Peter J. *Nosso Grande segredo: ensino social da igreja: herança e compromisso*. Petrópolis: Vozes, 1993. p. 10

⁷³ Este livro foi produzido nos Estados Unidos e seu objetivo era mostrar aos católicos daquele país que não havia nada de estranho no fato de os católicos da América do sul estarem tão envolvidos nas questões sociais de seus países, pois o seu comportamento não era de comunistas, mas de católicos seguidores dos ensinamentos papais.

Revolução Industrial. Os problemas que as encíclicas, especialmente as primeiras, analisam, e a que também procuram oferecer soluções, são aqueles ocorridos em sociedades industrializadas ou em processo de industrialização. Daí que as cartas deveriam interessar principalmente aos católicos dos países europeus ou aos norte-americanos.⁷⁴

A carta que dá início ao conjunto de ensinamentos sociais da Igreja, a *Rerum Novarum*, foi antecedida de um pioneiro catolicismo social, cujos membros

provinham da aristocracia rural, menos engajada nos negócios do que os católicos liberais e, portanto, menos sensível ao famoso imperativo da “lei de bronze” das exigências da concorrência. Mais importante ainda era o fato de os católicos sociais das décadas de 1860 a 1890 encararem a ação social – concebida quase sempre dentro de uma perspectiva paternalista – como um meio de conseguirem a adesão das massas populares para a sua causa, para a sua luta contra a oligarquia burguesa anticlerical...⁷⁵, o que veio a influenciar o pensamento exposto pelo papa.

Com pequenas diferenças, o conteúdo do ensinamento social dos papas, no final do século dezenove e início do vinte, era o mesmo. Leão XIII tem em mente um *Estado cristão*, um estado que deve reservar espaço para a religião e reconhecer os direitos da Igreja⁷⁶. Por isso, a encíclica não trata diretamente da “questão social”, mas da “questão operária”, das condições a que estão submetidos os operários, machucados em sua dignidade humana. Trata das *Coisas Novas – Rerum Novarum*, das situações que emergem das novas relações sociais, econômicas, que não figuravam ao longo da história, que não eram discutidas

⁷⁴ Muitos católicos, em diversos países tentaram por em prática os ensinamentos de Leão XIII. Aqui mesmo em Pernambuco, alguns industriais católicos criaram, em suas fábricas, moradias para seus empregados, ofereceram escola e assistência social para suas famílias. É o caso das fábricas de tecelagem de Camaragibe, Macaxeira e Paulista.

⁷⁵ AUBERT, Roger. *A Igreja na Sociedade Liberal*. Coleção *Nova História da Igreja*, Volume V, Tomo I. Petrópolis: Vozes, 1975. p. 141- 142.

⁷⁶ ZAGHENI, Guido. *A idade contemporânea*, vol. IV. São Paulo: Paulus, 1999. p.190.

porque não existiam.⁷⁷ Daí o seu caráter histórico e ser uma resposta histórica ao momento que era vivido pela primeira vez pelos homens. O papa, em sua carta, esclarece que...

*o século passado destruiu, sem as substituir por coisa alguma, as corporações antigas, que eram para eles uma proteção; os princípios e os sentimento religioso desapareceram das leis e das instituições públicas, e assim, pouco a pouco, os trabalhadores, isolados e sem defesa, têm-se visto, com o decorrer do tempo, entregues à mercê de senhores desumanos e à cobiça desenfreada. A usura voraz veio agravar ainda mais o mal. Condenada muitas vezes pelo julgamento da Igreja, não tem deixado de ser praticada sob outra forma por homens de ganância, e de insaciável ambição. A tudo isto deve acrescentar-se o monopólio do trabalho e dos papéis de crédito, que se tornaram o quinhão dum pequeno número de ricos e de opulentos, que impõem assim um jugo quase servil à imensa multidão dos proletários.*⁷⁸

É uma grande condenação do capitalismo pela forma com que trata os trabalhadores, logo no início da encíclica. Mas, para o papa Leão XIII há uma relação entre a situação de desamparo dos operários com a irreligiosidade característica do mundo da industrialização que, pondo termo às relações de trabalho que haviam sido próprias das sociedades pré-

⁷⁷ *Os maravilhosos instrumentos inventados pelos homens, para aliviar o trabalhador, de início contribuíram para tornar mais pesada a sua sorte, Algumas vezes de maneira assustadora. O quadro das classes sociais na Inglaterra, organizado por Engels em 1845, a pesquisa do Dr. Villermé na França, revelam a insondável miséria material e moral de toda uma classe. O paroxismo do horror é atingido na Inglaterra, desde o século XVIII, com os contratos coletivos de aprendizagem pelos quais as paróquias abandonavam aos empresários, freqüentemente sem escrúpulos e sem entranhas, as populações de crianças que eles tinham a seu encargo. É então que entram os sêres fracos, mulheres ou crianças, muito numerosos na indústria têxtil nascente, porque a agilidade de seus dedos era necessária e porque os homens não aceitam com facilidade tarefas que não exigem nenhum ofício. É então que o espírito novo desenvolve da maneira mais cruel as conseqüências em que implica.* BIGO, Pierre. *A Doutrina Social da Igreja*. São Paulo. Edições Loyola, 1969. p. 135-136.

⁷⁸ Leão XIII. *Rerum Novarum*, 4ª. Edição. São Paulo: Edições Paulinas, 1991. Coleção A Voz do Papa. P. n. 2, p. 10

industriais, não cuidou de garantir uma situação justa aos trabalhadores.⁷⁹ As Corporações de Ofício, mencionadas pelo papa, foram geradas no tempo em que a Igreja era hegemônica e definia as maneiras e formas de organização social dos trabalhadores. Era um tempo em que a religião era um dos fatores dominantes na organização da vida social e, por isso influenciava as relações de trabalho e as relações sociais. A quebra das relações tradicionais de trabalho, para o papa, está associada à recusa dos ensinamentos religiosos. O papa entende que o mundo moderno, secularizado, que exilou a religião, também exilou as normas sociais de solidariedade tradicionais, por isso se torna necessário uma intervenção da Igreja para um re-encaminhamento dos comportamentos e das normas sociais, justificando, assim a publicação da sua encíclica.

Leão XIII faz um apelo aos patrões que são católicos, para que eles vejam naqueles que labutam em suas fábricas, seus irmãos. Embora o problema extrapole os limites da Igreja, nem todos os donos de indústrias professam o catolicismo. Leão XIII não se dirige a todos, ainda que discuta sobre um tema que interessa a todos. Dirige-se apenas aos católicos mesmo quando expõe sobre governos e Estados. O papa fala como um observador distante, pois a Igreja *está habituada a ver os fenômenos do alto e de longe*, como se expressou Iginio Giordani.⁸⁰ Pede a colaboração entre patrões e operários, para que não haja desavenças entre eles. Daí, também, a crítica que arrosta contra a sociedade proposta pelos socialistas, pois para estes as mudanças ocorreram ou podem ocorrer, não pela cooperação fraterna, como deseja o papa, mas como resultado da luta entre as classes sociais. Tem início um ostensivo embate entre as propostas emanadas da Igreja e as orientações que saem dos movimentos e partidos operários socialistas. Este embate da Igreja contra o

⁷⁹ Uma outra possível influência dos católicos sociais sobre a carta de Leão XIII foi o movimento social dos acatólicos da Alemanha *que se recusava a fechar-se em obra de pura beneficência, como ocorria normalmente na França, e permitiu-lhe conservar profundas ligações com as massas populares, nelas encontrando apoio quando teve, no correr do Kulturkampf, de enfrentar a burguesia radical. Para dizer a verdade, até 1870, foi, sobretudo o soerguimento do artesanato e a organização dos camponeses que preocupou a maioria dos católicos alemães, ciosos de “aproximar a Igreja do povo a fim de aproximar o povo da Igreja”, segundo lema lançado em 1848. No entanto, pouco a pouco, a questão operária propriamente dita passou também a concentrar as atenções; várias associações se desenvolveram, sobretudo nas regiões industriais da Renânia, acrescentando, à preocupação com a preservação das almas e com o auxílio, o cuidado com a organização profissional e com o fornecimento à ação operária de uma sólida base de ação, visando a uma modificação do regime de trabalho.* AUBERT, R. Opus Cit. Volume V Tomo I. P. 144.

⁸⁰ Comentário apresentado como prefácio à carta encíclica *Rerum Novarum*, publicada pela Edições Paulinas, em 1991, texto que está sendo utilizado em nosso trabalho.

socialismo estará presente todas as encíclicas que formularam a Doutrina Social da Igreja. Sobre os socialistas e seus planos de ação, nos diz a *Rerum Novarum*

*Os socialistas, para curar este mal, instigam nos pobres o ódio invejoso contra os que possuem, e pretendem que toda a propriedade de bens particulares deve ser suprimida, que os bens dum indivíduo qualquer devem ser comuns a todos, e que a sua administração deve voltar para o Município ou para o Estado*⁸¹.

Mais adiante, no número 9, a teoria socialista e o comunismo sobre a propriedade são apontados como um princípio de empobrecimento que traria *a perturbação em todas as classes da sociedade, uma odiosa e insuportável servidão de todos os cidadãos, porta aberta a todas as invejas, a todos os descontentamentos*, etc.e, peremptoriamente, afirma:

*Por tudo o que nós acabamos de dizer, se compreende que a teoria socialista da propriedade deve absolutamente repudiar-se como prejudicial àqueles mesmos que se quer socorrer, contrária aos direitos naturais dos indivíduos, como desnaturando as funções do Estado e perturbando a tranqüilidade pública.*⁸²

Essa condenação ao comunismo e ao socialismo está associada à condenação ao progresso que pretende resolver todos os problemas, como pensavam os comunistas de então, e não é uma inovação de Leão XIII, mas uma continuidade do pensamento de Pio IX, que condenara o mundo gerado pelo progresso técnico científico que, já em sua primeira carta, *Qui Pluribus*, condenou os erros modernos, entre eles a fé em um progresso ilimitado.

⁸¹ Leão XIII. *Rerum Novarum* n. 3.

⁸² Idem n. 9. p.19-20

Para isso apontam aqueles perversos ensinamento sobretudo de filosofia, que enganam e corrompem miseravelmente a desprotegida juventude, fazendo-a beber o fel do dragão no cálice da Babilônia. Essa doutrina funesta – mais do que nunca contrária ao direito natural – aponta para o que chamam ‘comunismo’. Uma vez admitida seriam completamente resolvidos os direitos, os patrimônios, a propriedade e até a sociedade humana.⁸³

Por outro lado, a doutrina apresentada pelo papa se assenta na defesa da propriedade para todos, mas parte do princípio da *propriedade particular e pessoal é para o homem de direito natural*.⁸⁴ Ao mesmo tempo e no mesmo compasso, o papa critica os que prometem acabar com as disparidades sociais e uma vida sem sofrimento, porque enganam o povo. Para o papa as diferenças sociais derivam da variedade natural dos homens e a dor é parte integrante da vida⁸⁵. O papa propõe uma colaboração entre as classes sociais, uma composição das divergências entre as classes, e para isso o remédio é a prática da justiça, que levará a uma vida que supere as situações de sofrimento se viver com dignidade e trabalho.

Quanto aos deserdados da fortuna, aprendam da Igreja que, segundo o juízo do próprio Deus, a pobreza não é um opróbrio e que não se deve corar por ter de ganhar o pão com o suor de seu rosto. Aos pobres a Igreja ensina que, diante de Deus, a pobreza e o viver do próprio trabalho não são vergonha... A verdadeira dignidade e a sua excelência residem nos seus costumes, isto é, na sua virtude...⁸⁶

⁸³ PIO IX. Qui Pluribus. *Documentos de Gregório XVI e Pio IX*. São Paulo: Paulus, 2002. P. 89. Esta carta foi publicada em 9 de novembro de 1846, antes da publicação do Manifesto Comunista assinado por Karl Marx e Friederich Engels.

⁸⁴ Leão XIII, *Rerum Novarum*. n. 5. p. 12

⁸⁵ ZAGHENI, Guido. *Idade Moderna*, vol. IV. P. 194.

⁸⁶ Leão XIII. *Rerum Novarum* n. 15. p.28.

O papa esclarece na *Rerum Novarum* a sua afirmação dos deveres cristãos. Entre eles está o compromisso com uma atividade social, que, no seu entender, cria uma solidariedade concreta capaz de promover uma melhora global da condição humana. Neste momento, é bom recordar que a Encíclica *Rerum Novarum* foi publicada quase meio século após a publicação do Manifesto Comunista, escrito a quatro mãos por Karl Marx e Friederich Engels, que conclama para a união e a luta todos os operários do mundo, com o objetivo de modificar as bases das relações de trabalho e produção.

Devemos notar que nesta carta se encontra o primeiro reconhecimento dos direitos dos trabalhadores, bem como a afirmação de que a Igreja não justifica nem aprova a luta de classes. Apontando quais os deveres do Estado, diz que sua função é de prevenir os abusos que venham a ser feitos contra os trabalhadores, tais como...

*o peso de ônus iníquo, ou desonram neles a pessoa humana por condições indignas e degradantes; que atentam contra sua saúde por um trabalho excessivo e desproporcionado com a sua idade e sexo;*⁸⁷ etc. Também é *dever principalismo dos governos o assegurar a propriedade particular por meio de leis sábias.*⁸⁸

Pode ser encontrada nessa encíclica a defesa da propriedade privada e, ao mesmo tempo, a distinção entre propriedade e uso das riquezas. A riqueza em si, diz o papa, não é iníqua, mas ela deve ser utilizada visando o bem comum e a conquista da vida eterna. Por não aceitar a idéia de conflito e luta de classes, o Papa faz o convite para a formação de sindicatos católicos, de forma a apresentar, para a solução da questão social, a caridade.

Nós desejamos que compreendam isto, sobretudo aqueles cuja missão é velar pelo bem público. Empreguem neste

⁸⁷ *Rerum Novarum*, n. 22. p. 39

⁸⁸ *Idem*. N. 23. p. 40

*ponto os ministros do santuário toda a energia da sua alma e generosidade de seu zelo, e guiados pela vossa autoridade e pelo vosso exemplo, veneráveis irmãos, não se cansem de inculcar a todas as classes da sociedade as máximas do Evangelho; façamos o quanto estiver ao nosso alcance para a salvação dos povos e, sobretudo, alimentem em si a acendam nos outros, nos grandes e nos pequenos a caridade, senhora e rainha de todas as virtudes.*⁸⁹

A doutrina social apresentada por Leão XIII tem como principal objetivo a salvação dos povos; ele está pensando na economia como um meio de conciliação das classes, ela não deve servir jamais ao interesse de promover a divisão e a dissidência.

Os ensinamentos pontifícios sobre as questões sociais e sobre a questão operária são orientadores para uma prática e envolvimento na política e na sociedade, mas sofreram um lapso, conforme dissemos acima, de quarenta anos. Os papas do início do século XX - Pio X e Bento XV - pouco pensaram sobre as questões sociais. Pio X,⁹⁰ pontífice entre 1903 e 1914, esteve mais preocupado com os problemas internos da Igreja do que com a inserção dos católicos no mundo, como bem o demonstra a escolha do nome, homenageando e continuando a obra de Pio IX, é o papa do combate ao Modernismo.

O modernismo é um movimento teológico nascido em ambientes universitários. Tinha uma tendência liberal e suas origens devem buscadas, entre outros, no pensamento de Kant em relação ao transcendente. Este movimento fermentou entre os anos de 1890 e 1914. Embora não se possa dizer que tenha sido um movimento organizado, os modernistas desenvolveram uma cultura voltada para o entendimento da modernidade e aos problemas sociais, buscando abrir o cristianismo às exigências históricas e filosóficas do mundo

⁸⁹ Leão XIII, *Rerum Novarum*, n.37. p. 60.

⁹⁰ Giuseppe Melchiorre Sarto, foi eleito papa em 4 de outubro de 1903 e dirigiu a Igreja até agosto de 1914. Este papa foi beatificado em 1952 e canonizado em 1954. Esses atos, realizados no pontificado de Pio XII, repuseram o debate sobre a reinterpretação do modernismo. Após o Concílio Vaticano II admitiu-se que pós modernismo não pode ser explicado apenas com a síntese oferecida pela encíclica *Pascendi Dominici Gregis*, que ele publicou em 8 de setembro de 1907

moderno, aplicando esse conhecimento no estudo da teologia e da Bíblia. Buscando salvar o que Kant havia negado, a possibilidade da revelação transcendente, pois para aquele pensador a religião tornava-se apenas uma moral; os intelectuais do modernismo viam os dogmas como símbolos de uma experiência interior do homem com Deus, mas o cristianismo ficava, então, reduzido a seus aspectos subjetivos, como uma fé que não carece de qualquer prova ou organização exterior. O modernismo seria uma corrente que se formava desde o racionalismo, passando pelo positivismo e assumindo o liberalismo irreligioso do início do século XX.⁹¹ Por outro lado, foi, também, resultado do esforço realizado por teólogos católicos, desde o pontificado de Leão XIII, em atualizar os estudos católicos nas áreas da história e da filosofia que, à época estavam em atraso na relação com os protestantes. Mas, possivelmente, os problemas causados pelo modernismo devem ser debitados, também no despreparo dos sacerdotes para a convivência com o mundo moderno e o exercício do seu mister nessa sociedade, uma vez que os estudos que lhes eram oferecidos nos seminários eram parcos em cultura geral e os seus métodos de análise estavam superados. As disposições conservadoras, o espírito de restauração que dominava a Igreja ao longo do século XIX, a impediram de acompanhar de forma gradual e permanente os avanços da pesquisa e do conhecimento. Por outro lado, a defesa do dogma impedia a recepção dos conhecimentos alcançados pela sociedade. Assim, pouca surpresa causou quando as proposições de Maurice Blondel⁹² e de outros modernistas foram condenadas por Pio X na *Pascendi Dominici Gregis*⁹³ e no decreto *Lamentabili*.⁹⁴

E é este combate de defesa da instituição que caracteriza o papado de Pio X. Dele foi a iniciativa de promover a organização do Código de Direito Canônico, bem como a

⁹¹ Foram denunciadas como manifestações de modernismo algumas formas de democracia cristã, o movimento americanista, sob a forma que adquiriu na França, e várias correntes de reformismo eclesial que vieram à tona, em torno de 1900, na França, na Itália e sobretudo na Alemanha. AUBERT, R. *A Igreja na Sociedade Liberal...*, Volume V, Tomo 1. p. 182. Todo o capítulo X desse tomo é dedicado a apresentação e análise da Crise Modernista que dominou o pontificado de Pio X. A questão do modernismo provavelmente esteja na retaguarda da discussão sobre a Teologia da Libertação, um dos fatores de confronto entre Roma e a Igreja Católica no Brasil na década de 1990.

⁹² Maurice Blondel viveu entre 1861 e 1949. Foi um apologeta católico. Para ele não havia distinção entre filosofia e apologia e propugnou por uma filosofia cristã. Estava convencido de que a reflexão filosófica autônoma levaria a uma exigência de ação, sendo esta o dinamismo do indivíduo, a aspiração e o movimento da pessoa em busca de sua auto-realização.

⁹³ 8 de setembro de 1907

⁹⁴ 3 de julho de 1907

promoção das devoções eucarísticas⁹⁵ e cristocêntricas que afirmam o clero como figura central da Igreja, conforme as definições do Concílio de Trento e revigoradas pelo Concílio Vaticano I, colocando o leigo na posição de simples fiel.

Podemos inferir que a pouca preocupação de Pio X com a questão social deve-se à admissão de que a encíclica de seu antecessor já seria um conjunto definitivo e completo, capaz de orientar os católicos naquelas questões. Ademais, pode ter influído na sua pouca preocupação social, também, o fato de que alguns países mais industrializados já haviam criado legislação sobre a questão operária, admitindo certos direitos à classe operária – como o reconhecimento de sindicatos, direito de greve, etc.

Contudo, teve ele que enfrentar o problema da participação de católicos em sindicatos, especialmente no caso da Alemanha. Embora a Igreja não admitisse, naquele momento, a sindicalização de operários, Leão XIII havia conclamado, patrões e empregados para a formação de corporações que promovessem a aproximação dos dois grupos, como os patronatos e as associações de socorro mútuo, instituições que a Igreja bem conhecia, pois as vinha acompanhando desde o seu surgimento. Uma das razões para que essas associações fossem católicas é que outras associações, como os sindicatos, que, de acordo com o pensamento de Leão XIII,

*são ordinariamente governadas por chefes ocultos, e que obedecem a uma palavra de ordem igualmente hostil ao nome cristão e à segurança das nações: que, depois de terem açambarcado todas as empresas, se há operários que recusam entrar em seu seio, elas fazem-lhe expiar a sua recusa pela miséria.*⁹⁶

Propunha-se que houvesse sindicatos católicos, defendendo-os contra a influência de ideologias contrárias ao ensinamento eclesiástico, especialmente os comunistas que

⁹⁵ Movimento decorrente dessa disposição papal foi o intenso trabalho em torno da Primeira Comunhão Eucarística e a organização da Cruzada Eucarística Infantil, encontrada em todas as paróquias.

⁹⁶ Leão XIII, opus cit. N.34. p. 52-53

pregavam o ateísmo, conforme o ensinamento leonino. Em situação especial, mais tarde, foi permitido que operários católicos pudessem participar de sindicatos organizados pelos protestantes. Isso ocorreu a partir de pedidos de bispos alemães e foi concedido pelo papa Pio X, na encíclica *Singulari quandan*,⁹⁷ de 1912. Mas era uma *tolerância*, e tal prática exigia dos bispos uma consulta à Santa Sé, como está expresso nessa carta que responde solicitação dos bispos alemães:

*...dado que eles (sindicatos protestantes) abraçam um número de operários maior do que o das associações puramente católicas e que muitos inconvenientes ocorreriam se tal tolerância não fosse permitida. Em consideração à especial situação do catolicismo na Alemanha, consideramos ser do nosso dever acolher tal demanda e declaramos que se pode tolerar e permitir que os católicos participem também daquelas associações mistas que existem em vossas dioceses.*⁹⁸

Bento XV⁹⁹, com pontificado entre os anos de 1914 e 1922, teve que enfrentar o desafio da Primeira Guerra Mundial do século, em um momento em que o Vaticano ainda não era reconhecido como Estado. A sua atuação teve como vetor principal o estabelecimento de uma paz sem vantagens, de forma a atender os valores fundamentais da humanidade, postos acima dos interesses nacionais. Sua postura contra a guerra, por ele classificada como *horrenda carnificina e a mais fofca tragédia do ódio humano e da humana demência*, não foi aceita por bispos de diversas nações européias beligerantes que, em muitas

⁹⁷ Esta carta é um raro momento de tolerância de Pio X, e foi publicada em 24 de novembro de 1912. Os bispos alemães, tomando por base os ensinamentos de Leão XIII, tinham dificuldade em aceitar que os católicos participassem de sindicatos cristãos organizados por não católicos. Parece que não havia condições para a formação de um sindicato totalmente católico e, nesse caso, a participação de associação mista foi a solução. O papa, entretanto, chama atenção de que deve ser oferecida a esses operários uma atenção especial, de foram a que se comportem, nos sindicatos, conforme os princípios da doutrina católica.

⁹⁸ ZAGHENI. Guido. A Idade Contemporânea. Vol. IV. Opus cit. P. 253.

⁹⁹ Giacomo Della Chiesa foi eleito papa em 3 de setembro de 1914 e se revelou um continuador das ações de Leão XIII no que diz respeito à tolerância à criação de escolas políticas e de associações de operários católicos. Suas iniciativas no plano diplomático (quando de sua morte havia representações de 27 países junto à Santa Sé) foram o início do reconhecimento da importância do prestígio papal no mundo contemporâneo

situações, colocaram os ideais nacionais acima dos ideais cristãos. O espírito do nacionalismo vivido naquele período punha em oposição os católicos dos diversos países, inclusive com proclamações públicas, por parte de teólogos e bispos, alemães e franceses, em defesa de suas nações. A todos o papa lamentava e considerava que a guerra era um *inútil massacre*, “*a mais tenebrosa tragédia da loucura humana*”. Poucos acompanhavam os sentimentos de Bento XI. Max Scheler, recentemente convertido ao catolicismo, que afirmava, em 1915:

*não pode surgir nenhuma dúvida de que esta campanha bélica, na ética da guerra, será considerada o exemplo clássico de uma guerra justa.*¹⁰⁰

Ou ainda o pregador dominicano Sertillanges, que, de acordo com o arcebispo de Paris e de sua ordem, assim se expressava na igreja La Madeleine (Paris), contra as propostas do papa Bento XV: *Santidade, não podemos neste momento escutar as vossas palavras de paz.*¹⁰¹

No clima de Guerra entre as nações europeias, é compreensível que não fosse dada atenção a outros problemas sociais além daqueles que a situação mais exigia naquele momento. Assim, explica-se que a orientação para o enfrentamento dos problemas sociais causados pelo fortalecimento da produção industrial só viesse a ocorrer no período do papado seguinte, o de Pio XI. Sobre Bento XV, em livro publicado antes do Concílio Vaticano II, assim comenta Calvez: o Papa

é bem conhecido pela sua actividade pacificadora, pelas suas tentativas diplomáticas e pelos princípios gerais por eles expostos, como fundamentos destas iniciativas. Nos seus actos, apenas se encontram, por ocasião de problemas mais

¹⁰⁰ MARTINA, G. MATINA, Giacomo. *História da Igreja*, vol. IV. São Paulo: Edições Loyola, 1997. P.132

¹⁰¹ ibdem

*vastos, quase sempre políticos, importantes reflexões sobre a justiça e a caridade.*¹⁰²

Nos quarenta anos que separam as cartas de Leão XIII e de Pio XI, ocorreram mudanças no que o papa chama de *regime econômico*. Já não se trata de um liberalismo, mas vive-se plenamente o *regime capitalista*. Então Pio XI introduz reflexões novas em relação ao preço dos salários e a distribuição do produto nacional. Por outro lado, faz matizações quando reflete sobre o comunismo, pois este já não se apresenta como um bloco monolítico, apesar dos sucessos e de sua expansão, uma vez que já se apresenta dividido, especialmente após os acontecimentos da Rússia em 1917.

Este novo Papa, Pio XI,¹⁰³ assume a cátedra de São Pedro com a atenção voltada para o mundo moderno. Ele é o primeiro pontífice que, depois de Pio IX, logo após a sua eleição, abre as janelas do Vaticano de onde profere a bênção *Urb et Orbis*. Sua eleição ocorre meia década após a eclosão da Revolução da Rússia tornada soviética, no ano da Marcha sobre Roma, liderada por Mussolini. Sua preocupação maior, nos primeiros anos de pontificado, foi incentivar a Ação Católica. A preocupação com a questão social só se tornou aguda após a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque, em 18 de outubro de 1929, o que o levou a considerar mais de perto os problemas econômicos e sociais e a celebrar os quarenta anos da *Rerum Novarum*, publicando, no dia 31 de maio de 1931, a *Quadragesimo Anno*.

...toda mentalidade econômica dominante está ainda, em 1931, sob a influência do liberalismo econômico. Ainda não havia começado o círculo que iria libertá-la graças ao trabalho de John Maynard Keynes e dos pós-keinesianos. Quase só ainda, se eleva a voz do papa para proclamar que não se pode esperar da única concorrência das ofertas e

¹⁰² CALVEZ, Jean-Yves e PERRIN, Jacques. *Igreja e sociedade econômica, O ensino social dos papas de Leão XIII a Pio XII (1878-1958)* Porto: Livraria Tavares Martins, 1960. p. 135.

¹⁰³ Ambrogio Daminano Achile Ratti foi eleito papa no dia 6 de fevereiro de 1922 e governou a Igreja até 10 de fevereiro de 1939. é mais conhecido como o papa da Ação Católica e da assinatura do Tratado de Latrão, que garantiu o reconhecimento do Vaticano como Estado.

*demandas, uma economia bem organizada. Como o contido na Rerum Novarum, no seu ensinamento causa espanto devido ao seu caráter precursor.*¹⁰⁴

Os ensinamentos dessa encíclica trazem novidades para a compreensão que os católicos devem ter sobre a ação no mundo. Nela apresenta-se a idéia de que a caridade não substitui a justiça. Para o papa

*mesmo quando se suponha que cada um recebeu aquilo que lhe é devido por direito, restará, sempre um campo muito amplo para a caridade. Entende Pio XI que a justiça sozinha, ainda que observada com maior fidelidade, será capaz de extirpar as causas dos conflitos sociais, mas não de unir os corações e estreitar as vontades...*¹⁰⁵

Ao longo da encíclica, volta a insistir que *cabe ao Estado defender a comunidade e cada uma de suas partes, mas na proteção dos direitos dos particulares devem-se levar em conta sobretudo os fracos e os pobres*. Chama atenção para que o operário receba o salário justo para si e sua família, de modo a que seja evitado o *péssimo hábito* do trabalho feminino fora de casa, pois é imprescindível a manutenção da família. Atento aos acontecimentos geradores da crise, o papa denuncia o predomínio do poder financeiro e condena a concentração monopolista e oligopolista. Contudo, o papa considera que o capitalismo *não é necessariamente mau*, ao mesmo tempo em que condena claramente o socialismo e o comunismo, este por ser inimigo da Igreja e fomentador da luta de classes e aquele porque é visto como uma suavização do comunismo.

Outras duas outras encíclicas também tratam de questões sociais, embora não diretamente da questão operária: a *Mit Brennerder Sorge*, publicada em 14 de março de 1937, na qual

¹⁰⁴ BIGO, Pierre. *A Doutrina Social da Igreja*. São Paulo: Edições Loyola, 1969. p. 61.

¹⁰⁵ Pio XI, *Quadragesimo Anno*, Apud MARTINA, História da Igreja Vol. IV. P. 300.

condena o nazismo e a *Divini Redemptoris*, promulgada a 19 de março do mesmo ano, que é uma condenação ao sistema comunista. A encíclica denunciando o nazismo foi publicada após o papa vencer o temor de que Hitler denunciasse a Concordata que havia sido celebrada em 1933.¹⁰⁶ Entretanto, o Estado Nazista não cumpria os acordos definidos naquele documento, pois se definiu por uma *fé alemã*, baseada em uma religião da raça, submeteu as associações católicas e as escolas confessionais a situações de restrições, imobilizou a imprensa católica, etc. Entre 1933 e 1937 foram enviadas ao governo alemão 55 cartas de protestos. Cópias da encíclica foram enviadas secretamente aos bispos alemães que a leram nas suas Igrejas antes que a Gestapo pudesse impedir. A *Mit Brennerder Sorge* inicia historiando o processo que levou à assinatura da Concordata, dizendo que *fomos movidos pelo irrecusável zelo de proteger a liberdade da missão salvadora da Igreja na Alemanha (...) e, ao mesmo tempo, pelo sincero desejo de prestar um serviço de interesse capital ao pacífico desenvolvimento e ao bem-estar do povo alemão*. Diante dos acontecimentos que molestavam e perseguiram a Igreja na Alemanha, decidiu que era tempo de intervir, pois

não queríamos, com um silêncio inoportuno, ser acusados de não ter esclarecido, nem de, pelo rigor excessivo, haver endurecido o coração daqueles que, estando sob nossa autoridade pastoral, também não são menos objetos do nosso amor, porque agora caminham nas vias do erro e se afastaram da Igreja.

Em seguida, o papa esclarece os erros que a ideologia nazista está impondo ao povo alemão e afirma que

¹⁰⁶ Embora muitos criticassem certa mania concordatária, parece que Pio XI e seus conselheiros, profundamente convencidos da influência exercida sobre as massas pelas instituições, viam nas concordatas sobretudo a possibilidade de fazer penetrar nas legislações seculares algumas estipulações de direito canônico, principalmente em matéria de legislação matrimonial e escolar, garantindo à Santa Sé o direito de escolher livremente os bispos –aspecto sobre o qual a Cúria romana não mais pretendia transigir. AUBERT, Roger. O meio século que preparou o Vaticano I in *Nova História da Igreja volume V/3*. Petrópolis: vozes, 1976. p. 111.

A raça ou o povo, o Estado ou uma sua determinada forma, os representantes do poder estatal ou outros elementos fundamentais da sociedade humana têm, na ordem natural, um lugar essencial e digno de respeito; quem, contudo, os afasta dessa escala dos valores terrenos, elevando-os a suprema norma de tudo, inclusive dos valores religiosos, divinizando-os com culto idolátrico, perverte e falsifica a ordem criada e imposta por Deus e está longe da verdadeira fé em Deus e de uma concepção de vida compatível com ela.

Termina sua carta, lembrando o exemplo dos mártires que fazem a história da Igreja. As repercussões da carta foram muitas e tornaram impeditivas quaisquer tentativas de reconciliação. Quando se deram início as primeiras medidas antijudaicas na Itália e o recrudescimento da perseguição aos judeus na Alemanha, o papa mandou preparar um texto sobre a unidade do gênero humano, base para uma encíclica para condenar o racismo e o anti-semitismo.¹⁰⁷ Entretanto, o papa morreu antes que a pudesse publicar e a carta foi perdida.¹⁰⁸

A *Divini Redemptoris* foi publicada em um momento em que se desenvolvia a política da *mão estendida* entre os católicos e as *frentes populares*.

No decorrer da década de 1930, o desenvolvimento da propaganda anti-religiosa na U.R.S.S., o violento ressurgir, a partir de 1932, da perseguição no México, onde a influência marxista era patente, os progressos do comunismo na China e na Indochina, a decisão tomada em 1935 pelo Komintern de lançar frentes populares onde possível, a tática da “mão estendida” na França e sobretudo, a partir de julho

¹⁰⁷ As citações da *Mit Brennerder Sorge* foram retiradas do *Curso de História da Igreja*, volume IV de Guido Zagheni. Opus cit. P. 287-296

¹⁰⁸ PASSELECQ, George; SUCHECKY, Bernard. *A Encíclica escondida de Pio XI, uma oportunidade perdida pela Igreja diante do anti-semitismo*. Petrópolis: Vozes 1998.

de 1936, a guerra civil da Espanha,¹⁰⁹ esse conjunto serviu de catalisador para a publicação da encíclica.

Nas palavras do papa, dirigida aos católicos de todo o mundo, fica claro que não existe possibilidade, *em nenhum campo a colaboração com o comunismo da parte de quem queira salvar a civilização cristã*, pois esta doutrina comunista quer-se apresentar como uma teoria para a redenção do homem, uma falsa redenção. É condenado por sua afirmação de que só existe a matéria e *despoja o homem da sua liberdade, princípio espiritual de sua conduta moral, espolia a pessoa humana de sua dignidade e de qualquer freio moral contra o assalto dos estímulos cegos*. O papa acusa o comunismo por negar espaço ao indivíduo e por destruir a família, *negando à vida humana qualquer caráter sagrado ou espiritual, essa doutrina naturalmente faz do matrimônio e da família uma instituição meramente artificial e civil, ou seja, fruto de um determinado sistema econômico*. Lembra, o papa, que onde o comunismo se estabeleceu ocorreram perseguições religiosas e que bispos e padres foram, presos, exilados, condenados a trabalhos forçados e fuzilados, o mesmo acontecendo a leigos. O papa termina a encíclica, lembrando alguns dos ensinamentos já apresentados na *Quadragesimo Anno*.

A morte do Papa Pio XI, às vésperas da guerra que se iniciou em 1939 impediu, ou não favoreceu, a popularização da *Mit Brennerder* e da *Quadragesimo Anno*, mas não obscureceu os ensinamentos da *Divini Redemptoris*. Fortalecia-se a corrente anticomunista na Igreja Católica e no mundo ocidental. Isto veio a marcar a formação de sacerdotes e bispos que chegaram atuar no período dito progressista. Interessante é que, durante muito tempo, as lideranças católicas pareceram dar uma maior importância à *Divini Redemptoris*. Entretanto Pio XI assiste à preparação do que será a Segunda Guerra Mundial e do seu pontificado, o que ficou mais sensível na lembrança foi o Tratado de Latrão, que pôs fim à Questão Romana entre a Santa Sé e a Itália.

¹⁰⁹ AUBERT, Roger. O meio século que preparou o Vaticano I in *Nova História da Igreja volume V/3*. Petrópolis: vozes, 1976. p. 115.

Eugênio Maria Giuseppe Giovanni Paccelli foi eleito papa em um dos mais rápidos conclaves da história da Igreja, com apenas um escrutínio, e tomou o nome de Pio XII no dia 1º de março de 1939. O seu longo pontificado, que se estende até 1958, foi marcado pela Segunda Guerra mundial do século XX, pelo confronto das potências econômicas e políticas que surgiram do conflito. Sua atuação ao longo daquele conflito, especialmente no que respeita à defesa da comunidade judaica, tem merecido acerbas críticas.¹¹⁰ Ao seu empenho na atividade diplomática deve ser debitada grande parte da importância que o Vaticano veio a alcançar no final do século XX, uma situação insuspeitada no início daquele século.

Diplomata e intelectual de nomeada, Pio XII produziu uma grande quantidade de textos sobre os mais diversos assuntos e temas, sempre procurando orientar os católicos e os Estados, exercendo, com firmeza, o seu magistério. Em diversas ocasiões Pio XII referiu-se às questões sociais. Em saudação ao episcopado norte-americano, discorrendo sobre a solução dos problemas sociais, cita a *Quadragesimo Anno*, lembrando a necessidade do pagamento justo dos salários:

Urge envidar todos os esforços para que recebam os pais de família tal ordenado, que seja suficiente a prover convenientemente às comuns necessidades domésticas. E se nas presentes contingências sociais, isto nem sempre se pode conseguir, pede a justiça social que se introduzam quanto antes as reformas que assegurem a todo operário adulto o salário de que falamos. Outrossim, merecem louvor todos os

¹¹⁰ Desde a década de cinquenta que tem aparecido livros contestando a fraca atuação que teria o papa Pio XII na defesa das comunidades judaicas diante da ação genocida do Estado Alemão quando dirigido pelas forças nazistas. Recentemente John Cornwell produziu o livro *O papa de Hitler, a História secreta de Pio XII*, no qual, além de apresentar uma biografia do pontífice, praticamente assume a condenação da atuação daquele papa durante o conflito. Recentemente o Vaticano tem colocado à disposição dos historiadores documentos que poderão vir a esclarecer a atuação do papa, que governou na encruzilhada que o levou a tomar posições menos radicais, de forma a não por em risco as comunidades católicas nos países dominados pelos nazistas. Entretanto, muitos vêem, no seu interesse em definir uma concordata com os nazistas, uma rota de fortalecimento daquele Estado. Um posicionamento mais claro na condenação do Nazismo, dizem alguns, pela força moral que o papado representa no mundo, teria impedido o fortalecimento daquele Estado. Entretanto, há de se ressaltar que outros chefes de Estados, com poderes militares efetivos, em diversas ocasiões também tomaram decisões protelatórias, de maneira a permitir o fortalecimento do III Reich.

*que, com sapientíssimo e utilíssimo conselho, buscaram e tentaram meios de atribuir a paga do trabalho em tal proporção com os encargos de família, que aumentados estes seja também maior aquela.*¹¹¹

Durante o período do grande conflito mundial, 1939-1945, as questões examinadas pelo papa foram mais direcionadas para a conquista da paz, dos direitos das nações, do desarmamento, das instituições internacionais. Entretanto, na radiomensagem, por ocasião do Pentecostes de 1941, ele aproveitou a oportunidade para celebrar o 50º Aniversário da Rerum Novarum, em encíclica dirigida ao mundo todo. Trata-se da carta *La solennità della Pentecoste*. Afirmando a indiscutível competência da Igreja... ao julgar se as bases de uma determinada organização social estão em acordo com a ordem imutável, que Deus Criador e Redentor manifestou por meio do direito natural e da revelação,¹¹² afirma que Leão XIII não pretendeu estabelecer normas sob o aspecto puramente prático, quase diríamos técnico, da constituição social; porque bem sabia, e era para ele evidente, que a Igreja não se arroga tal missão.¹¹³ Nesta carta, além de fazer um pequeno balanço das conseqüências da Rerum Novarum, da Quadragésimo Anno e da Ação Católica, Pio XII discorre sobre as obrigações do Estado para com a pessoa humana e a justa distribuição dos bens. Sobre este item, escreve o pontífice:

...a riqueza econômica de um povo não consiste propriamente na abundância dos bens, medida segundo um cômputo puramente material do seu valor, mas sim no fato de que essa abundância represente, ofereça real e eficazmente a base material dos seus membros. Se esta justa distribuição dos bens não fosse atuada ou o fosse só imperfeitamente, não se atingira o verdadeiro fim da economia nacional; pois que, embora circulasse uma

¹¹¹ Pio XII. *Setum Laetitiae*. Carta encíclica ao episcopado norte-americano, por ocasião do 150º Aniversário da hierarquia eclesiástica nos Estados Unidos da América, datada de 1º de novembro de 1939. Documentos de Pio XII. Coleção Documentos da Igreja, vol 5. São Paulo: Paulus, 1998. p 65

¹¹² Pio XII. *La solennità della Pentescote*. No. 5. Coleção Documentos a Igreja, volume 5. p. 85.

¹¹³ Idem. No. 4. p. 85

*afortunada abundância de bens disponíveis, o povo, não participando deles, não seria economicamente rico, mas pobre. Ao contrário, fazei que esta justa distribuição seja realmente efetuada de modo estável e vereis um povo, ainda que disponha de menores bens, tornar-se e ser economicamente são.*¹¹⁴

Mais adiante o Pio XII deplora que esteja havendo uma tendência em considerar as questões de riqueza e pobreza apenas com critérios meramente quantitativos. O ambiente de guerra em que se encontrava teria provocado uma carta doutrinal e abstrata, segundo alguns¹¹⁵, mas não há como negar uma certa atualidade nesse pensamento. É certo que não haviam ocorrido ainda os sucesso dos soviéticos na guerra e, eles ainda não podiam fazer alarde de suas vitórias, como mais tarde o fizeram e, talvez por isso, não aparece em sua palavras uma condenação explícita das coletivizações soviéticas. Não há um posicionamento direto sobre as questões sociais, pois eles só se materializariam no pós-guerra, como também se tornaria mais manifesto o confronto entre o comunismo ateu, que se apresentava como vitorioso, e a doutrina da Igreja.

Nas mensagens de natal, de 1941¹¹⁶, de 1942¹¹⁷, em cartas que eram dirigidas a todos os povos, o papa sempre retorna às questões sociais, reafirmando a doutrina de seus predecessores, tendo em vista a organização social que virá após o fim do conflito. Nesses documentos continua presente a condenação ao marxismo, como está atestada na citação seguinte, ao mesmo tempo em que afirma que não pode a Igreja calar diante das situações de injustiça.

Levada sempre por motivos religiosos, a Igreja condenou os vários sistemas do socialismo marxista e condena-os ainda hoje como é seu dever e direito permanente de preservar os

¹¹⁴ Pio XII. La Solennità dela Pentecoste. Opus cit. No. 17. p. 91-92

¹¹⁵ CALVEZ, John Ives- Opus cit. P. 142

¹¹⁶ Pio XII. *Nell'Alba e nella Luce*. Documento da Igreja, vol. 5. p. 99-115

¹¹⁷ Pio XII, *Com sempre nouva freschezza*. Documentos da Igreja, vol. 5. p. 116-139

*homens de correntes e influências que põem em risco a salvação eterna. Mas a Igreja não pode ignorar ou deixar de ver que o operário, no esforço de melhorar a sua condição, choca com qualquer engenho que, longe de ser conforme a natureza, contrasta com a ordem de Deus e com o objetivo que ele assinalou aos bens terrenos. Por mais falsos, condenáveis e perigosos tenham sido os caminhos seguidos, quem, sobretudo se é sacerdote ou cristão, poderia permanecer surdo ao grito que se levanta dos profundos e, num mundo de um Deus justo, clama por justiça e espírito de fraternidade? Tal coisa seria um silêncio culpado e injustificável diante de Deus...*¹¹⁸

Após a Segunda Guerra Mundial, e já em pleno clima criado pela disputa entre as duas forças hegemônicas, Estados Unidos da América e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, preocupado sobre o comportamento do clero em relação à questão social, Pio XII, na exortação *Menti Nostrae*,¹¹⁹ após lembrar *perigos de nosso tempo*, entre eles *o espírito de novidade*, chamando atenção para o fato de *A novidade nunca foi por si mesma um critério de verdade, e só pode ser louvável quando confirma a verdade e leva à retidão.*¹²⁰ Exprime-se dessa forma, após afirmar que não deve haver *Nenhuma incerteza contra o comunismo*, pois, para o papa *esta sé apostólica, em documento recente, indicou claramente o caminho a seguir e do qual ninguém poderá se afastar, se não quiser faltar ao próprio dever*¹²¹ e afirmar que, quanto ao capitalismo, *a Igreja não tem cessado de denunciar as graves conseqüências dele decorrentes:*

Os erros dos dois sistemas econômicos e as ruinosas conseqüências que deles derivam devem a todos convencer, e especialmente aos sacerdotes à manter-se fiéis à doutrina

¹¹⁸ Pio XII. *Com sempre nouva freschezza*. Opus cit. No.23. p. 128

¹¹⁹ Papa Pio XII, Exortação Apostólica *Menti Nostrae*, de 25 de setembro de 1950. *Documentos de Pio XII*. Coleção Documentos da Igreja. São Paulo: Paulus, 1998.

¹²⁰ Pio XII, *Menti Nostrae*. Opus cit. N. 110. p. 497.

¹²¹ Pio XII, *Menti Nostrae*, opus cit. N. 114.. p. 498

*social da Igreja e a difundir-lhe o conhecimento e a aplicação prática. Essa doutrina é, realmente, a única que pode remediar os males denunciados e tão dolorosamente difundidos; ela une e aperfeiçoa as exigências da justiça e os deveres da caridade, promove tal ordem social que não oprima os cidadãos e não os isole num egoísmo seco, mas a todos una na harmonia das relações e nos vínculos da solidariedade fraternal.*¹²²

Como disse o papa, não havia muito a dizer sobre uma possível adesão ao comunismo, por isso ele apenas constata que alguns sacerdotes *se mostram atemorizados e incertos*, e remete esses a um documento recentemente emanado da Sé Apostólica de Roma. Está referindo-se, Pio XII, a recente decreto do Santo Ofício, que transcrevemos a seguir.

DECRETO DE EXCUMUNHÃO DOS COMUNISTAS E SEUS COLABORADORES

Os eminentíssimos e reverendíssimos cardeais que têm a seu cargo a defesa do que diz respeito à fé e aos costumes, ouvido o voto dos revmos, consultores, decretaram, na sessão plenária de 28 de junho de 1949:

1º.) Não é lícito aos católicos pertencer aos partidos comunistas, ou favorecê-los, porque o comunismo é materialista e anticristão, e seus chefes, ainda que por palavras, digam que não combatem a religião, mostram-se de fato, com doutrina e obras, inimigos de Deus, da verdadeira religião e da Igreja de Jesus Cristo.

2º.) Não é lícito publicar, propagar ou ler livros, periódicos, diários, folhetos, que favoreçam a doutrina, ou atividades comunistas, ou colaborar com eles, pois é coisa

¹²² Papa Pio XII idem. N. 115

que está proibida pelo próprio decreto (cfr. (Cânon 1399, C. I.C.).

3º.) Os fiéis que professam a doutrina comunista materialista e anticristã, e principalmente os que a defendem e propagam, incorrem, “ipso facto” na EXCUMUNHÃO reservada “speciali modo” `Santa Sé, como apóstatas da fé católica.

4º.) Os fiéis que se inscrevem em partidos comunistas ou publicam, propagam ou lêem livros, periódicos, diários, folhetos comunistas e com eles colaboram, consciente e livremente, não podem ser admitidos à recepção dos Santos Sacramentos, de acordo com os princípios comuns sobre a denegação dos Santos Sacramentos dos que não têm as disposições necessárias para recebê-los.

No dia 30 de junho de 1949, o Santo Padre Pio XII, em audiência ordinária, concedida ao exmo. E revdmo, assessor do Santo Ofício, aprovou a decisão dos eminentíssimos cardeais que a apresentaram, confirmou-a e mandou que a mesma fosse publicada no Comentário Oficial dos Atos da Sé Apostólica.¹²³

Neste documento, emanado da Cúria com aquiescência do pontífice, a questão política e social, bem como as ações que ela provoca, está intimamente ligada à opção de sistema econômico-político, seguindo o ensinamento inicial de Leão XIII, qual seja, uma condenação aberta e clara do comunismo e uma aceitação do capitalismo, sendo este

¹²³ Este documento foi distribuído à população da Arquidiocese de Olinda e Recife às vésperas da eleição de 1954, por ordem do Arcebispo Dom Antonio de Almeida Moraes Jr. Nele há a seguinte introdução: *Tendo em vista o importante momento que atravessa o nosso querido Estado de Pernambuco na sua marcha para a realização em outubro próximo das eleições que irão decidir de mais uma fase histórica da mais alta significação para as tradições pernambucanas, e atendendo a que é dever de todos os católicos se fazerem presentes através de seu voto consciente, livre e transformado em verdadeira fôrça de defesa da Igreja, da Pátria e da Família, não poderíamos fugir, na qualidade de Arcebispo Metropolitano de Olinda e Recife, à nossa obrigação de recordar, a título de esclarecimento aos eleitores católicos, o subseqüente e gravíssimo documento da Suprema Congregação do Santo Ofício, cuja clareza nos dispensa qualquer comentário.*

possível de concertar os erros que ele promove e que a Igreja *não tem cessado de denunciar as graves conseqüências.*¹²⁴

Este documento do Santo Ofício revela o clima político que marcava o final da década de quarenta e veio a ser dominante nas décadas seguintes, o clima de uma guerra fria e constante entre os dois grandes blocos hegemônicos que se formaram após o conflito findado em 1945. E agora o comunismo, após o término das hostilidades da guerra e com o sucesso obtido com o domínio da tecnologia nuclear, voltava a ser um inimigo mais forte e que carecia ser mais bem combatido pelos católicos. Contudo, devemos considerar que, após a publicação dos horrores que haviam sido perpetrados nos campos de concentração nazistas, ocorreu uma maior consciência do que significam estados totalitários e cresce a oposição a todo poder arbitrário e perverso. Há, embutida no documento, uma opção pela democracia dos Estados burgueses, entendendo-se que ela teria podido evitar a guerra terrível que findara recentemente.

Esse temor da penetração do marxismo no meio católico veio pôr a termo uma experiência de um grupo de sacerdotes ocorrida na França, na década de 1950. Desde que dois capelães da Juventude Operária Católica publicaram o livro *France pays de mission?* que ocorreram várias experiências missionárias, entre elas a dos Padres Operários. Nela vários padres estavam vivendo em bairro operário e participando de suas vidas, como simples moradores, terminaram por participar de greves e protestos contra a presença de militares norte-americanos na França, bem como de protestos contra a explosão de testes atômicos promovidos pelo governo francês no Pacífico, tendo sido presos. Este incidente causou um problema diplomático entre a França e a Santa Sé e custou o término da experiência pastoral dos padres operários. Mas esta só ocorreu oficialmente no início do pontificado de João XXIII.

Emanam de Roma normas restritivas até que, já no início do pontificado de João XXIII, uma carta do cardeal Pizzardo de julho de 1959 suspende a iniciativa, alegando a

¹²⁴ Pio XII. *Menti Nostrae*. Opus cit. N. 114. p. 499.

*incompatibilidade teórica e prática do trabalho manual
prolongado com a natureza do sacerdócio.*¹²⁵

Vê-se, nesse episódio, que a Santa Sé temia a inegável caminhada de muitos sacerdotes em direção ao marxismo.¹²⁶ A questão social não poderia ser resolvida pela adesão aos encaminhamentos propostos pelos comunistas, pois essa solução encaminha para o conflito de classes e para a Revolução.

A fase final do pontificado de Pio XII foi marcada por um endurecimento em relação às novas experiências que se realizavam, tanto no que se fazia quanto no que se pensava. Entretanto, a Igreja pode perceber o grande desafio que se lhe era posto com a descolonização da Ásia e da África, além dos movimentos dos países na América Latina. Roma tomou consciência mais rapidamente dos problemas do subdesenvolvimento das nações emergentes no século XX do que dos problemas que no século XIX ocorreram em relação aos operários, e, embora houvesse restrições dos organismos superiores da Igreja, uma parte dela buscava diálogos com o mundo moderno e abria caminhos para um diálogo mais profundo, sem perder sua ligação com a sede.

Quando Ângelo Giuseppe Roncalli, no dia 28 de outubro de 1958, foi eleito papa e escolheu João XXIII como seu nome, começava uma nova etapa na história da Igreja. *Eleito como “papa de transição”, terminou sendo o “papa da transição da Igreja tradicional, forjada pelo Concílio de Trento e pelo Vaticano I, para a “primavera da Igreja do Concílio Vaticano II”.*¹²⁷ João XXIII lançou uma ponte de diálogo com o mundo moderno, apontando-lhe as crises, mas negando-se a ver nele apenas os sinais de morte. Seu pontificado é referenciado pela realização do Concílio Ecumênico Vaticano II bem

¹²⁵ LIBANIO, João Batista. *Igreja contemporânea, encontro com a modernidade*. São Paulo: Edições Loyola, 2000. p. 44.

¹²⁶ AUBERT, Roger e HAJJAR, Joseph. *A Igreja na sociedade liberal e no mundo moderno*, Coleção Nova História da Igreja, volume V tomo III. Petrópolis: Vozes, 1976. p. 143.

¹²⁷ LIBANIO, João Batista. *Igreja Contemporânea, Encontro com a modernidade*. São Paulo: Edições Loyola, 2000. p.64

como por duas encíclicas que debatem as questões sociais, de uma maneira mais ampla que as cartas de seus predecessores.

A primeira dessas encíclicas foi *Mater et Magistra*, data de 15 de maio de 1961, em comemoração aos setenta anos da primeira carta sobre as questões sociais. A *Mater et Magistra*¹²⁸ inicia com uma análise das anteriores encíclicas sociais, expondo os seus principais temas orientações, confirmando o ensino ali definido. Em seguida, dedica-se a uma ampliação dos ensinamentos de Leão XIII no que concerne ao papel do Estado nas relações econômicas, da socialização e da remuneração do trabalho. No parágrafo 73 o papa ensina que

*O progresso social deve acompanhar e igualar o desenvolvimento econômico, de modo que todas as categorias sociais tenham parte nos produtos obtidos em maior quantidade. É preciso, pois, vigiar com atenção e trabalhar eficazmente para que os desequilíbrios econômicos e sociais não cresçam, antes, quanto possível, se vão atenuando...*¹²⁹

Mais adiante, no parágrafo 75, indica que os trabalhadores devem ganhar crédito nas empresas que tenham aumentado a sua capacidade produtiva. Nos parágrafos 104 a 120, o papa se dedica a refletir sobre a propriedade privada, defendendo-a, na linha dos seus predecessores, de forma que *a propriedade privada seja a garantia da liberdade essencial da pessoa humana e elemento insubstituível da ordem social.*¹³⁰ Entretanto, essa propriedade tem sua função social.

A terceira parte da encíclica é dedicada a apresentar novos aspectos da questão social, aqueles que

¹²⁸ No Brasil, o reformista governo de João Goulart deu ampla cobertura à encíclica, favorecendo a sua publicação, enquanto setores conservadores do catolicismo a ela se opunham.

¹²⁹ João XIII. *Mater et Magistra Documentos de João XIII..* Coleção Documentos da Igreja, volume 2. São Paulo: Paulus, 1999. p. 165

¹³⁰ Idem, 112. p. 176.

*dizem respeito às relações entre os diversos setores econômicos, entre zonas economicamente desenvolvidas e zonas economicamente menos desenvolvidas dentro da economia nacional, e, no plano mundial, às relações entre países desigualmente desenvolvidos em matéria econômica.*¹³¹

O plano sobre qual ocorre o aprofundamento da Doutrina Social da Igreja vai, a cada vez, acentuando os aspectos sociais, as responsabilidades sociais, de maneira que as aproximações começam a explicitar mais claramente o que se convencionará chamar, posteriormente, de *pecado social*. A ênfase nas responsabilidades pessoais parece sofrer uma diminuição em benefício das responsabilidades sociais. Pastoralmente esse aspecto se tornará mais expressivo nas ênfases dadas às confissões comunitárias, havendo uma diminuição da frequência nos confessionários.

Em 11 de abril de 1963, o mesmo Papa João XXIII tornou pública a carta *Pacem in Terris*, iniciando com uma apresentação dos progressos da ciência e das técnicas, mas ressaltando que eles não têm colaborado para suprir o *anseio profundo de todos os homens de todos os tempos*, a paz na terra. Nessa carta, o pontífice romano apresenta o que ele, ou a Igreja em nome da qual ele se expressa, entende qual deve ser a ordem entre os seres humanos, chamando atenção aos diversos direitos: direito à existência e a um digno padrão de vida (número 11); direitos referentes aos valores morais e culturais (números 12 e 13); direito de honrar a Deus segundo os ditames da reta consciência (número 14); direito à liberdade na escolha do próprio estado de vida (números 15 a 17); direitos inerentes ao campo econômico (números de 18 a 22); direito de reunião e associação (números 23 e 24); direito de emigração e imigração (número 25) e direitos de caráter político (números 26 e 27). Em seguida o papa João XXIII, nos números que seguem de 28 a 45, lista os deveres das pessoas e que eles, os deveres, são indissociáveis dos direitos. Esses deveres são a

¹³¹ Idem, 121. p. 180

colaboração mútua, o senso de responsabilidade, a convivência fundada na verdade, na justiça, no amor e na liberdade.

Porém, há o Estado, que tem uma autoridade, há os poderes públicos, que têm responsabilidade na organização dos homens para a consecução da paz. O Papa continua a análise das responsabilidades sociais, aprofundando os aspectos que concernem a ação dos Estados, pois

*O bem comum universal levanta hoje problemas de dimensão mundial que não podem ser enfrentados e resolvidos adequadamente senão por poderes públicos que possuam autoridade, estruturas e meios de idênticas proporções, isto é, de poderes públicos que estejam em condições de agir de modo eficiente no plano mundial. Portanto, é a própria ordem moral que exige a instituição de alguma autoridade pública universal.*¹³²

É nessa direção que o papa nos leva ao comentar a importância da Organização das Nações Unidas, fundada em 1945 e apresentadora da Declaração Universal dos Direitos Humanos. E, embora, o bispo de Roma insista na participação de todos na busca do bem comum¹³³, e nas diretrizes pastorais seja dito que *só haverá paz na sociedade humana, se esse (Deus) estiver presente em cada um dos membros, se em cada um se instaurar a ordem querida por Deus*,¹³⁴ o que põe em debate é qual deve ser, e como deve se realizar, a participação do católico no processo social, que, para o Papa não deve ser uma participação revolucionária. Citando o Papa Pio XII diz:

¹³² João XXIII. *Pacem in Terris*. Coleção Documentos da Igreja, vol. 2. São Paulo: Paulus. 1999. n. 136. p. 362.

¹³³ O que João XXIII define como bem comum ele já o diz na *Mater et Magistra*, porém o repete no número 58 desta *Pacem in Terris*, no número 58 da seguinte forma: *O bem comum “consiste no conjunto de todas as condições de vida social que consistam e favoreçam o desenvolvimento integral da personalidade humana”*.

¹³⁴ João XXIII *Pacem in Terris*, coleção Documentos da Igreja vol. 2 No. 164. p. 373.

*Não é na revolução que reside a salvação e a justiça, mas sim na evolução bem orientada. A violência só e sempre destrói, nada constrói; só excita paixões, nunca as aplaca; só acumula ódio e ruínas e não a fraternidade e a reconciliação. A revolução sempre precipitou homens e partidos na dura necessidade de terem que reconstruir lentamente, após dolorosos transes, por sobre os escombros da discórdia.*¹³⁵

É a cooperação e não a revolução que João XXIII está sempre a indicar nesta sua carta que pensa sobre a Paz na Terra, como na carta anterior, a *Mater et Magistra* como ele lembra no número 121. *Por isso na encíclica Mater et Magistra exortamos as nações economicamente mais desenvolvidas a auxiliarem por todos os meios as outras nações em vias de desenvolvimento econômico.*¹³⁶

Tomamos do padre João Batista Libânio, um parágrafo de síntese da *Pacem in Terris*. O Papa João XXIII

*sensível a seu tempo, assinale na Pacem in terris os fenômenos novos: a ascensão socioeconômica das classes trabalhadoras, a promoção da mulher, a liquidação das formas de dominação colonial, como verdadeiros “sinais do tempo” (n. 39-42). No seu horizonte, está o “bem comum”, definido não simplesmente pelas condições subjetivas, mas também pelas condições objetivas com o seu conteúdo concreto e histórico”.*¹³⁷

Ao lado das encíclicas sociais de João XXIII, é indispensável que seja mencionado a realização do Concílio Vaticano II, uma convocação inesperada, cujos sucessos

¹³⁵ Idem. No. 161. p. 372

¹³⁶ João XXIII, *Pacem in Terris*, opus cit. no. 121. p. 358

¹³⁷ LIBANIO, José Batista. *Igreja Contemporânea...* Opus cit. P. 68

provocaram mudanças no relacionamento da Igreja com o mundo. Uma janela aberta, um esforço para alcançar a contemporaneidade nos diversos sentidos. Na liturgia, na ação pastoral, na aceitação do diálogo com o diferente, na indicação de uma nova forma de direção da Igreja, diminuindo o poder da cúria e aumentando os espaços para a ação do episcopado. Ainda que não seja objeto de estudo nesta tese, o Concílio convocado pelo Papa João XXIII, o concílio favoreceu o fortalecimento da corrente inovadora que estava submersa no pontificado de Pio XII; favoreceu uma maior abertura para teólogos cujos livros haviam sido proibidos (este é o caso de Yves Congar, Karl Rahner), que vieram a ser consultores do Concílio.

*Para a Igreja católica, o Concílio Vaticano II transformou-se na maior façanha dos últimos séculos. Arrancou-a de um imobilismo defensivo diante das críticas da Reforma e da modernidade triunfante. Lançou-a na aventura imprevisível do diálogo com esses seus dois maiores inimigos.*¹³⁸

Esse diálogo, entretanto, dá-se em condições especiais, pois que estão ocorrendo fatos novos na caminhada da modernidade. O especial momento de abertura da Igreja, provocado, em parte pelo pontificado de João XXIII, está relacionado com a ocorrência de outros eventos, tais como o sucesso do programa espacial da União das Repúblicas Socialistas soviéticas; a eleição de John F. Kennedy, católico, para a presidência dos Estados Unidos da América do Norte; a Revolução Cubana, que afastou o sargento Fulgêncio Batista do governo da Ilha, com o líder Fidel Castro, algum tempo depois aderindo ao Marxismo, e a conseqüente criação da Aliança para o Progresso, programa do governo norte-americano voltado para a América Latina, no sentido de evitar uma expansão da revolução cubana. Considere-se que, por conta da Revolução Cubana, o Pontífice retoma as solicitações da *Fidei donnun*, redirecionando a solicitação feita por Pio XII para a África, em benefício das Igrejas da América Latina.¹³⁹

¹³⁸ LIBANIO, João Batista. *Igreja Contemporânea*. Opus Cit. 76

¹³⁹ Esta carta foi publicada a 21 de abril de 1957 sobre a situação das missões católicas, particularmente da África. Foi uma solicitação para que as dioceses enviassem missionários para os países africanos que estavam

O pontificado de João XXIII deveria ser um interregno, algum tempo até que ocorresse a eleição de Giovanni Battista Montini, arcebispo de Milão desde 1954, elevado ao cardinalato por João XXIII em 1958 e eleito papa em 1963. Escolheu o nome de Paulo VI e comprometeu-se com a continuação do Concílio, uma vez que João XXIII havia morrido após a primeira sessão e os setores conservadores da cúria romana pretendiam o seu encerramento. O novo Papa também se pronunciou sobre as questões sociais e promoveu uma maior abertura da Igreja, tendo iniciado a prática do Papa visitar os católicos em seus países, costume que virá a ser uma das principais marcas do pontificado do seu segundo sucessor, João Paulo II.

A Doutrina Social da Igreja recebe um novo influxo nas cartas *Populorum progressio* e *Octogesima adveniens*. Nelas o papa referenda, de maneira especial, a defesa dos direitos humanos. Endereçada *aos bispos, sacerdotes, religiosos, fiéis e a todos os homens de boa vontade* a encíclica, *Populorum progressio*, publicada a 26 de março de 1967, chama atenção à *universalidade da questão social*, pois *os povos da fome dirigem-se hoje, de modo dramático, aos povos da opulência*, (n.3) lembrando que na Organização das Nações Unidas se fizera *advogados dos povos pobres* (n. 4). Diante da amplitude dos problemas, que não são mais específicos de um grupo ou de uma classe, o Papa diz que *as iniciativas locais e individuais já não bastam* (n.13), pois, sendo social o problema, a solução deve ser social. A questão social é uma questão de toda a humanidade, por isso o desenvolvimento deve ser mais do que um simples crescimento econômico,

deve ser integral, quer dizer, promover todos os homens e o homem todo, como justa e vincadamente sublinhou um eminente especialista: “não aceitamos que o econômico se separe do humano; nem o desenvolvimento, das civilizações em que se incluiu. O que conta para nós, é o homem, cada

conseguindo a sua independência das nações européias que, no século XIX, haviam repartido entre si as terras e os povos africanos.

*homem, cada grupo de homens, até se chegar à humanidade”.*¹⁴⁰

A realização desse programa deve ser responsabilidade de todos, receber os benefícios do engenho da humanidade é um direito de todos e

*todos os outros direitos, quaisquer que sejam, incluindo os de propriedade e de comércio livre, estão –lhe subordinados: não devem portanto impedir, mas, pelo contrário, facilitar a sua realização; e é um dever social grave e urgente conduzi-los à sua finalidade primeira.*¹⁴¹

Alertando para essas realidades sociais, o Papa diz que as situações de desequilíbrio entre as nações, bem como no interior delas, entre os grupos, e a não solução desses problemas, produzem a tentação da violência para tentar *repelir as injúrias à dignidade humana*, o que pode levar a revolução, opção que o Papa descarta.¹⁴² Necessário se fazem ações que permitam os homens terem acessos aos bens comuns. Assim é importante, diz o Papa, que sejam realizados esforços para combater o analfabetismo que assola grande parte da população mundial. Defende, Paulo VI, um desenvolvimento solidário para toda a humanidade, que se procure a equidade nas relações comerciais, vencer o nacionalismo, o racismo, de forma a tornar os povos artífices de seu destino.

Publicada a 14 de maio de 1971, a encíclica *Octogesima adveniens*, foi escrita, como o título o indica, para celebrar o octogésimo aniversário da *Rerum Novarum*, e foi endereçada ao cardeal Maurício Roy, presidente do Conselho dos Leigos e da Pontifícia Comissão de “Justiça e Paz”. Após verificar que

¹⁴⁰ Paulo VI. *Populorum progressio*. .Coleção Documentos da Igreja, vol. 3. São Paulo: Paulus. 1997. n. 14. p. 116.

¹⁴¹ Idem. N. 22. p. 120

¹⁴² idem. N. 30-31.

*Diferenças flagrantes subsistem no desenvolvimento econômico, cultural e político das nações: ao lado de regiões fortemente industrializadas, outras, nesse aspecto encontram-se ainda no estado agrícola; ao lado de países que desfrutam de bem-estar, outros ainda lutam contra a fome; ao lado de povos com um nível cultural avançado, outros continuam ainda empenhados em eliminar o analfabetismo.*¹⁴³

O Papa entende que cabe às *comunidade cristãs analisar, com objetividade, a situação própria de seu país e procurar iluminá-la, com a luz das palavras inalteráveis do Evangelho mantendo sua ação em comunhão com os bispos responsáveis e em diálogo com outros irmãos cristãos e com todos os homens de boa vontade.*¹⁴⁴

Nesta carta, o Papa considera que a atuação da Igreja deve ser de colaboração e, de acordo com as necessidades e as situações, deve ser diversificada. Aponta *Novos problemas sociais* como a urbanização crescente e desorganizada, o cuidado necessário aos jovens, o lugar da mulher, os trabalhadores, as vítimas das mudanças sociais, as discriminações, o direito à emigração, a necessidade de criar postos de trabalhos, os meios de comunicação social e seu uso e as questões ligadas ao meio ambiente.¹⁴⁵ Para o Papa a ação política dos cristãos

deve ter como base de sustentação um esquema de sociedade, coerente nos meios concretos que escolhe na sua inspiração, que deve alimentar-se numa concepção plena da vocação do homem e das suas diferentes manifestações culturais, citando o Concílio Vaticano II lembra que *a verdade não se impõe de*

¹⁴³ Paulo VI. *Octogesima Adveniens*. Documentos de Paulo VI. Coleção Documentos da Igreja, Vol. 3. n. 4. p. 227.

¹⁴⁴ *Ibidem*

¹⁴⁵ *ibidem*. Cf. os números 8 a 21.

*outro modo senão pela sua própria força de verdade, que penetra nos espíritos, ao mesmo tempo suave e fortemente.*¹⁴⁶

Paulo VI reconhece que *há cristãos, hoje em dia, que se sentem atraídos pelas correntes socialistas e pelas suas diversas evoluções*. Chama atenção que *tal corrente foi e continua a ser, em muitos casos, inspirada por ideologias incompatíveis com a fé cristã*. Também admite que muitos cristãos se perguntam se não seria possível uma maior aproximação com o marxismo. Após analisar as diversas correntes marxistas, conclui que

*seria ilusório e perigoso, mesmo chegar-se ao ponto de esquecer a ligação íntima que os une radicalmente, e de aceitar os elementos de análise marxista sem reconhecer as suas relações com a ideologia, e ainda, de entrar na prática da luta de classes e da sua interpretação marxista, esquecendo-se de atender ao tipo de sociedade totalitária e violenta, a que conduz este processo.*¹⁴⁷

Até o momento estamos apresentando a Doutrina Social emanada da Sé Romana. Contudo, os bispos latino-americanos também se pronunciaram sobre as questões sociais e os seus pronunciamentos fazem parte desse conjunto que, por seu turno, pretende ser a atualização ou regionalização dessa doutrina. Chamaremos atenção, em primeiro lugar, ao pronunciamento dos bispos do Conselho Episcopal Latino-Americano, o CELAM. Criado em 1955,¹⁴⁸ sua primeira reunião ocorreu entre os dias 25 a 4 de agosto, no Rio de Janeiro. Um observador e estudioso da História da Igreja na América Latina assim falou do significado da criação desse Conselho:

¹⁴⁶ Paulo VI. *Octogésima Adveniens*. Opus Cit. N. 25.

¹⁴⁷ Idem . n. 34

¹⁴⁸ José Oscar Beozzo informa que no ano da fundação do Conselho Episcopal Latino-Americano, América Latina e Caribe contavam com cerca de 350 circunscrições eclesiais e um contingente de 176 milhões de católicos, que representava, então, próximo de um terço dos católicos de todo o mundo. A Igreja no Brasil in BEOZZO, José Oscar (org), *A Igreja latino-americana às vésperas do Concílio – História do Concílio Vaticano II*. São Paulo: Paulinas, 1993. p. 47.

Em el presente, la Iglesia coordina paulatinamente sua acción sin depender de ningún Patronato a nível continental. Em este sentido la Iglesia se há adelantado em muchos decênios a las organizaciones políticas, econômicas o culturales de tipo exclusivamente latinoamericano, lo cual representa, aún al nível de la civilización, um acto profético.¹⁴⁹

Dussel, um dos expoentes da Igreja progressista e fundador da Comissão de Estudos de História da Igreja na América Latina -CEHILA, entende que com o Conselho Episcopal Latino-Americano – CELAM, a Igreja latino-americana *há recuperado la unidad que tuvo en el tiempo de la Cristiandad colonial, pero sin sus innumerables inconvenientes*. E a liberdade em relação aos governos continentais é que lhe favoreceu exercer o seu profetismo nas Assembléias que se seguiram à primeira.

Foi a estruturação do CELAM que permitiu, logo após o Concílio Vaticano II, a realização da conferência de Medellín, *um verdadeiro concílio da Igreja Latino-Americana*, no dizer de Beozzo, que permitiu uma *recepção criativa e inovadora do Vaticano II, seleccionando e acrescentando temas, mas sobretudo o detalhando pistas concretas de ação pastoral para o continente.*¹⁵⁰

Na introdução do Documento Conclusivo da Conferência de Medellín, os bispos informam que a Igreja não se encontra “*desavisada*” do que ocorre no continente; dizem que *não basta, certamente, refletir e que é necessário agir*. Para os bispos *a hora atual não deixou de ser a hora da “palavra” mas já se tornou, com dramática urgência, a hora da ação*. Afirmam que a América Latina está *sob o signo da transformação e do desenvolvimento* e que pretendem *salvar o homem inteiro, alma e corpo*. O documento aponta três setores que chamaram atenção especial dos bispos:

¹⁴⁹ DUSSEL, Enrique D. *Historia de la Iglesia em la América Latina – coloniaje y liberación, 1492/1983 5ª edição*. Madrid: Mundo Negro-Esquila Misional, 1983. p. 186.

¹⁵⁰ BEOZZO, José Oscar. *A Igreja no Brasil*. Opus cit. P. 49.

o setor da promoção e dos povos do continente para os valores da justiça, da paz, da educação e do amor conjugal,(...) os povos deste continente e suas elites (...)e, finalmente os problemas relativos aos membros da Igreja.¹⁵¹

As conclusões da Assembléia de Medellín são apresentadas em 16 tópicos¹⁵², iniciando-se com uma reflexão sobre a Justiça, logo seguida pela preocupação com a Paz.

Consideremos que a elaboração dessa Doutrina Social, voltada a oferecer soluções para os problemas do mundo moderno, foi elaborada no mesmo período em que a Igreja estava travando um debate para afirmar-se como um Estado diante os demais Estados. Os sucessos da Revolução Francesa de 1789, bem como os acontecimentos sucedâneos, enfraqueceram a Igreja Católica diante os Estados europeus. Minguava-se, ao longo do século XIX a sua influência, sobre as massas, sobre os soberanos dos Estados. Enquanto a Doutrina social que emanava dos ensinamentos pontifícios era elaborada, ocorria a ação diplomática para o reconhecimento do Vaticano pelo Estado italiano e outros Estados. Para tal a Igreja tem sempre afirmado que

“não se liga a nenhuma forma particular de cultura, nem a nenhum sistema político, econômico e social”; mas – condenando todas as formas de “totalitarismos”, lembrando aos regimes a obrigação de reconhecer “os direitos fundamentais da pessoa” – ela parecer querer se situar ao lado dos Estados-Gerentes, dos quais ela alimenta tanto as tendências conservadoras quanto as progressistas.¹⁵³

¹⁵¹ Conferência Geral do Episcopado Latino-americano. *Conclusões de Medellín. 6ª. Edição.* São Paulo: Paulinas, 1987

¹⁵² Os tópicos que forma o documento são: Justiça, Paz, Família e demografia, Educação, Juventude, Pastoral das Massas, Pastoral das elites, Catequese, Liturgia, Movimentos leigos, Sacerdotes, Religiosos, Formação do clero, Pobreza da Igreja, Colegialidade e Meios de comunicação social.

¹⁵³ CHÂTELET, François, PISIER-KOUCHNER, Évelyne. *As concepções políticas do século XX, História do pensamento político.* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983. p.86.

O conjunto da Doutrina Social da Igreja é uma crítica ao Estado Liberal, ao liberalismo e está constantemente justificando a ingerência do Estado na economia. Esta ingerência apresenta-se como a melhor forma de combater as ameaças socialistas. Fazendo a crítica dos abusos do Estado Liberal, a Igreja se mantém como sócia colaboradora daquele que a afastou da posição de controle da sociedade desde meados do século XVI. Entretanto, ela ensina que

*para um cristão, o progresso encontra-se necessariamente com o mistério escatológico da morte: a morte de Cristo e a sua ressurreição e o impulso do Espírito do Senhor, ajudam o homem a situar a sua própria liberdade criadora e reconhecida, na verdade de todo o progresso e na esperança que não ilude.*¹⁵⁴

Esse processo de reflexão sobre a realidade do mundo contemporâneo que a Igreja vem desenvolvendo desde o final do século XIX tem sua continuidade no pontificado de João Paulo II que, embora venha a confirmar tais ensinamentos em duas cartas comemorativas do nonagésimo e no centenário da *Rerum Novarum. Laborem Exercens*¹⁵⁵ foi escrita em 1981 e a carta *Centesimus Annus*,¹⁵⁶ para comemorar o centenário, vem apresentando novos matizes. Ao mesmo tempo em que o papa João Paulo II, primeiro papa não italiano desde a Renascença, manteve uma agressiva política doutrinal contra o comunismo, até acompanhar o colapso do império soviético, coloca restrições ao comportamento dos católicos latino americanos que se unem para por fim às relações injustas entre os povos desse continente. Ainda é o temor de que as idéias modernas e o marxismo venham a dominar a reflexão dos cristãos nessa parte do mundo. E é a política desenvolvida pelo pontificado de João Paulo II que promove uma situação de tensão no diálogo dos cristãos com o mundo, além de acentuar algumas tensões entre o que pensa os definidores da Doutrina, no Vaticano e os que a vivem no continente sul-americano, entre eles, a Igreja no Brasil.

¹⁵⁴ Paulo VI. *Octogésima Adveniens*. Opus cit. N.41

¹⁵⁵ João Paulo II. *Laborem Exercens*. São Paulo: Paulinas, 1981.

¹⁵⁶ JOÃO PAULO II. *Centesimus Annus*. São Paulo: Paulinas, 1991.

CAPÍTULO 3

DIOCESE DE OLINDA: UMA FORMAÇÃO CONSERVADORA

Uma das dioceses brasileiras que se mostrou mais ativa nos anos progressistas foi a Arquidiocese de Olinda e Recife, período em que esteve sob o pastoreio e governo de Dom Hélder Câmara, os anos de 1964 a 1985. Em várias ocasiões, livros e conferências, Pernambuco é apontado como sendo um centro histórico de movimentos revolucionários, ou reformadores do Brasil.¹⁵⁷ Nos início dos anos sessenta do século XX, para alguns observadores, Pernambuco dava a impressão que iria desencadear uma revolução¹⁵⁸ por conta de um amplo movimento social que se processava no Estado, envolvendo estudantes,

¹⁵⁷ Vasta tem sido a historiografia que trata sobre eventos pernambucanos. Guerra dos Mascates, Revolução de 1817, Confederação do Equador, Revolução Praieira, Questão Religiosa são temas sempre recorrentes, além de temas mais recentes como a atuação de Agamenon Magalhães, as Ligas Camponesas e o primeiro governo de Miguel Arraes.

¹⁵⁸ CALADO, Antonio. *Governo de Arraes: Padres e comunistas na revolução sem violência*

camponeses e outras categorias profissionais. O movimento militar de 1964 cortou esse processo.

Nos anos da Igreja Progressista, os olhos de todos estavam voltados para a Arquidiocese, uma esperança de que nela surgisse, como parecia estar surgindo, um novo modo de ser Igreja. Será que o passado dessa diocese permitiria uma tal esperança, após o movimento de 1964? As atitudes, as ações e o desempenho do novo Arcebispo fariam parte da tradição dessa Sé episcopal? Os diocesanos acompanhariam os movimentos modernizantes do novo pastor? Havia essa tradição na Igreja de Olinda e Recife?

Um dos pólos de irradiação do processo de colonização do Brasil pelos portugueses, Pernambuco foi, também, um dos pólos responsáveis pela sua formação, ainda que possam ser apontadas dificuldades geopolíticas naquele processo. Também em Pernambuco foram erguidos os primeiros templos católicos em território brasileiro. As principais ordens religiosas aqui estabeleceram alguns de seus primeiros conventos¹⁵⁹ e mosteiros, que se tornaram focos dispersadores da prática religiosa para outras regiões do Norte, como se dizia naqueles tempos.

Importante chamar atenção desde então que a Igreja é estabelecida no Brasil em um regime de Padroado e que este regime supõe

uma subordinação efetiva da autoridade eclesiástica à autoridade civil (...)Dentro deste contexto, quanto mais elevado era o posto ocupado pelo membro da hierarquia católica, tanto maior devia ser a fidelidade à Coroa. Por essa razão, os bispos, no exercício do seu múnus eclesiástico, deviam atuar sempre como súditos fiéis da monarquia lusitana.¹⁶⁰

¹⁵⁹ Os franciscanos fundaram sua primeira casa em Olinda, no ano de 1576, os Carmelitas chegaram em 1584

¹⁶⁰ AZZI, Riolando. *A Sé Primacial de Salvador. A Igreja Católica na Bahia, 1501-2001*. Volume I, Período colonial. Petrópolis: Vozes, 2001. p.23.

Inicialmente parte da Diocese de São Salvador, criada em 1551,¹⁶¹ que tem sua sede na Bahia. Olinda foi tornada sede diocesana no ano de 1676, pela bula *Ad Sacram Beti Petri Seden*, do papa Inocêncio XI.¹⁶² A nova diocese abrangia os atuais Estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará e Alagoas, e estendendo-se pelo Sertão do São Francisco até Minas Gerais. Essa situação manteve-se ao longo dos períodos Colonial e Imperial.

No Início do século XX, diante da nova situação religiosa no Brasil e da relação da Igreja com o Estado Brasileiro que havia proclamado a República, definida a separação entre Igreja e Estado e estabelecida a liberdade de religião, o Vaticano tomou iniciativas para a reestruturação dos espaços religiosos, criando novas dioceses.

Do ponto de vista político-organizacional, a separação (do Estado) cancelava praticamente todos os direitos de intervenção sobre os negócios eclesiásticos de que dispunha o poder central conforme estipulava o regime de padroado. A criação de novas dioceses e paróquias, a fundação de seminários e de outras obras, a distribuição do clero pelos diversos cargos e carreiras alternativas, a indicação e nomeação de prelados, a fixação de normas e diretrizes de interesse para as atividades e serviços eclesiásticos, e outras tantas atribuições até então de competência do próprio imperador ou de seus altos prepostos, passavam a depender da alta hierarquia eclesiástica.¹⁶³

¹⁶¹ A diocese de Salvador foi criada pelo papa Júlio III, por solicitação do rei João III, de Portugal, pela bula *Super specula militantis Ecclesiae*. RUBERT, Arlindo. Igreja no Brasil: Origem e desenvolvimento[século XVI], volume I. Santa Maria, RS: Pallotti, 1981. p. 83ss.

¹⁶² RUBERT, Arlindo. *A Igreja no Brasil. Expansão Missionária e Hierárquica (séc. XVII) Vol. II*. Santa Maria: Editora Pallotti. 1981. p. 172

¹⁶³ MICELI, Sérgio. *A elite eclesiástica brasileira*. São Paulo: Editora Bertrand Brasil Ltda., 1988. p. 219-20.

Nos primeiros anos da República, notamos que foram criadas províncias eclesiásticas e dioceses, uma reorganização dos poderes episcopais com o objetivo de sanar a grande distância entre a hierarquia e os fiéis. Aos menos a distância física.

Neste quadro, onde está mostrado o número de províncias eclesiásticas, por década, no século XX, notamos que foram criadas 12 províncias eclesiásticas entre 1901 e 1930, é uma a mais que as criadas entre 1951 e 1960.

1901-1910	05
1911-1920	03
1921-1930	04
1931-1940	00
1941-1950	00
1951-1960	11
1961-1970	04
1971-1980	04
1981-1990	01
1991-2000	03

Fonte: números retirados do Diretório Litúrgico –2000. CNBB

Chamamos atenção para o fato de que essas décadas que escolhemos foram épocas de reorganização da sociedade e dos espaços sociais. Na década final do século XIX e início do século, o Estado brasileiro teve que se reorganizar administrativamente, recompor as posições de comando político, o que demandou diversos movimentos, alguns de forma conflituosa, inclusive com massacres, em diversas regiões do Brasil. Estamos nos referindo a movimentos como a Revolta da Armada; a Revolução Constitucionalista do Rio Grande do Sul; a Guerra de Canudos, nos sertões da Bahia; a Guerra do Contestado, nas regiões fronteiriças entre Santa Catarina e Paraná; a Revolta da Chibata, no Rio de Janeiro, entre outros. Todos esses movimentos, com as características que lhes são próprias, também são movimentos que demonstram que estava ocorrendo no Brasil uma nova acomodação de grupos políticos, sociais, no contexto da nova ordem que então se formava no país.

Este tempo é o período de *formação das almas*, de criação de novos simbolismos que visam cimentar as novas fidelidades, símbolos que representem e assegurem liames de ligação entre a população e o novo regime que se instaura. Foram aqueles anos, no início do século XX, momentos de intensa disputa entre os diversos grupos de republicanos, com o objetivo de garantir o coração e as mentes brasileiras.

*A elaboração de um imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político. É por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo*¹⁶⁴

Processo semelhante ocorreu com a Igreja Católica após o fim do Padroado que lhe dava uma posição especial no centro do poder. Libertada dos laços que a prendiam ao Estado, teve ela que se reorganizar administrativamente e estabelecer novas formas de aproximação com o povo brasileiro nessa nova situação política. No final do Século XIX, foi executado um programa, por iniciativa de alguns bispos,¹⁶⁵ que promoveu uma reforma romanizadora, seja dizer que procurou tornar as práticas religiosas dos católicos brasileiros mais aproximadas das formas mais comuns à toda Igreja. Uma das conseqüências dessa reforma foi uma maior clericalização do catolicismo brasileiro, superando, reorientando ou substituindo certas práticas devocionais da população, especialmente aquelas que dispensavam a presença do clérigo.¹⁶⁶ Esse processo teve continuidade para além do Império, Após a proclamação da República, foram trazidas para o Brasil várias

¹⁶⁴ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das Almas, o imaginário da República no Brasil*, 9ª. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p.10

¹⁶⁵ Dom Antonio Ferreira Viçoso, bispo de Mariana; Dom Antonio Macedo da Costa, bispo do Pará e Dom Vital Maria Gonçalves de Oliveira, bispo de Olinda, são apontados como os líderes desse movimento de reforma no catolicismo brasileiro da segunda metade do século XIX. *Cadernos de História da Igreja, vol. 1*, Frei Oscar Lustosa (org). São Paulo: Edições Loyola, 1982.

¹⁶⁶ As novas devoções foram introduzidas pelas congregações masculinas e femininas que chegaram ao Brasil no final do século. Entre essas devoções lembramos a do Sagrado Coração de Jesus, com uma revista mantida pelos jesuítas *O Mensageiro do Sagrado Coração*, que teve sua primeira edição em 1896; também cresceu bastante a devoção Mariana, como a Virgem de Lourdes e de Salette, posteriormente a de Fátima. Colégios foram criados por religiosas com essas invocações. Cf. BEOZZO, José Oscar. *A Igreja frente aos Estados liberais, 1880-1930* in *Historia liberationis: 500 anos de História da Igreja na América Latina*. (DUSSEL, Enrique, org.). São Paulo: Paulinas, 1992. [176-222]

congregações religiosas, restauradas as antigas ordens que estavam em decadência e realizou-se uma renovação no processo de formação dos novos presbíteros. Sobre esse movimento, assim se expressa o professor Riolando Azzi:

Dominada pelo poder político, a Igreja vira desenvolver-se no país um tipo de religiosidade que, na visão de alguns bispos, conhecidos como reformadores, não poderia deixar de ser questionada. Tratava-se de um mundo cristão diferente do modelo instaurado no século XVI pelo Concílio de Trento e modelado posteriormente pela forma de ser católico que se desenvolveu na Itália e, principalmente na França. Para reformar o tradicional catolicismo brasileiro, os antístites julgaram que dois problemas deveriam ser atacados: a formação do clero e a instrução dos fiéis. Para tanto, foram buscar na Europa os religiosos que passaram a dirigir os seminários diocesanos, seminários estes que, a partir de então, deixaram de ser colégios abertos ao público, tornando-se exclusivos da formação presbiteral. Também trouxeram da Europa sacerdotes para pregar missões, suprir a ausência de clero nas paróquias e substituir padres, cuja vida destoava do que a autoridade eclesiástica exigia.¹⁶⁷

Desde 1855 que o Império havia proibido a entrada de noviços brasileiros nas ordens então existentes, justificando que a proibição seria levantada após a realização de uma reforma nas mesmas.¹⁶⁸ Essa proibição levou as ordens e casas beneditinas, franciscanas e carmelitas à penúria em termos de pessoal. Thomas Bruneau nos informa sobre a situação das ordens religiosas no final do Império:

¹⁶⁷ AZZI, Riolando. *História da educação católica no Brasil, Contribuição dos Irmãos Maristas. Vol.1.*São Paulo: Simar; Edições Loyola, 1996. p. 16.

¹⁶⁸ NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império.*São Paulo: Nova Aguilar, 1975. [247-268].

O seu gradual definhamento e colapso quase total (em 1868, por exemplo, havia onze mosteiros beneditinos com um total de quarenta e um monges) deixou cerca de 700 padres seculares para ministrar a 14 milhões de pessoas espalhadas pelo país imenso; e quase todos esses padres tinham sido formados em seminários cujas finanças, textos, professores e diplomas eram controlados pelo Estado.¹⁶⁹

Bruneau completa afirmando que, se a Igreja não estava sofrendo perseguição durante o período imperial, ao menos se deve admitir que ela era, simplesmente, tolerada.

A situação começou a ser sanada com a vinda de frades e monges das províncias da Saxônia, ocorrendo o que se convencionou chamar de Restauração das Ordens no Brasil,¹⁷⁰ mas isso apenas após o final do Império. Foi grande o auxílio vindo das Igrejas européias, com o envio de frades, monges e freiras, teve como uma de suas conseqüências a desnacionalização do clero regular e também do clero secular, substituído por esse agentes do mundo *moderno*.¹⁷¹ A compreensão que a Igreja tinha de seu papel na sociedade veio a alcançar um novo patamar a partir da proclamação da República, quando ela, então, realizou uma reorganização de sua estrutura no país.

Quanto ao clero secular e à organização administrativa da Igreja, foram tomadas medidas para torná-la mais visível e atuante nos diversos espaços geográficos brasileiros. Como parte dessa política, a Diocese de Olinda foi desmembrada para a criação das províncias da Paraíba e Rio Grande do Norte (1914), do Ceará (1915) e Alagoas (1920). Dessa forma foi criada a Província Eclesiástica de Pernambuco, ficando Olinda como Arquidiocese, juntamente com Recife (1910), dioceses sufragâneas foram criadas. Inicialmente Floresta

¹⁶⁹ BRUNEAU, Thomas C. *Religião e politização no Brasil, A Igreja e o Regime Autoritário*. São Paulo: Edições Loyola, 1979. p. 27

¹⁷⁰ Frei Hugo Fragoso tem publicado 11 *Cadernos da Restauração*, referentes à Província Franciscana de Santo Antonio, selecionando e analisando depoimentos dos alemães que vieram revitalizar a ordem no início do século. A publicação, embora não obedeça às normas técnicas de publicação, virá a tornar-se fundamental para o estudo daquele período da ordem franciscana no Nordeste. Os cadernos estão sendo publicados pela editora Mensageiro da Fé, de Salvador.

¹⁷¹ BEOZZO, José Oscar. *A Igreja frente aos estados liberais, 1880-1930* in *Historia Liberationis: 500 anos de história da Igreja na América Latina*. (Enrique Dussel –org.) São Paulo: Edições Paulinas, 1992. p. 201

(1910), que mais tarde foi transferida para Pesqueira (1918); Garanhuns (1918); Petrolina (1923); Nazaré da Mata (1918). Posteriormente foram estabelecidas as dioceses de Caruaru (1943) e mais recentemente as dioceses de Afogados da Ingazeira (1961), Palmares (1961) e Floresta, recriada em 1962.

Quando da criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em 1952, a Arquidiocese de Olinda e Recife foi escolhida para ser a sede do Regional Nordeste II, composto pelas Províncias Eclesiásticas de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Esse esforço em tornar-se presente no território brasileiro tem os seus gestores, os bispos que são enviados para cada uma dessas dioceses. Ouvindo e vendo as necessidades locais e as suas possibilidades em atender as exigências da política romana, foram os arcebispos que indicaram a localização das novas dioceses, promovendo o desmembramento de sua jurisdição, após visitas pastorais às paróquias que vieram a se tornar sedes diocesanas.

Por essas razões, no intuito de entender o caráter da Arquidiocese de Olinda e Recife, se ele é primordialmente conservador ou progressista, iremos, a seguir, debruçarmo-nos um pouco sobre a atuação de alguns bispos cujas atuações marcaram, cada um a seu modo, a diocese. A atuação de um bispo, o caráter de sua atuação e o que ele implementa como ação pastoral têm uma influência que pode transcender o seu tempo. Muitas vezes, contudo, a ação isolada de um bispo não é capaz de retirar antigos hábitos ou colocar novos, na sua diocese. Grande parte da característica de uma diocese depende da continuidade de um processo de formação, da continuidade da recepção dos valores indicados pelas lideranças religiosas, de forma que sejam introjetados pelos seguidores. As mudanças que ocorrem no ensino e nas práticas religiosas carecem de tempo para serem plenamente assumidos pelos fiéis. Esse foi o tempo da romanização, um tempo em que a Igreja Católica no Brasil foi assumindo características cada vez mais próximas de Roma e, de certa forma, mais distante de algumas tradições e costumes do povo brasileiro, embora dele ficasse fisicamente mais próxima.

A ROMANIZAÇÃO - Seu início

O processo de Romanização na diocese de Olinda teve seu início no curto pastorado de Dom Emanuel do Rego de Medeiros¹⁷² (1865-1866), que tomou a iniciativa de convidar as irmãs do Instituto de Santa Dorotéia, recentemente fundado por Paula Frassinete, e que se estabeleceram inicialmente no próprio paço episcopal¹⁷³ que funcionava no bairro da Soledade, tendo recebido, posteriormente, uma casa no mesmo bairro da Soledade, onde deram início a uma pequena escola que vem a ser hoje um patronato. Dom Emanuel Medeiros também iniciou as conversações sobre o retorno dos padres jesuítas para diocese, renovadores das devoções populares e introdutores, no ano de 1867, da devoção do Sagrado Coração de Jesus, na igreja da Santa Cruz¹⁷⁴.

O processo de Romanização, estudado por Riolando Azzi em vários trabalhos, ocorre simultaneamente ao pontificado do papa Pio IX, que condenou o mundo moderno, tanto na encíclica *Quanta Cura* quanto no *Syllabus*, seu complemento. As Congregações, as novas Ordens aqui chegaram, ou as antigas Ordens que estavam sendo restauradas, passaram a atuar no espírito que a Sé Romana emanava naquele período, um espírito conservador, reacionário ao mundo moderno, avesso às inovações. A Romanização trouxe consigo o espírito reacionário, ou conservador, que experimentava a Igreja Católica na Europa. Posteriormente um Concílio Plenário Latino-americano foi realizado em Roma, no ano de 1899, por convocação de Leão XIII e sob sua presidência, o que demonstra o interesse da Santa Sé no mundo católico residente na parte sul do continente americano. Um estudioso da história da Igreja, sobre este Concílio, comenta que

O sonho bolivariano de unir o antigo império espanhol será ampliado e concretizado na esfera religiosa por Roma, ao reunir para um projeto comum os bispos tanto das antigas

¹⁷² Dom Emanuel do Rego de Medeiros nasceu em Aracati, no Ceará, em 1829, e realizou seus estudos no Seminário de Olinda. Ordenado em 1853 foi nomeado bispo pelo imperador em abril de 1865 e confirmado por Pio IX em setembro do mesmo ano.

¹⁷³ Este palácio episcopal foi transferido para a Companhia de Jesus e, atualmente nele funciona o Colégio Nóbrega, de orientação jesuítica. A residencial episcopal passou a ser o Palácio dos Manguinhos em 1916.

¹⁷⁴ LEITE DE SA, Maria Arlinda. *História do Apostolado da Oração da catedral do Bom Jesus dos Aflitos de Floresta*. Belém do São Francisco(PE): Centro de ensino superior do Vale do São Francisco, 2002. Monografia de conclusão de Especialização. Mimeo.

*colônias hispanas, quanto da francesa (Haiti) e da portuguesa (Brasil).*¹⁷⁵

O processo de Romanização na diocese de Olinda teve continuidade com a atuação de Dom Francisco Cardoso Aires,¹⁷⁶ formado na Europa, que promoveu uma reforma no plano de estudos do Seminário de Olinda¹⁷⁷, e procurou renovar o clero local, que se apresentava bastante indisciplinado naquele período e envolvido na política partidária do período, alguns deles assumindo publicamente sua adesão à maçonaria. Um dos embates do bispo com a sociedade ocorreu em torno do sepultamento do General Abreu e Lima, pois o bispo proibiu a utilização do Campo Santo para receber as exéquias de quem havia declarado não reconhecer a Igreja e recusado receber os últimos sacramentos. O General foi sepultado no Cemitério dos Ingleses. Após esses acontecimentos, Dom Cardoso Aires, se dirigiu para Roma onde participaria do Concílio Vaticano I, entretanto morreu sem alcançar o seu destino.

Seu substituto é o mais emblemático dessa constelação de bispos conservadores que assumem a direção da diocese de Olinda e, por sua ação, contribuiu bastante para moldar o caráter conservador da diocese. É verdade que Dom Vital ficou pouco tempo na diocese, mas a sua atuação e influência são mais profundas do que os quatro anos que esteve à frente da diocese pode fazer supor.¹⁷⁸ Dedicuemos a ele um pouco mais de tempo, pois sua atuação vem sendo a cada dia mais exaltada como defensor da Igreja e da ordem eclesiástica.

¹⁷⁵ BEOZZO, José Oscar. A Igreja frente aos estados liberais: 1880-1930 in *Historia Liberationis: 500 anos de história da Igreja na América Latina*. Enrique Dussel (Org.). São Paulo: Paulinas / Cehila, 1992. 197.

¹⁷⁶ Dom Francisco Cardoso Aires nasceu em Pernambuco em 1821. Iniciou seus estudos nos cursos jurídicos de Olinda, mas terminou seus estudos na Europa. Foi ordenado na Inglaterra, em 1852. Foi nomeado bispo por Dom Pedro II em setembro de 1867 e sagrado em 1868.

¹⁷⁷ BARATA, Cônego José do Carmo. *Escola de Heróis*. Recife: Imprensa Industrial, 1926. p. 88

¹⁷⁸ O nome de D. Vital Maria Gonçalves de Oliveira, bispo de Olinda, passou a ser considerado como o símbolo da reforma católica implantada no Brasil a partir de meados do século XIX. AZZI, Riolando. A presença de D. Antonio de Macedo Costa na Igreja do Brasil. In *Cadernos de história da Igreja*, vol. 1. opus cit. P. 7.

Dom Frei Vital – uma questão com o Estado

Dom Frei Vital Maria, nasceu em Pedra de Fogo (Itambé) Pernambuco, cidade fronteira à Paraíba, em 1844. Iniciou seus estudos em sua terra, mas os terminou na França, no Seminário de São Sulpice, onde foi ordenado em 1868, sacerdote da Ordem dos Frades Capuchinhos.¹⁷⁹ Retornando ao Brasil, ensinava no Seminário de São Paulo, quando foi feito bispo de Olinda no ano de 1871, após a morte de Dom Cardoso Aires, tomando posse na diocese no mês de maio de 1872. Assumiu a diocese em um momento de tumulto. A diocese estava cindida por conta do não enterramento do general Abreu em Lima em cemitério eclesiástico, por ordem de Dom Cardoso Aires,¹⁸⁰ e havia prenúncios da ação maçônica contra o novo bispo. O clero estava dividido, na diocese em todo o Brasil, e já havia se iniciado no Rio de Janeiro a Questão entre a Igreja e a Maçonaria, por conta do envolvimento de padres daquela diocese¹⁸¹ com a maçonaria, recentemente condenada pelo papa Pio IX.¹⁸² Esta é uma questão conhecida formalmente como *questão religiosa que levou dois bispos aos tribunais e a condenação a quatro anos de trabalhos forçados por quererem impor legislação romana que conflitava com o direito civil-eclesiástico do império.*¹⁸³

¹⁷⁹ A atuação pacificadora e conservadora dos capuchinhos ocorreu durante todo o período em que o Brasil foi colônia de Portugal e ao longo do Império. Um exemplo dessa atuação é dado pela atuação do frei Caetano de Messina, como nos apresenta o artigo de Carlos Alberto Cunha de Miranda, A ação missionária e pacificadora de Frei Caetano de Messina, in BRANDÃO, Sylvana (org.) *História das Religiões no Brasil*, volume 2, Recife: Editora da UFPE/ CEHILA, 2002[197-207].

¹⁸⁰ A respeito da negativa do bispo Cardoso Aires em conceder sepultamento católico ao general Abreu e Lima, A Revista do Departamento Estadual de Cultura do Governo do Estado de Pernambuco publicou, em dezembro de 1973, interessante polêmica entre Andrade Lima Filho e Nilo Pereira ocorrida nas páginas do Diário de Pernambuco. Entretanto, o seu editor não teve o cuidado de mencionar as datas de publicação dos referidos artigos.

¹⁸¹ HUCKELMANN, Pe. Teodoro. Dom Vital e o Episcopado. In Dom Vital in Memoriam. Primeiro Centenário de sua Morte. Teodoro Huckelmann (coordenador). Recife: Vice-Postulação-Convento da Penha, 1979

¹⁸² O Syllabus, que acompanha a encíclica *Quanta Cura*, reúne 80 proposições, condenações que Pio IX havia enunciado em diversos documentos. O parágrafo IV reúne condenações ao Socialismo, comunismo, sociedades secretas, sociedade bíblicas, sociedades clérico-liberais. Assim diz o texto: *Tais pestilências são condenadas freqüentemente e com gravíssimas expressões na carta encíclica **Qui pluribus**, 9 de novembro de 1846; na alocução **Quibus Quibus quantique**, 20 de abril de 1849; na carta encíclica **Nostis et nobiscum**, 8 de dezembro de 1849; na alocução **Sigulari quoidam perfusi**, 9 de dezembro de 1854; na carta encíclica **Quanto ciamur mconfiaoerrone**, 10 de agosto de 1863.* (grifos do texto). Como se vê, a condenação que Pi IX profere contra o mundo moderno não é ação isolada, mas parte de todo o seu pontificado.

¹⁸³ BEOZZO, José Oscar. A Igreja frente aos estados liberais, 1880-1930 in *Historia Liberationis: 500 anos de história da Igreja na América Latina*. (Enrique Dussel –org.) São Paulo: Edições Paulinas, 1992. p. 197

Ocorria no Brasil, como em toda a América Latina, o confronto entre a Sé Romana e os liberais que assumiram os governos dos Estados na segunda metade do século XIX. Em alguns países ocorreu a expulsão de ordens religiosas e perdas de bens eclesiásticos, como no México de Juarez, em 1856; na Colômbia sob Mosquera; em 1861, na Guatemala sob Garcia Granado e Barrios, em 1872.¹⁸⁴ E, embora fosse o catolicismo o que de mais arraigado havia no povo latino, era rejeitado pelas elites, em especial as elites cidadinas tocadas, ainda que superficialmente, pelas idéias liberais. O processo de formação do Estado que ocorria no século XIX, supunha uma laicização das instituições, e muitas delas estavam sob responsabilidade do clero até então.

A atuação de Dom Vital na diocese de Olinda foi, desde o início, uma ação na defesa dos ensinamentos da Igreja diante de uma outra instituição, o Estado, por conta da Maçonaria, que pretendia colocá-la em posição de inferioridade;¹⁸⁵ sua postura foi na trincheira dos ensinamentos pontifícios, assumindo uma posição de salvaguarda intransigente da doutrina emanada desde Roma. Proibindo a realização de atos religiosos promovidos por Irmandades¹⁸⁶ que estavam influenciadas pelas Lojas, viu-se, o bispo, às voltas com o poder imperial, a quem recorreram os irmãos e maçons. Este bispo foi preso e condenado a quatro anos, juntamente com Macedo Costa, bispo do Pará, recebendo anistia quando o Duque de Caxias esteve à frente do Ministério imperial.¹⁸⁷

O pequeno período de seu episcopado foi suficiente para tornar explícita a necessidade de mudanças no estatuto das relações entre Igreja e Estado, o que veio a ocorrer quando da

¹⁸⁴ idem. Pg. 182.

¹⁸⁵ Embora reconheça ao bispo o direito de controlar o culto, Joaquim Nabuco chama atenção à relação que a Maçonaria mantinha no Brasil, diferente da Maçonaria revolucionária que Frei Vital havia conhecido na Europa; por outra parte chama atenção que o bispo ao intervir nas irmandades havia rompido o *modus vivendi* entre a Igreja e o Estado. Cf. NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*. p 813ss.

¹⁸⁶ As irmandades religiosas que, ao longo da colonização portuguesa e em grande parte do Império, foram instituições de importância singular na organização da sociedade, eram dirigidas por leigos e, com o processo de romanização que, era também um processo de clericalização da Igreja no Brasil, perderam a influência para as Associações devocionais introduzidas no final do século XIX. Observa-se, desde então, um distanciamento dos homens e uma maior participação das mulheres nos negócios da Igreja. Sobre a importância das Irmandades no catolicismo brasileiro dos tempos colonial e imperial Caio Benci e Virgínia Almoedo de Assis (completar nota)

¹⁸⁷ A anistia foi concedida por decreto no dia 17 de setembro de 1875, pelo Imperador Pedro II contrariado, mas desejoso de manter o gabinete liderado por Caxias. VILLAÇA, Antonio Carlos. *História da questão religiosa no Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora s. a. 1974.

proclamação da República, em 1889. A *questão religiosa*, por seu turno, serviu também para promover a prática da liberdade de consciência dos cidadãos. Estranho, mas compreensível, que tal realização de ideais liberais tenha sido produzido por conta das atitudes de um ultramontano.

O processo Romanização e o fortalecimento do conservadorismo do clero pernambucano continuaram durante os episcopados seguintes. A Igreja, ao mesmo tempo em que combatia com o Estado para garantir ainda alguns privilégios por serviços que prestava à sociedade, pugnando pelo reconhecimento de suas ações, teve que formar seus quadros e renová-los de maneira a construir, com suas próprias forças, novos espaços políticos e sociais, sem ficar dependente do Estado a que combatia e auxiliava simultaneamente.

Aqui devemos mencionar a ação de Dom Manuel dos Santos Pereira (1893-1900),¹⁸⁸ que se dedicou principalmente à renovação do Seminário de Olinda. No sentido de seguir a recomendação do Concílio de Trento, cuja orientação era a formação de seminários fechados e o bispo pôs os jovens seminaristas para estudar no convento dos franciscanos¹⁸⁹, separando-os dos demais jovens que estudavam no Seminário de Olinda sem estarem objetivando o sacerdócio. Era necessário, julgavam os bispos, seguindo os ensinamentos da Igreja, deixar claro que aqueles que se preparam para o sacerdócio são pessoas diferenciadas e que, na sociedade estarão cumprindo tarefas voltadas apenas para o mundo religioso.¹⁹⁰

A partir do século passado (XIX), a Igreja passara a considerar o bem-estar e o desenvolvimento urbano oriundo da Revolução Industrial como extremamente nocivo ao espírito de sacrifício, um dos pilares básicos da espiritualidade católica. Os futuros

¹⁸⁸ Dom Manuel dos Santos Pereira é natural de Santo amaro na Bahia, nascido em 1827. Seus estudos foram realizados no Seminário da Bahia, sendo ordenado em 1850. Foi sagrado bispo em 1893 e sua posse ocorreu em 1894.

¹⁸⁹ BARATA. Escola... Opus Cit. P. 96.

¹⁹⁰ Interessante lembrar que, no processo de reorganização da Arquidiocese após o lapso progressista, uma das primeiras ações foi concernente à formação dos presbíteros, mais uma vez isolando-os dos demais jovens estudantes.

*sacerdotes, portanto, deveriam ser preservados o mais possível da mentalidade burguesa típica das cidades.*¹⁹¹

No episcopado de Dom Manuel Pereira, ocorreu o início do processo de Restauração das antigas Ordens religiosas, Franciscanos e Beneditinos, que recebem uma leva de frades e monges, na sua maioria provenientes da Alemanha.

DOM LUIZ RAIMUNDO DE BRITO – Recriando os espaços de atuação

Logo no início do século XX, a diocese foi entregue a Dom Luiz Raimundo de Brito, um maranhense nascido em 1840 e que fez seus estudos no Seminário Santo Antonio, em São Luiz do Maranhão, sendo ordenado em 1864, portanto em pleno período da romanização que, no Maranhão estava sendo liderado pelo bispo beneditino Dom Luiz da Conceição. Dom Luiz Brito foi sagrado bispo em maio de 1901, pelo Arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti¹⁹². Tomou posse da diocese de Olinda em junho do mesmo ano.

Ao longo do seu episcopado (1901-1915), Dom Luiz Brito desenvolveu uma atividade pastoral que o levou a visitar toda a diocese, que então compreendia todo o Estado de Pernambuco, com jurisdição ainda sobre Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. De suas visitas pastorais veio como consequência a elevação de Olinda à condição de Arquidiocese, sendo o seu primeiro arcebispo, e o planejamento da reestruturação da Província eclesiástica de Pernambuco, com o desmembramento de paróquias que vieram a se tornar dioceses posteriormente, casos de Petrolina, Garanhuns, Nazaré da Mata e Floresta. A Diocese de Floresta, no Sertão do São Francisco, posteriormente teve sua sede

¹⁹¹ AZZI, Riolando. *O clero no Brasil, uma trajetória de crises e reformas*. Brasília: SER, 1992. p. 75.

¹⁹² Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, nasceu em Pesqueira PE em 1850 e morreu no Rio de Janeiro em 1930. Aos 16 anos viajou para Roma: estudou no Colégio Pio Latino-americano e na Universidade Gregoriana, ordenando-se em 1874. De regresso ao Brasil, passou a lecionar, tornando-se reitor do seminário de Olinda. Pároco de Boa Vista (1878) e de Cimbres (1879), em 1890 era eleito bispo de Goiás, dignidade a que, no entanto, renunciou. Bispo coadjutor de Itu SP, com direito à sucessão de São Paulo, em 1894 foi nomeado arcebispo, transferindo-se para o Rio de Janeiro (1897). em 1905 tornava-se o primeiro cardeal brasileiro e de toda a América Latina. Autor de numerosas cartas pastorais escreveu, também, uma Síntese de filosofia.

transferida para Pesqueira.¹⁹³ A atuação de D. Luiz Brito estava em consonância com as orientações da Igreja durante a República Velha, na qual *o papel da hierarquia se ateve a implantar instituições que ancorassem a sua inserção sociopolítica.*¹⁹⁴

Tendo trazido consigo o exemplo de Dom Luiz Saraiva, Arcebispo de São Luiz do Maranhão, Dom Luiz Brito promoveu esforços para a organização da imprensa católica em Pernambuco, fundando o Círculo Católico, e animou o jornal dos seminaristas de Olinda, A Tribuna Religiosa, que mais tarde ficou conhecido como A Tribuna, cuja circulação semanal foi mantida, com algumas interrupções, até o início da década de 60.¹⁹⁵ Era o período em que a Igreja buscava retomar espaços junto à sociedade política e Dom Luiz Brito sempre promoveu, entre os católicos, o espírito cívico e colaboração com as autoridades, prática que terá seqüência com o seu sucessor.

Dom Sebastião Leme – Preparando novas alianças

Conforme foi dito anteriormente, os anos iniciais século XX foram de uma nova intervenção romana na Igreja do Brasil, sendo que para reestruturá-la, de forma que ela pudesse, sem a estrutura que o Estado lhe garantia anteriormente, exercer a sua função junto aos seus fiéis. A primeira intervenção, no século XIX, atingiu as devoções populares; a intervenção no início do século XX continua a anterior, mas colocando ênfase no estabelecimento de dioceses e paróquias, que permitiram um fortalecimento do clero em relação aos católicos e à administração dos bens da Igreja. Na diocese de Olinda, esta segunda intervenção foi iniciada por Dom Luiz Raimundo da Silva Brito, responsável pela

¹⁹³ Quando ocorreu a reereção da Diocese de Floresta, o Deputado Audomar Ferraz, ao requerer auxílio do governo estadual para a novel diocese, lembra que em 1919, *o 2º prelado conseguiu transferir a sede para a de Pesqueira, ao som do apito do trem e do cheiro do doce de goiaba.* Livro do Tombo de Floresta – p. 139.140 de 1942 –1985. Apud SOUZA, Silvana Maria de. *A controvertida história da ereção da Diocese de Floresta.* Monografia de Pós Graduação latu sensu. Belém do São Francisco: CESVASF, 2000. p. 34

¹⁹⁴ ARAÚJO, José Carlos Souza. *Igreja Católica no Brasil, um estudo de mentalidade ideológica.* São Paulo: Edições Paulinas, 1986. p.23.

¹⁹⁵ SILVA, Severino Vicente da. *A Primeira Guerra Mundial na Tribuna Religiosa, o nascimento da neo-cristandade.* Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1985. Dissertação de Mestrado em História. Mimeo.

elevação de Olinda à Arquidiocese de Olinda e Recife e pelo desmembramento de algumas paróquias posteriormente tornadas dioceses.

Essas intervenções foram complementadas, em meados da segunda década do século XX, pela ação de Dom Sebastião Leme de Oliveira Cintra. Paulista de Pinhal, nascido em 1882, iniciou seus estudos no Seminário Menor Diocesano de São Paulo, onde chamou atenção ao bispo, dom Joaquim Arcoverde, mais tarde foi feito o primeiro cardeal da América Latina, que o mandou para a Itália, onde, no Colégio Pio Latino-americano,¹⁹⁶ cursou Humanidades e filosofia na Gregoriana. Doutorou-se em filosofia em 1900 e foi ordenado em 1904, retornando a São Paulo em seguida.

Na diocese paulista, o padre Leme foi designado para várias paróquias e, preocupado com o anticlericalismo dos intelectuais de São Paulo, fundou a *Gazeta do Povo*, para a defesa da religião. Em 1905 foi nomeado professor de filosofia no Seminário Episcopal de São Paulo, ensinando, também, teologia. Em 1908, Dom José de Camargo Barros, bispo de São Paulo, o fez diretor do *Boletim Eclesiástico*, onde publicou vários artigos de teologia pastoral, embora escrevesse sob pseudônimo¹⁹⁷. No ano de 1908 promoveu uma grande manifestação, coincidindo com a Conferência dos Bispos Sulinos, contra a visita de George Clemenceau, político liberal francês, à capital paulista.

O sucesso obtido pela organização da manifestação católica que havia realizado, repudiando a presença do político francês, bem como a sua atuação no provicariato da diocese paulista, levaram o então Cardeal Arcebispo Joaquim Arcoverde a convidá-lo para o cargo de bispo auxiliar do Rio de Janeiro. Com apenas seis anos de sacerdócio, o cônego Leme tentou esquivar-se do convite, mas terminou por viajar com o cardeal para Roma, onde foi sagrado bispo em 1910. Ao assumir a função de bispo auxiliar, sua atuação veio a

¹⁹⁶ O Colégio Pio Latino foi criado por Pio IX com o objetivo de receber seminaristas dos diversos países da América Latina, procurando unificar a orientação e a ação da Igreja em todo o continente.

¹⁹⁷ Senex era o pseudônimo utilizado pelo então cônego Leme.

criar aresta com o Cardeal, pois *ambos eram homens de autoridade* e divergiam quanto ao modo de exercê-la.¹⁹⁸

Dom Leme passou a incentivar o desenvolvimento da instrução cristã, promovendo encontro com jovens e pronunciando palestras durante o período quaresmal de 1913 e 1914. Ao substituir provisoriamente o Cardeal Arcoverde, quando este fora a Roma, foram agravadas as relações com parte do laicato e do clero que não viam com simpatia as suas iniciativas. Com o retorno do Cardeal Arcoverde, Dom Leme retirou-se para São Paulo, só retornando para assumir o cargo de Vigário Geral, acumulando-o com o de bispo auxiliar. Em 1916 foi indicado para Arcebispo de Olinda e Recife.

Temos de observar que a atuação de Dom Sebastião Leme, como padre, foi uma atuação conservadora e de certa desconfiança para os liberais, o que era de se esperar, em consequência de sua formação romana. A sua elevação ao episcopado deve-se à sua obediência à política romana, formada mais pelas encíclicas de Pio IX e pela atuação de Pio X do que pela visão social de Leão XIII. A sólida formação intelectual adquirida em Roma orientou sua atuação sempre mais voltada para o apostolado junto às elites e a formação de uma elite intelectual entre os católicos.

Antes de chegar à sua Arquidiocese, Dom Leme retirou-se por algum tempo à fazenda de seu irmão no interior de São Paulo, onde escreveu a *Carta Pastoral de Inauguração* com data de 16 de junho. Nela define o que pretende realizar em Pernambuco, pretensões que se tornaram guia para a Igreja no Brasil a partir da década de 1920.

O que pretendemos é agitar idéias, inspirar iniciativas, alimentar apostolados, despertar dedicações, e, de nossa parte, não cair no pessimismo desumano que mata todas as empresas mal vem ela à concepção. A consciência nos doeria se, por falta de lançarmo-las, morressem idéias de obras que

¹⁹⁸ Ver verbete LEME, Sebastião, no *Dicionário Histórico-biográfico brasileiro pós 1930, 2ª. edição*. Volume II. Rio de Janeiro: FGV, 2001

*se impõem. Há dificuldades? Onde não as há? Ponhamos a mão naquilo que julgamos dever fazer, certos de que aos bens intencionados não falta Deus com a sua graça.*¹⁹⁹

Esta carta pastoral apresenta uma orientação de ação para a Igreja no Brasil e a modelará ao longo do século. Significou uma opção por uma prática que manteve a Igreja próxima do poder do Estado e das elites intelectuais que a haviam expulsado do seu meio. Em carta a Carlos de Laet, conta-nos Odilon Moura, o cardeal teria escrito: *Falam em questão operária, mas eu creio que o que está em jogo é a questão humana. A nós, homens de fé e da Igreja, cabe impor ao mundo a ordem cristã.*²⁰⁰ Não aparece nessas palavras, ou em outros documentos lavrado por Dom Sebastião Leme, a preocupação com o social, com o mundo operário, com o povo. Ao solicitar que os católicos se envolvessem na política e, pela palavra e escritos, tornassem a sociedade brasileira mais católica, Dom Leme propôs uma ação que deveria ser realizada pelas elites. Por essa orientação a Igreja muda, mas essa mudança ocorre nos mesmos espaços sociais nos quais ela agia anteriormente. A ação e atuação por ele realizadas na Arquidiocese de Olinda e Recife demonstram isso, especialmente no que concerne à formação intelectual dos sacerdotes e a criação de um Curso superior de Religião.

No mesmo diapasão de apoio ao Estado, quando do início da Primeira Guerra Mundial, mandou, estimulou e mandou estimular os católicos a ingressar nas Linhas de Tiro; participou ativamente da campanha de civismo, fazendo discursos em praça pública e em recintos fechados.²⁰¹ Em discurso proferido durante as celebrações do centenário da Revolução Pernambucana de 1817, assim disse: *...eu não sei divorciar do amor da Pátria, o amor do soldado que a defende. Amo, amo o soldado como um pedaço da nossa bandeira que ele cobriu de glórias.* Essa preocupação cívica, aliada ao desejo de fortalecer o papel político da Igreja católica na comunidade nacional, posteriormente levará Dom Leme,

¹⁹⁹ Apud MOURA, OSB. Dom Odilon. Direções do pensamento católico do Brasil no século XX in *As idéias filosóficas no Brasil, século XX. Parte I.* (Adolfo Crippa, Coordenação) São Paulo: Editora Convívio, 1978. p. 157.

²⁰⁰ *Ibidem*

²⁰¹ SILVA, Severino Vicente da. *A Primeira Guerra Mundial na Tribuna Religiosa: O Nascimento da Neocristandade.* Dissertação de mestrado. Recife: Departamento de História, 1985. (mimeo).

quando à frente da Arquidiocese do Rio de Janeiro e líder do episcopado, a promover a proteção do Brasil aos cuidados de Nossa Senhora Aparecida, como vínculo de unidade da nação brasileira com a comunidade católica.

Além da preocupação de Dom Sebastião Leme com a educação religiosa, com as vocações sacerdotais e a formação de grupos de senhoras católicas da sociedade, é difícil encontrar, nas suas ações, uma postura que possa dizer-se voltada para o progresso, exceto um progresso na melhoria das relações da Igreja com o Estado. Sua principal preocupação era o fortalecimento da Igreja enquanto instituição, e, nessa preocupação, a formação permanente do clero. Queria ele um clero ilustrado, capaz de conversar com a elite. Assim, um ano após a sua posse, começa a ser editado o boletim *O Mês do Clero*, pois, como ele disse, no primeiro número,

desde que aqui chegamos, era nosso pensamento iniciar uma publicação periódica em que pudéssemos tratar, os padres, das nossas causas, do nosso Ministério, dos nossos estudos e de quanto, enfim, concorre para estimular e nutrir no Clero a Luz da Ciência e o calor do zelo.

Dom Leme, em 1922, escreveu ao um padre amigo: *Assim me parece, que o meu campo de apostolado natural seria os homens e acadêmicos.*²⁰² Não parecia ter ouvido o pe. Júlio Maria²⁰³ para quem

“ ... a Igreja brasileira não aceitou ainda praticamente os ensinamentos do Papa. O clero vive separado do povo; quase

²⁰² MOURA, Dom Odilon. Opus Cit. P. 158

²⁰³ Júlio César de Moraes Carneiro é natural de Angra dos Reis, nascido em 1850. Bacharel e doutor em direito pela Faculdade de Direito de São Paulo. Iniciou na vida política no Partido Liberal, mas tentou se eleger deputado pelo Partido Conservador. Como intelectual foi seguidor de Darwin, Augusto Comte. Quando converteu-se ao catolicismo em 1884, seguiu as trilhas do tradicionalismo católico com Danoso Cortz Josphe e Maistre e Laménais. Aplicou-se com entusiasmo aos ensinamentos da encíclica *Rerum Novarum*, superando o tradicionalismo. Tendo enviuvado pela segunda vez, em 1889, retirou-se para o seminário de Mariana, sendo ordenado padre secular. Posteriormente tornou-se o primeiro redentorista brasileiro. Grande orador, dedicou-se a proferir palestra em todo o Brasil, conclamando os católicos a assumirem posição de liderança na sociedade. Faleceu em 1916.

*que o povo não o conhece. O clero contenta-se com uma certa aristocracia de devotos. Quase a sua aspiração se reduz ao ver os templos bem enfeitados, o coro bem ensaiado e, no meio das luzes e flores, os seus paramentos bem reluzentes.*²⁰⁴

Ou ainda,

a autoridade tendo passado das classes às massas e o futuro pertencendo como pertence à democracia, uma missão nova é imposta ao clero, o qual não é um instrumento de reino ou um apoio dinástico mas uma força social.

Como se pode ver, o padre Júlio Maria era mais entusiasta em relação ao pensamento do papa Leão XIII do que o segundo arcebispo de Olinda.

Em uma visão retrospectiva, podemos dizer que, se a atuação de Dom Leme na Arquidiocese de Olinda e Recife²⁰⁵ teria sido como uma preparação para o seu ministério à frente da Arquidiocese do Rio de Janeiro e de toda a Igreja Católica no Brasil, como de fato ocorreu nas décadas seguintes, tal preparo significaria a adesão a uma estratégia de cooperação íntima com o poder, sempre próxima aos governantes²⁰⁶, e um diálogo aproximado com os intelectuais em um país de analfabetos. Tal postura significou um distanciamento da maioria do povo brasileiro, e, quando dele se aproximava era uma aproximação periférica, utilizando-o como objeto e instrumento para alcançar. E o povo católico sempre acompanhou Dom Leme na realização dos Congressos Eucarísticos realizados sob sua orientação.

²⁰⁴ Apud BRUNEAU, Thomas C. *Religião e politização no Brasil. A Igreja e o Regime Autoritário*. São Paulo: Edições Loyola, 1979. p. 30.

²⁰⁵ A Arquidiocese de Olinda passou a ser chamada de Olinda e Recife por sugestão de Dom Leme. *Que nome tão belo: como Dom Leme foi feliz ao propor que as duas cidades, de nomes mais bonitos do Brasil designassem a Arquidiocese!* CASTRO, Marcos. *64: Igreja Conflito...* opus cit. P. 64. Dom Leme foi o primeiro arcebispo de Olinda e Recife.

²⁰⁶ BRUNEAU, opus cit. P. 30ss.

Por fim, devemos entender que o governo de Dom Sebastião Leme na Arquidiocese de Olinda e Recife faz parte de um novo esforço de romanização da Igreja Brasileira, sua reestruturação que, em Pernambuco, é iniciada pela ação do seu antecessor e por ele continuada com a criação das dioceses de Garanhuns e Nazaré da Mata, além da transferência da diocese sertaneja de Floresta para Pesqueira.²⁰⁷ Entretanto, convém recordar que os padres saídos do Seminário de Olinda receberam a educação e a orientação romanizada que veio a formar a mentalidade dos católicos, diocesanos de Olinda e Recife, bem como das demais dioceses que formam Província Eclesiástica de Pernambuco, uma orientação que veio a ser reforçada, alguns anos depois, quando Dom Sebastião Leme assumir a Arquidiocese, o cardinalato do Rio de Janeiro e a conseqüente liderança do clero nacional.

Dom Miguel Valverde - vivendo as alianças

Os anos dispostos entre 1922 e 1951 foram, na Arquidiocese, o governo de Dom Miguel de Lima Valverde que, nascido em Santo Amaro, na Bahia, no ano de 1872, faleceu em 1951, como Arcebispo de Olinda e Recife. Sua formação ocorreu no Seminário da Bahia, em Salvador, sendo ordenado em 1895. Sua atuação presbiteral teve início na mesma cidade, tendo sido feito Vigário-geral da Arquidiocese Primaz no ano de 1906.

Escolhido para ser o primeiro bispo de Santa Maria da Boca do Monte, hoje Santa Maria, no Rio Grande do Sul, foi sagrado bispo em 1911, atuou naquela diocese até 1922, quando, no dia 14 de fevereiro, pela bula *Hodie Nos*, do papa Pio XI, foi designado para o Arcebispado de Olinda e Recife, tomando posse em julho do mesmo ano.

O período de atuação de Dom Miguel foi um dos mais conturbados na história política pernambucana e brasileira, o que gerou oportunidades para que houvesse, por parte do

²⁰⁷ A Diocese de Floresta foi transferida para a cidade de Pesqueira, talvez por lá existir uma crescente atividade industrial. Vide. SOUZA, Silvana Maria de. *A controversa História da Ereção da Diocese de Floresta*. Monografia de Especialização. Belém do São Francisco: Centro de Ensino Superior do Vale do São Francisco, 2000.

Arcebispo, diversas manifestações de caráter político. Presenciou os movimentos que antecederam a Revolução de 1930, a Intentona Comunista, o estabelecimento do Estado Novo, a participação do Brasil na Guerra de 1939-45, a reorganização democrática após a deposição de Getúlio Vargas. Seus pronunciamentos foram sempre no diapasão da ordem e da defesa das instituições, evitando qualquer palavra de apoio a movimentos que contestassem o *status quo*. Sempre reconheceu as mudanças após elas estarem estabelecidas.

Uma preocupação constante de Dom Miguel Valverde foi o estabelecimento de uma imprensa católica e, um dos seus esforços foi tornar o hebdomadário oficial A Tribuna, antigo jornal da Pia Associação Luiz de Gonzaga²⁰⁸, dos seminaristas do Seminário de Olinda, em um diário, para que *defendesse e propagasse os princípios católicos*.²⁰⁹ No ano seguinte criou a Associação da Boa Imprensa,²¹⁰ entregando-a aos cuidados de leigos. Também substituiu o *Mês do Clero* pelo *Boletim Mensal da Arquidiocese de Olinda e Recife*, órgão oficial da Arquidiocese, desde 1925 até a sua extinção em 1964.²¹¹ O Boletim, no desejo de Dom Miguel, devia ser *uma publicação autorizada que transmita ao Clero os decretos e decisões da Sta. Sé e os atos e leis do Governo Diocesano*.²¹² Convém lembrar que, nesses pontos, o arcebispo não inovava, pois tais preocupações eram comuns aos bispos de quase todas as dioceses no período.

Foi Dom Miguel Valverde, como dito acima, o primeiro bispo de Santa Maria da Boca do Monte, onde demonstrou sua capacidade organizativa, tão importante naquele período em que a Igreja reorganizava-se no espaço geográfico do Brasil. Essa capacidade administrativa ele também revelou na Arquidiocese de Olinda e Recife. Entre os anos de

²⁰⁸ SILVA, Severino Vicente da. A Primeira Guerra... p. 44

²⁰⁹ Verbete do Dicionário Historiográfico Brasileiro. Vol. V.

²¹⁰ Pastoral sobre a Boa Imprensa. In Dom Miguel de Lima Valverde. *In Memoriam*, no centenário do seu nascimento. Recife: Sociedade Cultural Paulo VI da cidade do Recife, 1972, p.76-81

²¹¹ É de se notar aqui que tanto *A Tribuna* quanto o *Boletim Mensal da Arquidiocese de Olinda e Recife* deixaram de existir logo no ano inicial do pastoreio de Dom Hélder Câmara. A Tribuna sempre teve problemas com a distribuição e, em várias ocasiões deixou de ser publicado por falta de reservas financeiras que o garantissem.

²¹² Mensagem de Som Miguel na primeira página do primeiro número do *Boletim Mensal do Clero da Arquidiocese de Olinda e Recife*. 1925.

1925 e 1949 ele estabeleceu 19 novas paróquias, sendo seis nos limites do Recife²¹³, sempre acompanhando o movimento populacional de sua diocese, a orientação do Código de Direito Canônico e as disposições do Concílio de Trento. Nesse período, a população do Recife saiu de 239.000(1920) para alcançar a cifra de 525.000 (1950) habitantes²¹⁴. Foi em consideração ao crescimento populacional da região Agreste que, em agosto de 1948 foi constituído o bispado de Caruaru e, para tal, várias paróquias da Arquidiocese foram desmembradas, muitas delas eram paróquias que se entendiam por todo um município.²¹⁵

Quando o Estado promoveu o Censo em 1940, Dom Miguel tomou a iniciativa de envolver os vigários e fiéis, estimulando a participação dos católicos naquela ação governamental. Necessitava a Igreja, tanto quanto o Estado, de dados confiáveis para implementar uma ação de melhor assistência aos católicos. As edições de abril a setembro de 1940 do *Boletim Mensal* trazem sempre avisos como os que se seguem, uns acendendo a chama do patriotismo ufanista:

Os Censos Brasileiros vão criar uma nova consciência nacional, porque seus resultados nos convencerão de que o Brasil, pela sua grandeza continental e pelos seus recursos, pela sua crescente população e pelo trabalho honrado de seus filhos está destinado a ser a Canaan da civilização contemporânea.

Declarações do arcebispo procuravam acalmar os mais desconfiados sobre os interesses que um Estado ditatorial possa ter sobre as informações dos habitantes e temerosos de que os dados coletados possam usados contra os informantes:

²¹³ As paróquias eretas no Recife foram: N. S. da Soledade; Bom Jesus do Arraial; N. S. do Rosário do Pina; São Sebastião do Cordeiro; Santo Antonio de Água Fria; Coração Eucarístico do Espinheiro; N. S. do Rosário de Tejipló; N. S. da Boa Viagem

²¹⁴ PARAHIM, Orlando. *Traços do Recife: ontem e hoje*, Recife: Secretaria de Educação e Cultura/Governo do Estado de Pernambuco, 1978. p. 163.

²¹⁵ Para a criação da Diocese da Caruaru foram desmembradas as seguintes paróquias: N. S. das Dores e N. S. do Rosário (Caruaru); São Caetano; Santo Antonio de Cachoeirinha; S. S. do Ó de Altinho; Santo Antonio de Bebedouro; São Joaquim; N. S. da Conceição de Bonito; São Félix de Comocim; São José e São Miguel de Bezerros.

Não se preocupe com definições teóricas. O Recenseamento, em última análise é uma tarefa de envergadura nacional, que beneficia a TODOS e não prejudica NINGUÉM.

Outros avisos seguem na orientação do patriotismo e dos benefícios para a programação das ações sociais:

Patriotismo lúcido é aquele que se baseia no conhecimento objetivo das coisas da Pátria. Os Censos Nacionais são pois, fontes seguras em que verdadeiros patriotas se devem inspirar.

Prestar informações exatas aos agentes recenseadores é dever de lealdade para com o Brasil.

Recusar informações aos agentes do Serviço Nacional de Recenseamento é o mesmo que renunciar à Pátria.

A coleta de informações para os censos é uma colheita de benefícios para todos.

Era uma colaboração explícita que a Igreja prestava ao Estado Novo e especialmente ao interventor em Pernambuco, Agamenon Magalhães, homem de confiança do Arcebispo, com quem mantinha freqüente conversação.²¹⁶ As informações censitárias poderiam ser utilizadas pela Igreja e pelo Estado na organização de obras de assistência social, obras mantenedoras da ordem social. É evidente que dados surgidos do trabalho censitário foram utilizados pela Cúria Metropolitana no processo de ereção das paróquias acima citadas.

²¹⁶ Católico, o Interventor Agamenon Magalhães tinha o confessor designado pelo Arcebispo. Primeiro foi o Frei Casimiro e, depois o padre Romeu Peréa.

A presença de Dom Miguel Valverde à frente da Arquidiocese por três décadas permiti-lhe a realizações diversas, o que promoveu uma larga influência nas instituições e pessoas. Sua preocupação com a educação cristã o levou a padronizar o catecismo nas paróquias²¹⁷ e nas escolas, inclusive nas escolas públicas; promoveu cursos para a formação de catequistas e estabeleceu um Departamento Catequético Arquidiocesano. Nesse campo educacional Dom Miguel Valverde viu-se envolvido em uma disputa com os inovadores educacionais, especialmente Carneiro Leão, que introduzia no Estado de Pernambuco novos parâmetros, antecedendo o debate que viria ocorrer nas décadas seguintes entre os partidários de uma educação modernista e os defensores da tradição. Embora óbvio, assinalamos que as aulas de catecismo formam mentalidades e os católicos formados naquele período receberam a orientação anticomunista da Igreja no período, o que não é de pouca importância para o momento em que veio a ocorrer a movimentação progressista dos anos setenta.

Além da catequese, Dom Miguel incentivou a disseminação da Ação Católica, bem antes da oficialização ocorrida no ano de 1936, promovendo a Confederação das Associações Católicas, os Círculos Católicos e a União dos Operários Católicos. Preocupado com a educação cristã dos operários, trouxe para a Arquidiocese o pe. Leopoldo Bretano, fundador dos Círculos Católicos. Havia em Dom Valverde essa preocupação com os trabalhadores, embora fosse uma preocupação intimamente ligada à observância dos preceitos religiosos, como a guarda dos dias santificados pela Igreja. Anteriormente, em 1924, o arcebispo havia concluído um acordo com os comerciantes recifenses para que fossem respeitados os domingos e os dias santos, com o fechamento dos estabelecimentos comerciais naqueles dias, recebendo posterior reconhecimento dos comerciários. Entretanto, foi apenas em 1942, que o Secretário do Interior, Arnóbio Tenório Vanderlei, em circular aos prefeitos das cidades de Pernambuco, informou que...

não é permitida a realização de feiras, bem como a abertura de estabelecimentos comerciais e industriais nos domingos, feriados e dias Santos de Guarda abaixo: 1º. de janeiro –

²¹⁷ Aprovação do texto Catecismo. In Dom Miguel de Lima Valverde. In Memorian, no centenário do seu nascimento. Recife: Sociedade Cultural Paulo VI da cidade do Recife, 1972, p.82/83

Circuncisão; 6 de janeiro -Epifania; Sexta-feira da paixão; Ascensão(40 dias depois de Pentecostes); 24 de junho –São João; 15 de agosto- anunciação S.S.Virgem; 1º. de novembro –Todos os Santos; 8 de dezembro –Imaculada Conceição; 25 de dezembro –Natal.

A preocupação social de Dom Miguel Valverde também esteve voltada para os grupos que não estavam integrados plenamente na sociedade. Para conta disso ele estimulou os trabalhos sociais de padres que atuavam nas periferias da cidade do Recife, como é o caso do padre Machado, que mantinha uma obra social no bairro do Brum, inaugurando oficinas pra os jovens; o padre José Venâncio, que atuou junto às senhoras da sociedade, criando a Casa de Caridade que dava abrigo e alimentação aos desempregados e mendigos do Recife, contando com as ofertas dos comerciantes da cidade; ou ainda o Frei Casimiro,²¹⁸ que atuava em Santo Amaro das Salinas. Eram trabalhos de orientação assistencialista, e em todos eles foi grande a colaboração mútua dos poderes, civil e religioso, no período.

Dom Miguel Valverde manteve uma boa relação com o interventor Agamenon Magalhães, durante os anos do Estado Novo. O seu conceito de autoridade muito se avizinhava dos defendidos pelos que comandavam o Estado Novo. O homem, no pensamento do Arcebispo, não pode existir fora da sociedade. Igreja, Família e Estado eram, para o Arcebispo, instituições deviam existir e trabalhar conjuntamente.

*A três sociedades tem necessariamente de pertencer, para alcançar os bens e vantagens e conseguir o fim para que foi criado. Estas três sociedades são a Igreja, a Família e o Estado; sociedade religiosa, sociedade doméstica e sociedade civil ou política.*²¹⁹

²¹⁸ TEVES, Matias, OFM. *Entre os Mocambos de Recife, Frei Casimiro Brochtrup, OFM, o Missionário dos pobres*. Salvador: Editora Mensageiro da Fé, 1948.

²¹⁹ VALVERDE, dom Miguel. Mensagem de 1931 in *Dom Miguel de Lima Valverde in memoriam, no centenário do seu nascimento*. Recife: Volume organizado e editado pela Sociedade Cultural Paulo VI da cidade do Recife. P. 138

Veja-se que, na visão do Arcebispo, a Igreja é a sociedade que vem em primeiro lugar, pois o Estado é uma sociedade posterior e deve existir para garantir os direitos dos indivíduos e das instituições. Daí a colaboração que o arcebispo mantém com o interventor, especialmente com o programa de governo de Agamenon Magalhães,²²⁰ que visava à urbanização da capital, recuperação do mundo rural, solução dos problemas de habitação popular, educação, saúde e transportes. No contato com os operários, Agamenon Magalhães aproximou-se dos Centros Educativos Operários, próximos à orientação católica da Rerum Novarum, e sendo os objetivos daqueles eram

“dar aos operários instrução primária e profissional, educação trabalhista e cívica, e assistência médica e odontológica, desenvolvendo intensa propaganda anticomunista, e ressaltando a necessidade de cooperação entre os órgãos de representação classista e o poder público”

Uma de ações mais conhecidas do Interventor foi a Liga Social Contra o Mocambo, fundada em 2 de julho de 1939²²¹, que pretendia erradicar os mocambos da cidade do Recife. Essas habitações eram construídas nas proximidades do centro da cidade pelos seus habitantes mais pobres e, segundo alguns grupos sociais, a enfeavam. No ano de 1939, os mocambos totalizavam 16.347 prédios, o que significa dizer que eram 43,3% dos prédios

²²⁰ Agamenon Sérgio de Godói Magalhães nasceu em Serra Talhada no dia 5 de novembro de 1893, e estudou no Seminário de Olinda. Bacharelou-se na Faculdade de Direito do Recife em 1916. Em 1918 foi eleito deputado estadual pelo Partido Democrata Republicano e deputado federal em 1924, reeleito em 1927, Participou da Frente Liberal e da Aliança Liberal, apoiando a chapa Getúlio Vargas/João Pessoa e teve participação ativa no levante do Recife. Após os sucessos do Movimento de 1930 e do Levante Constitucionalista de São Paulo, Agamenon participou da criação do Partido Social Democrático de Pernambuco e foi eleito deputado constituinte, e na Assembléia teve destacada atuação, propondo o parlamentarismo, defendendo a intervenção do Estado na Economia. Em 1934 tornou-se ministro do Trabalho e em janeiro de 1937 foi feito ministro da Justiça e participou dos debates que levaram ao estabelecimento do Estado Novo, vindo a ser Interventor em Pernambuco até fevereiro de 1945, retornando ao Ministério da Justiça elaborando, então o novo Código Eleitoral. Foi eleito governador de Pernambuco em 1950 e morreu, em palácio, em 1952.

²²¹ Entre 1939 e 1961 a Liga Social Contra o Mocambo construiu 5650 casas.

da cidade.²²² A historiadora Dulci Pandolfi diz que “*A partir de 1920, de cada duas habitações construídas no Recife, uma era mocambo*”.²²³ Recife era uma verdadeira Mucambópolis. O Interventor queria embelezar a cidade e, segundo ele, diminuir as possibilidades de doenças provocadas pela forma desorganizada na construção daquelas habitações. Entretanto, poder-se-ia dizer, como uma historiadora que

*O combate aos mocambos tornou-se uma das principais linhas de ação do Estado Novo em Pernambuco, não pelos seus (de Agamenon Magalhães) propósitos pessoais mas também para atender à Igreja Católica e criar uma contraposição à ampliação do Partido Comunista.*²²⁴

Entendia a Igreja e os setores conservadores da sociedade recifense que os habitantes dos mocambos e os meios operários eram um celeiro para o avanço do Partido Comunista, daí a necessidade de uma atuação conjunta das duas instituições como forma de debilitar um adversário comum. No ano seguinte à Intentona Comunista, ocorrida em 1935, ainda antes do estabelecimento do Estado Novo, a exortação quaresmal que costumeiramente Dom Miguel escrevia aos seus diocesanos versou sobre o que chamou de *amaldiçoados frutos*, produzidos pela *árvore daninha do laicismo, o levante comunista de novembro, que por um triz não subverteu a ordem de todo o país, fazendo-nos retrogradar quatro séculos de civilização*.²²⁵ Naquela carta ele ensina que *o socialismo é essencialmente anticristão e o comunismo é a revolta dos instintos contra a razão, do homem contra Deus*. O remédio para tal situação, diz Dom Miguel, é

²²² PONTUAL, Virgínia. *Uma cidade e dois prefeitos, narrativas do Recife nas décadas de 1930 a 1950*. Recife: Editora da UFPE, 2001. p. 33.

²²³ PANDOLFI, *Pernambuco de Agamenon*. Recife, Massangana, 1984

²²⁴ PONTUAL, Virgínia. Opus cit. P. 33.

²²⁵ VALVERDE, Dom Miguel. *Quaresma de 1963*. in *Dom Miguel Valverde*, opus cit. P. 153-157

a participação dos leigos no apostolado hierárquico da Igreja, ou seja a organização do laicato consagrada ao apostolado em auxílio da hierarquia eclesiástica, e debaixo de sua direta dependência, para o triunfo do reino de Cristo nos indivíduos, na família e na sociedade.

Em poucas frases, Dom Miguel Valverde, que influenciou a formação dos católicos pernambucanos por três décadas, diretamente com sua presença e suas pastorais, ou indiretamente através dos padres que eram formados em seu seminário, definia o projeto da Igreja conservadora. Esse foi o ideário que formou muitos presbíteros que atuavam na Arquidiocese ao longo do período dito progressista e que ainda hoje atuam na direção da diocese, é o ideário que marcou profundamente o espírito católico pernambucano.

Dom Miguel Valverde fazia parte da Liga Social contra o Mocambo como membro da Comissão de Honra.²²⁶ Tal projeto foi realizado com a participação de todos os setores da sociedade, envolvidos pela atuação do Interventor, muitos membros das camadas mais aquinhoadas da sociedade fizeram doações de terrenos ou em dinheiro para a construção das novas moradias que substituíam os mocambos. Entretanto

“O programa pecava pelo fato de não terem os moradores dos mocambos os recursos e as rendas necessárias para pagar e manter as habitações, e também porque os afastava do habitat natural que era favorável à obtenção do alimento diário”²²⁷.

Assim, enquanto os migrantes que desciam da Zona da Mata Norte ou de outros Estados do Nordeste roubavam terra aos mangues, em seguida eram convidados a buscar outras

²²⁶ Tal escolha foi informada pelo presidente da Liga Social contra o Mocambo, Sr. Henry Short, em carta de 9 de outubro de 1939.

²²⁷ Manuel Correia de Andrade, Pernambuco Imortal, vol12. P.9

paragens, garantindo lucro aos especuladores urbanos. Considerando a tendência de atração que o Recife mantém sobre aquelas regiões, novos migrantes eram atraídos das cidades vizinhas e reiniciava-se o ciclo. Foram sendo ocupados e urbanizados regiões que depois se tornaram bairros como Afogados, Santo Amaro, Casa amarela e outros.²²⁸ Entre 1940 e 1945 a Liga Social Contra o Mocambo promoveu a destruição de cem mocambos por semana.²²⁹

Desde sua Pastoral de saudação aos diocesanos, Dom Miguel explicitara a união que existe entre o sentimento de patriotismo e amor ao Brasil com os ideais católicos. Naquele documento ele ensina que

Para nós, Brasileiros, e especialmente para vós, Filhos do valoroso e católico Pernambuco, onde talvez se encontre ainda nas alturas de Tabocas e Guararapes sangue cristão derramado pela Fé e pela Pátria, para todos nós, o amor e a dedicação à Santa Igreja Católica deve subir de muitos quilate. De todas as instituições vigentes no país, a religião Católica é a mais nossa, a mais brasileira. O Brasil nasceu de um pensamento de fé.

*‘Daqueles reis, que foram dilatando
A fé, o império,’*

E ao pé da cruz nasceu, pela cruz do Missionário foi civilizado e à Religião Católica deve seus maiores triunfos e as suas glórias mais lídimas. Pátria Brasileira e Religião Católica! Como separar esses dois amores em nossos corações? Nunca! Jamais! Seja o nosso maior empenho

²²⁸ Gominho, Dissertação de Mestrado em História, UFPE, 1997.

²²⁹ Paulo César Marins Garcez, Habitação e Vizinhança: Limites da Privacidade no Surgimento das Metrôpoles Brasileiras, in *História da Vida Privada no Brasil, Da Belle Epoque à Era do Rádio*. São Paulo Companhia das Letras

*conservar este legado preciosissimo que recebemos dos
nossos pais para transmiti-lo intacto aos nossos filhos!*²³⁰

Esse sentimento de religioso patriotismo vem acompanhado da solicitação de obediência às leis, pois *a tal ponto fica enobrecida a obediência às leis e à autoridade legítima, qualquer que seja, que propriamente falando, é só a Deus a quem se obedece.*²³¹

Diversas oportunidades permitiram ao Arcebispo renovar esses votos de patriotismo e acatamento da ordem e ao respeito às autoridades, dirigindo-se aos seus diocesanos. Assim foi por ocasião do Centenário da Independência; na Carta Pastoral anunciadora do 3º. Congresso Eucarístico Nacional a ser realizado em Recife, ao proclamar que *Temos a mesma fé religiosa daqueles heróis que, há três séculos, combateram pro Aris et focis para libertar o Brasil do jugo estrangeiro e herético,*²³² uma clara afirmação contra a penetração do protestantismo que estava acontecendo, unindo a idéia de fé católica, civismo e história. Semelhantemente já havia feito, no início de 1931, em sua reflexão quaresmal. Vivia-se, ainda, o impacto do movimento revolucionário de 1930 que

*“Segundo Barbosa Lima Sobrinho, ‘o movimento do Recife foi o único popular’(..) Em Pernambuco fôra apenas o povo, quase que por si só com três ou quatro oficiais destemidos que souberam tomar partido da descoordenação e da inércia do adversário”*²³³

Naquela ocasião, Dom Miguel, em mensagem aos seus diocesanos, lamenta o fato de que

²³⁰ Pastoral de Saudação de Dom Miguel Valverde, 3 de maio de 1922. Dom Miguel de Lima Valverde. In Memorian, no centenário do seu nascimento. Recife: Sociedade Cultural Paulo VI da cidade do Recife, 1972. p. 59.

²³¹ Idem . p. 61

²³² Carta Pastoral de 11 de abril de 1938. idem p. 98

²³³ Leôncio Basbaun, História Sincera da República, vol.2, Editora Alfa Ômega, 1968, {282}

*Todos sentimos que, cada vez mais vai baixando no termômetro social o respeito e o acatamento devido à autoridade. Grande mal é este, verdadeira peste, que, como serpente, se vai introduzindo por entre as articulações mais íntimas de nossa sociedade e a coloca num perigoso extremo. Para conjurá-lo devemos todos concorrer, cada qual na esfera de suas possibilidades, instruindo, exortando, corrigindo, dando, sobretudo, o exemplo de obediência às leis e de respeito consideração aos que exercem a autoridade, aos poderes constituídos que a receberam de Deus.*²³⁴

Para Dom Miguel, a *autoridade, considerada em si mesma é o que há de mais sagrado*. Entende o arcebispo que o criador da sociedade é Deus, que é também autor do homem, estabeleceu três sociedades a que o homem tem de necessariamente de pertencer e elas são a *Igreja, a Família e o Estado; sociedade religiosa, sociedade doméstica, sociedade civil ou política* e o cristão deve sujeitar-se a todos os que exercem a autoridade, sejam os hierarcas, os pais, ou os governantes, pois *quem obedece cristãmente, é a Deus que obedece, quando se submete às leis e aos preceitos dos imperantes.*²³⁵

Em consonância com a liderança nacional de Arcebispo do Rio de Janeiro, dom Miguel Valverde criou a secção pernambucana da União Nacional Católica por Deus e pela Pátria, que congregava jovens com o objetivo de reivindicar a adoção de medidas que explicitassem o caráter cristão católico do povo brasileiro. Vivia o país em vésperas da eleição para constituintes. Os associados deveriam comparecer aos comícios promovidos pela União, pois era importante um bom número de assistentes nos comícios e, também, votar nos candidatos por ela apresentados. O estabelecimento e funcionamento da Liga

²³⁴ Quaresma de 1931. Dom Miguel de Lima Valverde. In *Memorian*, no centenário do seu nascimento. Recife: Sociedade Cultural Paulo VI da cidade do Recife, 1972. p.136

²³⁵ *Idem*. p. 138

Eleitoral Católica era a garantia de uma boa representatividade dos interesses da Igreja e, quando da promulgação da Constituição do Estado, notaram-se as vitórias dos católicos.

Na Quaresma de 1935, em sua Exortação e Mandamento, Dom Miguel retorna ao tema da obediência às autoridades constituídas, fazendo eco à Alocução Natalícia do papa Pio XI que chamava atenção a um *novo paganismo moral, de um paganismo social e, poder-se-ia dizer, de um paganismo de Estado (statale)*. Chama atenção dos católicos contra o *delírio anti-cristão da Rússia Soviética*.²³⁶

Referia-se Dom Miguel ao movimento conhecido como Intentona Comunista. Apresentou-se uma oportunidade para que ele desenvolvesse, com segurança, um dos temas mais caros à pregação da Igreja e foi, ao longo do século XX, um dos motes da educação católica, nas escolas, nos púlpitos e confessionários: o anticomunismo. Seguindo os ensinamentos dos papas, a Exortação Quaresmal daquele ano define o socialismo como

essencialmente anti-cristão e o comunismo é a revolta dos instintos contra a razão, e do homem contra Deus. Mais adiante ele afirma que Há absoluta incompatibilidade entre a ideologia cristã e a subversiva ou comunista. A doutrina cristã conhecida e vivida é vacina contra o vírus extremista.

Esse discurso de uma autoridade religiosa, que define uma sociedade e aponta um caminho de incompatibilidade entre a visão da Igreja e os projetos dos partidários do comunismo, é o mesmo que estava sendo realizado pelo governo civil. Esse discurso, as práticas dele decorrentes, as instituições e ações que ele provocou, marcaram profundamente a população e o povo católico de Pernambuco. Este é um dado da equação progressista em Pernambuco. A mentalidade dos católicos de rejeição às novas explicações e filosofias sociais, foi forjada

²³⁶ idem. 148-152.

durante os trinta anos da atuação de Dom Miguel, e as novas idéias haveriam de encontrar resistência no mundo católico. Não uma reação ostensiva, pois o respeito à autoridade é um dos componentes da mentalidade dos católicos e da população em geral. Parte dessa mentalidade é a visão de que os males sociais são um castigo divino. Assim, na Exortação Quaresmal de 1944, após afirmar que *teremos de dar tudo pela vitória das Nações Unidas*, Dom Miguel ressalta que

*esta guerra é bem o flagelo com que Deus se vinga das nações prevaricadoras, punindo-as e depurando, para dar-lhes em seguida a paz na justiça.(...) Nesta guerra vencerão os homens dignos e conscientes, retos e virtuosos. Entramos na guerra, temos de mostrar ao mundo que somos dignos de combatê-la. Entremos também em nós mesmos para expurgirmos de nossas almas os sedimentos que deixaram as paixões, para adquirirmos novas forças, as forças do espírito, que é sempre forte o homem que crê em Deus e n'Ele põe toda sua confiança.*²³⁷

Uma possibilidade de rompimento das relações de colaboração entre a Igreja e o Estado Novo foi a entrada do Brasil no conflito contra as potências do Eixo, Alemanha, Itália e Japão. Como vimos anteriormente, o processo de restauração das ordens religiosas, ocorrido nos anos terminais do século XIX e início do século XX, contou a participação de padres, religiosos e religiosas provenientes da Europa, sendo a grande maioria da Alemanha e da Itália. Já durante a Primeira conflagração mundial do século XX o convento de Santo Antonio quase foi invadido por populares por conta da presença de frades alemães naquele santuário. Na Segunda Guerra Mundial, os afundamentos de navios brasileiros, por vasos alemães, tornaram mais tensas as relações entre os padres de nacionalidade alemã e italiana e a população.

²³⁷ Dom Miguel Valverde. Exortação Quaresmal de 1944. Dom Miguel de Lima Valverde. In *Memorian*, no centenário do seu nascimento. Recife: Sociedade Cultural Paulo VI da cidade do Recife, 1972.

Consciente desse sentimento, Dom Miguel Valverde e os demais bispos da Província eclesiástica procuraram exorcizá-lo, ou evitar que se repetissem os lamentáveis fatos ocorridos na guerra anterior. Assim, em 14 de junho de 1942, antes mesmo de o Brasil publicar a declaração de guerra ao Eixo, os bispos elaboraram um texto como título *Igreja e Pátria* no qual encontramos as seguintes palavras:

...esta é a hora, irmãos e filhos, de mais do que nunca pormos em Deus a nossa confiança e dirigirmos para a Pátria nossos melhores sentimentos filiais que não recuarão dos mais graves sacrifícios (...). – Eis a nossa palavra de ordem. Sejamos dignos da Igreja e dignos do Brasil. Que neste momento agudo, o patriotismo se concretize numa vigília de todos os brasileiros em derredor da Pátria magnífica que o passado nos legou, uma e cristã, e que nós levaremos para o futuro, sempre cada vez mais digna da predestinação da Terra da Santa Cruz.

No Brasil, a Igreja foi, sempre, escola de verdadeiro e eficiente patriotismo. Por isso muito encarecidamente, vos recomendamos presteis apoio e colaboração às exmas. Autoridades civis e militares do país sobre as quais seja o oneroso encargo da defesa da Pátria.

Com especial e paternal empenho dirigimos um apelo a essa tão querida e preciosa porção do nosso rebanho, os brilhantes jovens reservistas do nosso Exército para o momento de uma possível convocação militar, acorrerem dispostos e venturosos, ao chamado da Pátria.²³⁸

²³⁸ *Declaração do Arcebispo Metropolitano e bispos sufragâneos da Província Eclesiástica de Olinda e Recife*, in *Boletim Mensal do Clero*, 1942. p. 150.

Tal declaração teve repercussão e resposta do Ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra e do Comandante da Força Expedicionária Brasileira, general Mascarenhas de Moraes. Ademais, a Arquidiocese pôs a serviço da Força Expedicionária Brasileira dois de seus sacerdotes, os padres João Barbalho Uchoa Cavalcanti e Hipólito Marques Pedrosa.

O mesmo espírito cívico, em seu nome e em nome da Igreja, dom Miguel Valverde apresenta quando acompanhou, ao lado do Interventor e autoridades militares, o traslado dos restos mortais de André Vidal de Negreiros para a Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, em Jaboatão, fato ocorrido em 4 de agosto de 1942.

Entretanto, com o objetivo de evitar maiores problemas, em acordo com o governo, o arcebispo definiu que os padres de nacionalidade estrangeira fossem retirados da direção das paróquias, ficando estacionados em seus conventos, de onde só poderiam sair com salvos-condutos fornecidos, por solicitação e informando destino e período de traslado, pela Delegacia de Ordem Política e Social.

Quanto eram esses frades e padres estrangeiros que estavam a serviço da Arquidiocese? A que congregações ou ordens pertenciam? O quadro abaixo, feito a partir de informações retiradas dos papéis da Delegacia Ordem Política e Social de Pernambuco, sob a guarda do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, nos dará uma idéia e uma mostra da dependência que a arquidiocese tem das igrejas de outros países.

Ordens e congregações	Quant. padres	Alemães	Italianos	Holandeses	Outros
Franciscanos	60	48	01	-----	11
Benedictinos	28	20	01	-----	07
Benedictinas	58	43	15	----	---
Sagrado Coração de Jesus	41	05	16	20	---
Diocesanos	04	01	01	--=	02
Assumptionistas	03	---	01	03	02
Capuchinhos	03	----	01	02	02
Total	195	117	36	22	20

Vemos, portanto, que havia 163 padres estrangeiros e 58 freiras, sendo que a grande maioria, 153, era proveniente de países que estavam em estado de beligerância com o Brasil. Eram esses que estavam proibidos de saírem dos conventos, para a sua própria segurança contra possíveis atos de animosidade da população. Nos arquivos encontram-se relatórios de observação da movimentação desses conventos e mosteiros, de forma que havia uma vigilância por parte das autoridades, pois parte da sociedade alimentava a idéia de que algum deles fosse espião a serviço das potências em beligerância com o Brasil. Entretanto muitos precisavam sair para atender algum chamado, realizar algum ato religioso em uma paróquia distante, ou mesmo visitar outros conventos, pregar retiros, etc. Para atender esses imprevistos foi acordado que poderia haver solicitação de salvos-condutos. Entre os anos de 1942 a 1944 foram solicitados 75 salvos-condutos, que nos deram a seguinte tabela:

ano	Solicitações
1942	22
1943	34
1944	19

Essas solicitações foram feitas, concedidas e/ou negadas da maneira que apresenta a tabela abaixo:

Congregação ou Ordem	Pedidos	Concedidos	Negados
Franciscanos	06	06	----
Benedictinos	17	17	----
Sagrado Coração de Jesus.	43	36	07
Diocesanos	02	01	01
Assumptionistas	03	03	---
Capuchinhos	01	----	01
Total	75	66	09

Note-se que as duas Ordens mais tradicionais e ligadas à história do Estado, franciscanos e beneditinos, não receberam qualquer negativa aos seus pedidos. Nas fontes pesquisadas não encontramos a razão das negativas ou das permissões concedidas. Entretanto, observamos que, quase podemos dizer, esses pedidos eram quase uma formalidade, pois, na pasta referente aos beneditinos, observamos que, em alguns casos, foi necessária apenas uma frase escrita pelo Abade no seu cartão de visita, sem qualquer requerimento ou formulário específico. Por outro, lado devemos lembrar que existem nos papéis da Delegacia de Ordem Política e Social apenas dados referentes às ordens e congregações que foram vigiadas e/ou solicitaram salvo condutos. Entretanto, não encontramos qualquer solicitação por parte das congregações femininas que tinham residência no Recife.

Esses pequenos incidentes não quebraram as relações de cooperação e ajuda entre a Igreja e o Estado, de tal forma que, ao término das hostilidades, Te Deum foram celebrados nas diversas paróquias da Arquidiocese, bem com nas demais dioceses da Província eclesiástica de Pernambuco.

A pregação contra o comunismo, que foi poupado no período da guerra pela situação de aliado da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, retorna na Exortação Quaresmal de 1946. As alianças dos povos contra o nazismo haviam sido superadas e forja-se um novo momento no qual o comunismo e os países que o adotaram voltam a ser inimigos. Teme, o Arcebispo, uma fragilidade espiritual do pós-guerra. Após fazer uma análise da apatia espiritual que grassa o mundo, que é atribuída ao ceticismo, Dom Miguel passa a referir-se aos que, *seduzidos por falazes esperanças, acreditando ingenuamente nas promessas do comunismo, deixam-se enlear e se vão inclinando a aceitar uma ideologia exótica e anti-cristã*. Chama atenção que alguns utilizam uma campanha para seduzir *nosso povo simples e sem cultura suficiente para discernir a serpente que se oculta por baixo da folhagem verdosa*. Citando os papas Leão XIII²³⁹ e Pio XI²⁴⁰, alerta os cristãos contra o comunismo e afirma *não ser possível qualquer aliança entre o Comunismo e Religião, notadamente o catolicismo que é a verdadeira doutrina de Nosso Senhor Jesus Cristo*.²⁴¹

Na Exortação Quaresmal de 1947, após fazer um breve comentário sobre as dificuldades em estabelecer a paz no mundo do pós-guerra e indicar as dificuldades que passam as economias das nações, provocadas pela prática do comércio ilegítimo, Dom Miguel retorna ao tema do comunismo. Ele entende que as condições sociais auxiliam a expansão do comunismo.

²³⁹ Dom Miguel cita a encíclica *Quod apostolici muneris*, na qual Leão XII diz ser o comunismo uma doutrina que ataca a sociedade humana e é capaz de leva-la a ruína.

²⁴⁰ Neste momento o Arcebispo cita a *Divini Redemptoris*.

²⁴¹ Exortação Quaresmal de 1946. Dom Miguel de Lima Valverde. In *Memorian*, no centenário do seu nascimento. Recife: Sociedade Cultural Paulo VI da cidade do Recife, 1972.

*Num terreno assim preparado não nos admiremos de que nele medre a semente danosa do comunismo ateu que, no dizer do Santo Padre Pio XI, é essencialmente anti-religioso e intrinsecamente perverso. A luta que se trava no mundo inteiro e já invadiu o nosso país é contra a civilização cristã, contra o Cristo. Em nossa gente há muitos simpatizantes que vão engrossando as fileiras do Comunismo, quase todos vítimas de uma perigosa ilusão. Os mais pobres vêem nele um paraíso onde todos serão ricos e felizes, os mais letrados e remediados ambicionam os postos de comando nesse éden sonhado.*²⁴²

Poderíamos continuar a fazer citações de cartas e exortações escritas por Dom Miguel. Entretanto, nosso objetivo aqui é apenas mostrar como foi orientado o rebanho católico da Arquidiocese nas décadas de trinta e quarenta, em perfeita sintonia com a orientação emanada desde o Rio de Janeiro, seja pelo Cardeal Sebastião Leme seja pelo Cardeal Jaime Câmara, seu sucessor. Além disso, esse discurso estava em plena consonância com o magistério romano.

Mas não poderíamos deixar de mencionar a ocorrência do II Congresso Eucarístico Nacional, realizado entre os dias 3 e 7 de setembro de 1939. Esses grandes congressos e concentrações foram parte da estratégia demonstrativa de poder por parte da Igreja. Tais concentrações, obviamente, chamavam atenção dos políticos governantes. A capacidade de levar pessoas às ruas, fazer com que elas se unam em um só objetivo durante algum tempo é, sem dúvida, um importante ato de propaganda de força e de sedução de possíveis aliados. Os governantes, por seu turno, não se furtam de auxiliar tais empreendimentos. Este foi o caso do prefeito do Recife, Augusto Novaes que, a pedido do interventor Agamenon Magalhães, fez construir a Parque Treze de Maio para aquela solenidade. A Pátria e a Religião apresentaram-se unidas, especialmente a religião católica, como afirma o hino

²⁴² Exortação Quaresmal de 1947. Dom Miguel de Lima Valverde. In *Memorian*, no centenário do seu nascimento. Recife: Sociedade Cultural Paulo VI da cidade do Recife, 1972.

oficial do Congresso que proclama que quem não crer na hóstia santa *brasileiro não é*. Esta doutrina de exclusividade religiosa do povo brasileiro, nega outras denominações e práticas religiosas. Convém lembrar que durante o Estado Novo ocorreu uma forte perseguição aos terreiros onde se cultuavam os ancestrais africanos e, enlaçados com os conceitos científicos de então, via-se, à traveia, as práticas espíritas no Estado.

A política eleitoral também sentiu a presença e a atuação da Igreja no pós-guerra. O período de redemocratização, após a deposição do ditador Getúlio Vargas, foi de intensa mobilização para a eleição dos deputados constituintes. Foi tempo de reorganização da Liga Eleitoral Católica que, em 1933, elegeu uma boa representação para a Assembléia. Dom Miguel Valverde entrega a tarefa de reestruturar a Liga Eleitoral Católica ao prof Luiz Delgado, mantendo a Ação Católica à parte do processo político eleitoral. A junta da Liga Eleitoral Católica procurou candidatos do Partido Democrata Cristão, do Partido da Representação Popular, da União Democrática Nacional, e outros; não foram consultados, por razões óbvias, o Partido Comunista e o Partido Republicano Democrático. Entretanto, desencontro de opiniões entre os assistentes da Ação Católica sobre a participação política de seus membros, impediu que a Liga repetisse o sucesso de 1933.

Quando da realização do pleito de 1950, mais uma vez a Liga Eleitoral Católica foi acionada e, apesar de o presidente estadual não haver recebido orientação formal da presidência nacional foram feitas consultas aos diversos partidos sobre as questões que interessavam à Igreja que constasse no programa do partido e do candidato: ensino religioso, assistência espiritual, santificação do domingo definidos na Constituição do Estado e o fim de realizações das feiras livres aos domingos. Todos os candidatos ao cargo de deputado federal aceitaram os itens exigidos pela Liga e dos 65 candidatos eleitos a deputado estadual 57 assinaram o termo de compromisso.²⁴³

²⁴³ Termo de compromisso que os candidatos a deputado federal assinaram com o objetivo de receberem votos dos católicos: *Asseguro ao eleitorado católico, por intermédio da Liga Católica, que defenderei no Parlamento Nacional a manutenção dos dispositivos constitucionais relativos ao ensino religioso, ao repouso dominical; a assistência religiosa nas Forças Armadas e nos estabelecimentos de internação coletiva; a indissolubilidade do vínculo matrimonial e a assistência à maternidade, à infância e às famílias, votando pela efetividade e complementação de tais dispositivos no que for competência da Lei ordinária. Os*

A tabela abaixo, publicada no Boletim Mensal do Clero no mês de abril de 1951, demonstra o regozijo do arcebispado com o resultado conseguido nas eleições.

Partidos	Deputados Eleitos	Assinaram declaração LEC	Não assinaram declaração da LEC
PSD	29	29	----
COLIGAÇÃO	20	18	02
PSP	7	3	04
PTB	5	3	02
PDC	2	2	-----
PRP	1	1	-----
PST	1	1	-----
PRT	-----	-----	-----
TOTAL	65	57	08

O que apresentamos sobre Dom Miguel Valverde objetiva enunciar que sua postura conservadora e aliada ao poder tem influencia nos anos seguintes. Sua presença continua após a sua morte e para além dos seus sucessores imediatos. É importante ressaltar que, nos anos progressistas, aqueles em que a Arquidiocese ficou sob a responsabilidade de Dom Hélder Câmara, muitos dos padres formados no Seminário de Olinda, professores ou estudantes à época de Dom Miguel Valverde, ainda estavam em atuação. Note-se que muitos desses padres não assumiram as posturas progressistas, e alguns deles ficaram

candidatos a deputado estadual assinaram o seguinte termo: *Asseguro ao eleitorado católico, por intermédio da Liga Eleitoral Católica que defenderei na Assembléia Legislativa Estadual os princípios constitucionais relativos ao ensino religioso, ao repouso dominical, à indissolubilidade do vínculo matrimonial e à assistência a maternidade, à infância e às famílias numerosas, promovendo a sua complementação e efetividade no que for competência da legislação estadual, inclusive a decisiva proibição de feiras em dias de Domingo, como elemento indispensável à execução do segundo dos princípios acima indicados.*

distantes do núcleo mais aproximado de Dom Hélder Câmara. Esses padres retornaram e assumiram postos importantes na Arquidiocese quando Dom Hélder Câmara foi substituído.

Dom Antonio de Almeida Morais Junior – fortalecendo o conservadorismo

À morte de Dom Miguel de Lima Valverde, ocorrida em 1951, Monsenhor Carlo Chiari, o conservador Nuncio Apostólico, teria conseguido transferir o bispo de Montes Claros, MG, Dom Antonio de Almeida Morais Junior, para assumir Arquidiocese e Olinda e Recife. Mineiro de Sapucaí-Mirim, Dom Antonio nasceu em 1904. Estudou no Seminário Diocesano de Taubaté, SP e foi ordenado em 1927. Tornou-se professor de eloquência sacra, apologética e filosofia, foi vice-secretário da diocese de Taubaté e feito bispo de Monte Claros em 1948. Dirigiu o arcebispado de Olinda e Recife entre os anos de 1951 e 1960, quando foi designado para dirigir a Arquidiocese de Niterói, RJ.

Dom Antonio publicou constantemente na Revista Eclesiástica Brasileira – REB, e na Ordem, revista do Centro Dom Vital, sempre combatendo as inovações modernas, como o cinema, os novos costumes, defendendo, apologeticamente, os ensinamentos da Igreja na luta contra o comunismo, o protestantismo e o espiritismo. A Editora Vozes mantinha a coleção Biblioteca de Cultura Católica e nela publicou os livros de inspiração tradicionalista escritos por Dom Antonio, com os títulos *Filosofia da Liberdade, Civilização e Crise* e *Capital e Trabalho*.²⁴⁴

As Exortações que Dom Miguel Valverde fazia a cada quaresma nos indicam a sua preocupação com o avanço do comunismo na Arquidiocese e coadunavam-se com os

²⁴⁴ MACEDO, Ubitatan B. O Tradicionalismo no Brasil. In *As Idéias Políticas no Brasil, Vol. II*. Adolfo Crippa, (Org.) São Paulo: Convívio, 1979. p.245.

interesses da Cúria Romana, o que pode explicar a indicação de um bispo conservador para a sede da Província Eclesiástica de Pernambuco em uma linha de continuidade pastoral. Já em sua Carta Pastoral de saudação aos diocesanos, Dom Antonio dedica um capítulo ao tema *Capitalismo e Comunismo*, no qual analisa os dois sistemas e afirma que

*o capitalismo, apesar os seus erros, pode perfeitamente sofrer transformações necessária para o exercício da economia, enquanto que mesmo abstraindo de qualquer razão religiosa, o comunismo é inteiramente inadaptável ao Brasil.*²⁴⁵

Este é um prenúncio de um pastoreio de cunho conservador, uma continuidade do que havia sido o período anterior. Interessante que a chegada de Dom Antonio coincide com um período de mudanças na economia e sociedade pernambucanas, como parte das transformações que então ocorriam no Brasil. Os anos da década que se iniciava marcaram o processo de transferência da população rural para os centros urbanos, sendo a sede da Arquidiocese o escoadouro da população da Zona da Mata de Pernambuco, além de receber um forte contingente de migrantes de outros Estados nordestinos. A cidade do Recife que, por tradição era o local de residência da elite da aristocracia açucareira, viu-se invadida por uma população que lhe aumentou os traços de pobreza. Entre os anos de 1950 e 1960, a população do Recife saiu de 525.000 para alcançar a cifra de 797.000 habitantes.²⁴⁶ A Zona Norte da cidade foi a preferida, ou a que lhe foi reservada pela exploração fundiária, pelos que chegavam do interior. A cidade crescia e ocupava a periferia. Logo o Arcebispo reorganiza as paróquias daquela região, procurando atender os seus fiéis. Era necessário fazer frente aos comunistas que atuavam nas fábricas da região e na zona rural.

²⁴⁵ SILVA, Severino Vicente da. Os católicos diante das eleições (1958-1986). Estudo sobre a Arquidiocese de Olinda e Recife in Revista Eclesiástica Brasileira, Fasc. 194. Petrópolis: Vozes, 1989 [340-370]. P.350.

²⁴⁶ PARAHIM, Orlando. Opus cit. P.163.

Em termos nacionais, o Brasil vivia, quando do episcopado de Dom Antonio, o processo de redemocratização e o retorno de Getúlio Vargas à presidência da República. É quando se dá o início do período de política desenvolvimentista, com a Igreja tomando parte efetiva desse processo. *A Igreja tinha apoiado a política desenvolvimentista dos anos '50*, nos diz Alberto Antoniazzi²⁴⁷.

Em 1952, sob a inspiração do Monsenhor Hélder Câmara, foi criada a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, tendo Dom Antônio participado da reunião de 14 de outubro, juntamente com os vinte arcebispos brasileiros, quando foi criada oficialmente a entidade e, na ocasião, foi eleito membro da Comissão Permanente.²⁴⁸ A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil iniciava uma nova etapa na vida da Igreja Católica no Brasil e de suas relações com o Estado e com a sociedade, mas carregava consigo a dualidade típica do episcopado. Queriam-se mudanças na sociedade, mas que elas não fossem acompanhadas de revoluções, seja dizer, que não houvesse câmbios estruturais; as reformas para o aprimoramento da situação existente seriam o bastante. Assim pensavam tanto os bispos que se aproximavam dos problemas nacionais com uma visão mais moderna quanto aqueles que se mantinham apegados às antigas formas de colaboração. Dom Antonio fazia parte deste último grupo.

Uma das primeiras iniciativas da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil foi a realização de dois encontros de bispos sobre o Nordeste, um realizado em 1957, na cidade de Campina Grande, PB e outro em 1959, em Natal, RN. Dom Antonio participou de ambos. No dizer de Marina Bandeira, naquela ocasião *o Estado e o episcopado chegam a exercer estreita colaboração*.²⁴⁹ Realizavam, os bispos, um esforço para promover o desenvolvimento da região Nordeste, naquele período em forte agitação nas áreas rurais bem como nas áreas

²⁴⁷ ANTONIAZZI, Pe. Alberto. *Leitura sócio-pastoral da Igreja o Brasil (1960-2000)*, parte 2, encarte de Conjuntura Social e Documentação Eclesial. <http://www.cnbb.org.br/estudos/encar641.html>

²⁴⁸ A reunião foi realizada no Palácio São Joaquim, residência do Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro. Além de Dom Antonio, faziam parte da Comissão Permanente os cardeais Carlos Carmelo MOTTA e Jaime CÂMARA, os arcebispos Vicente SCHERER, Mário Miranda VILAS BOAS. QUEIROGA, pe. Gervásio Fernandes de. CNBB Comunhão e Corresponsabilidade. São Paulo: Edições Paulinas, 1977. p.165.

²⁴⁹ BANDEIRA, Marina. *A Igreja Católica na Virada da Questão Social (1930-1964)*. Petrópolis: Vozes/ Rio de Janeiro: EDUCAN, 2000. p. 228.

urbanas periféricas, que recebiam os retirantes, fugitivos das secas. Nas áreas rurais estava ocorrendo a fundação de sindicatos, muitos sob orientação do Partido Comunista e, por isso, temia-se uma expansão da ação dos agitadores. Não era de espantar que a Igreja se voltasse para o campo e desse início à organização de sindicatos nos quais pudesse ter influência. A atuação política da Igreja no campo tinha mais um caráter preventivo, agindo ao lado do Estado contra um inimigo comum aos dois. Nesse contexto, Dom Antonio que tinha um bom relacionamento com os grupos dominantes, enfrentou alguns problemas com aqueles grupos que procuravam uma maior participação social e desejavam algumas mudanças mais efetivas. A postura conservadora de Dom Antonio nas questões sociais lhe rendeu alguns confrontos com a sociedade em geral e com leigos católicos que haviam sido tocados pela Ação Católica.

Durante sua estada à frente da Arquidiocese ocorreram duas eleições de significado especial para o Estado. Em 1955, ocorria a primeira eleição direta para a Prefeitura do Recife²⁵⁰ e, para ela, concorreu o engenheiro Pelópidas Silveira,²⁵¹ que havia sido, entre fevereiro e agosto de 1946, prefeito nomeado pelo Interventor José Domingues da Silva, período em que regulamentou a semana inglesa para os comerciários e promoveu o tabelamento do preço do pescado durante a Semana Santa. Note-se que esta havia sido uma preocupação de Dom Miguel Valverde desde que havia assumido a Arquidiocese, sendo o descanso dominical uma das constantes em suas Exortações que davam início ao período quaresmal.

Membro da Liga de Emancipação Nacional, Pelópidas foi lançado candidato à Prefeitura pela Frente do Recife, que agrupava comunistas, socialistas, trabalhistas e outras agremiações. Houve uma tentativa de impugnar a sua candidatura, sob a acusação de ser ele um comunista. Naquele ano de 1955, Dom Antonio pediu aos católicos para que não votassem em Pelópidas, conforme pronunciamento por ocasião da eleição de 1958 ao dizer:

²⁵⁰ Até então os prefeitos do Recife eram nomeados pelo governador. Recife obteve sua autonomia por uma lei de iniciativa do deputado Antonio de Barros Carvalho.

²⁵¹ Pelópidas Silveira nasceu no Recife, em 1915. Foi prefeito do Recife em 1946, 1955-1959 e 1963-1964. Em Pernambuco foi líder da campanha pelo monopólio estatal do petróleo e Membro do Centro de Defesa do Petróleo. Vice Governador no governo de Cid Sampaio assumiu, em diversas oportunidades o governo do Estado.

*Numa eleição não muito distante, podeis colher uma grande lição. Pois, pelo vosso voto, apesar das advertências da Igreja, confiastes um setor do governo a alguém que o transformou em um ninho de chefes comunistas. Não ouvistes a voz da Igreja.*²⁵²

O eleitorado católico, em 1955, não parece ter seguido a orientação do seu Arcebispo, uma vez que Pelópidas foi o primeiro prefeito da cidade eleito pelo voto direto da população. Em 1958, nas eleições para o governo do Estado, Pelópidas Silveira é indicado para compor a chapa, como vice-governador, do engenheiro Cid Sampaio, mais uma vez com o apoio dos comunistas. E, mais uma vez, a Igreja - o Arcebispo - conclama os católicos a negarem seus votos à chapa dos políticos progressista, que se contrapunham aos tradicionais políticos que comandavam o Estado. Em sua proclamação, o Arcebispo clamava aos católicos que recusassem seu voto aos candidatos que estavam sendo apoiados pelos comunistas, no caso Cid Sampaio e Pelópidas Silveira.

Interessante neste caso são as várias proclamações publicadas contrárias ao pedido e orientação do Arcebispo. Uma dessas é assinada pelo ex-governador Barbosa Lima Sobrinho que, em dois artigos publicados no Jornal do Comércio, chega à conclusão de que não há incompatibilidade entre os projetos da Igreja e os programas de campanha dos candidatos. Além disso, Barbosa Lima Sobrinho estranha que o Arcebispo, ao mesmo tempo em que orienta os católicos a negarem seu voto a Pelópidas por este ser apoiado por comunistas, tenha dado apoio à candidatura de Juscelino Kubistchek, embora soubesse que ele tinha recebido apoio dos comunistas. Com alguma ironia, o ex-governador levanta a suposição de que tal ocorria por ser Juscelino mineiro, como era Dom Antonio. Se um católico mineiro poderia votar em outro, mesmo sendo apoiado por comunistas, assim também os pernambucanos poderiam votar em um pernambucano na mesma situação, escreve Barbosa Lima.²⁵³

²⁵² Proclamação do Arcebispo em torno das eleições. 28 de setembro de 1958.

²⁵³ Jornal do Comércio, 27 e 28 de setembro de 1958.

Houve também a reação de Pelópidas, que, em carta aberta, lembra as suas realizações como prefeito da cidade em colaboração com o próprio Dom Antonio, inclusive auxiliando a construção do Seminário Menor Arquidiocesano da Várzea e outras congregações religiosas católicas.²⁵⁴

Há um outro documento que nos chama atenção. Foi publicado no dia 1º de outubro, no “Jornal do Comércio”. Sob o título PRONUNCIAMENTO AOS CATÓLICOS, mais de cinquenta leigos, profissionais liberais, de famílias tradicionalmente católicas, apresentam critérios para o voto. Afirmam que *o simples apoio dos comunistas a qualquer candidato não constitui motivo de impedimento para a votação dos católicos*. Esses católicos *sentem-se no dever de repudiar publicamente as explorações de certos políticos que, indiferentes à própria reputação da Igreja, visam apenas canalizar os votos dos católicos para seus candidatos, e de ressaltar a responsabilidade de cada um, de votar, em 3 de outubro, no candidato mais digno, mais capaz e mais apto a realizar o bem comum*.²⁵⁵

Esse documento é interessante, pois apresenta um grupo de leigos que se confrontam com o seu bispo. Entretanto, observamos que eles evitam o confronto direto, uma vez que terminam dirigindo para *certos grupos políticos*, sem nomeá-los, a observação mais direta. Mas, então, já podemos verificar que há um fosso entre o entendimento que os leigos e o bispo têm sobre a participação política e a responsabilidade de cada um. Está sendo superada uma tradição, confrontam-se com o seu pastor, afirmando uma maioria capaz de separar o que seja a função religiosa daquilo que é próprio do católico na sociedade política. Um caso que seria recorrente nos próximos anos, na diocese e no Brasil, quando católicos progressistas divergirem de bispos conservadores ou em casos inversos.

²⁵⁴ *Carta de Pelópidas da Silveira aos Católicos*. Jornal do Comércio, 26 de setembro de 1958.

²⁵⁵ SILVA, Severino Vicente da. Os católicos diante das eleições (1958-1989) Estudo sobre a Arquidiocese de Olinda e Recife, Opus. Cit. P. 355.

Nesse mesmo dia 1º. de outubro, três notas são publicadas e dão uma mostra de como está dividida a comunidade católica, ou, ao menos, aquela que tem acesso aos jornais. Uma delas, na página 12, sob o título *Atenção, Católicos*, Informa que:

Em reunião realizada sábado último, dia 27 de setembro, pela Cúria Metropolitana, com a presença do Vigário Geral, no governo da Arquidiocese de Olinda e Recife, Mons. José Gomes Leal, ficou esclarecido em resposta a uma consulta, que o voto dos católicos num ou noutro candidato ao governo do Estado, deve ser acordo com a consciência de cada um.

Da orientação, portanto, da Cúria se conclui:

- 1. Os católicos podem votar em qualquer um dos candidatos ao governo do Estado;*
- 2. A consciência de cada católico é que cabe escolher o melhor candidato.*

A nota ainda informa que tal orientação foi dada nas missas do domingo anterior. Entretanto, na página 2, do mesmo jornal, a uma *Nota da Cúria Metropolitana* com o seguinte teor:

*A propósito de um anúncio publicado na edição de ontem do Jornal do Comércio, desta cidade, sob o título *Atenção Católicos*, comunicamos aos fiéis que o único objetivo da reunião do clero, realizada sábado último no Palácio São José do Manguinho, foi a de programar, para o dia 11 do corrente, a solenidade pública de desagravo ao nosso eminente e querido Arcebispo Metropolitano, injusta e rudemente atacado pelos inimigos da fé e da Igreja Católica.*

Ademais, mantemos a recomendação dirigida aos fiéis pelo Exmo. Sr. Arcebispo Metropolitano em sua recente proclamação, a qual coincide com a orientação do episcopado brasileiro, que através de seus eminentíssimos cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, D. Jaime de Barros Câmara e o cardeal-arcebispo da Baía e Primaz do Brasil, D. Augusto Álvaro da Silva, afirmou: (negrito no documento).

Que os católicos estão, inibidos e mesmo proibidos, pelos mandamentos sagrados da Igreja, de sufragar, nas urnas, chapas apoiadas pelos comunistas.

Mons. José Gomes leal, Vigário Geral no governo da Arquidiocese de Olinda e Recife.

O teor desse documento apresenta a situação desconfortável na qual se encontrava o clero diocesano desacostumado com a posição de crítica diante das orientações da Cúria Metropolitana. Desde a Questão Religiosa não ocorrera situação semelhante. Parte da comunidade católica punha em dúvida aquilo que a liderança religiosa ensinava. Era uma parte significativa, pois esse grupo era formado por membros das camadas mais altas da sociedade, tradicionalmente conservadora. Mas era um grupo de católicos que estavam sendo formados pela Ação Católica, que utilizavam um método de aproximação da realidade, diferente daquele catecismo de origem tridentina.

O terceiro documento, também publicado na mesma página 2, é uma carta aberta, escrita pelo professor Edrízio Pinto, dirigida ao Vigário Geral, de apoio ao Arcebispo, dizendo que *Infelizmente a vinda do Snr. Carlos Prestes ao Recife, assanhou os insolentes políticos inimigos da Igreja e os falsos católicos.* Ao mesmo tempo saúda o ato de desagravo ao Arcebispo marcado para o dia 11. A divisão apresenta-se também entre os leigos.

Vê-se, portanto, que a comunidade católica estava bastante ativa e dividida naqueles dias anteriores ao pleito que levou Cid Sampaio ao governo do Estado, por conta da posição política assumida pelo Arcebispo. Tem-se que considerar, também, que outros bispos da

Província Eclesiástica não seguiram o mesmo padrão de comportamento do Arcebispo de Olinda e Recife. Dois anos depois desses eventos, Dom Antonio de Almeida foi transferido para Niterói, no Rio de Janeiro, recentemente elevada a condição de Arquidiocese.

Neste capítulo acompanhamos o percurso histórico da Província Eclesiástica de Pernambuco e quisemos demonstrar que este foi um percurso conservador. A Arquidiocese formou-se em uma atitude de defesa diante da sociedade que optara por caminhos diferentes daqueles que a Igreja, ou a hierarquia desejava. Os confrontos, quando existiram, foram resolvidos de forma a haver uma conformação dos interesses da Igreja com o Estado, aglutinando as forças conservadoras, pretendendo impedir os movimentos de inconformação social. Embora diferente, o percurso da Igreja em vários aspectos tem contatos com os caminhos percorridos pela sociedade e pelo Estado.

O confronto - *questão religiosa* - serviu para orientar as decisões em direção a autonomia da Igreja. Esta autonomia foi conseguida no campo disciplinar interno com o movimento dos bispos restauradores e romanizadores, na pacificação do clero nacional com a ajuda do clero vindo de além fronteiras, mas obedientes aos bispos locais, pois estavam, ou procuravam estar em solidariedade com a Sé Romana que, embora distante, tomava medidas para fortalecer a Igreja no território brasileiro, criando províncias eclesiásticas e novas dioceses, colocando, à frente das mesmas, sacerdotes formados na ortodoxia romana, quer em seminários nacionais quer em centros de formação presbiteral europeu. Estes prelados escolhidos para dirigir a diocese de Olinda, posteriormente Arquidiocese de Olinda e Recife, criaram instituições que organizaram os católicos, de forma a poderem afirmar-se na sociedade circundante. A Igreja saiu fortalecida ao longo do período, mas procurou manter seu caráter de rejeição às novidades. O longo período que vem desde 1870 até 1960 foi bastante para moldar um certo sentimento de unidade católica, formando religiosos e fiéis no espírito de cooperação com o Estado e na obediência aos seus bispos.

Ao término do período, entretanto, observamos que já existe alguma reação por parte de um grupo de católicos às orientações gerais do seu bispo. Este já é um reflexo das mudanças que estavam ocorrendo na Igreja e na sociedade brasileiras.

Capítulo 4.

Arquidiocese de Olinda e Recife: Uma tentativa progressista

Vimos como a diocese de Olinda foi tornada a sede da Província Eclesiástica de Pernambuco e transformada em Arquidiocese de Olinda e Recife no período em que a Igreja Católica no Brasil promovia a sua adequação aos novos tempos republicanos, no qual a inexistência do sistema de Padroado favoreceu o exercício da criatividade e da expansão da Igreja no território nacional. Também observamos que tal adequação foi realizada em um momento em que os ensinamentos papais primavam por um conservadorismo decorrente das situações específicas da Europa, especialmente trazidos para o Brasil por eclesiásticos que foram estudar em seminários europeus, e retornaram com os sentimentos antimodernistas inscritos nas encíclicas e nos pronunciamentos dos papas Pio IX e Pio X. Nesse processo também apareceram vestígios dos passos aproximativos ao mundo moderno nas encíclicas de Leão XIII e Pio XI, este especialmente no que tange à organização do

laicato na Ação Católica, além das alocações de Pio XII nas quais ele tratou das relações de trabalho.

Entretanto, a marca maior do período foi o sentimento de aversão ao mundo moderno, especialmente no combate ao indiferentismo religioso, ao socialismo e ao comunismo, estes causados por aquele, no entendimento dos próceres religiosos; além do combate ao espiritismo e ao protestantismo, que ocupavam espaços em uma nação tradicionalmente católica. A partir dos anos trinta, quando a vida republicana passou a ser dominada pela personalidade de Getúlio Vargas, a Igreja passou a ter, no Brasil, um status de religião semi-oficial, Em Pernambuco essa situação floresceu durante o período da intervenção de Agamenon Magalhães, o que favoreceu a propagação e o enraizamento do catolicismo conservador nos diversos grupos católicos.

Os anos que se seguiram à década de 1950 foram anos nos quais os católicos, não apenas no Brasil, experimentaram novas formas de engajamento social, em muitos casos animados pelos seus bispos, modificando os seus comportamentos no trato com a sociedade e com o Estado. Essa nova fase é marcada pelas experiências que antecedem o Concílio Vaticano II, tais como a organização da Ação Católica, a Juventude Operária Católica, a Juventude Universitária Católica e o engajamento de jovens católicos em movimentos sociais, além da própria experiência do Concílio Vaticano II.

O Concílio Vaticano II foi um terremoto original. Nas palavras de um teólogo católico

Ao mesmo tempo que destruiu velhos edifícios religiosos, construídos durante séculos, colocou em febril trabalho de reconstrução os mais diversos setores da Igreja católica. Em pouco tempo a face da Igreja se transformara.²⁵⁶

²⁵⁶ LIBANIO, João Batista. *Igreja contemporânea, encontro com a modernidade..* São Paulo: Edições Loyola, 2000. p. 75.

A Arquidiocese de Olinda e Recife passou por essa nova fase, sendo inclusive vista, em um determinado momento, como uma Igreja modelo para as demais. Foi uma fase na qual a participação política da Igreja e dos católicos chamou atenção de todos, uma fase que ficou conhecida como o domínio da Igreja Progressista. A Arquidiocese de Olinda e Recife, tudo indicava, estaria se tornando uma Igreja de vanguarda e moderna. Quando e como começou isso? Será que ela se tornou realmente moderna e progressista, ou foi apenas um sopro de progresso sobre uma cidade e uma diocese tradicionalmente, visceralmente conservadora?

DOM CARLOS GOUVEIA COELHO – A transição

O substituto de Dom Antonio de Almeida Moraes Junior nasceu na cidade da Paraíba, hoje João Pessoa, no ano de 1907. Todos os seus estudos foram realizados naquela cidade, tendo frequentado o Seminário da Paraíba e sido ordenado em 1930. Foi vigário em Cajazeiras (PB) onde exerceu a função de diretor do Colégio Padre Rolim. Em 1932 foi transferido para João Pessoa onde lecionou por 14 anos no Seminário. Em 1948 foi designado bispo de Nazaré da Mata, PE e em 1954 foi transferido para Niterói. Em 1960 foi designado Arcebispo de Olinda e Recife, onde veio a falecer em março de 1964, após ter participado das sessões do Concílio Vaticano II. A presença de Dom Carlos Coelho na direção da Arquidiocese de Olinda e Recife coincidiu com a realização da primeira sessão do Concílio Vaticano II. Sendo o Recife uma cidade metrópole, por seu aeroporto, foi constante a passagem de padres conciliares a caminho de Roma. Este fator deve ter sido provocador de debates entre os seminaristas e padres da Arquidiocese.

Observamos que, durante o período em que Dom Carlos Coelho esteve como presidente da Província Eclesiástica de Pernambuco, foram criadas novas dioceses: a reereção da Diocese de Floresta e a ereção de Afogados da Ingazeira, ambas no Sertão e, na Zona da Mata, a Diocese de Palmares. Teriam sido resposta da Igreja à crescente influencia dos partidos

esquerdistas nessas regiões, notadamente em Palmares, que possuía o maior sindicato rural do Estado.

Vivia Pernambuco uma crescente movimentação sociopolítica ao término da década de 1950. A chegada do novo Arcebispo coincide com a campanha política pelo governo do Estado, que levou ao governo do Estado Miguel Arrais de Alencar²⁵⁷, político de ligações com grupos políticos progressistas e de esquerda, que formavam a Frente de Recife. A esquerda estava em ascensão na política em Pernambuco.

As condições em que vivia grande parte do campesinato, em Pernambuco e no Brasil, eram deploráveis, sendo apresentadas como conseqüência do processo de colonização, mas, também, eram decorrentes da negativa dos setores dominantes da sociedade em gerar novas condições legais que possibilitassem mudanças. A região produtora de açúcar de cana em Pernambuco não se modernizara nas relações capita-trabalho.²⁵⁸ As condições de vida dos camponeses vieram, na década de cinquenta, a gerar mudanças de comportamento deles e de algumas forças políticas, entre elas a Igreja.

Desde 1955 que se formara a Sociedade Agrícola e Pecuária de Pernambuco, organizada pelos arrendatários do Engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão, com objetivos de favorecer a comercialização de verdura e ações assistenciais, tendo recebido apoio do deputado Francisco Julião, do Partido Socialista Brasileiro. Mais tarde outras associações do

²⁵⁷ Miguel Arrais é nascido em Araripe, CE, no o ano de 1916. Estudou direito no Rio de Janeiro, mas bacharelou-se na Faculdade de Recife, em 1937. Funcionário do Instituto do Açúcar e do Álcool, Arrais foi delegado do Instituto até 1947, quando assumiu o cargo de Secretário da Fazenda até 1950. Foi candidato à deputado estadual pelo Partido Social Democrata, em, 1950, conseguindo uma suplência. Em 1954 voltou a candidatar-se, sendo eleito deputado pelo Partido Social Trabalhista. Tornou-se participante da Frente de Recife, formada por comunistas, socialista e trabalhista, que veio a eleger Pelópidas Silveira para a Prefeitura do Recife. Participou ativamente da Eleição de Cid Sampaio ao governo do Estado, que foi a primeira derrota do Partido Social Democrático desde o fim do Estado Novo. Em 1959 Arrais é candidato à prefeitura do Recife com o apoio dos comunistas do socialistas, do Partido Social Trabalhista, do Partido Trabalhista Nacional e do Partido da Representação Popular, sendo eleito. Em 1961 foi eleito governador de Pernambuco

²⁵⁸ *Os usineiros logo desenvolveram uma tradição de não reinvestir nenhuma parte dos seus lucros nas operações do açúcar. Em vez disso, preferiram entregar-se a um verdadeiro consumismo -viagens ao exterior, apartamento caríssimos na cidade, etc. - e investir em outras empresas. Demonstrando uma notável falta de iniciativa para os negócios, recusaram-se a modernizar suas usinas locais.* PAGE, Joseph A . *A revolução que nunca houve. O Nordeste do Brasil 1955-1964.* Rio de Janeiro: Record. S/d. p. 37.

tipo se formaram, ficando então conhecidas como Ligas Camponesas, inicialmente reprimidas no governo de Cordeiro de Farias.

Os problemas que se estavam formando na área rural da diocese levaram Dom Carlos Coelho a criar, em 1961, o Serviço de Orientação rural de Pernambuco – SORPE²⁵⁹. Responsável por esse serviço foi o jovem padre Paulo Crespo, *um mulato gordo e cheio de energia*²⁶⁰. O Sorpe tinha como modelo Serviço de Assistência Rural do Rio Grande do Norte e se destinava a descobrir líderes entre os camponeses e prepará-los dentro do sindicalismo cristão. No dizer de Page, os sindicatos cristãos ...

*procurariam uma solução harmoniosa para as diferenças existentes entre os camponeses e donos de terra, e entre os trabalhadores do açúcar e os usineiros, como alternativa preferível ao conflito de classes. Eles também encorajariam, como meio de melhorar a situação do camponês, a formação de cooperativas, assim como o fornecimento de serviços legais e outros necessários.*²⁶¹

No ano de 1961, Dom Carlos publicou uma *Mensagem de Natal* aos seus diocesanos discorrendo, entre outros temas, a questão do Nordeste. Diz o Arcebispo:

*Já está, hoje, na consciência comum que o problema fundamental do Nordeste é, realmente a miséria: não a miséria episódica e restrita, mas uma miséria progressiva e avassaladora, aviltante e ofensiva à dignidade humana.*²⁶²

²⁵⁹ O Sorpe foi financiado pela CIA, embora nem todos os seus dirigentes disso tivessem ciência, conforme está dito na obra de PAGE.

²⁶⁰ PAGE, opus cit. P. 185

²⁶¹ PAGE. Opus cit. P.185.

²⁶² COELHO, Dom Carlos. *Mensagem de Natal*. Recife: Arquidiocese de Olinda e Recife, 1961. p.2

O Arcebispo demonstra uma consciência de que essa miséria que afeta a área rural também alcança as zonas suburbanas da área metropolitana do Recife. A razão para tal situação, o Arcebispo encontra em *nossos egoísmos* e diz que os sistemas políticos devem oferecer condições para que seja possível criar uma *consciência comum de ajuda* e que isto só será possível se, ao lado do esforço de industrialização que está sendo realizado na região, vier acompanhado por *ações e medidas simultâneas em favor da saúde e da educação do homem de hoje*.

Dom Carlos governava a Arquidiocese nos anos iniciais da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, criada em 1959 pelo presidente Juscelino Kubistchek.²⁶³ Para Dom Carlos, vivia-se um choque de ideologia, de sistemas e que o capitalismo e o comunismo não são meras formulações econômicas, mas carregam *concepções doutrinárias acerca do homem, com implicações políticas e religiosas*. Para ele o capitalismo *cria um sistema de concentração de riquezas cada vez maior nas mãos de poucos e em derredor provoca uma proliferação de miséria sempre crescente*. Acusa o capitalismo de ser *um materialismo prático* que corrompe a caridade. Entretanto ele cultivava alguma simpatia pelo regime democrático, desde que não esteja vinculado aos *interesses dos mais fortes ou dos mais espertos*. Não acha admissível que homens estejam condenados a morrer de fome e a *repetirem apenas o ciclo biológico*.

Entretanto não vê possibilidade de o comunismo *ser aceito por uma consciência cristã*. Deplora a *violência, (...) o fanatismo, (...) a cassação do direito de dissentir, (...) a eliminação da livre iniciativa, da propriedade privada*. Para Dom Carlos, *não é possível imaginar-se cristãos comunistas.(...)* Não é possível nenhuma colaboração com o comunismo. Para o Arcebispo *os cristãos sabem que o dilema capitalismo-comunismo é*

²⁶³ A SUDENE foi criada numa época em que as desigualdades econômicas e sociais naquela região adquiriram conotações políticas de cunho revolucionário. No momento em que as massas camponesas deixaram de acomodar-se às soluções de estilo oligárquico (consubstanciadas nos padrões de controle social e liderança política próprios do *coronelismo*) nesse momento os grupos dominantes do Nordeste e o governo federal (incluindo o Executivo e o Legislativo) decidiram agir politicamente, no sentido de controlar ou dominar as tensões crescentes na região. Aliás, a SUDENE não foi senão uma das soluções dadas ao agravamento das contradições políticas no Nordeste. IANNI, Octávio. *Sociologia e sociedade no Brasil*. São Paulo: Alfa-ômega, 1975. p.101-102.

falso, e propõe uma posição mediana que é a vivência do Evangelho, a prática da doutrina da Igreja que consagra uma ordem social justa e humana, que não se define em termos negativos e condenatório (...). Termina sua carta lembrando o ensinamento de Leão XIII e João XXIII, que nos acena não somente para o bem comum universal dentro de dimensões verdadeiramente ecumênicas.

Influía a ação e o pensamento de Dom Carlos a situação de Guerra Fria, confronto das duas grandes potências que encarnavam soluções econômicas e políticas divergentes e em competição, os problemas e as mudanças que ocorriam na América Latina, especialmente após os acontecimentos cubanos de 1958. O sentimento de medo ante um possível avanço do comunismo sobre o continente católico não era apenas de Dom Carlos Coelho, e provocou um redimensionamento dos programas missionários da Igreja, logo no início do pontificado de João XXIII, conforme já mencionado.²⁶⁴ Assim, parte não pequena de sacerdotes e freiras que iriam para a África, veio para o Brasil, tendo alguns deles, nesse período, vindo para a Arquidiocese. É o que ocorreu com os padres Oblatos de Maria Imaculada, provenientes dos Estados Unidos da América, que desde 1962 estabeleceram-se na Arquidiocese, principalmente nas zonas Sul e Oeste do Recife, assumindo novas paróquias que vieram a ser criadas em decorrência da expansão da cidade naquela direção, como é o caso de Brasília Teimosa, Jordão e Ibura.²⁶⁵

No mesmo período foi inaugurado o Seminário Regional do Nordeste, em um período em que havia restrições a institutos desse tipo.²⁶⁶ Tinha havido um grande entusiasmo em relação às vocações sacerdotais no início dos anos cinquenta, entretanto, naquele momento, o clero estava entrando em uma crise de que levará anos para recuperar-se. Assim, a idéia de um grande seminário tornou-se obsoleta, principalmente porque os seminaristas pretendiam um novo modelo de formação, com maior conformidade aos direcionamentos

²⁶⁴ Cf. o Capítulo 2.

²⁶⁵ Arquivo da Arquidiocese de Olinda e Recife. Pasta Dom Carlos Coelho.

²⁶⁶ CABRAL, Newton Darwin de Andrade. *Báculos no meio do caminho: Modelos eclesiais em conflito no Regional Nordeste II (1965-1990)*. Tese doutoral defendida no Departamento de História da UFPE, em 2001, sobre os institutos de formação do clero no Nordeste, apresenta com detalhes todos os problemas enfrentados para o recebimento da verba e o constrangimento de Dom Hélder na inauguração do prédio, já então rejeitado pelos alunos e diretores do Seminário Regional do Nordeste.

conciliares, vivendo em pequenas comunidades nos bairros de Olinda.²⁶⁷ Contudo não foi possível ao episcopado nordestino, particularmente a D. Carlos Coelho, recusar a oferta da CAL, com patrocínio financeiro da conferência dos Bispos dos Estados Unidos, a construção do seminário em Camaragibe, cidade próxima do Recife. Recusar seria colocar-se contra Roma que, em última instância, estava por trás da CAL e do financiador do projeto: o episcopado estadunidense. Dom Hélder deu continuidade ao projeto iniciado e o prédio foi inaugurado em 02 de maio de 1965, ainda inacabado. Contudo, pouco tempo depois o grande prédio foi sendo esvaziado e os seminaristas foram sendo alojados em casas comuns, na periferia de Olinda, sob a supervisão de um padre. Em 1968 foi criado o Instituto de Teologia do Recife, responsabilizado por oferecer a formação intelectual e teológica, enquanto a equipe do Seminário Regional do Nordeste II continuaria a promover a formação espiritual dos seminaristas.

Dom Carlos Coelho morreu em decorrência de problemas operatórios. Sucedendo a Dom Carlos Coelho, chegou ao Recife, no mês de Abril de 1964, Dom Hélder Câmara. No período do seu pastoreio, ocorreu o intervalo progressista na Arquidiocese de Olinda e Recife.

DOM HÉLDER PESSOA CÂMARA – a era progressista

A 7 de fevereiro de 1909, nascia em Fortaleza, capital do Ceará, Hélder Câmara. Aos 14 anos o jovem Hélder tornou-se aluno do Seminário Arquidiocesano da Prainha²⁶⁸ e foi

²⁶⁷ Foram formadas equipes nos bairros de Guadalupe, Amparo, Bom Sucesso, entre outros. Ainda está para ser feito um estudo, utilizando as técnicas de História Oral, com seminaristas que participaram daquela experiência.

²⁶⁸ O Seminário São José, que fica Prainha, era dirigido pelos padres Lazaristas franceses, que participaram ativamente do processo de Romanização iniciado no século XIX.

ordenado padre em 1931. Naquele mesmo ano foi indicado para a mobilização dos jovens da diocese, tendo organizado a Juventude Operária Cristã, que foi unida ao movimento Legião Cearense do Trabalho, criado por Severino Sombra,²⁶⁹ tendo assumido a sua direção quando do exílio de Severino Sombra.

O padre Hélder atuou nas fileiras do movimento integralista, movimento de extrema direita, inspirado no fascismo europeu, que pregava uma organização rígida, hierárquica e disciplinada da sociedade. O Integralismo foi um movimento liderado pela Ação Integralista Brasileira.²⁷⁰ Apresentava-se como vanguarda na luta contra o comunismo, o que atraiu o padre Hélder e muitos outros jovens católicos de sua geração. Plínio Salgado o indicou para a chefia do setor educacional da Ação Integralista Brasileira,²⁷¹ no Ceará e, como tal, participou do Congresso Católico de Educação no Rio de Janeiro.

Por indicação do seu bispo, o padre Hélder agiu com denodo na campanha eleitoral de 1933, fazendo com que a Liga Eleitoral Católica viesse, no Ceará, a ser um partido político, elegendo todos os seus candidatos e, no ano seguinte, conseguiu a eleição do novo governador, Francisco de Meneses Pimentel. Este o convidou para participar do governo como Diretor do Departamento de Educação do Ceará, cargo que exerceu durante um ano.

²⁶⁹ Severino Sombra de Albuquerque, cearense, militar de orientação política conservadora, foi fundador da Legião Cearense do Trabalho, participante da ação Integralista Brasileira. Militar de carreira participou ativamente da Revolução Constitucionalista de 1932, preso no Ceará e exilado. Defensor do Estado Novo e participou do movimento militar de 1964, teve atuação destacada no campo educacional, fundando a Biblioteca do Exército e a Revista Militar Brasileira. Foi deputado federal pelo Ceará. Radicando-se na Guanabara, fundou o Partido Trabalhista Nacional, a Sociedade Brasileira Teilhard de Chardin, a Fundação Universitária Sul Fluminense –FUSF, em Vassouras, RJ e, posteriormente a Universidade Severino Sombra, da qual foi Reitor.

²⁷⁰ A Ação Integralista Brasileira, que tinha como lema *Deus, Pátria e Família*, foi formalmente constituída a partir do manifesto de 7 de outubro de 1932, tendo durado até 1938. Trata-se de um movimento liderado por intelectuais sem antecedentes político e que conseguiu repercussão em todo o país. Assumiu um caráter anticomunista e que teve respaldo de setores da Igreja Católica, uma vez que Plínio Salgado quis ser o herdeiro político de Jackson de Figueiredo. Cf. SOUZA, Francisco Martins. O Integralismo. In *Curso de Introdução ao Pensamento Político Brasileiro, unidade IX e X*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.

²⁷¹ *Autorizado por seu Arcebispo, Hélder passa a uma militância intensa como secretário de estudos da AIB no Ceará, acima de tudo, como o maior propagandista do integralismo em seu estado, fundando núcleos de militantes nas cidades do interior, organizando manifestações de ruas e comícios, dando palestras e cursos e publicando artigos sobre a doutrina integralista*. PILETTI, Nelson, PRAXEDES, Walter. *Dom Hélder Câmara, Entre o poder e a profecia*. São Paulo: Editora Ática, 1997. p. 87.

Convidado por Francisco Campos, então Secretário de Educação do Distrito Federal, transferiu-se para o Rio de Janeiro e assumiu o cargo de assistente-técnico de Educação do Distrito Federal.

Subordinado, então, ao cardeal Sebastião Leme, o padre Hélder afastou-se da atividade política e do integralismo, tornando-se responsável pela implantação do ensino religioso nas escolas públicas do Rio de Janeiro. Mais tarde, veio a assumir a chefia da seção de Medidas e Programas do Instituto de Pesquisas Educacionais do Distrito Federal.

Quando ocorreu o golpe de 10 de outubro de 1937, que fechou o Congresso Nacional e outorgou uma nova Constituição ao Brasil, Plínio Salgado²⁷² estava entre os golpistas e, talvez presumindo uma maior participação da Ação Integralista Brasileira no novo governo, solicitou que o padre Hélder viesse a ser membro do conselho supremo da Ação Integralista Brasileira. Com a permissão de Dom Leme, o padre Hélder Câmara tornou-se um assistente eclesiástico da Ação Integralista Brasileira, mas os seus discursos e artigos eram publicados sempre com a indicação de que ele era membro do conselho, contrariando o que havia sido acordado. Esse comportamento o levou a abandonar definitivamente o partido que, mais tarde, a 3 de dezembro de 1937, foi fechado juntamente com as demais agremiações políticas, por ordem de Getúlio Vargas.

Essa participação ostensiva no movimento integralista veio a obstaculizar e retardar a sua nomeação para bispo auxiliar do Rio de Janeiro, em 1946, como era desejo de Dom Jaime Câmara, o substituto de Dom Leme. Não parecia ser boa política para o Vaticano colocar o anel episcopal em um antigo, mas notório militante do recém derrotado movimento fascista.

A Ação Católica, que vinha sendo estimulada desde 1934 pelo Papa Pio IX, e foi

²⁷² Plínio Salgado nasceu em 22 de janeiro de 1895, na cidade de São Bento de Sapucaí, SP. Autodidata, foi professor e jornalista. Participou do Movimento Verde Amarelo, ao lado de Cassino Ricardo e Menotti Del Picchia corrente modernista que se opunha ao Manifesto Pau Brasil, de Oswaldo de Andrade, de viés nacionalista.

implantada no Rio de Janeiro pelo Cardeal Leme, com o fito de integrar os leigos nas tarefas missionárias da Igreja no mundo, necessitava de um maior acompanhamento pelo episcopado. Em 1947, na II Semana Nacional da Ação Católica, ocorrida em Belo Horizonte,²⁷³ o monsenhor Hélder Câmara foi escolhido para organizar o secretariado nacional da Ação Católica Brasileira, cuja presidência era ocupada pelo Cardeal Jaime Câmara. Algum tempo depois o

*Monsenhor Hélder Câmara deixa o Ministério da Educação, onde permanecia como funcionário, para se dedicar em tempo integral à ACB. Cecília Monteiro, da Juventude Católica Feminina, demite-se de seu trabalho no Instituto do Sal (obtido por concurso), para viver a aventura do Secretariado Nacional da ACB.*²⁷⁴

As suas atividades como Assistente-geral da Ação Católica Brasileira ajudaram-no a conceber a idéia de promover o surgimento de uma instituição que congregasse e fosse capaz de permitir uma melhor articulação dos bispos do Brasil. Para ele essa instituição era necessária, uma vez que novos problemas surgiam, para a Igreja, por conta do crescimento do país e, por ser um país quase continente, as diversas regiões do Brasil apresentavam problemas diferentes. O crescente número de dioceses demandava uma ação mais coletiva e conjunta dos dirigentes da Igreja, evitando possíveis desencontros entre os prelados. O monsenhor Hélder entendia que a hierarquia deveria ter uma organização central que auxiliasse os bispos em suas dioceses, sem diminuir o seu múnus. Deveria, essa instituição,

²⁷³ Estiveram presentes nessa reunião: o cardeal de São Paulo, Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota; o arcebispo de Belém do Pará, Dom Mário Miranda Vilas Boas; o arcebispo de Porto Alegre, Dom Vicente Scherer; o arcebispo de Belo Horizonte, Dom Alexandre Amaral; o bispo de Campanha, Dom Frei Inocêncio Engelke; o bispo de Campinas, dom Paulo Tarso Campos; o bispo de Penedo, Dom Fernando Gomes; o bispo de Mossoró, Dom João Portocarrero; o bispo de Caicó, Dom José Medeiros Delgado; o bispo de Petrolina, Dom Avelar Brandão Vilela; Dom Jorge Marcos, bispo auxiliar do Rio de Janeiro e representante de Dom Jaime Câmara; Monsenhor Antonio Monteiro, representando Dom Augusto, Cardeal de Salvador.

²⁷⁴ BANDEIRA, Marina. *A Igreja Católica na virada da Questão social (1930-1964)*. Petrópolis: Vozes/ Rio de Janeiro: EDUCAM, 2000. p. 287.

auxiliar os bispos ao mesmo tempo em promoveria ações conjuntas, buscando uma ação mais unificada dos católicos.

Sendo conselheiro privado do núncio Dom Carlo Chiarlo e do seu sucessor, Dom Armando Lombardi, o monsenhor Hélder procurou influenciar o Vaticano naquela direção. Quando em 1950, na qualidade de assistente-geral da Ação Católica Brasileira, participou do Congresso dos Leigos, realizado no Vaticano, o Monsenhor Hélder Câmara conseguiu audiência com o Secretário de Estado do Vaticano, Monsenhor Giovanni Montini, e apresentou-lhe a idéia de uma Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. O Secretário de Estado ouviu com interesse a proposta e, depois de algum tempo, o Vaticano permitiu a criação da CNBB no início de 1952. O Monsenhor Hélder Câmara foi sagrado bispos no mês de abril, sendo indicado para bispo auxiliar do Rio de Janeiro. Em outubro de 1952 foi criada a CNBB e Dom Hélder Câmara foi feito seu Secretário Geral, cargo que ocupou até 1964.

Enquanto bispo auxiliar do Rio de Janeiro, Dom Hélder coordenou o XXXVI Congresso Eucarístico Internacional (1954) e participou da criação do Conselho Episcopal Latino-americano –CELAM. Em 1956 parece iniciar uma nova fase de sua vida, organizando a Cruzada de São Sebastião, que se propunha a “urbanizar, humanizar e cristianizar” as favelas do Rio de Janeiro. Suas ações se tornaram cada vez mais voltadas para os pobres, sempre contando com a colaboração de comerciantes e entidades governamentais. E, em 1959, criou o Banco da Previdência, após o sucesso da Feira da Previdência, que tinha sido realizada com o objetivo arrecadar alimentos, remédios, roupas e dinheiro para distribuir aos que viviam no que se chamava “faixa da miséria”. Desse período lhe vem o apelido de “bispo vermelho”, talvez decorrente de uma possível desvalorização dos imóveis da zona sul carioca por conta de sua iniciativa em organizar as favelas subjacentes. Posteriormente viria a ser chamado de “padre de passeata” pelo jornalista e teatrólogo Nelson Rodrigues e outros que dele divergiam.²⁷⁵

²⁷⁵ OLIVEIRA, Harison. *Dom Hélder o prisioneiro do Vaticano I*. Recife: Editora Universitária - UFPE, 1999.

Nesse período, após longa agonia, morreu o papa Pio XII, e o conclave escolheu o Cardeal de Veneza, Ângelo Roncali, para a cadeira de Pedro, então se nomeando João XXIII. Surpreendentemente, o papa a quem julgavam velho, convocou um Concílio a ser realizado no Vaticano, pretendendo iniciar e aprofundar um diálogo maior com o mundo moderno.

Os trabalhos preparatórios do Concílio Vaticano II também envolveram Dom Hélder, pois integrou a Comissão para a Disciplina do Clero²⁷⁶. Entretanto, a sua atuação ao longo do Concílio ocorreu mais nos bastidores do que nas grandes assembléias. Homem de articulação, Dom Hélder conseguiu que muitos padres conciliares participassem de debates na Domus Mariae, um dos quatro grupos informais de maior atuação no Concílio.²⁷⁷ Foi durante o Concílio que Dom Hélder foi escolhido para ser Arcebispo de Olinda e Recife, após a inesperada morte de Dom Carlos Coelho, em decorrência de complicações operatórias. Dom Hélder chegou ao Recife alguns dias após os sucessos do movimento militar de abril de 1964. A Igreja, que esteve ao lado do Juscelino Kubistchek na pugna pelo desenvolvimentismo e se interessara pelas Reformas de Base, no início do governo de João Goulart, por conta do anticomunismo, esteve ao lado dos generais no golpe que afastou do poder o presidente João Goulart, mas, posteriormente, fez oposição ao regime que auxiliara a montar.

Em sua alocução primeira aos novos diocesanos, dom Hélder apresentou-se como o bispo de todos e, esclareceu que teria uma atuação voltada para os mais pobres, inclusive lembrando que, no Nordeste, Jesus tem o nome de “Severino, José”.²⁷⁸ Dom Hélder procurou relacionar-se com os mais diversos segmentos da sociedade. Nos primeiros meses

²⁷⁶ Do Brasil foram nomeados os seguintes eclesiásticos para as comissões preparatórias do Concílio Vaticano II: Dom Jaime de Barros Câmara, cardeal arcebispo do Rio de Janeiro; Dom Alfredo Vicente Scherer, cardeal Arcebispo de Porto Alegre; Dom Antonio Alves de Siqueira, bispo auxiliar de São Paulo; Monsenhor Joaquim Nabuco; Dom Hélder Câmara, bispo auxiliar do Rio de Janeiro; Dom Geraldo Fernandes Bijo, bispo de Londrina; Dom José Vicente Távora, arcebispo de Aracaju; Afonso M. Ugarelli, prelado nullius de Pinheiros MA; Pe. Estevão Bentia, professor da Faculdade de Teologia N.S. da Assunção.

²⁷⁷ BEOZZO, J. Oscar. Dom Hélder Câmara e o Concílio Vaticano II in *Hélder o Dom, uma vida que marcou os rumos da Igreja no Brasil*, Zildo ROCHA, (org.) 2ª. Edição. Petrópolis: Vozes, 1999. P.105.

²⁷⁸ Mensagem de Dom Hélder Câmara na tomada de posse como Arcebispo de Olinda e Recife (12/4/64) em POTRICK, Maria Bernarda. *Dom Hélder Pastor e Profeta*. São Paulo: Paulinas, 1983. p. 117.

promoveu encontros com intelectuais e artistas em sua residência, ainda o palácio dos Manguinhos, o que causou rações de alguns setores que criticaram o bispo por realizar festas naquele edifício. O escândalo entre os conservadores aumentou quando o Arcebispo preferiu morar nos fundos de uma Igreja, no bairro da Boa Vista, cedendo o palácio para ser o centro nervoso das iniciativas sociais da Arquidiocese.

A atuação de Dom Hélder dirigindo a Arquidiocese veio a ser colegiada²⁷⁹. Sua atitude em organizar a ação pastoral de arquidiocese com a “corresponsabilidade de todos os membros da comunidade eclesial”, fugindo do tradicional modelo clerical, indicava que assumia a

*“tarefa de refletir sobre outros aspectos da sucessão (apostólica, nota do autor): os sucessores dos profetas, dos doutores, dos evangelistas, dos pastores... enfim, os carismas e os ministérios da Igreja apostólica que se perpetuam através das sucessivas gerações cristãs... .”*²⁸⁰

À frente da Arquidiocese Dom Hélder promoveu ações em que toda a comunidade integrou-se, seja nas ações litúrgicas, conforme o Concílio, seja nas ações sociais da Operação Esperança, seja no Encontro de Irmãos.²⁸¹ Sua ação também foi sentida, como não poderia deixar de ocorrer, no espaço da formação sacerdotal, com a criação do Seminário Regional do Nordeste – SERENE II²⁸² e do Instituto de Teologia do Recife – ITER²⁸³, sempre em Colegiado com os bispos diocesanos das Províncias que formam CNBB -NE II.

²⁷⁹ PINHEIRO, José Ernane, Dom Helder Câmara, como Arcebispo de Olinda e Recife: um depoimento pastoral, e SOARES, Sebastião Armando Gameleira, “Entre Vocês tem que ser Diferente..” in POTRICK, Maria Bernarda. *Dom Hélder Pastor e Profeta*. São Paulo: Edições Paulinas, 1983.

²⁸⁰ Idem p.58

²⁸¹ KRIESCH, Paulo José, *A Igreja e as Crises Políticas no Brasil*, Petrópolis, Vozes,1979. p.19.

²⁸² O Seminário Regional do Nordeste foi criado com o patrocínio dos bispos diocesanos do regional Nordeste II da CNBB, congregando seminaristas de todas as dioceses como forma de baratear os custos da formação sacerdotal. Entretanto, nem todas as dioceses enviavam os seus seminaristas para nele realizar seus estudos.

²⁸³ O Instituto de Teologia do Recife foi criado para oferecer a formação filosófica e teológica aos futuros presbíteros e agentes de pastoral. No ITER, além dos seminaristas diocesanos, estudavam religiosos e religiosas de diversas congregações e também leigos e leigas.

Esta prática dos princípios conciliares permitiu a atuação de um grande número de leigos nos diversos organismos diocesanos, de forma que, parece, chegou mesmo a inibir os clérigos não afeitos a um processo quase democrático de decisões dentro da Igreja, diverso do tempo de sua formação sob a orientação de Dom Miguel Valverde, conforme frisamos acima. A colegialidade das decisões aprendida com os leigos da Ação Católica foi a novidade que Dom Hélder trouxe para a Arquidiocese e teria sido a sua grande revolução. Após os anos da experiência com bispos de tradição tridentina, como nos episcopado de D. Miguel Valverde, Dom Antonio de Almeida e Dom Carlos Coelho, a corresponsabilidade das decisões dividida entre os clérigos e os leigos, (alguns leigos) foi uma surpresa e, para alguns presbíteros, uma certa perda de dignidade.

Este modelo tradicional de bispo que foi formado sob a inspiração do Concílio de Trento, no século XVI e aplicado no Brasil depois do movimento romano-restaurador ocorrido no século XIX e reforçado pela romanização do início do século XX, é assim definido por José Comblin:

*O bispo tridentino identifica-se completamente com o Papa de Roma. Está na sua diocese como representante do papa. Ser bispo é aplicar rigorosamente até os simples desejos ou as preferências do Papa.(...) Ele se considera expulso de Roma e exilado no Vaticano, Expulso ele também de toda sociedade civil, alheio à marcha dos acontecimentos (...) o bispo do Vaticano I encarna a afirmação da identidade de uma Igreja que se define por si mesma. (...) O bispo não se deixa condicionar em nada pela situação específica do seu povo. Tudo na sua ação está definido em Roma. A leitura do Observatore Romano comunica-lhe cada dia que deve pensar durante esse dia.*²⁸⁴

²⁸⁴ COMBLIN, José. Dom Hélder e o novo modelo episcopal do Vaticano II. in POTRICK, opus cit. P. 25.

Embora jamais deixasse de referir-se a Roma e manter uma fidelidade absoluta ao papa, a forma de atuação de Dom Hélder como Arcebispo foi diversa da definição que José Comblin nos oferece de um bispo tridentino. Esmerou-se o novo Arcebispo na tentativa de assumir o que ficara, de alguma forma, pressuposto nos documentos do Concílio Vaticano II, ainda em andamento quando Dom Hélder tomou posse da Arquidiocese. Analisando a atuação de Dom Hélder à frente da Arquidiocese de Olinda e Recife, Comblin dedicou-lhe um artigo chamado-lhe de bispo do terceiro milênio.²⁸⁵

Como dito acima, a Arquidiocese recebeu um bom número de padres vindos de Igrejas da Europa, dos Estados Unidos e do Canadá, além das Igrejas que tradicionalmente enviavam missionários para o Brasil, como é o caso da Alemanha e Espanha. Muitos desses padres estrangeiros que vieram trabalhar na Arquidiocese orientada por Dom Hélder, em suas igrejas de origem tinham tido uma experiência conservadora, daí alguns utilizarem essa expressão, a “igreja dos sonhos”, pois aqui poderiam realizar a ação pastoral que, em suas dioceses de origem, não teriam apoio dos bispos nem dos seus paroquianos. Aqui despiram as vestimentas próprias do clero e puderam fazer experimentos que não teriam sido possíveis em suas dioceses de origem.

Desde o governo de Dom Carlos Coelho que estavam aportando em Pernambuco,²⁸⁶ como em todo o Nordeste, padres vindos dos Estados Unidos e Europa, acatando o chamamento de Pio XII na Fidei Domu, que havia sido reformulado por JOÃO XXIII após o sucesso da Revolução Cubana. Como sabemos, a Fidei Domu encorajava os bispos americanos e europeus a enviarem sacerdotes para as jovens nações africanas que se formavam no processo de descolonização daquele continente após a Segunda Guerra Mundial. A vitória da Revolução cubana e sua adesão ao comunismo fizeram o Papa Bom voltar os olhos para as igrejas do continente latino-americano.

²⁸⁵ COMBLIN, José. Dom Hélder, bispo do Terceiro Milênio, in *Hélder, o Dom. Uma vida que marcou os rumos da Igreja no Brasil*. 2ª. Edição. ROCHA, Zildo (org). Petrópolis: Vozes, 1999.

²⁸⁶ Os padres Oblatos de Maria Imaculada, vindos dos Estados Unidos, começaram as negociações para estabelecer-se na Arquidiocese desde 1962, inclusive com a compra de terreno para a construção de um seminário entre o bairro da Imbiribeira e Boa Viagem. Esses padres assumiram a Paróquia do Pina, desmembrada da paróquia de Boa Viagem no governo de Dom Carlos Coelho.

Os contatos que Dom Hélder mantivera com bispos de diversos países durante o Concílio em muito favoreceram a Arquidiocese como centro de atração desses padres. A confiança que os bispos depositavam em Dom Hélder foi importante para a escolha da Arquidiocese como campo de ação para muitos daqueles missionários. Foram esses padres que mais estiveram perto de Dom Hélder ao longo de sua jornada no Recife. É também a Igreja que muitos leigos desejavam, uma Igreja em que eles eram mais do que simples fiéis, pois muitos começaram a participar de Conselhos Paróquias e de outras atividades antes prerrogativas dos clérigos. O fato de as ações promovidas pelo arcebispo seja na organização das comunidades seja nas modificações litúrgicas, terem sua base nesse *clero estrangeiro*, deve ter contribuído para a facilidade com que mais tarde foi realizado o *desmonte eclesialístico*, ou seja, a desarticulação de toda a obra pastoral organizada no período, pós a saída de Dom Hélder.

O fato é que, com essa prática democrática, no quanto pode ser democrática uma prática em uma estrutura hierárquica e monárquica, Dom Hélder passou a ser o paradigma do progressista, especialmente por assumir “a voz dos que não têm voz”, por afrontar os poderosos na defesa dos mais pobres. Na verdade poderíamos dizer que Dom Hélder veio a ser esse paradigma, simplesmente por assumir na integralidade o múnus episcopal, ser o pai da Igreja local, conforme se enunciava o Concílio Vaticano II.

Mas não era a esse tipo de comportamento que esperavam e estavam acostumadas as elites da sociedade pernambucana, nem mesmo parte do clero, muitos deles provenientes de famílias tradicionais de Pernambuco. Estavam acostumados em acompanhar os bispos em recepções oficiais em palácio e não em Conselhos de Moradores, localizados em bairros populares. Tinham crescido em uma Igreja que primava em estar com os poderosos, para deles receber algo que pudessem acalmar os seus sentimentos de culpa e dar continuidade às obras assistenciais. Muitos sacerdotes, formados no seminário Arquidiocesano e no modelo

*tridentino, tiveram dificuldades com a sua própria identidade e refazer a sua educação de forma a adaptar-se aos novos papéis que teriam de desempenhar na nova conjuntura eclesial em processo.*²⁸⁷

Os princípios da co-responsabilidade²⁸⁸ e da colegialidade são por demais pesados para os que têm o hábito de tomarem decisões isoladamente sem considerar o que pensam aqueles que sofrem os resultados de suas decisões, seja no espaço do sagrado, seja no espaço do poder político. Assim,

*Um dos primeiros atos de nosso Arcebispo entre nós foi a formação do Governo Colegiado com vigários episcopais para as várias áreas da Pastoral: religiosas, clero, leigos, meios de comunicação social... Também animou a criação do Conselho Presbiteral como descentralização do poder, como exigência de um assumir em conjunto, a comunhão e a participação.*²⁸⁹

Nesse sentido, a realização das Assembléias Pastorais Arquidiocesanas, que foram realizadas desde 1974, a cada quatro anos, com a participação efetiva de leigos, com direito a voz e voto, apontava caminhos novos para a Arquidiocese. Caminhos que poderiam ser assumidos, ou não, por seus sucessores. Alguns padres talvez se sentissem diminuídos em dividir as tarefas decisórias com o laicato e, sem muita surpresa, alguns deixaram de frequentar as reuniões, até mesmo as reuniões do clero.

Tendo chegado ao Recife nas primeiras semanas após o golpe militar de 1964, e sendo Recife uma das cidades mais visadas pelo novo regime, Dom Hélder, como seu pastor, teve

²⁸⁷ NEWTON, Darwin. Báculos p. 39

²⁸⁸ Note-se que, ao escrever sobre a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, o padre Gervásio QUEIROGA intitulou seu trabalho de *CNBB: comunhão e corresponsabilidade*, São Paulo, Paulinas, 1977. POTRICK, opus cit. P. 48

²⁸⁹ PINHEIRO, pe. Ernane *in* POTRICK, opus cit. P.37 .

que se definir logo, e *foi um dos primeiros que tomaram posição aberta para denunciar os abusos e a falsidade interna do sistema.*²⁹⁰ Diz Comblin que, depois de ter estimulado uma política de colaboração com o regime estabelecido até 1964, o Arcebispo teve que modificar as mentalidades do episcopado e da Igreja, para adaptá-los a uma política de confronto e separação.²⁹¹ Evidentemente que também teve que modificar também a sua. Assim, foi pouco surpreendente que Dom Hélder viesse a ser visto, por alguns de seus diocesanos, como uma ave no ninho errado; e, para outros pareceu natural, nos anos de chumbo da Ditadura, que o Juvenato Dom Vital, local da Chancelaria, fosse metralhado e sua casa na rua das Fronteiras fosse pichada; seus auxiliares, padres²⁹² e leigos²⁹³ fossem presos, um deles morto²⁹⁴.

A vivência prática do Concílio Vaticano II ofereceu aos católicos mais pobres o direito de participar na vida eclesial, ora como agentes de pastoral ora como membros de conselhos paroquiais e, por decorrência, os educava e preparava para ocupar os espaços políticos na sociedade civil. Personagens diferentes passaram a freqüentar igrejas, enquanto outros deixavam de ir aos templos. Como o Arcebispo a todos ensinava que o nome Cristo é “Zé, Severino...” os Severinos e Josés experimentavam ser tratados como seres humanos, filhos de Deus e cidadãos com direitos políticos.

Uma das iniciativas de Dom Hélder foi a criação do Movimento de Evangelização “Encontro de Irmãos”. Este movimento nasceu de uma Semana de Evangelização, na Semana Santa de 1969, utilizando o rádio, uma prática do Movimento de Educação de Base. Com monitores, previamente treinados, foram formados grupos de reflexão em diversas paróquias, que foram divididas em setores e áreas. Observe-se que nem todas as paróquias aderiram ao Encontro de Irmãos. Nem o Arcebispo obrigava a nenhum de seus padres estimularem a participação de seus paroquianos a participarem do movimento. Os

²⁹⁰ COMBLIN, José. *Do Hélder e o novo modelo episcopal do Vaticano II.* in POTRICK, opus cit. P.37

²⁹¹ Idem. Ibidem.

²⁹² Os padres Carlos e Dario, Oblatos de Maria, de nacionalidade estadunidense, que trabalhavam em paróquias da zona sul do Recife foram presos e convidados a deixar o país.

²⁹³ Em 1973 foram aprisionados pelos órgãos de repressão vários colaboradores de Dom Hélder, ligados à Operação Esperança e à Pastoral de Juventude e ao movimento Encontro de Irmãos.

²⁹⁴ Trata-se do Pe. Antônio Henrique Pereira Neto, morto após tortura e abandonado na área da Cidade Universitária em 29 de maio de 1969.

vigários e párocos só aderiam ao movimento caso estivessem realmente empenhados e convencidos de sua validade. O encontro de Irmãos foi mais bem aceito pelas paróquias mais pobres, localizadas na periferia da cidade. A classe média assistia a movimentação dessa nova Igreja e ressentia-se. Essa não aceitação, de alguns padres e vigários, do movimento pode ser visto como uma reação ao modelo eclesial que propunha o Arcebispo, seguindo as orientações do Concílio Vaticano II. Mas, quem conhece um pouco da história da Arquidiocese de Olinda e Recife sabe que este tem sido um comportamento corriqueiro do clero local, pois, em diversas oportunidades no século XIX, o Cabido metropolitano criava problemas com o bispo indicado.²⁹⁵

Este Movimento de Encontro de Irmãos chegou a ter um boletim que servia de elo de comunicação entre os diversos grupos.²⁹⁶ Alguns afirmam ser esse movimento uma das matrizes para as Comunidades Eclesiais de Base que se formaram e se fortaleceram por todo o Brasil na década seguinte.

O momento progressista foi assumido com maior entusiasmo pelas freiras. Sua participação foi intensa em todo o Brasil e na América Latina. Talvez isso se devesse à sua condição subalterna, pois a vida religiosa as coloca separadas dos leigos sem, contudo, fazer parte do clero. No período ocorreu o cerramento de vários colégios dirigidos por religiosas cujas congregações assumiram com radicalidade a opção pelos pobres indicada pelas Conferências Episcopais de Medellín e Puebla. É o caso dos colégios Regina Pacis e Eucarístico, da Congregação das Cónegas de Santo Agostinho, que tradicionalmente atendiam jovens de classe média e alta. Mesmo colégios que não chegaram a encerrar suas atividades, viram diminuída a sua clientela à medida que permitiu jovens proveniente das camadas populares terem acesso às suas salas de aula, como foi o caso do Colégio São José, das Irmãs Dorotéias. Entretanto, outras congregações continuaram as suas tradicionais atividades sem sofrerem qualquer pressão por parte da Arquidiocese.

²⁹⁵ Entre os casos de confronto do Cabido com o bispo que chegava, estão a aceitação de Dom Cardoso Aires, Dom Vital.

²⁹⁶ Para entender a importância desses boletins paroquiais, diocesanos ou das Comunidades Eclesiais de Base, pode-se ver *...E o verbo se faz imagem, Igreja Católica e os Meios de Comunicação no Brasil: 1962 –1989*, de Ralph Della Cava e Paula Monteiro, Petrópolis: Vozes, 1991, especialmente os dois primeiros capítulos.

Deve-se lembrar, também, que não havia exclusividade de alguma tendência pastoral no arcebispado de Dom Hélder. Em seu período continuava a ação do movimento Folclorino, foi trazido o movimento De Cores, cuja origem é a Espanha Franquista. O movimento Encontro de Casais com Cristo, voltado para setores da classe média também teve espaço na Arquidiocese.

Uma outra iniciativa de Dom Hélder foi a Operação Esperança. Este não foi um movimento de Evangelização. Apresentava um aspecto mais social e, na sua origem, foi voltado para responder às demandas criadas pelas enchentes dos rios Capibaribe e Beberibe que periodicamente tornava mais infeliz a vida dos habitantes das suas margens, especialmente quando elas coincidiam com períodos de chuva na capital. Conjunturalmente foi uma resposta à enchente de 1965. Embora tivesse um aspecto assistencialista, uma vez que certas demandas devem ser respondidas de imediato, tais como abrigo, roupas e alimentos, a Operação Esperança promoveu a criação de Conselhos de Moradores em diversos bairros, oferecendo chances para o surgimento de lideranças populares que assumiam posturas políticas no seu meio e diante das autoridades. Os Conselhos de Moradores também criaram espaço para a ação de jovens que formaram grupos de arte e de estudos. Mais tarde, com dinheiro de prêmios recebidos no exterior, Dom Hélder comprou dois engenhos, para a execução de uma pequena reforma agrária, numa tentativa de responder às demandas da zona rural da Arquidiocese. Esta ação não recebeu a aprovação de muitos padres e colaboradores que atuavam diretamente com Dom Hélder.

Outra instituição criada na Arquidiocese foi a Comissão de Justiça e Paz, em 1977. Embora esta Comissão tenha se tornada mais conhecida pela defesa que fez dos prisioneiros políticos do regime militar, ele teve uma atuação penetrante nos meios populares, na defesa da moradia dos mais pobres. Atuação na defesa

das vítimas da violência imobiliária que continua deixando no Recife lavas de famílias sem teto. Os pobres são sempre levados para mais longe, acrescentando à marginalização

*econômica e social, a marginalização geográfica, expressão lídima da sociedade discriminatória.*²⁹⁷ I

Desse trabalho foi possível organizar a defesa do direito de moradia de várias ocupações urbanas que posteriormente se tornaram bairros. Em determinado momento, por conta de sua atuação na defesa de presos políticos, A Comissão de Justiça e Paz foi vista como *o braço político da Igreja*. A Comissão de Justiça e Paz era formada por membro do clero e por leigos, foi presidida por um leigo²⁹⁸, embora o Arcebispo estivesse presente na maioria de suas reuniões. A presença constante da Comissão Justiça e Paz nos conflitos vividos na sociedade serviu para incrementar a ação dos grupos conservadores contra as ações do Arcebispo e de seus colaboradores.

Entretanto a Igreja local não estava apta para uma tal ampla abertura²⁹⁹, embora Dom Hélder nada fizesse que não tivesse a aprovação explícita de Roma. Não foi fácil a convivência com a sociedade Pernambucana. Nos momentos mais tenebrosos da ditadura militar, a residência do Arcebispo foi metralhada, o mesmo ocorrendo com o Juvenato Dom Vital, onde funcionava a chancelaria da Arquidiocese e os órgãos do Regional Nordeste II da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e, durante algum tempo, o Instituto de Teologia do Recife.

A morte do papa Paulo VI e as modificações que se operaram na Cúria Romana desde o início do pontificado de João Paulo II, lograram diminuir os espaços para a prática dos documentos conciliares. Na América Latina ocorria o refluxo dos progressistas, especialmente no Conselho Episcopal Latino Americano, após a Conferência de Sucre, ocorrida em 1972. Foi uma combinação de vários fatores que levaram ao declínio da experiência progressista na Arquidiocese e na Igreja, como nos diz José Oscar Beozzo:

²⁹⁷ PINHEIRO, pe. Ernane. Opus cit.

²⁹⁸ Presidiram a Comissão de Justiça e Paz o advogado Pedro Eurico, o prof. Fernando Antonio Gonçalves, o metalúrgico Luiz Tenderini.

²⁹⁹ Estamos nos referindo aos tradicionais que tinham dificuldade em assimilar as orientações do Concílio Vaticano II.

*Na realidade, as forças que se opuseram à caminhada da Igreja no Brasil e notadamente a seu compromisso com os pobres, os seus direitos e suas lutas por dignidade e justiça, terra e trabalho, saúde e moradia, foram de dois tipos, externas e internas.*³⁰⁰

Ao completar 75 anos, seguindo as orientações canônicas, Dom Hélder Câmara faz seu pedido de resignação e não consegue indicar o sucessor, ele que também não havia conseguido a nomeação de bispos auxiliares para o seu trabalho, manteve, com grande felicidade, o auxiliar que herdara de Dom Carlos Coelho, Dom Lamartine Soares. Por disposição romana, o novo Arcebispo indicado foi *Dom José Cardoso Sobrinho*, recebido com todo carinho pelo velho arcebispo e por seus auxiliares, em abril de 1985, dedicou-se a desmantelar todo o trabalho anterior, entrando em conflito com as pastorais da terra, da juventude nos meios populares, expulsando-as da sede do regional da CNBB; com o Instituto de Teologia d'ão Recife (ITER) e com o SERENE II, fechados a seu pedido; com os vigários, com lavradores e o povo do morro da Conceição, paróquia do Pe. Reginaldo Veloso, suspenso por ele de ordens.³⁰¹

³⁰⁰ BEOZZO, José Oscar. *A Igreja no Brasil, de João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo*. Petrópolis: Vozes, 1993. p.207.

³⁰¹ BEOZZO, José Oscar. *A Igreja no Brasil*. . Opus cit. P. 282.

Capítulo 5

A DINÂMICA PROGRESISTA/INTEGRISTA

Após conseguir um status de quase religião oficial durante o período Vargas, inclusive nos primeiros anos da Redemocratização do Estado brasileiro (1945-1950), a Igreja, a partir de 1950 passou por um processo de renovação, tanto nas suas formas estruturais, quanto nas maneiras de aproximação com a sociedade. Ela reorganizou-se, criando novas instituições que a tornaram mais presente e atuante na sociedade. Mesmo antes, em 1947, havia sido criada a Liga de Estudos Bíblicos (LEB); naquele mesmo ano foi criada a Sociedade Brasileira de Arte Sacra; no ano de 1954 organizou-se a Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB), em 1959 foram criadas a Associação Brasileira de Escolas Superiores

Católicas (ABESC) e o Centro Catequético Nacional e, no ano de 1961, nasceram a União Nacional Católica de Imprensa e a Associação para os Editores Católicos.³⁰² Entretanto, a mais notável instituição criada no período foi a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (14.10.1952) que, sob os influxos do Concílio Vaticano II, organizou o Plano de Pastoral de Conjunto para o período de 1966-1970. Este foi o primeiro e único plano de pastoral conjunta.

Nos anos anteriores a Igreja apoiara o projeto desenvolvimentista de Juscelino Kubistchek e as Reformas de Base, no governo João Goulart, ainda no início dos anos sessenta. Essa cooperação havia levado bispos a incentivarem os jovens da Ação Católica a terem uma atuação bem mais ativa na sociedade, o que levou à organização do Movimento de Educação de Base, em cooperação com a presidência da República³⁰³, ao incentivo da sindicalização dos trabalhadores rurais e algum confronto com tradicionais aliados, grandes proprietários,³⁰⁴ superando o estágio alcançado pelo encontro da Ação Rural em 1950, quando da publicação do documento *A Reforma Agrária virá conosco, sem nós ou contra nós*, assinado por Dom frei Inocêncio Engelk, bispo de Campanha, MG.

Ainda no início dos anos cinquenta, começaram a surgir sinais de uma divisão no episcopado, pois nem todos desejavam que a Igreja se afastasse da aliança que havia sido montada pelo cardeal Sebastião Leme e, inclusive, alguns não aceitaram, posteriormente, as orientações do Concílio Vaticano II. Esses bispos, Dom Geraldo de Proença Sigaud, bispo de Diamantina, MG, e Dom Castro Mayer, bispo de Campos RJ, definiram-se em apoio à Sociedade de Defesa da Tradição, Família e Propriedade, que havia sido fundada por Plínio Correia de Oliveira em 1950, com objetivo explícito de lutar pela manutenção das tradições e da propriedade. Esta sociedade, mais conhecida como TFP, não é uma instituição católica, ou seja, não faz parte da hierarquia, embora tenha recebido apoio de alguns hierarcas, como os acima citados.

³⁰² Beozzo, J. A Igreja no Brasil in *A Igreja Latino-americana às Vésperas do Concílio. História do Concílio Vaticano II*. José Oscar Beozzo (org). São Paulo: Paulinas, 1993. P. 51

³⁰³ BANDEIRA, Marina. *A Igreja Católica na virada da questão social (1930-1964)*. Petrópolis: Vozes/Rio de Janeiro: EDUCAM, 2000. pp. 332-334.

³⁰⁴ SOUZA, Itamar de. *A luta da Igreja contra os coronéis*. Petrópolis: Vozes, 1982.

Talvez fosse melhor dizer que a cisão primeira no episcopado foi ocasionada pela atuação da Ação Católica Especializada. Desde o final da década de quarenta que a Ação Católica especializou-se e passou a ter uma atuação interventiva e crítica no campo e nas cidades, o que levou a Igreja a tomar ciência de que novos problemas estavam em formação no Brasil do pós-guerra. Embora o Congresso da Ação Católica Rural de Campanha houvesse sido realizado apenas com a participação de proprietários, o que estava dentro dos princípios propostos pelas encíclicas de Leão XIII e Pio XI, que almejavam uma cooperação entre as diversas classes sociais, ele provocou reação de parte de bispos que apoiaram a publicação de um livro *Reforma Agrária: uma Questão de Consciência*, criticando o documento assinado por Dom frei Inocêncio Engelk. Outros caminhos foram trilhados mais tarde por jovens universitários católicos, mais empenhados em estarem mais aproximados das camadas não-proprietárias.

Acontecimento marcante na trajetória progressista foi a criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, que contou com a adesão de todos os prelados, porém nem todos se mostraram entusiasmados.

*Os bispos brasileiros receberam muito bem o projeto de criação da CNBB. As respostas escritas, conservadas no arquivo da conferência, à proposta dos cardeais mostram uma aceitação praticamente unânime. (...) Alguns parecem entender o alcance do organismo que vai surgir. Outros se perdem em adesões genéricas e obedientes. Há também alguma rara reserva ou até ironia.*³⁰⁵

Estava ocorrendo um processo de reorganização da Igreja no Brasil, diferente daquele ocorrido no início do século XX. No alvorecer do século importava à Igreja criar dioceses, ocupar espaços, fazer-se presente nos mais distantes pontos do mapa brasileiro; no início do século a Igreja acompanhava a reorganização do Estado brasileiro no processo de adoção e

³⁰⁵ QUEROGA, Pe. Gervário Fernandes de. CNBB, *Comunhão e corresponsabilidade*. São Paulo: Edições Paulinas, 1977. p. 181.

estabelecimento da República. Na segunda metade do século, com as dioceses montadas, era necessário afirmar a sua presença, de forma conjunta e perceptível para a sociedade e para o Estado, e este estava em uma nova fase de reordenamento com a política desenvolvimentista. Era um reordenamento necessário, tanto para o Estado quanto para a Igreja, pois, se no início do século apenas 20% da população habitava em área urbana, em meados do século esse percentual já se aproximava de 50%. O Estado teve que redesenhar suas políticas e a Igreja necessitava confirmar sua importância em uma sociedade que se tornava mais pluralista e urbana. Podemos notar que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil nasce de um planejamento e este acompanha os passos da população e do Estado. É o que deduzimos desse depoimento:

*Ali, planejamos e discutimos Encontros de Bispos que prepararam o surgimento da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Encontro dos Prelados da Amazônia, os 2 encontros dos Bispos do Nordeste, Encontro dos Bispos e Prelados do Vale do São Francisco [...]*³⁰⁶

não era mera presença e proximidade com a população que se pretendia, mas a possibilidade de cooperar efetivamente e intencionalmente com o Estado nas suas iniciativas, como se depreende do texto seguinte.

...Salvo engano a Providência está indicando a maneira mais prática e eficiente de preparar base sólida para a futura Conferência de Bispos do Brasil. Há poucos dias, ao encaminhar a V. Excia., um exemplar do plano de “Valorização econômica da Amazônia” pedi vênias para lembrar como seria oportuna a realização, em Manaus, de um encontro dos Prelados da Amazônia para estudo do aludido Plano elaborado pelos Poderes Públicos e para

³⁰⁶ Carta de Dom Hélder Câmara a pessoas amigas in QUEIROGA, opus cit. P. 169.

articulação de um Plano de valorização espiritual da região amazônica.

Permita V. Excia. que faça, hoje, chegar às mãos de V. Excia. um exemplar de “Plano geral para o aproveitamento econômico do Vale do S. Francisco” [...]. Não seria o caso, Excia., de descobrir a fórmula mais feliz de os Prelados do Vale do S. Francisco se reunirem para exame do Plano econômico e articulação do Plano espiritual? [...].

Quando o Governo lança planos regionais de grande envergadura, seria uma tristeza que a Igreja não estivesse em condições de congregar esforços, aparecer unida e à altura dos acontecimentos.

Encontros regionais, assim, mais facilmente interessariam os Srs. Bispos e abririam caminho para os indispensáveis encontros nacionais.³⁰⁷

A Igreja quer, nas palavras do Secretário Geral da Conferência dos Bispos, deseja e procura meios de estar na linha de cooperação com os governos. No início da década de cinquenta ainda se busca manter uma relação de cristandade.

Esses anos iniciais da Conferência Nacional dos Bispos são anos de sistematização das relações entre as dioceses, organização dos regionais e de apoio e colaboração com o Estado em sua política desenvolvimentista. A Igreja encontra-se com o Estado, com ele se identifica em questões de humanismo, no reformismo. Tanto a Igreja quanto o Estado não desejam a Revolução, mas a reforma do homem, da sociedade, do sistema econômico.

Desde a sua fundação até 1964, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil vinha tendo como Secretário Geral o bispo auxiliar do Rio de Janeiro, Dom Hélder Câmara. Naquele ano, entre os meses de setembro e novembro, no Vaticano, ocorreu uma reviravolta na

³⁰⁷ Carta dirigida ao Núncio Apostólico, atribuída a D. Hélder por Gervásio Fernandes Queiroga. QUEIROGA, opus cit. P.170, nota 13.

direção da entidade, com a eleição de Dom Agnelo Rossi, de tendência conservadora, para a presidência e dom Hélder foi substituído por Dom José Gonçalves da Costa. Em março de 1964 ocorrera o movimento dos militares, que modificou o quadro constitucional brasileiro, com a instauração do regime militar autoritário, e Dom Hélder Câmara foi transferido para a Arquidiocese de Olinda e Recife, tomando posse em 11 de abril. Enquanto na Arquidiocese iria começar o período progressista, começava o lento refluir das tendências mais abertas às mudanças na Igreja, em pleno Concílio Vaticano II. Entretanto, os seus efeitos serão sentidos nas bases algum tempo depois de algum tempo e foram retardados por conta da situação política que se formava no Brasil e na América Latina.³⁰⁸

Os acontecimentos político-militares ocorridos no início do mês de abril exigiam uma declaração da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, mas, quando ela surgiu, não foi assinada pela presidência da entidade. Nos dias 27 e 28 de maio de 1964, de uma “reunião extraordinária dos metropolitas”, ocorrida em São Luis do Maranhão, saiu uma nota em que se aceita a intenção dos militares livrarem o Brasil do perigo comunista, e agradecendo a sua ação³⁰⁹. Nela vêm expressas algumas ressalvas ao movimento de Primeiro de Abril e o desejo de que a reconstrução do país siga os encaminhamentos oferecidos pela Doutrina Social da Igreja. Contudo, vale ressaltar que essa nota não vem assinada pela Conferência dos Bispos, mas pelos metropolitas, os presidentes das Províncias Eclesiásticas. Entretanto, não há como negar que é uma posição oficial da Igreja Católica em face ao movimento que saiu dos quartéis.

³⁰⁸ Em 1983 o jesuíta João Batista Libânio escreverá um livro intitulado *A Volta à Grande Disciplina*, editado pela Loyola, comentando a perda de espaço dos setores progressistas.

³⁰⁹ *O Brasil foi, há pouco, cenário de graves acontecimentos que modificaram profundamente os rumos da situação nacional. Atendendo à geral e angustiosa expectativa do Povo Brasileiro, que via a marcha acelerada do comunismo para a conquista do poder, as forças armadas acudiram em tempo e evitaram se consumasse a implantação do regime bolchevista em nossa Terra. Seria, além do mais que se pode imaginar, a supressão das liberdades as mais sagradas e, de modo especial, da liberdade religiosa e civil.*

Logo após o movimento vitorioso da Revolução verificou-se uma sensação de alívio e de esperança, sobretudo porque em face do clima de insegurança e quase desespero em que se encontravam as diferentes classes ou grupos sociais, a Proteção Divina se fez sentir de maneira sensível e insofismável.

Ao rendermos graças a Deus, que atendeu as orações de milhares de brasileiros, agradecemos aos Militares que, com grave risco de suas vidas, se levantaram em nome dos supremos interesses da Nação e gratos somos a quantos concorreram para libertarem-na do abismo iminente. Parte do documento dos metropolitas, Citado em BOTAS, Paulo Cezar Lourenço. *A bênção de Abril, “Brasil Urgente”, Memória e engajamento católico no Brasil, 1963-64.* Petrópolis: Vozes, 1983. p.312

As esperanças que o episcopado depositava no movimento de 1964 foram definindo à medida que ocorriam os sacrifícios da ordem democrática, com a promulgação dos Atos Institucionais e as suas conseqüências, inclusive com surgimento da prática da tortura aos prisioneiros. Certos comportamentos de militares foram como que empurrões à Igreja em direção à oposição, assumindo as responsabilidades que, em uma situação de normalidade democrática, seriam do Parlamento, dos partidos políticos e dos sindicatos.

A implementação das disposições do Concílio Ecumênico Vaticano II, por outro lado, provocou uma grande mudança no comportamento da Igreja. Ela haveria de abandonar uma teologia tradicional e dar acento a uma nova teologia.³¹⁰ A primeira entendia a Igreja como modelo de uma sociedade perfeita e separada do mundo, e estava umbelicalmente ligada aos concílios de Trento e Vaticano I; enquanto que a segunda apontava para uma encarnação do cristianismo que tem sua espiritualidade fundada na antropologia e na práxis. Enquanto a tradicional perspectiva teológica apresentava o clero como controlador do poder e do saber, com bispos sendo sinônimos de autoridade, a nova teologia pretende que haja abertura para que os leigos participem das decisões e os bispos afirmem querer assumir uma posição de serviço. Nem todos os prelados aceitaram essas orientações com naturalidade, alguns o fizeram por obediência ao Cardeal ou à Cúria. Como disse D. José Newton de Almeida Cavalcanti, bispo de Uruguaiana, RS, na carta de aceitação da criação da Conferência Nacional dos Bispos: *Não se trata de discutir a necessidade ou viabilidade dessa organização. "Roma Locuta est"*.³¹¹ Um bispo não necessita dar o final da frase, *Causa finita*, pois já está subentendido, o que é próprio da instituição baseada na obediência. Da mesma forma que a aceitação criação da Conferência deu-se por um simples ato de obediência, pode-se inferir que tal atitude deve ter sido a de alguns bispos para com a teologia que embasava os documentos conciliares.

³¹⁰ WANDERLEY, Luiz Eduardo. Igreja e sociedade no Brasil:1950-64 / 1964-75 in *Religião e Sociedade*, n. 3, Outubro 1978. pp. 93-107. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

³¹¹ Idem p. 169.

Contudo, as duas correntes, as duas tendências, uma reformista e outra tradicionalista, se mantêm na Igreja. Ela sempre alimenta as duas tendências em seu seio; entre elas há uma emulação interna constante e esta emulação se reflete na sua relação com o Estado.³¹²

Foi essa emulação externa que levou à criação da Ação Católica na década de 1930. Mas, já havia havido também uma disputa interna na Igreja. Foi necessária a condenação da *Action Française*³¹³, um grupo mais próximo e envolvido com os modernismos e a ação política nacionalista, para que viesse a surgir a Ação Católica.

A Ação Católica cresceu ao longo das décadas, especialmente após a guerra de 1939, mas sob a orientação e controle do Vaticano. Nela os católicos se organizavam obedecendo aos ditames da biologia, divididos em grupamentos masculinos e femininos. Apenas no final da década de 1940 é que ela veio a apresentar uma organização que admitia a diversidade de interesses sociais, seguindo os encaminhamentos dados pelo padre Joseph Cardjin.

Nascido na Bélgica em dezembro de 1882, Cardjin ingressou no seminário ainda na adolescência, o que era bastante comum às famílias pobres daquele país. Após sua ordenação, dedicou-se ao apostolado junto aos operários, entendendo que os operários deveriam evangelizar os próprios operários. Seu é o método de análise da realidade - o ver (a realidade), julgar (a partir de textos do Evangelho) e agir (decorrente da análise e julgamento), - e a sua atuação não foram vistos, inicialmente, com simpatia pelo episcopado belga.³¹⁴ Apenas com o reconhecimento do Papa Pio XI é que a Juventude Operária Católica veio a ser reconhecida pelos bispos belgas. Esse método de análise da realidade será utilizado pelos jovens da ação Católica e, posteriormente, com facetas diferenciadas pode ser encontrado nos movimentos eclesiais subseqüente.

³¹² Cf. CHÂTELET, François & PISIER-KOUCHNER, Évelyne. *As concepções políticas do século XX, História do pensamento político*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. pp. 84ss

³¹³ A *Action Française* formou-se após o Caso Dreyfus e, no seu primórdio apresentava um caráter mais de direita, que atraía os setores mais conservadores; após 1918 chamou atenção dos intelectuais e nos anos 20 o seu discurso anticapitalista de fachada atraiu muitos jovens. A condenação da *Action Française* por Pio XI foi a primeira vez que a Igreja impôs limites à direita. Cf. ZAGHENI, Guido. *A idade contemporânea, Curso de História da Igreja, vol. IV*. São Paulo: Paulus, 1999. p. 284ss.

³¹⁴ MURARO, Valmir Francisco. *Juventude Operária Católica*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 19-20.

A Ação Católica foi introduzida no Brasil pelo Cardeal Dom Sebastião Leme na sua forma organizativa italiana. No final da década de 1940 é que se tornou especializada, ou seja, adequou-se ao esquema proposto pela Juventude Operária Católica.

Desde os anos 30, o núcleo inicial da ACB começa a reunir características que a distinguiram das outras organizações do laicato no Brasil. Como o intenso interesse pelo Evangelho; o contínuo estudo dos documentos pontifícios (...). Outra característica dessa ACB dos primeiros tempos é a dedicação à leitura de pensadores europeus como Leon Bloy, George Bernanos, Jacques Maritain e Romano Guardini.³¹⁵

Pode-se perceber que se estava formando uma elite católica leiga, além de uma elite eclesiástica que vinha sendo organizada desde o final do século XIX, como nos mostrou Sérgio Miceli, em seu excelente livro.³¹⁶ A formação de uma elite intelectual católica sempre foi um dos objetivos de Dom Sebastião Leme e, para isso sempre procurou agir nesse ambiente, pois para isso sentia-se vocacionado, conforme seu próprio depoimento: *Assim me parece, que o meu campo de apostolado natural seria os homens e acadêmicos.*³¹⁷ . Essa vocação o levou a conquistar a adesão de Jackson Figueredo, Tristão de Ataíde e outros.

A expansão da Ação Católica Brasileira coincide com o pontificado de Pio XII e, embora este tolhesse algumas experiências, sua ação foi útil para que houvesse uma maturação de atividades e pensamento que, mesmo sem uma intencionalidade explícita, estimulou novos posicionamentos da hierarquia católica brasileira. Essas novas ações traduziram-se, também, em pequenos conflitos e confrontos com o laicato que vieram manifestar-se, um pouco a contragosto, nos anos setenta. Os anos que são apresentados como de domínio dos progressistas.

³¹⁵ BANDEIRA, Marina. Opus cit. P.306.

³¹⁶ MICELI, Sérgio. *Eclesiástica brasileira*. RIO DE Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1988.

³¹⁷ MOURA, Dom Odilon. Opus Cit. P. 158

A utilização do seu método Ver-Julgar-Agir -foi de imensa ajuda para que grupos católicos brasileiros pudessem se aproximar da realidade social e, como decorrência levasse a hierarquia católica a renovadas visões do Brasil. No seu livro, quase um depoimento pessoal, assim se expressa a militante católica Marina Badeira:

Um dos métodos mais expressivos que a JOC trouxe para o Brasil é o inquérito, isto é a pesquisa a que se seguem as etapas do ver, julgar e agir, que, aliado ao estudo dos diferentes meios, contribuiria no Brasil, por intermédio de toda ACB – não mais só da JOC-, para o conhecimento mais objetivo da realidade brasileira e para detectar as injustiças mais gritantes que contrariam o Evangelho e os documentos pontifícios sobre a questão social.³¹⁸

Foi um longo aprendizado, durante o qual os bispos puderam, junto com os leigos, descobrir o Brasil e uma forma de atuação mais eficaz junto à sociedade e ao Estado. Para alcançar tal objetivo, a hierarquia liberou alguns padres que acompanhavam esses estudos, auxiliando esses jovens a penetrar nos ensinamentos da Igreja, tornando-se verdadeiros e atuantes missionários em seu meio de trabalho, mas também se tornaram assessores dos próprios bispos.

A fundação da CNBB iria, com o correr do tempo, retirar da ACB sua posição privilegiada junto ao episcopado, que passa a contar com sua própria estrutura nacional e não mais precisa “usar” uma estrutura que, ao menos em teoria, era o laicato.³¹⁹

³¹⁸ BANDEIRA, Marina. Opus cit. P. 309.

³¹⁹ BANDEIRA, Marina. Opus cit. P.306.

A elite de que se formara desde o final dos anos 40 e que desempenhara um importante papel na organização e na concepção que a Igreja no Brasil terá de si mesma, torna-se dispensável exatamente quando o Concílio abre espaços para o laicato. Eis um dos limites do progressismo na Igreja, o espaço do leigo em uma estrutura em que o poder será sempre do clero.

*A ACB começa a se constituir em autêntica elite de leigos católicos, quando os bispos já não se dispunham a abrir mão de seu clero mais capacitado em benefício da ACB.*³²⁰

Essas palavras de Marina Bandeira demonstram que os bispos haviam realizado um grande investimento na formação de um laicato, um laicato jovem que tornasse a Ação Católica e real a presença da Igreja no meio social. Cada um na sua especialidade, no seu campo de atuação como cristão e cidadão. É a experiência da Ação Católica que oferece aos líderes eclesiásticos uma visão de maior conjunto sobre o Brasil, além de ter-lhe oferecido uma capilaridade social que anteriormente não lhe era possível. Com a Ação Católica, a Igreja, enquanto instituição, passou a ter condições de desempenhar um papel diverso daquele que anteriormente lhe estava destinado na sociedade e que ela havia aceitado, a *Igreja como legitimadora da ordem estabelecida*.³²¹ Entretanto, com a criação da Conferência dos Bispos, diminuía bastante a importância desses jovens na estrutura eclesiástica. O organismo episcopal passa a relacionar-se de forma mais direta com a sociedade, dispensando o órgão auxiliar, a Ação Católica, braço do episcopado na sociedade. Entretanto a alguns desses jovens estariam reservados os diversos assessoramentos, nas assembleias da Conferência Episcopal, nos diversos Regionais da Conferência ou mesmo nas dioceses.

Alguns membros dessa elite começavam a definir novos caminhos a partir de suas experiências e reflexões, nem sempre seguindo obedientemente as orientações episcopais, o que levou, mais tarde o seu quase desaparecimento a partir do momento em que sua existência veio a por em risco as relações da Igreja com o Estado. E aqui deve ser lembrada

³²⁰ BANDEIRA, Marina. Opus cit. P.306.

³²¹ WANDERLEY, Luiz Eduardo. Opus cit. P. 97

a forma de como surgiu a Ação Popular, após o desencanto dos bispos com o enlaçamento profundo dos jovens universitários da Ação Católica com o pensamento marxista e os partidos políticos de esquerda. É disso que trata o livro de Paulo Cezar Loureiro Botas. Considere-se também o desencanto dos jovens com os bispos.

Na Arquidiocese de Olinda e Recife ocorreu uma disputa pública, ainda em meados da década de 1950, entre o Arcebispo e um grupo de católicos em torno da liberdade de voto dos católicos: o Arcebispo havia proibido que os católicos sufragassem o nome de um candidato apoiado pelos comunistas.³²² *O arcebispo que fizera campanha contra Cid Sampaio nas eleições de 1958 fora transferido do Recife, e o seu sucessor decidiu permanecer formalmente neutro em 1962.*³²³ Ainda não havia ocorrido o Vaticano II e a autonomia do laicato aparecia e, colocava em questão a autoridade episcopal. Jovens formados na Igreja e com uma mentalidade mais moderna – dir-se-á progressista, mais tarde – exigem um outro tipo de organização eclesial e, nem sempre, ou quase nunca, isso é possível. Era inevitável um conflito nos anos seguintes.

Contudo, foi com as ações desses jovens que a Igreja começou a agir de uma forma mais afirmativa, superando a pastoral tradicional e sacramentalista que sempre foi o seu apanágio. A necessidade de oferecer uma resistência maior às ações de partidos revolucionários entre os trabalhadores na cidade e no campo levou a Igreja a uma ação social mais intensa e crítica naquelas áreas. Incentivavam-se os leigos a se engajarem na vida política e social e neste contato afirmava-se uma nova maneira de ser católico no Brasil, notadamente entre os jovens, no meio estudantil ou no meio rural.

À medida que a Igreja, por seus pastores e pela ação dos leigos da Ação Católica, envolvia-se nos movimentos sociais, os seus críticos, muitos deles católicos, alguns de tradição, outros tradicionais, passaram a apontar esses católicos como progressistas. Obviamente a palavra progressista é utilizada em contraposição a tradicional, sendo estes os que rejeitam o progresso no interior da Igreja e em suas relações com o mundo contemporâneo.

³²² Cf. capítulo nesta tese que analisa o episcopado de Dom Antonio de Almeida Moraes Junior.

³²³ PAGE, Joseph A . A Revolução .. Opus cit. P. 143

Adequava-se um adjetivo – progressista – para designar os católicos que tinham uma ação social que extrapolava o assistencialismo, buscavam a transformação da sociedade e dialogavam com os setores sociais que pautavam suas ações pelas orientações marxistas.

A ocorrência do Concílio Vaticano II aparece como fundamental para superar a idéia de se *considerar a Igreja como defensora da ordem social vigente, isto é, como uma instituição por natureza conservadora.*³²⁴ O Concílio se contrapõe sem rebouços

*às tentativas de volta ao passado, à guarda de valores e instituições de dificultem a marcha do espírito prospectivo, do ânimo de construir um mundo novo. Não há mais ênfase absoluta à Ordem. Cumpre ‘trabalhar por uma idade nova, em que não se confundam as duas realidades – o Reino de Deus e o Progresso Social – mas que se busque este sem prejuízo daquele.’”*³²⁵

Para Montenegro, o Concílio Vaticano II promove uma divisão no pensamento católico e ele esboça três grupos: a) aqueles que permanecem fiéis e se mantêm em uma linha de renovação do catolicismo, buscando uma atualização da sua fé; b) os que *exageram por conta própria essa atualização, incorrendo numa atitude de absolutização do imanente, obliterando a sua intercorrência dialética com o Transcendente.* Assoma então a ação política e social em detrimento da experiência religiosa. É o progressismo na acepção rigorosa do termo. Constitui o desvirtuamento do Concílio³²⁶; e c) os que adotam uma posição conservadora..

Essas duas concepções, “progressistas” e “tradicional” contrapõem-se no que diz respeito aos usos e costumes disciplinares (vestuário dos clérigos, disciplina das casas religiosas),

³²⁴ LIMA, Alceu de Amoroso. “Visão Panorâmica sobre a Constituição Pastoral Gaudium et Spes, em A Igreja no Mundo de hoje. Petrópolis: Vozes, 1967. p. 163.

³²⁵ Montenegro, João Alfredo. Opus Cit. P.180.

³²⁶ Montenegro J. A . Opus Cit. P. 181

litúrgicos (forma de celebração dos sacramentos, utilização do vernáculo), políticos (inserção nos movimentos sociais e políticos de forma ativa). Os tradicionais viam com suspeita qualquer modificação nos modos católicos de vivenciar sua fé, enquanto que os progressistas aceitavam as modificações de bom grado, pois para eles tais mudanças significavam o “aggiornamento” desejado pelo papa João XXIII. Durante o conclave que veio a escolher Ângelo Rocalli como papa, houve uma alocução feita pelo cardeal Antonio Bacci, onde pode ser encontrada uma definição de “progressista”. Dizia ele que

*“a Igreja precisava ‘de um papa dotado de grande força espiritual e ardente caridade’, um homem que ‘adote a Igreja do Ocidente e do Oriente’, um homem que ‘pertença a todos os povos’ em especial os que vivem sob opressão ou na pobreza, capaz de construir ‘uma ponte entre todos os níveis da sociedade, entre todas as nações – até as que rejeitam e perseguem a religião cristã’”.*³²⁷

Estaria, nessas palavras, tudo o que significaria progressista, alguém com espírito de caridade, ecumênico religiosamente, dialogante, tolerante e universal, vivendo em alteridade e comprometido com a justiça.

Entretanto, foi o papa Paulo VI que popularizou o vocabulário na Igreja ao publicar, em 1965, a carta encíclica *Populorum progressio*, tratando do desenvolvimento dos povos e das nações, considerando o cuidado que a Igreja tem por seus filhos, naquela imagem de estar atento aos sinais dos tempos e às alegrias e esperanças do homem.

Para alguns católicos, progressistas seriam aqueles insatisfeitos com as condições sociais e materiais em que se encontra parte da população humana e, em decorrência dessa insatisfação, passam à ação política em nome de sua fé. Em alguns casos essa atitude, ainda que não queiram seus agentes, é um retorno ao unionismo entre a religião e a política.

³²⁷ MCBRIEN, Richard P. Os Papas. Os Pontífices: de São Pedro a João Paulo II. São Paulo: Loyola, 2000. p.376.

Historicamente a preocupação que a Igreja sempre teve para com os pobres, não há como negar que a teve, foi sempre de caráter supletivo e assistencialista, como a comprovar a tradição de que *pobres sempre os tereis*.³²⁸ Assim foi no século XIX, quando surgiu um grande número de congregações que primavam pela assistência social³²⁹ e, ainda no século XX, entretanto já eivado de uma boa dose de uma ação católica mais efetiva, quando dirigida para além dos limites do simples sacramentalismo.

Já são perceptíveis divergências entre os católicos, sobre como atuar na sociedade, bem antes do Concílio Vaticano II, e internamente ocorrem no mesmo processo em que se formam os jovens da Ação Católica. Enquanto os setores, tradicionais, ao longo da década de 1950, apontavam a crise vivida pela Igreja como consequência do avanço do espiritismo ou da ação da maçonaria, no passo em direção ao “progressismo”, ou seja, sempre causas externas, os leigos reunidos na Sexta Semana Nacional da ACB, realizado em maio de 1957, no Rio de Janeiro, em seu relatório, apontam um diagnóstico sócio-cultural para os mesmos problemas, no qual apontam que:

“ – é bastante geral que a impressão de que a Igreja não se ajustou aos tempos modernos e de que os padres, só por exceção, se acham em condições de dar orientação segura e larga em face das situações complexíssimas de hoje.

- Há um verdadeiro clamor pela atualização da pregação.

- Os operários não são contra Deus, mas são, em geral contra o clero: acham os padres ricos, ambiciosos, poderosos e lastimam que não haja sacerdotes que se interessem pelo trabalhador. Quando o padre é amigo e virtuoso é muito bem recebido.

³²⁸ Evangelho de João XII, 8

³²⁹ O último quartel do século XIX conheceu um grande reavivamento religioso em todos os segmentos do cristianismo, e em todos os países ditos cristãos. Vide LATOURETTE, Kenneth Scott. *Historia del cristianismo, tomo 2*. Buenos Aires: Casa Bautista de Publicaciones, 1977.

*Há campanhas conduzidas pelo clero, que chegam a ser contraproducentes, ao menos nos centros urbanos, pela maneira inábil de apresentação e condução*³³⁰

Como se vê, neste texto aparecem críticas ao clero e ao seu comportamento nas relações com os católicos, bem como na organização e direcionamento das atividades sociais, e que o clero não considera as reais necessidades e problemas que são enfrentados pelo católico comum. Entretanto, no mesmo documento, são apontados sinais que os jovens entendem como positivos como, por exemplo, *a convocação do laicato*, o fato de que no meio universitário se vê *uma vontade de descobrir conciliação entre fé e ciência; a surpresa agradável de verificar que a Igreja está aberta aos problemas contemporâneos*, etc.³³¹ O relatório diz que o mundo, no caso o meio universitário, alegra-se por verificar que a Igreja está se aproximando dele, falando a sua linguagem e tendo uma atuação compreensível, próxima das realidades em que se encontram universitários e trabalhadores católicos.

Mas, convém salientar, e nunca será suficiente lembrar, que o “progressismo” não parece ser algo que venha das entranhas da doutrina eclesiástica. Foram os problemas sociais crescentes que lançaram alguns eclesiásticos, é sempre bom que se repita, alguns padres e poucos bispos a tomarem uma postura positiva frente aos novos problemas sociais propostos pelas mudanças econômicas ocorridas desde meados dos anos cinquenta, os anos da crise do populismo³³². Convém recordar que foi a luta contra as ditaduras, a defesa dos direitos humanos, o que mais congregou parte da hierarquia católica do Brasil, nessa época, para uma postura progressista. O progressismo se apresenta como uma reação aos problemas conjunturais que surgem e necessitam de solução prática e não apenas discursos que se evadem das realidades humanas. Entretanto, não se afastam, não podem, da estrutura institucional. Os progressistas podem não mais seguir os caminhos tradicionais da obediência, em um país em que os católicos, tradicionalmente, aceitaram obediência ao

³³⁰ BEOZZO, José. A Igreja no Brasil, in *A Igreja Latino-Americana às vésperas do Concílio. História do Concílio Vaticano II* (José Oscar Beozzo Org.) São Paulo: Edições Paulinas, 1993. p. 51.

³³¹ *Ibidem*

³³² *Os bispos abertos para uma saída socialista não deviam ser mais de dez para toda a América Latina nos tempos de Cristãos para o socialismo*. COMBLIN, José. A Igreja em vinte anos de luta pelos direitos humanos in *História Libertinista, quinhentos anos de história da Igreja na América Latina*, Enrique Dussel (org.). São Paulo: Paulinas, 1992. p. 613

poder hierárquico. Agora eles podem se mostrar indóceis e já não mais aceitar os tradicionais meios de controle social da instituição. Entretanto, eles não conseguem fugir da realidade que é a Instituição, sempre pronta a chamá-los de volta às responsabilidades eclesiais.

No período anterior ao lapso progressista, o temor do comunismo foi sempre a tônica na relação da Igreja com o mundo moderno e foi esse temor que, em muitas ocasiões, levou a hierarquia a sacrificar alguns de seus membros e fiéis quando se esses se tornavam muito progressistas, ou mais tendentes à aceitação do marxismo.

Desde 1960 que a *Juc estava ativamente envolvida com a esquerda brasileira. Os católicos progressistas se inseriam no mesmo contexto histórico que o restante da esquerda*, e isso causava espécie aos católicos conservadores e alarmava os bispos moderados. Estes pretendiam evitar a radicalização dos universitários católicos. Quando Aldo Arantes, militante da Juventude Universitária Católica, foi eleito presidente da União Nacional dos Estudantes, em 1961, tornaram-se maiores os espaços que separavam os bispos dos jucistas, embora ficassem mais estreitas as relações entre os jovens universitários católicos e os não-católicos. Era inevitável que os jovens cristãos entrassem em contato com jovens de outras crenças religiosas e políticas e, nesse diálogo viessem a cooperar entre si em busca de uma sociedade mais justa. Os jovens cristãos encaminhavam-se para assumir um compromisso cristão voltado para o socialismo, pois viam naquele modelo de sociedade uma possibilidade de mudança e transformação sociais. Mas, no final do ano, os bispos afirmavam em documento que os

*crístãos não podem considerar o socialismo como uma solução para os problemas políticos e sócio-econômicos, muito menos como a solução. Ao discutir a revolução brasileira, a JUC não pode considerar como válida e aceitável uma doutrina que defende a violência.*³³³

³³³ MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil, 1916-1985*. São Paulo: Brasiliense, 1989. 85.

Era uma desautorização da ação daqueles jovens essa reafirmação da doutrina contra o socialismo. Aprofundava-se a tendência de perder a juventude formada na Ação Católica. Em 1966 a Juventude Universitária Católica entra em declínio e já não conta com o apoio dos bispos, nem com o do mundo universitário. Há um limite para o diálogo, dizem os bispos, um limite para a colaboração com o mundo político, um limite para uma ação progressista que incluía a não obediência às orientações emanadas do episcopado e do magistério.

Experiência semelhante viveu o jornal *Brasil Urgente*, que, em março de 1963, foi

*lançado em São Paulo por uma equipe de leigos liderados por frei Carlos Josaphat, religioso dominicano, este hebdomadário era o instrumento de divulgação do novo pensamento católico e como diz Paulo C. Botas, o jornal catalisava o interesse dos militantes católicos e se tornava o alvo preferido dos ataques de católicos conservadores e políticos reacionários.*³³⁴

Em dezembro de 1963 a crise já se estabelecia entre o jornal e a hierarquia à medida que os jovens universitários, que pertenciam à Juventude Universitária Católica, buscavam nos documentos pontifícios razões para propor uma alternativa socialista. Mas, a evolução dos acontecimentos políticos tornou *Brasil Urgente* o jornal da Ação Popular.³³⁵ Quando isso ocorre, a Conferência Nacional dos Bispos emite uma nota oficial esclarecendo que o jornal não é católico e, no mês de dezembro, Frei Carlos Josaphat foi enviado, pela Ordem Dominicana, para passar um tempo na Europa.³³⁶ Silêncio obsequioso que mais tarde veio

³³⁴ BOTAS. Paulo Cezar Lourenço. Opus cit. P. 17

³³⁵ *A Ação Popular (AP) representou um dos principais canais católicos para a atividade política de esquerda. A Ação Popular expressava a tentativa dos católicos para criar uma sociedade justa quando já se tornara mais difícil que tal tentativa ocorresse dentro das estruturas da Igreja.* MAINWARING, Scott. Opus cit. P. 86

³³⁶ BOTAS. Opus cit.. p. 23

ser pedido a frei Leonardo Boff, em 1985³³⁷ e à Irmã Ivone Gebara, professora no Instituto de Teologia do Recife, em 1991.

Como vimos acima, duas ocorrências, quase simultâneas, apontavam para a continuidade no trajeto de conciliação da Igreja com a sociedade e a inoportunidade de ações de leigos que poderiam por em risco tal trajeto.

Significativos para o entendimento das impossibilidades do progressismo na Igreja foram o afastamento de Dom Hélder Câmara da Secretaria geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, simultânea à eleição de Dom Agnelo Rossi para a presidência e a ocorrência do golpe militar de 1964, que recebeu a aprovação dos bispos metropolitanos e o silêncio da Conferência dos Bispos. Os anos que se seguem até 1971 foi de domínio dos conservadores na cúpula da conferência episcopal e o tempo de desagregação e desarticulação, ou redimensionamento, dos movimentos nascidos da Ação Católica, no que pesem terem sido esses os anos em que mais se falou dos progressistas, o que dava a impressão, para alguns, de que tinha havido uma renovação no interior da Igreja e que ela havia passado por uma metanóia, assumindo de maneira definitiva a *opção preferencial pelos pobres*.

*Dom Hélder Câmara lutou 7 anos para converter a mentalidade dos bispos do Brasil e conseguiu em 1971 mudar a presidência*³³⁸ da Conferência. Desde então, com a eleição de Dom Aloísio Lorscheider para a Presidência,³³⁹ e até 1995, houve um predomínio dos progressistas. Esta foi uma fase de luta pelos direitos humanos, e então ela *é progressista*

³³⁷ Um resumo interessante da controvérsia que levou ao silêncio de frei Leonardo Boff encontra-se em BEOZZO, José Oscar. *A Igreja no Brasil...* Opus cit. [239-254]

³³⁸ COMBLIN, José. *A Igreja em vinte anos de luta pelos direitos humanos* in *História Liberationis, quinhentos anos de história da Igreja na América Latina*, Enrique Dussel (org.). São Paulo: Paulinas, 1992. p. 617.

³³⁹ **PRESIDÊNCIAS DA CNBB: 1952 – 1958-** Cardeal Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta ;**1959 – 1963 -** Cardeal Dom Jaime de Barros Câmara;**1964 –1967-** Dom Agnelo Rossi;**1968 – 1971-** Dom Agnelo Rossi -(reeleito);**1972 – 1974-** Dom Aloísio Lorscheider ;**1975 – 1978** Dom Aloísio Lorscheider (reeleito);**1979 – 1982 -**Dom José Ivo Lorscheider ;**1983 – 1986-**Dom José Ivo Lorscheider (reeleito); **1987 – 1990 -**Dom Luciano Mendes de Almeida;**1991 – 1994 -** Dom Luciano Mendes de Almeida (reeleito); **1995 – 1998-** Dom Lucas Moreira Neves;(Obs.: *Com a nomeação de D. Lucas para Prefeito da Congregação para os Bispos, em junho de 1998, a presidência foi assumida por Dom Jaime Henrique Chemello*); **1999 – 2002-** Dom Jaime Henrique Chemello.

*porque se opõe aos excessos “totalitários” e admite as reformas indispensáveis.*³⁴⁰ O que os progressistas combatem é a ordem inumana, uma ordem que tem se instaurado desde o a implantação do reino da indústria, uma ordem que esmaga a pessoa. E, então, este segmento da Igreja toma o partido dos pobres e se empenha nesse combate. No Brasil a maior parte da hierarquia assumiu esse combate, diferentemente da hierarquia de outros países que, no mesmo período, também estavam sob ditadura militar que implantaram o Estado de Segurança Nacional.

Para Comblin o Brasil foi um caso exemplar dessa luta pelos Direitos Humanos uma vez que

*ficaram globalmente ao lado dos militares as conferências episcopais da Argentina (o caso mais evidente: somente 4 ou 5 críticos de 60 bispos), do Uruguai, da Colômbia (ditadura militar com presidente civil), do Equador, de El Salvador (contra a exceção que foi Dom Oscar Romero e o seu sucessor dom Rivera y Damas).*³⁴¹

Disso pode-se deduzir que o espírito anticomunista formado ao longo do século foi maior do que a preocupação dos Direitos Humanos para a maioria das igrejas na América Latina; a busca de compromisso com o Estado teve maior relevância, no geral das igrejas do continente, do que as orientações advindas dos documentos conciliares e da II Assembléia do Conselho Episcopal da América Latina, do ano de 1968, em Medellín, na Colômbia. Mas, o fato de que, no Brasil, setores da Igreja tenham assumido a defesa dos direitos humanos, não nos habilita a definir a Igreja como progressista, com tendo finalmente aderido à filosofia do progresso que o mundo ocidental construiu no últimos três séculos. Apenas ela cumpriu um papel substitutivo das instituições políticas que foram silenciadas pelas baionetas. Mas também isso teve limites.

³⁴⁰ CHÂTELET, François & PIDIER-KOUCNER, Eveline. Opus cit. p. 90.

³⁴¹ COMBLIN, José. A Igreja em vinte anos de luta pelos direitos humanos in *História Liberationis, quinhentos anos de história da Igreja na América Latina*, Enrique Dussel (org.). São Paulo: Paulinas, 1992. p. 617.

As ações do episcopado de Dom Hélder Câmara na sua Arquidiocese de Olinda e Recife eram marcadas, desde o seu início, por uma preocupação com os pobres e com os jovens. A presença de padre de outras nacionalidades³⁴² favoreceu a implementação de seus programas. Entretanto, ele pode contar com leigos entusiasmados em participar de uma Igreja que lhes abria espaços além da assistência das missas dominicais e assistência aos sacramentos. Por outro lado, o prestígio nacional e internacional que conseguira com sua atuação como Assistente Nacional da Ação Católica, idealizador e fundador da Conferência dos Bispos, a organização do Congresso Eucarístico Internacional do Rio de Janeiro e sua atuação no Concílio Vaticano II traziam, para sua jurisdição, além dos voluntários, olhos e as mãos do Regime Militar. E também os olhares do Vaticano, após a morte de Paulo VI.

Desde os primeiros momentos de Dom Hélder Câmara à frente da Arquidiocese ficou, claro que nela seriam postas em prática as orientações do Concílio e, mais tarde, as orientações da Assembléia de Medellín. A Igreja católica de Olinda e Recife foi renovada por uma nova maneira de viver e ensinar o cristianismo, de uma forma prática e participante. Logo ela recebeu os cumprimentos e atenção da repressão política, com pichações e tiros na casa do Arcebispo e palácio episcopal; a prisão de agentes pastorais, expulsão de alguns padres³⁴³ e até mesmo o assassinato de um deles.

Não era Dom Hélder Câmara, na sua diocese, o único a lutar contra a ditadura e a receber o tacape repressor do regime militar. O Regional Nordeste II da CNBB, - juntamente com os superiores religiosos - publicou o documento *Ouvi os Clamores do meu povo*, no ano de

³⁴² A arquidiocese recebeu padres de origem norte americana (Oblatos da Virgem Maria que trabalharam em Brasília Teimosa, Imbiribeira, Jordão, Ibura; seculares da Diocese de Detroit que se estabeleceram em Nova Descoberta; Belgas que davam aulas no Instituto de Teologia do Recife; holandeses no Convento Redentorista da Madalena e professores do Instituto de Teologia do Recife; franceses diocesanos que atuavam em diversas paróquias e pastorais, como a de juventude e carcerária e Animação Cristã Rural e aulas no Instituto de Teologia do Recife; alemães franciscanos com atuação em Peixinho e na Pastoral dos Pescadores; suíços na Ação Católica Operária; além de religiosas de outras nações ou estados brasileiros) o que garantiu uma mão de obra especializada e mais liberta das pressões das elites locais.

³⁴³ Foram expulsos os padres Lourenço Rollemberg, Dário (americanos); presos João Francisco da Silva, da Ação Católica Operária; João Francisco Souza, do Encontro de Irmãos; Severino Vicente da Silva, da Pastoral de Juventude e aluno do Instituto de Teologia do Recife; Edval Nunes Cajá, da Pastoral de Juventude; Pe. Reginaldo Veloso, vigário do Morro da Conceição e da Pastoral das Crianças; Morto o Pe. Antonio Henrique Pereira Neto.

1972, que mereceu repercussão internacional e, no mesmo ano, a Província Eclesiástica de Goiânia publicou o documento *Marginalização de um povo* e os bispos de São Paulo publicaram *Não oprimas teu irmão*, em 1975, protestando contra o uso de torturas pela ditadura. A defesa dos direitos humanos levou à luta pela defesa dos direitos dos indígenas e, em 1973, foi criado o Conselho Indigenista Missionário. Então, foram criadas comissões de Justiça e Paz em várias dioceses, em um esforço para contrapor-se ao Estado, numa época em que, no dizer de Bárbara Feitag, *A sociedade civil era composta quase que exclusivamente pela Igreja*.³⁴⁴

Ora com a sociedade civil silenciada pelas ditaduras, que colocaram à margem os povos de suas nações, coube à Igreja a tarefa de confrontar-se com o Estado que, segundo a interpretação da Igreja, não estaria agindo na consecução do principal objetivo do Estado, que é a conquista do bem comum, como definido pelos Papas nas encíclicas sociais. Entretanto, para alguns setores eclesiais, a defesa do bem comum não pode colocar em risco o que consideram a identidade da Igreja. Na Carta de João Paulo II aos bispos do Brasil, datada de 10 de dezembro de 1980, assim está escrito:

*Mais grave seria a perda de identidade se, a pretexto de atuar na sociedade, a Igreja se deixasse dominar por contingências políticas, se ela se tornasse instrumento de grupos ou pusesse seus programas pastorais, seus movimentos e suas comunidades à disposição ou a serviço de organizações partidárias.*³⁴⁵

Nessas palavras, que alguns dirão de prudência, pode-se verificar que estão eivadas de desconfianças lançadas contra os progressistas pelos setores conservadores que assessoram

³⁴⁴ Apud ARAÚJO, Vicente Laurindo de. *Relações entre a Igreja e o Estado no Brasil (1962-1982) (Do diálogo legitimador à práxis popular libertadora da Igreja)*. Dissertação de Mestrado em História. Recife: UFPE, 1988. (mimeo). p. 245.

³⁴⁵ Apud DELLA CAVA, Ralph. *A ofensiva vaticana*, in *Religião e sociedade*.12/3. Dezembro/1985. Rio de Janeiro: Editora Campus. 1985[34-53]. p. 44

o papa. Esses grupos conservadores³⁴⁶ sempre cuidaram para que o Vaticano, a Cúria, se mantivesse atento aos passos dos progressistas, acusando-os de que teriam se aproximado em demasia dos problemas mundanos, que estariam colocando em risco a missão da Igreja. Por isso, segundo Comblin, *desde 1972 o CELAM foi uma máquina de guerra contra a teologia da libertação, as comunidades eclesiais de base e particularmente a conferência dos bispos do Brasil.*³⁴⁷ É nesse clima que, em 1971, os primos Dom Aloísio Lorscheider e Dom José Ivo Lorscheider foram eleitos para a direção da Conferência Nacional dos Bispos. A ofensiva da conservadora Cúria romana parece ter sido implacável contra os bispos que se puseram na defesa dos direitos humanos na época das ditaduras. Para o teólogo e sociólogo José Comblin

*pode-se dizer que quase todos os bispos que assumiram posições firmes na luta contra os abusos das ditaduras militares, foram combatidos em Roma, receberam visitantes apostólicos, e uma vez aposentados tiveram por sucessores homens exatamente opostos com a missão de desfazer o que tinham feito.*³⁴⁸

Isso foi o que aconteceu na arquidiocese de Olinda e Recife. O sucessor de Dom Hélder não foi procurado entre aqueles que poderiam dar continuidade a uma Igreja voltada para os interesses dos pobres brasileiros; não foi procurado entre bispos que estivessem preocupados em aprofundar e aumentar os espaços para a participação dos leigos nas esferas eclesiais. O sucessor do arcebispo progressista foi encontrado entre os que se dispunham a não permitir que houvesse a o progresso do progressismo. E, no que tange ao povo cristão, no que pese seu descontentamento com os encaminhamentos vindos da Cúria,

³⁴⁶ Podemos dizer que, a grosso modo, as tentativas de “conter” a Igreja do Brasil vieram de dois horizontes, com a ênfase repousando ora num ora no outro. Entre 1964 e 1980 o horizonte mais visível foi o da repressão, patrocinado pelo regime militar (...) e a partir de 1980 com o início d abertura política relaxando parte da pressão sobre a sociedade civil e a Igreja, coincidiu igualmente com a eleição de João Paulo II em Roma e com o movimento já então bem definido de “volta à grande disciplina”, como já o chamou Libânio, num livro premonitório. BEOZZO. *A Igreja do Brasil...* Opus Cit. P. 210-212.

³⁴⁷ COMBLIN. *A Igreja em vinte anos de luta pelos direitos humanos* in *História Liberationis, quinhentos anos de história da Igreja na América Latina*, Enrique Dussel (org.). São Paulo: Paulinas, 1992. p. 616.

³⁴⁸ Ibidem

as orientações vaticanas foram aceitas, pois, como se afirma desde o Império Romano: *Roma locuta, causa finita.*

Como diz um militante da Teologia da Libertação

En el concilio Vaticano II culminó y se expresó un extraordinario movimiento teológico, no obstante el Concilio no logró con la misma creatividad y fuerza renovar la institución eclesial. El Concilio decidió la elaboración de un Nuevo Derecho Canónico y de un nuevo Catecismo para renovar la institución de la Iglesia con el Espíritu y la Teología conciliares. Pero sucedió lo contrario: el Nuevo Derecho Canónico (1983) y el Catecismo de la Iglesia Católica (1992) sofocaron el Espíritu del Vaticano II. De esta forma, irrumpió la tradición institucional de cuatro siglos de contra-reforma del concilio de Trento. El Dogma, el Poder y la Ley de la contra-reforma pudieron más que la Teología y el Espíritu de la reforma eclesial inaugurada en el concilio Vaticano II. Tenemos aquí la raíz del actual fundamentalismo católico.³⁴⁹

O caminhar da Igreja para o “progressismo” está, efetivamente, ligado à sua incapacidade de, no século dezenove, compreender as diversas mudanças ocorridas na sociedade, buscando ver o que elas poderiam ter de positivo. Mais do que ter perdido a classe operária, como disse um Pontífice romano, melhor seria dizer que a classe operária nasceu fora da Igreja que, nos primeiros anos, a ela dirigiu apenas um olhar de mãe assistencialista, muitas vezes coibindo a ação de alguns que percebiam a urgência de oferecer uma resposta cristã católica aos problemas vividos pelos seus fiéis no alvorecer do

³⁴⁹ RICHARD, Pablo. “La Iglesia en América Latina y el Caribe: 1962-2000”, un esbozo del cual fue publicado en la revista *Pasos* (San José, DEI) No. 103 (setiembre-octubre, 2002), págs. 29-39.

mundo tecnológico e frio da sociedade industrial. Talvez, não foi apenas a classe operária que nasceu fora da Igreja, mas o próprio mundo que a gestou.

Capítulo 6

ANÁLISE CONCLUSIVA

*Não se deve aceitar, como definitiva, a interpretação que os interessados dão de suas próprias sociedades.*³⁵⁰ Talvez esta máxima de Paul Veyne possa ser a encaminhadora de nossas reflexões sobre a importância da igreja progressista, suas ações e as interpretações que têm sido feitas sobre a ela no Brasil. Foi a Igreja Católica de tendência progressista uma Igreja que, ao longo de duas décadas, quase, tornou-se a mais comentada por sua coragem em afrontar aqueles que tomaram o poder no Brasil em 1964. Foi a Igreja progressista uma espécie de guarda nacional na defesa dos interesses da sociedade

³⁵⁰ VEYNE, Paul. *Como se Escreve a História; Foucault revoluciona história*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982. p. 96.

brasileira e na defesa dos direitos humanos. Na América Latina foi ela, também, quem assumiu a defesa dos mais desprotegidos do avanço do capital. Utilizando os exércitos nacionais, controlados por alguns setores sociais conservadores, o capital pretendeu manter sob controle os seus povos. A Igreja saiu-lhe em defesa. A defesa dos Direitos Humanos foi a chama que acendeu o coração e o entusiasmo dos católicos em toda a América Latina

*Durante 20 anos a Igreja encontrou nos direitos humanos como uma nova razão e uma missão no mundo. No ano de 1990, a missão de defender os direitos humanos chegou a uma fase de esgotamento.*³⁵¹

O período a que se reporta Comblin é de domínio das ditaduras militares na América Latina, é o período da implantação dos Estados de Segurança Nacional, quando as instituições da sociedade civil, em sua maioria, ficaram manietadas, impossibilitadas de agir, só restando a Igreja, em alguns países, fora do controle dos militares, que mantinham a todos sob o tacão de suas ordens.

Foi a luta pelos direitos humanos que motivou a Igreja, a Igreja progressista no Brasil e na América Latina. As situações de miséria e de sofrimento que atingiam grande parte da população do continente provocaram uma reação da Igreja. Esta situação ocorreu no momento em que a Igreja tentava abrir janelas e portas para o mundo moderno. A abertura para o mundo moderno, ao mesmo tempo em que procurava manter sua autonomia diante do Estado de Segurança Nacional que predominava na política latino americana, fez da Igreja o estuário para onde convergiram os sofredores, os perseguidos, os sonhadores. Então a Igreja, na América Latina e no Brasil, produziu documentos nos quais discutia o modelo econômico e social que estava sendo imposto à população. A Igreja havia formado uma geração para esse serviço de modificar a paisagem social, política e econômica da América Latina.

³⁵¹ COMBLIN, José A Igreja em vinte anos de luta pelos Direitos Humanos in *Historia Liberationis*, Enrique Dusel (Org.) São Paulo: Paulinas, 1992. p. 607

A Igreja dita progressista, que desempenhou um papel admirável na luta contra as ditaduras militares na América Latina, deu a impressão que a Igreja Católica Romana havia, definitivamente, entrado em um novo momento histórico iniciado pela convocação do Concílio Vaticano II, logo no início do reinado de João XXIII.

Os acontecimentos, as ações da Igreja passaram a ser estudadas por setores alheios ao mundo eclesiástico, tornaram-se de interesse de historiadores, sociólogos e outros cientistas. Foram publicados alguns estudos que intentaram esclarecer qual o móvel das novas atitudes da Igreja. Alguns pretenderam vê-la atuando de forma a apresentar-se como um Estado paralelo, lutando pela hegemonia política com outras instituições sociais³⁵², e outros a viam como parte do Estado, completando o seu trabalho, pois, se uma parte da Igreja pretendia mais claramente a manutenção da ordem e a ordenação da sociedade, outra parte parecia dar a impressão de estar em confronto com ela, pretendendo superá-la. Todos, entretanto, entendiam que ocorria um fenômeno que perpassou toda a América Latina, esse o da Igreja Progressista.

No Brasil, isso deve ser creditado ao fato de que, ao longo da sua história *a participação dos padres freqüentemente se dava em desacordo com as posições da hierarquia*³⁵³ e, em certos momentos, largos setores da hierarquia, no período analisado por Comblin, manifestavam-se mais nitidamente de forma crítica em relação às políticas governamentais, notadamente na área dos Direitos Humanos. Talvez por isso muitos que escreveram sobre o assunto pareciam afirmar que finalmente a Igreja teria feito a opção pelos pobres. Mais tarde foi dito que esta seria uma opção preferencial, já atenuando o significado para poder limitar as ações de um ou outro clérigo mais afoito, ou arrefecer os ânimos dos setores mais conservadores da sociedade. Esta opção teria sido feita com base nos documentos emanados das sessões conciliares, especialmente a *Gaudium et Spes* e a *Lumen Gentium*. Na América Latina essa opção teria sido apresentada pelos bispos na reunião do Conselho Episcopal Latino Americano, ocorrida em Medellin no ano de 1968, e referendada na

³⁵² Essa vertente pode ser encontrada em obras como *BRASIL: Igreja contra Estado*, de Roberto Romano; *Os bispos e a política no Brasil* de J. F. Régis.

³⁵³ CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem. A elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campus Ltda, 1980.

Conferência de Puebla, em 1979. Ainda segundo Comblin, *Medellin* (ou seja, os documentos emanados dessa Assembléia) *queria responder ao desafio do vanguardismo revolucionário inspirado no modelo cubano.*³⁵⁴ Veja-se que, nas palavras de Comblin, tem-se uma reação ao movimento cubano e, ao que parece não foi uma reação de colaboração. Pois a resposta a um desafio pode ser entendida de várias formas: colaboração, negação, resistência aberta ou resistência dissimulada, construindo respostas paralelas ou substitutas.

Em primeiro lugar devemos atentar que uma reação de colaboração seria de apoiar e promover os ideais do movimento cubano em toda a América Latina, o que não ocorreu, especialmente pelo ateísmo que a opção castrista carregava, em que pese as posteriores experiências do tipo da que foi realizada pelo padre colombiano Camilo Torres. Em segundo lugar, uma reação de negação absoluta, foi de surpresa diante do acontecimento daquele tipo em uma *sociedade que considerava dócil e fiel a ela e que de repente começou a se mover e a transformar-se rápida e radicalmente sem contar com ela.*³⁵⁵ Os jovens que desceram a Sierra Maestra, defendidos pela Igreja em 1953, levando-os a um processo judicial legal, vieram a protagonizar, posteriormente, um período de perseguição à Igreja.³⁵⁶ Em terceiro, na ordem, pode-se dizer que houve resistências dentro do aparato da Igreja, tanto passivas como ativas e que, em ambos os casos levaram à construção de modelos alternativos de atuação da Igreja na sua relação com a sociedade.

Embora um pouco mais tarde tivesse havido um diálogo entre as correntes mais modernizantes desses dois movimentos – o marxismo e o cristianismo –, no final dos anos cinquenta a tendência mais progressista da Igreja Católica ainda não era majoritária, ou dominante. Mesmo quando alguns padres do hemisfério norte decidiram vir à América Latina, atendendo o convite de João XXIII, não vieram com o espírito de colaboração com as forças ditas de esquerda. Muitos se converteram em progressistas no contato com a realidade. Só mais tarde, nos anos setenta, um sopro novo parecia estar a movimentar os

³⁵⁴ COMBLIN, José *A Igreja em vinte anos de luta pelos Direitos Humanos* in *Historia Liberationis*, Enrique Dusel (Org.) São Paulo: Paulinas, 1992. p. 607

³⁵⁵ TRETO, Raul Gómez. *A Igreja e o Socialismo*. São Paulo: Edições Paulinas. 1989. P21

³⁵⁶ TRETO, Raul Gómez. *A Igreja e o Socialismo*. São Paulo: Edições Paulinas. 1989. p.39-41

católicos latino-americanos, engajados em Comunidades Eclesiais de Base, um novo modo de ser Igreja. No dizer de Leonardo Boff

*As comunidades eclesiais de base significam uma bênção de Deus para nossa história e constituem a resposta que a fé eclesial dá aos desafios do povo oprimido e crente.*³⁵⁷

Na década de setenta, os leigos pareciam estar dando o tom das ações da Igreja, ficando os bispos e padres em uma nova situação no organograma da Igreja que, desde o Concílio Vaticano II, se via não mais unicamente como o Corpo Místico de Cristo, segundo os ensinamentos do Papa Pio XII, mas como o Povo de Deus em Marcha, no qual os bispos apareciam não apenas para dirigir o povo, mas para ouvir o povo e ser seus servidores. Não mais o serviço de mandar, mas o de acolher. As decisões sobre os planos pastorais, as atividades sociais e religiosas, pareciam ser tomadas de forma colegiadas, de maneira que o parecer de um leigo, um não membro do clero, pesava tanto quanto o parecer emitido pelos bispos.

Livro recente, *O Povo de Deus*, escrito por José Comblin³⁵⁸ que foi *escrito em vista do novo pontificado*, pois em algum momento haverá um novo conclave para escolha de um novo pontífice católico, deixa claro que alguns setores, principalmente os progressistas não se viram representados ao longo do governo de João Paulo II. As novas coordenadas emanadas de Roma parecem estranhas aos católicos que militaram nos anos setenta. Comblin diz que

a euforia causada pelo Vaticano II durou apenas 3 ou 4 anos. Logo a reação manifestou-se com muito barulho. O que precipitou a reação anticonciliar foi a grande crise da civilização que sacudiu o Primeiro mundo em 1968: o maio de Paris foi o símbolo dessa revolução cultural. Então

³⁵⁷ BOFF, Leonardo. Igreja: carisma e poder. 3ª. edição. Petrópolis, Vozes, 1982. p. 198.

³⁵⁸ COMBLIN, José. O Povo de Deus. São Paulo: Paulus, 2002.

*começou o que se chama de pós-modernidade, ainda que as suas formulações teóricas tenham aparecido somente na década de 70.*³⁵⁹

Comblin está nos informando: a Igreja Progressista viveu outro 1968. Na sua esperança e atuação não estava o pós-concílio, mas a realização desse. Medellín não seria o início da pós-modernidade, mas a construção da esperança, a construção da Igreja sujeito na América Latina, uma Igreja que poderia produzir ela mesma a reflexão teológica. A ser verdade o que diz Comblin, também podemos dizer que, por um lapso de tempo, a Igreja Progressista na América Latina pensou que já não era mais um reflexo de Roma, teria finalmente alcançado a maturidade e caminhava para uma autonomia, embora respeitando e acatando as orientações romanas, e julgou que podia estabelecer uma nova forma de ser Igreja e de exercício de autoridade e poder na Igreja. Os progressistas entendiam que era possível a construção de uma reflexão teológica autônoma de Roma e, simultaneamente, manter a unidade com a Sé Romana. Mais uma vez recorremos a Leonardo Boff para dizer o que pensavam os progressistas e como estavam certos de que já haviam alcançado um novo estágio de maturidade diante a Sé Romana.

*Uma Igreja só pode se considerar adulta quando dispõe de uma reflexão séria que acompanha suas práticas e de um corpo de peritos, capaz de elaborar o quadro teórico da fé articulado com os desafios provindos da realidade sócio-histórica.*³⁶⁰

Nos anos progressistas, a Igreja, no Brasil e na América Latina, ensaiava passos de um pensamento original. Seus intelectuais, sociólogos e teólogos estavam refletindo sobre as experiências de mudanças que ocorriam na sociedade. Procuravam entender, a partir da ótica bíblica, os acontecimentos do Brasil.³⁶¹ Pela primeira vez apareciam teólogos que

³⁵⁹ Comblin, José. **O Povo de Deus**. Opus cit. P. 7.

³⁶⁰ BOFF, Leonardo. Igreja Carisma e Poder. 3ª. Edição. Petrópolis: Vozes, 1982. p.31

³⁶¹ BOFF, Leonardo. *O Caminhar da Igreja com os oprimidos, do Vale de Lágrimas à Terra Prometida*. Rio de Janeiro: Codecri, 1980.

pareciam cumprir a definição dada por um desses teólogos. Dava-se a impressão que se estava mesmo gerando uma teologia própria. Frei Leonardo Boff seria um desses peritos que ele menciona, mas pode-se citar Carlos Mesters, Sebastião Armando, José Comblin, Clodovis Boff, Ivone Gebara, entre outros. Mas, este pensamento não estava correto em sua totalidade, como veio a ser experimentado posteriormente, uma vez que, em pouco tempo, esses teólogos perderam seus espaços no mundo eclesial, embora continuassem atuando em assessorias de bispos, mas sem a presença marcante que haviam experimentado, tendo alguns sofrido a ação direta de Roma sobre suas vidas. Não era ainda uma *Igreja adulta*, a Igreja Progressista. Parece que foi uma ilusão, uma quimera.

Teriam os cristãos sido todos enganados? Talvez não, talvez seus intérpretes e interlocutores estivessem confundindo o desejo com a realidade, a possibilidade com a realização. Talvez estivessem conversando consigo mesmo, julgando conversar com a sociedade. O mesmo historiador francês, acima citado, nos indica o cuidado que devemos ter quando estudamos a história e analisamos o que os contemporâneos escrevem sobre o que eles próprios realizam.

...Para saber a verdadeira opinião das pessoas, é preciso antes tomar cuidado com o que fazem e o que dizem porque elas mesmas o ignoram, pois a ação do pensamento pela qual se crê numa coisa é diferente daquela pela qual se conhece que se crê.³⁶²

Esse é um cuidado a ser tomado pelo historiador, especialmente quando ele estuda uma instituição religiosa, como a Igreja Católica. Essas instituições, como as demais, possuem um discurso que as justificam e seu discurso justifica o seu desempenho na sociedade, as opções que tomam e as atitudes que as fazem conhecidas, que as fazem poderosas socialmente. Muitas vezes, ao analisarmos um discurso, podemos dar a certas palavras um conteúdo real, quando o que elas revelam e refletem são conteúdos ideológicos. Quer dizer, são ideológicas no sentido de serem *insuficiente para modificar a estrutura*, sendo

³⁶² VEYNE, Paul. Opus cit. Idem, ibidem.

consideradas como arbitrárias, racionalistas, voluntaristas.³⁶³ Talvez, possamos dizer isso de certas análises que foram realizadas pelos gestores da Teologia da Libertação e de seu discurso quase triunfante.

A Igreja é uma instituição social e, simultaneamente, trata de realidades que ultrapassam o cotidiano material das pessoas, embora continue tratando do cotidiano real dessas mesmas pessoas, pois aquilo que ultrapassa o cotidiano material também é parte do real. Quando a Igreja discursa na voz de seus pastores, sobre a realidade vivida pelas pessoas, é um discurso sempre autoritário e tendente a recusar a polissemia, pois sua base pretende transcender o momento histórico em que é enunciado. Como sua palavra pretende ser a expressão do Eterno, a palavra pronunciada apresenta-se como eterna e atemporal. Ele, o discurso religioso, pressupõe que sua base está situada fora dos parâmetros históricos, encontrando a sua razão em si mesmo.³⁶⁴ O seu sentido é único e sua direção também o é.

O discurso religioso se apresenta *como aquele em que fala a voz de Deus*,³⁶⁵ pois o crente que escuta a voz do bispo, do padre, do pastor, escuta a voz de Deus. O que fala, no espaço religioso, está em uma posição de dessimetria em relação ao que escuta. Uma relação dessimétrica não estabelece condições dialogais, de igualdade social. Enquanto aquele que fala está situado no plano espiritual, pois o Sujeito é Deus, este, sujeito ouvinte, está no plano temporal. O mundo temporal é dominado pelo mundo espiritual, o que torna a comunicação irreversível, pois o ouvinte não pode afetar o sujeito que fala. O fiel, o ouvinte, escuta e age a partir do que escuta. Deve ser fiel ao que ouviu, à mensagem que lhe foi dada.

Embora os bispos e padres sejam dirigentes de uma instituição divina – a Igreja – ela é também humana. Quando eles emitem um ensinamento o fazem em nome da divindade, do sagrado, do intangível. Aqueles que os escutam, os fiéis, o fazem como a um oráculo e se colocam em uma situação de obediência e, quase nunca, essa obediência apresenta-se como

³⁶³ GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**, Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. p. 237 , no. 19.

³⁶⁴ ORLANDI, Eni Pulcinelli. *A Linguagem e seu funcionamento. As formas do discurso*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

³⁶⁵ ORLANDI, Eni p. Opus. Cit. P.218

crítica. A autonomia da ouvinte para modificar a mensagem ouvida e a ser seguida é zero, pois ele não pode modificar os desígnios de Deus. Até mesmo as formas de como se aproximar e falar com Deus são ritualizadas e preparadas de antemão. Há toda uma liturgia, uma normatização da forma de aproximar-se do sagrado. Nem todos os espaços podem ser ocupados pelos fiéis, também no cristianismo, uma vez que o cristianismo é uma religião iniciática. O ouvinte, neste caso, está naturalmente submisso. Por conta dessa dessimetria própria do discurso religioso e dos religiosos, deveríamos manter a suspeita sobre o grau de adesão da gente simples ao que foi dito pelos clérigos progressistas. Podem não ter sido uma adesão racional, aceita por causa dos argumentos racionais apresentados. Muitas dessas adesões podem ter sido apenas adesões ocorridas a partir das características próprias do discurso religioso, nas quais o ouvinte não é um sujeito interlocutor, mas um sujeito ouvinte obediente. Muitas dessas adesões talvez não tivessem ocorrido em profundidade, seja pelo católico comum seja por alguns setores do clero. O católico comum obedece ao padre, ao vigário que lhe está próximo e tem pouco ou nenhum conhecimento das especulações teológicas sobre os dogmas e a doutrina; o padre obedece ao bispo, a quem prometeu obediência. É possível que tenha ocorrido uma adesão sem o completo conhecimento daquilo a que estava sendo aderido. Afinal, o catolicismo do povo brasileiro e latino-americano não se distingue pela compreensão da doutrina e dos dogmas. O catolicismo brasileiro nunca foi um catolicismo preocupado com a doutrina. Quase sempre as adesões dos católicos à doutrina ocorrem de forma superficial, com pequena crosta de compreensão racional, largo espectro de tradição e adesão a pessoas, mais do que à doutrina.

Quando observamos o comportamento dos católicos da Arquidiocese de Olinda e Recife nos anos progressistas, bem como o comportamento dos católicos em todo o continente latino-americano no período que estudamos, devemos considerar que algumas mudanças comportamentais desses cristãos ocorreram por orientação recebida de um sacerdote, e, como não se pode pôr em dúvida as palavras que foram ditas por agentes do sagrado, representantes de Deus, cabe ao ouvinte apenas a obediência. Aos leigos coube a tarefa de realizar o que lhes foi designado pelas autoridades, autoridades que foram, segundo os livros sagrados, instituídos por Deus. Seguir os ensinamentos de Dom Miguel Valverde ou

os de Dom Hélder, ou de quaisquer bispos, ou seu vigário, sempre foi, para os católicos, seguir o que é dito por Deus através de seus locutores, daqueles por quem Ele fala. E, quase sempre, os porta-vozes do sagrado falam com um linguajar próprio, o qual nem sempre pode ser entendido facilmente. *O linguajar eclesiástico é incompreensível, mesmo para a maioria dos católicos*³⁶⁶, escreveu Comblin, mas poderia dizer que até mesmo alguns eclesiásticos têm dificuldade de entendê-los. Entretanto essa incompreensibilidade ocorre no mundo do racional e não do simbólico. Se aquele que fala está envolto da autoridade divina, pouco importa a compreensão racional, o conteúdo intelectual do discurso, pois é o conteúdo religioso que encaminha para a divindade, e este é o importante. O conteúdo simbólico, que tange as emoções e os desejos, esse é o que é compreendido. Ou como, como diz a tradição jansenista, *o coração tem razões que a razão desconhece*.

Quando o bispo fala, seja conservador ou progressista, é a fala de quem tem o poder, um poder que representa o Sujeito que a todos sujeita, e esta fala deve ser obedecida. Apenas alguns reagem à obediência voluntária e, com critérios racionais, filtram o ensinamento para então agir obedientemente. A grande maioria das pessoas religiosas, leigas ou pertencentes a alguma congregação ou ordem do clero, segue os ensinamentos, pois o que importa é quem os emitiu, não tanto o que foi emitido. Se quem emitiu o ensinamento está consagrado com óleos sagrados, deve ser obedecido.

Em uma igreja, instituição que organiza a manifestação do sagrado e a forma de relacionamento com a divindade, não há espaço para o debate, a contestação. E quando o debate ocorre, ele tem um limite. E este limite é dado pelo dogma, pelo que é definido como verdade, ensinamento verdadeiro. A contestação ao que diz a autoridade é possível em uma relação de igualdade, na sociedade civil democrática; nas instituições religiosas a contestação é passível de ser chamada de heresia, o que coloca o dissidente fora da igreja, pois ele quebra o que é de essencial na relação entre O Sujeito – e aquele que o representa – e o fiel. O fiel deve pretender ser como o Sujeito, e para isso ele terá que ser *obediente até a morte e morte de cruz*.

³⁶⁶ COMBLIN, José. Dom Hélder, bispo do Terceiro Milênio in Hélder, o Dom, Zildo Rocha (org.) Petrópolis: Vozes, 1999. p. 92.

Podemos inferir que o padre ou o leigo progressista pode ser visto e entendido pelas autoridades eclesiais como aquele que traz para o interior da Igreja a possibilidade de dissenso. Ele será chamado pelos membros responsáveis a repensar as suas idéias e, caso deseje manter sua posição de crítica, aos poucos se desengajará da Igreja. O padre ou leigo progressista, ao se manter na Igreja, opta por estar submetido à autoridade e, portanto, deve sujeitar-se livremente à autoridade que, ao final é locutora da vontade de Deus. Por isso é que os militantes da Ação Católica recebiam um mandato para agir em nome da hierarquia de quem ela é braço, ou seja, A Ação Católica como movimento leigo deve servir para realizar o que pensa a cabeça, os líderes. Aqueles que insistem no dissenso podem descobrir-se sem respaldo.

Em 1948, no mês de outubro, realizou-se a Semana Nacional de Estudos da Juventude Operária Católica e um dos temas para o debate era se a JOC deveria continuar a ser uma das organizações da Ação Católica Brasileira, se ela deveria agir autonomamente enquanto parte da Ação Católica. Continuaría ela sendo católica caso pudesse tomar algumas decisões sem consultar as instâncias superiores? Discutia-se, então, a questão da autonomia, a questão de independência, de poder decidir rumos. Na oportunidade o Assistente Nacional da Ação Católica, pelo então Monsenhor Hélder Câmara, esclareceu, com o objetivo de superar o impasse a que se estava chegando: *autonomia, de modo algum, é sinônimo de independência*, conforme o cônego José Távora, citado por Marina Bandeira³⁶⁷. Nessa expressão do Monsenhor Hélder Câmara está expressa qual a atitude que a hierarquia espera dos seus leigos, defender *princípios e direitos de Deus e da Igreja, no terreno político, através da Liga Eleitoral Católica*³⁶⁸, sempre de acordo com os bispos, com os superiores religiosos. Entretanto, essa ação deve ser realizada considerando a autonomia do leigo no seu espaço de vivência, que é a sociedade. A autonomia que a hierarquia permite não pode ser confundida com independência, pois a ação do leigo é inseparável da ação do clérigo, da hierarquia que lhe deu um mandato para agir, não conforme sua vontade (do leigo), mas conforme e em comunhão com a vontade e a

³⁶⁷ BANDEIRA, Marina. A Igreja Católica na virada da Questão Social (1930-1964). Petrópolis: Vozes/ Rio de Janeiro: EDUCAN, 2000. p. 291

³⁶⁸ Estatutos da ACB, de 1950. Artigo 5º. apud BANDEIRA, Marina. Opus cit. P.302

orientação daquele que lhe deu o mandato, o bispo. Da mesma forma deve agir o padre vigário em relação ao seu bispo, o religioso em relação ao seu superior, os superiores das Ordens e Congregações, e os bispos em relação ao Papa.

Ora, esse limite à atuação do leigo na sua missão sempre veio a interferir e impedir sua ação sempre que esta punha em dúvida, ou risco, a autoridade da hierarquia. Assim ocorreu nos anos que antecederam o período da Igreja Progressista, quando militantes da Juventude Universitária Católica apresentaram propostas de ação e bases de reflexão que não seguiam as orientações hierárquicas. Quando a hierarquia entende que pode ser desautorizada socialmente por essas práticas e bases de reflexão apresentadas por um grupo, ela pode declarar que aquele grupo não mais está em unidade consigo. Foi o que aconteceu quando a sociedade acusou, através do governador Carlos Lacerda, os jovens do Movimento de Educação de Base de serem comunistas, a 17 de abril de 1964. Mais tarde, em circunstâncias semelhante, a hierarquia reuniu-se e publicou nota a 18 de novembro de 1968, na qual *O secretariado nacional do apostolado dos leigos comunica a dissolução das equipes de JUC, JEC e JIC.*³⁶⁹ A partir de então a proteção do sagrado foi retirada a esses jovens que se viram às voltas com as autoridades civis incomodadas por suas atividades. Mas os que definiram o que é sagrado, continuaram as suas vidas.

Fato semelhante, ocorrido alguns anos mais tarde, demonstra que tais situações não são próprias apenas para o laicato, pois inclusive os clérigos podem ser afetados em situações semelhantes. Um caso exemplar é o do frei Leonardo Boff. Ele, sacerdote que era visto como parte do *corpo de perito capaz de elaborar quadro teórico da fé articulado com os desafios provindos da realidade sócio-histórica,*³⁷⁰ foi convidado a explicar suas idéias e permanecer em silêncio obsequioso durante algum tempo.

O episódio da punição imposta ao frei Leonardo Boff pelo Vaticano levantou uma série de questões sobre a Igreja e também outras que extrapolam o âmbito dela.

³⁶⁹ BETIATO, Mario Antonio. Da Ação Católica à Pastoral de Juventude. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 72

³⁷⁰ BOFF, Leonardo. Igreja Carisma e Poder. 3ª. Edição. Petrópolis: Vozes, 1982. p.31

A capacidade que o Vaticano tinha de pedir a um de seus membros que calasse e, por outro lado a obediência efetiva de Leonardo Boff causaram grande escândalo, num episódio de difícil entendimento. Lembro o comentário jocoso de um colega de universidade: “esses votos são todos muito estranhos. Voto de pobreza é estranho; castidade mais ainda; obediência, então, é demais!”³⁷¹

O comentário acima é de um intelectual que dificilmente pode entender as razões do atendimento do pedido de silêncio. Este só tem sentido para os que vivem imersos no universo dos discursos religiosos, como era o caso do frei Leonardo Boff, intelectual religioso que silenciou após a ordem emanada de Roma.

Naquele episódio, a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife publicou uma nota manifestando o seu desagrado e nela apresentava uma consciência do que estava ocorrendo em verdade:

Roma, para nós, está punindo em Frei Boff a Igreja pobre e solidária. A Igreja descalça que enterrou os pés na lama das favelas.(...) Triste povo brasileiro, condenado a um divórcio infundável com suas instituições. Mal começa a reconciliação do Estado com a Nação, começa a temer o fosso entre si e a Igreja que o animou, quando estava só³⁷².

Defensora do povo, a Comissão de Justiça e Paz quer argüir contra a determinação de Roma, apresenta suas razões, mas termina na contestação que nada poderá fazer para evitar o fosso que há entre a Igreja, ou seja, as autoridades eclesásticas, e o povo.

³⁷¹ O caso Boff: o sentido da obediência. Entrevista com Maria Clara Bingemer, Pierre Sanchis e padre Ivern. In *Religião e Sociedade*. 12/3. Rio de Janeiro: Campus, Dezembro 1985 p. 110-136.

³⁷² Apud BEOZZO. *A Igreja do Brasil...* Opus Cit. P.246.

Mesmo aquele que defende a tese de uma Igreja não mais reflexo, curva-se diante da ordem que vem do superior hierárquico, um comportamento, como diz o texto, inaceitável para um intelectual. As razões de ouvir e obedecer a voz que fala em nome da instituição que preserva a divindade é superior, inexplicável, mas obedecida. Ora, se este é o comportamento de membro desse *corpo de peritos, capaz de elaborar o quadro teórico da fé articulado com os desafios provindos da realidade sócio-histórica*, na expressão do próprio Leonardo, o que esperar daquele fiel comum e sem acesso às especulações e aos estudos dos peritos?

Apenas mais um fato ilustrador da impossibilidade progressista, este na Arquidiocese de Olinda e Recife, objeto deste estudo. Ao completar o tempo previsto para a solicitação de renúncia ao cargo de arcebispo, por questão de idade, Dom Hélder Câmara o fez. O pedido foi aceito de imediato e a diocese recebeu um novo pastor. Este novo Arcebispo, em pouco tempo, toma algumas medidas, define novas prioridades e, sem surpresas³⁷³ começou a promover um *desmonte eclesialístico*, na expressão do jornalista Juracy Andrade em vários artigos no Jornal do Comércio ao longo de 1989. Um dos aspectos desse desmonte foi o limite imposto por Dom José Cardoso às ações da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese, a 25 de agosto de 1989.³⁷⁴ Retornando de viagem, Dom Hélder Câmara, arcebispo emérito, em entrevista a um jornal, reagiu.

*Insinuando que ninguém calará a Comissão de Justiça e Paz, ao afirmar que ela é “lícita, bem composta e firme”, o arcebispo emérito de Olinda e Recife, Dom Hélder Câmara pronunciou-se ontem pela primeira vez sobre os acontecimentos envolvendo a CJP e o arcebispo Dom José Cardoso.*³⁷⁵

³⁷³ *A notícia do fechamento do Instituto Teológico do Recife surpreendeu os dirigentes da instituição. “era algo a ser esperado diante da antiga situação de confronto existente n a Igreja Católica Universal, mas não com tanta veemência”, disse o vice-diretor Severino Vicente. Fechamento do Instituto de Teologia do Recife e o Seminário da Várzea por decisão do Vaticano. Recife: Jornal do Comércio, 02/setembro/1989. Caderno Cidades, p. 9*

³⁷⁴ *Jornal do Comércio, Recife. 26 de agosto de 1989. Caderno Cidades. P. 9*

³⁷⁵ *Jornal do Comércio, Recife, 31 de agosto de 1989. Caderno Cidades. P. 9*

Alguns dias depois, em 06 de setembro, o Jornal do Comércio noticia que...

Dom Hélder Câmara estaria proibido de se manifestar sobre assuntos polêmicos da Igreja regional. Uma fonte segura do meio eclesiástico informou ontem que o bispo auxiliar Dom João Evangelista Terra, ligadíssimo ao Vaticano, telefonou para Dom Hélder pedindo que evitasse comentar decisões da Arquidiocese da Santa Sé.

Contatado no começo da noite, por telefone, o arcebispo emérito confirmou que havia sido procurado por Dom João Terra, mas não revelou o teor da conversa mantida. “Não é propriamente isso”, disse Dom Hélder ao ser indagado a respeito da proibição. Diante da insistência da repórter, o arcebispo emérito demonstrando, pelo tom de voz, uma certa amargura, desabafou: “é um desastre”, referindo-se ao vazamento da informação.

Foi tentado, sem sucesso, arrancar de Dom Hélder mais detalhes da conversa com Dom João. O arcebispo fez questão apenas de destacar que “isso é um assunto delicado” e encerrou a entrevista dizendo não saber o que falar.

Temos aqui o momento crucial. De acordo com o Jornal do Comércio, *Dom Hélder Câmara pronunciou-se ontem pela primeira vez sobre os acontecimentos envolvendo a CJP e o arcebispo Dom José Cardoso.* Também foi a última. Um dos líderes da renovação da Igreja e baluarte da Igreja Progressista é levado ao silêncio.³⁷⁶ Tudo se passa verbalmente, pelo telefone. Talvez Dom João Terra, bispo auxiliar, tenha recebido algum

³⁷⁶ O silêncio de Dom Hélder é incompreensível fora dos espaços religiosos. *o que causou estranheza em toda essa infrene caçada às bruxas, por parte do atual bispo, Dom José Cardoso, foi o silêncio de Dom Hélder. Um silêncio com nuances fortes de medo, de subserviência e, quem sabe, de covardia. Nem uma palavra, nem um pio, nem um simples murmúrio de reprovação, aos atos do obscurantismo religioso do bispo José Cardoso. Todos os amigos de Dom Hélder, foram sacrificados, imolados. O venerável apóstolo de Cristo, continuara imóvel, indecifrável como a Esfinge de GIZEH.* OLIVEIRA, Harison, Opus cit. P. 109.

documento. Mas não o mostra. O documento, se existiu, não é mencionado pelo arcebispo emérito. Ele apenas ouve e cala. Quem não calou diante dos poderosos do mundo para denunciar as suas injustiças, quem não calou diante dos ditadores denunciando a prática de torturas, calou-se diante da palavra que vem da autoridade religiosa, daquele que fala em nome da instituição que guarda o sagrado e, por isso, é sagrada. Da mesma maneira que a sua fala, de Dom Hélder, era impositiva para os fiéis quando estava no comando da diocese, ainda que não o desejasse, agora a fala que ele ouve também é impositiva. Faz parte do mundo sagrado. Ele não tem mais a autoridade e múnus do sagrado na instituição; é mais um fiel a quem cabe ouvir o lembrete dado, por ele mesmo, alguns anos antes, aos militantes da Ação Católica: *Autonomia não é independência*. O fiel não é independente da instituição. Caso queira nela permanecer, deve reconhecer a palavra da divindade na boca daqueles que estão imbuídos do poder sagrado.

Mas ao mesmo tempo em que é o *poder sagrado* que vem nas palavras de um bispo auxiliar para o Arcebispo emérito, é também o poder de uma instituição. Esse poder tão real não pertence a uma pessoa, pois ele *não pode ser apropriado como uma riqueza ou um bem*. *O poder funciona e se exerce em rede*.³⁷⁷ Dom Hélder Câmara, naquele momento, já estava fora da rede do poder eclesiástico, ele não mais estava em condições de exercer o poder, mas encontrava-se na situação de sofrer a ação do poder.

Retomemos, agora, um outro aspecto da questão progressista, a presença dos padres estrangeiros, missionários, na Arquidiocese. Como vimos, eles começaram a chegar ao Brasil após a carta *Fidei Donum*, de Pio XII. Embora alguns desses padres houvessem chegado antes do Concílio Vaticano II, e de Dom Hélder Câmara ao Recife, como é o caso de Eduardo Hoornaert, que chegou na Arquidiocese a convite de Dom Carlos Coelho. Esses missionários foram braços essenciais da ação progressista na Arquidiocese, no confronto com o Estado, no ensino e nas inovações litúrgicas.

Tomemos um exemplo. No que se refere à adoção da prática de reuniões preparatórias para a recepção dos sacramentos do Batismo e do Matrimônio, ocorreu um dos maiores

³⁷⁷ FAUCOULT, Michel. *Microfísica do poder*. 10ª. edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1992. p. 183.

estrangulamentos da ação pastoral. Como, tradicionalmente, os católicos brasileiros não têm o hábito do pagamento dos dízimos, são as esmóltulas pagas pelos fiéis no ato do recebimento do sacramento parte importante da economia paroquial. Quando se pretendeu suspender esses emolumentos, e exigir que os padrinhos e pais participassem daquelas reuniões, os padres estrangeiros, que tinham uma maior facilidade de receber ajuda monetária de seus países de origem para a sua sobrevivência e manutenção de suas obras, aderiram facilmente à nova orientação³⁷⁸. O mesmo não ocorreu com os vigários nacionais, pois, sem esses emolumentos, julgavam, não teriam condições para levar adiante as suas tarefas. Assim, esses párocos continuaram a cobrar taxas pela atividade e não exigir a presença nas reuniões preparatórias. Nos primeiros anos, e ainda agora, os católicos que agem tradicionalmente, não absorveram a idéia e a prática de encontros preparatórios, nem o hábito de se tornarem dizimistas. Mesmo nas comunidades mais pobres, muitos católicos preferiram continuar contribuindo financeiramente no ato do batismo a participar de três ou quatro reuniões sobre a importância do sacramento em suas vidas. Os padres estrangeiros podiam dispensar o recebimento do auxílio monetário que os fiéis entregam para a realização dos batismos e missas, podem esperar pela educação para o dízimo, os padres nacionais tiveram dificuldades em aderir a esta proposta pastoral da Arquidiocese.

Um outro exemplo, este quanto à questão política, especialmente a que trata de militantes católicos que se tornaram prisioneiros do regime ditatorial. Tenho em meu poder, carta de Eduardo Hoornaert, que me foi enviada eletronicamente, escrita por ocasião da morte de Dom Hélder. Transcrevo:

³⁷⁸ Aqui é ainda um vasto estudo a ser feito, um estudo comparativo entre paróquias dirigidas por sacerdotes de origem estrangeira e sacerdotes nacionais. Em um estudo rápido, realizado ainda quando dos meus estudos e mestrado, nos livros de batismos da paróquia de Nova Descoberta, criada em 1959, englobando os seus dez primeiros anos pudemos verificar que: nos primeiros cinco anos a paróquia foi administrada por padres nacionais (Pe. Inácio Vieira da Silva, pe. José Lins e Cônego Miguel Cavalcanti) e os próximos cinco anos foram administrados por sacerdotes americanos (Pe. George Van Antwerp, Pe. Miguel Jorissen, Pe. Heriberto Mansfield, Pe. Lurenço Dunn, Pe. Roberto Singley) provenientes da diocese de Detroit, Michigan, EUA. A curva de batismos cresce nos anos 1966-67, anos iniciais da atuação dos padres americanos e decresce nos anos seguintes, quando começa a implementação da Pastoral do Batismo. Embora não recebessem as esmóltulas, os padres exigiam o comparecimento dos pais e padrinhos em reuniões preparatórias. Não foi realizado estudo comparativo na época, mas seria interessante verificar nos livros de batismo das paróquias do Vasco da Gama e Arraial do Bom Jesus, Casa Amarela, e verificar a existência de famílias católicas da paróquia de Nova Descoberta que ali batizaram seus filhos. No caso de Nova Descoberta, bem com no Jordão, onde atuavam os padres Oblatos de Maria, ainda haveria de se pesquisar nas paróquias da Igreja Católica Brasileira que atuavam e ainda atuam naqueles bairros.

Biu,

Ando meio triste com a morte do Dom. De repente me vem a imagem dele, com a inseparável e pesada pasta preta, na frente da casa de seu pai em Nova Descoberta. Éramos três: ele, Humberto e eu, a 'consolar' seu pai quando você estava preso. Ficamos uns dez minutos apenas, o Dom meio sem jeito sem falar quase nada. Seu pai mais silencioso ainda. E nós dois sem dizer absolutamente nada. A dor e a apreensão do pai. Ao sair de repente o Dom parou, olhou para nós dois e disse: 'Se não fosse os padres estrangeiros'.

Era um de seus raros momentos de depressão e desânimo. O Dom foi o homem mais extraordinário que conheci na minha vida. Veja meu texto no livro de Zildo.

Embora Dom Hélder sempre pudesse contar com alguns padres nacionais, a maior parte dos seus colaboradores era formada por padres vindos da França, dos Estados Unidos, da Escócia, Itália. Foram também esses padres os que mais sofreram depois de sua renúncia e da posse do novo arcebispo. Talvez Dom Hélder e a Igreja progressista não tenham seduzido os clero nacional da diocese, que se manteve, na maioria dos casos, em posição de equidistância, se não de confronto.

Os padres que Dom Hélder encontrou nas paróquias e nos institutos religiosos da Arquidiocese eram, na sua maioria, formada no período anterior do Concílio Vaticano II. Tiveram pouco tempo para absorver seus ensinamentos. Não devemos esquecer que haviam sido formados na escola anticomunista e antimarxista de Dom Miguel Valverde, Dom Antônio e Dom Carlos Coelho. Pode ser que tenham se sentido preteridos quando da formação das equipes que coordenariam colegiadamente a diocese. Interessante como alguns deles foram postos em situação de importância na Arquidiocese pelo novo

Arcebispo, que tem um pensamento teológico e pastoral bem aproximado dos bispos anteriores a Dom Hélder.

O mesmo pode ser dito dos leigos que, em pequeno número e eram exceções, liam atentamente os documentos pontifícios e podiam acompanhar a trajetória do pensamento da Igreja. A maioria do laicato mantinha uma religiosidade tradicional e seguia os ensinamentos tradicionais que lhes eram ministrados. Não houve tempo para uma aceitação verdadeira e profunda das novas mensagens, dos ensinamentos do Concílio. Uma ou duas décadas não são suficientes para a mudança de mentalidades, especialmente as religiosas. É necessário bem mais de uma geração para que novos valores sejam assimilados pelos grupos sociais, o que implica também a erradicação de uma socialização que ocorrera anteriormente.³⁷⁹ A experiência progressista da Igreja na Arquidiocese de Olinda e Recife parece ter ocorrido de forma rápida e influenciada pela luta contra a ditadura militar que se instalara quase ao tempo em que Dom Hélder Câmara assumia a sua direção. Por outro lado, as mudanças de orientações emanadas da Cúria romana não permitiam aos católicos comuns um melhor discernimento do que ocorria à sua volta. Quando o Pastor se retira para a merecida aposentadoria e o novo comando conservador assume, os diocesanos se dividem, mas perdura a autoridade que vem constituída desde Roma.

Embora tenham ocorrido algumas reações ao novo Arcebispo, de maneira geral, os católicos o aceitaram e prestam-lhe obediência. A Igreja da Arquidiocese de Olinda e Recife, nascida e crescida ao longo do Rio Capibaribe, não pretendia, em nenhum instante, separar-se da Igreja Católica Romana, com sede nas margens do Rio Tibre.

³⁷⁹ WALLERSTEIN, Imanuel. *Capitalismo histórico & civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

BIBLIOGRAFIA GERAL

- ALBERIGO, Giuseppe.(org.).*História dos Concílios Ecumênicos*. São Paulo: Paulus, 1995.
- ALMOEDO ASSIS, Virgínia Maria. *Palavra de rei: Autonomia e subordinação da Capitania de Pernambuco*. Recife. Departamento de História –UFPE, 2001. Tese de Doutorado.
- ALVES, Márcio Moreira. *A Igreja e a política no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.
- ANTOINE, pe. Charles. *O Integrismo brasileiro*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1980.
- ANTONIAZZI, Pe. Alberto. *Leitura sócio-pastoral da Igreja o Brasil (1960-2000), parte 2*, encarte de Conjuntura Social e Documentação Eclesial. <http://www.cnbb.org.br/estudos/encar641.html>
- ARAÚJO, José Carlos Souza. *Igreja Católica no Brasil, um estudo de mentalidade ideológica*. São Paulo: Edições Paulinas, 1986.
- ARAÚJO, Vicente Laurindo de. *Relações entre a Igreja e o Estado no Brasil (1962-1982) (Do diálogo legitimador à práxis popular libertadora da Igreja)*. Dissertação de Mestrado em História. Recife: UFPE, 1988 (mimeo)
- AUBERT, Roger e HAJJAR, Joseph. *A Igreja na sociedade liberal e no mundo moderno*, Coleção Nova História da Igreja, (L. J. ROGIER, R. AUBERT, M. D. KNOWLES, organizadores) volume V tomo III. Petrópolis: Vozes, 1976.
- AUBERT, Roger. *A Igreja na Sociedade Liberal*. Coleção Nova História da Igreja. (L. J. ROGIER, R. AUBERT, M. D. KNOWLES, organizadores) Volume V, Tomo I. Petrópolis: Vozes, 1975.
- AUBERT, Roger. O meio século que preparou o Vaticano I in *Nova História da Igreja volume V/3*. (AUBERT, R. e HAJJAR, J. Organizadores). Petrópolis: vozes, 1976.
- AZEVEDO, Thales de. *O catolicismo no Brasil, um campo para a pesquisa social*. Coleção os Cadernos de Cultura. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, Ministério da Educação e Cultura, 1955.
- AZZI, Riolando. *A cristandade colonial, um projeto autoritário*. História do pensamento católico no Brasil, I. São Paulo: edições Paulinas, 1987.

- AZZI, Riolando. *A Sé primacial de Salvador, A Igreja Católica na Bahia, 1551-2002. Vol 1*. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.
- AZZI, Riolando. *O clero no Brasil, uma trajetória de crises e reformas*. Brasília: SER, 1992.
- AZZI, Riolando. *História da educação católica no Brasil, Contribuição dos Irmãos Maristas. Vol.1*. São Paulo: Simar; Edições Loyola, 1996.
- AZZI, Riolando. A presença de D. Antonio de Macedo Costa na Igreja do Brasil. In *Cadernos de história da Igreja, vol. 1* (Frei Oscar Lustosa. Org.) São Paulo: Edições Loyola, 1982
- BANDEIRA, Marina. *A Igreja Católica na virada da Questão social (1930-1964)*. Petrópolis: Vozes/ Rio de Janeiro: EDUCAM, 2000.
- BARATA, Cônego José do Carmo. *Escola de Heróis*. Recife: Imprensa Industrial, 1926.
- BEOZZO, J. Oscar. Dom Hélder Câmara e o Concílio Vaticano II in *Hélder o Dom, uma vida que marcou os rumos da Igreja no Brasil*, Zildo ROCHA, (org.) 2^a. edição. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BEOZZO, José Oscar. *A Igreja do Brasil, de João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- BEOZZO, José Oscar. A Igreja frente aos estados liberais, 1880-1930 in *Historia Liberationis: 500 anos de história da Igreja na América Latina*. (Enrique Dussel –org.) São Paulo: Edições Paulinas, 1992.
- BEOZZO, José. A Igreja no Brasil, in *A Igreja Latino-Americana às vésperas do Concílio. História do Concílio Vaticano II* (José Oscar Beozzo. Org.) São Paulo: Edições Paulinas, 1993.
- BEOZZO, José Oscar (Org.), *A Igreja latino-americana às vésperas do Concílio – História do Concílio Vaticano II*. São Paulo: Paulinas, 1993.
- BETIATO, Mario Antonio. *Da Ação Católica à Pastoral de Juventude*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BIGO, Pierre. *A Doutrina Social da Igreja*. São Paulo. Edições Loyola, 1969.
- BIHLMAYER, Karl & TUECHLE, Hermann. *História da Igreja, volume primeiro*. São Paulo: Edições Paulinas. 1964.
- BOFF, Leonardo. *Igreja: carisma e poder*. 3^a. Edição. Petrópolis, Vozes, 1982.

- BOFF, Leonardo. *O Caminhar da Igreja com os oprimidos, do Vale de Lágrimas à Terra Prometida*. Rio de Janeiro: Codecri, 1980.
- BOTAS, Paulo Cezar Lourenço. *A bênção de Abril, "Brasil Urgente", Memória e engajamento católico no Brasil, 1963-64*. Petrópolis: Vozes, 1983.
- BRUNEAU, C. Thomas. *Catolicismo Brasileiro em época de transição*. São Paulo: Edições, 1974.
- BRUNEAU, Thomas C. *Religião e politização no Brasil, A Igreja e o Regime Autoritário*. São Paulo: Edições Loyola, 1979.
- CABRAL, Newton Darwin de Andrade. *Báculos no meio do caminho: Modelos eclesiais em conflito no Regional Nordeste II (1965-1990)*. Tese doutoral defendida no Departamento de História da UFPE, em 2001. Mimeo.
- CALVEZ, Jean-Yves e PERRIN, Jacques. *Igreja e sociedade econômica, O ensino social dos papas de Leão XIII a Pio XII (1878-1958)* Porto: Livraria Tavares Martins, 1960.
- CARDOSO, Pe. José. *Traição à Igreja: O Eclesial e a intromissão revolucionária em Medellín e Puebla*. Rio de Janeiro: Editorial Nórdica, 1989.
- CARVALHO José Murilo de. *A formação das Almas, o imaginário da República no Brasil*, 9ª. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras. 2000.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem. A elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campus Ltda, 1980.
- CASTRO, Marcos de. *64: conflito Igreja x Estado*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- CASTRO, Marcos de. *A Igreja e o Autoritarismo*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1985.
- CHÂTELET, François, PISIER-KOUCHNER, Évelyne. *As concepções políticas do século XX, História do pensamento político*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.
- Conferência Geral do Episcopado Latino Americano – Documentos de Medellín*. 6ª. Edição. São Paulo: Paulinas, 1987.
- COELHO, Dom Carlos. *Mensagem de Natal*. Recife: Arquidiocese de Olinda e Recife, 1961.
- COLLINGWOOD, R.G. *A Idéia da História*, 4ª Edição. Lisboa: Editorial Presença; Brasil: Livraria Martins Fontes, s/d.

COMBLIN, José. A Igreja em vinte anos de luta pelos direitos humanos in *História Liberatinis, quinhentos anos de história da Igreja na América Latina*, Enrique Dussel (org.). São Paulo: Paulinas, 1992.

COMBLIN, José. Dom Hélder e o novo modelo episcopal do Vaticano II. in POTRICK, Maria Bernarda. *Dom Hélder Pastor e Profeta*. São Paulo: Edições Paulinas, 1983.

COMBLIN, José. Dom Hélder, bispo do Terceiro Milênio, in *Hélder, o Dom. Uma vida que marcou os rumos da Igreja no Brasil*. 2ª. Edição. ROCHA, Zildo (org). Petrópolis: Vozes, 1999.

COMBLIN, José. *O Povo de Deus*. São Paulo: Paulus, 2002.

Conferência Geral do Episcopado Latino-americano. *Conclusões de Medellín*. 6ª. Edição. São Paulo: Paulinas, 1987.

CORNWELL, John. *O papa de Hitler, a História secreta de Pio XII*, 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Imago, 2000.

DELLA CAVA Ralph e Paula Monteiro. *...E o verbo se faz imagem, Igreja Católica e os Meios de Comunicação no Brasil: 1962 –1989*. Petrópolis: Vozes, 1991.

DELLA CAVA, Ralph. A ofensiva vaticana, in *Religião e sociedade*. 12/3. Dezembro/1985. Rio de Janeiro: Editora Campus. 1985[34-53].

DELLA CAVA, Ralph e Paula MONTEIRO(Org.) *...E o verbo se faz imagem, Igreja Católica e os Meios de Comunicação no Brasil: 1962 –1989*. Petrópolis: Vozes, 1991.

DELEMEAU, Jean. *A Civilização do Renascimento*. 2 vols. Lisboa: Editorial Estampo, s/d. Dicionário do Pensamento Social do Século XX, organizado por William OUTHWQITE E Tom BOTTOMORE. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

Diretório Litúrgico – CNBB. São Paulo: Edições Loyola, 2000

Documento Secreto da política Reagan para a América Latina. Apresentado por Fernando Peixoto. São Paulo: HUCITEC, 1981.

Documentos de Pio XII. Coleção Documentos da Igreja. São Paulo: Paulus, 1998

DUSSEL, Enrique (Org.) *Historia Liberationis*. São Paulo: Paulinas, 1992.

DUSSEL, Enrique D. *Historia de la Iglesia em la América Latina – coloniaje y liberación, 1492/1983* 5ª. Edição. Madrid: Mundo Negro-Esquila Misional, 1983.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 10ª. edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1992.

FERNANDES, Rubem César. O caso Boff: o sentido da obediência. Entrevista com Maria Clara Bingemer, Pierre Sanchis e padre Ivern. In *Religião e Sociedade*. 12/3. Rio de Janeiro: Campus, Dezembro 1985 p. 110-136.

FOLLMANN, José Ivo. *Igreja, ideologia classes sociais*. Petrópolis: Vozes, 1985

FONTANA, Josep. *História: análise do passado e projeto social*. São Paulo: EUSC, 1998.

FRANCO JUNIOR, Hilário. *História Econômica Geral*. São Paulo: Atlas, 1986.

GARCEZ, Paulo César Marins, Habitação e Vizinhança: Limites da Privacidade no Surgimento das Metrôpoles Brasileiras, in *História da Vida Privada no Brasil, Da Belle Epoque à Era do Rádio*. São Paulo Companhia das Letras

GARDINER, Patrick. *Teorias da História*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1974.

GUTIERREZ, Gustavo. A Situação da Teologia. In *A Igreja Latino-Americana às vésperas do Concílio – História do Concílio Ecumênico Vaticano II*. BEOZZO, José Oscar (org.) São Paulo: Paulinas, 1993.

GUERRA, Flávio. *João Alfredo e a Questão Religiosa*. Recife: Biblioteca Central - UFPE, 1976.

HAUCK, João Fagundes. A Igreja na Emancipação (1808-1840) in *História da Igreja no Brasil* tomo II/2. Petrópolis: Editora Vozes. 1980.

HEILBRONER, Robert L. *O futuro como história*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1963.

HENRY, John. *A Revolução Científica e as origens da ciência moderna*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1998.

HERIOT, Peter J. *Nosso Grande segredo: ensino social da igreja: herança e compromisso*. Petrópolis: Vozes, 1993.

História Liberationis, quinhentos anos de história da Igreja na América Latina. Enrique Dussel (org.). São Paulo: Paulinas, 1992.

HOBSBAWM, Eric & RANGER, Terence. (Org.) *A Invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

IANNI, Octávio. *Sociologia e sociedade no Brasil*. São Paulo: Alfa-ômega, 1975.

KRIESCH, Paulo José, *A Igreja e as Crises Políticas no Brasil*, Petrópolis, Vozes, 1979.

LACOMBE, Américo Jacobina. *A obra histórica do padre Hoornaert. I* São Paulo: Livraria Agir Editora; 1983.

- LARA, Tiago Adão. *Caminhos da Razão no Ocidente, A filosofia ocidental do Renascimento aos nossos dias*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- LATOURETTE, Kenneth Scott. *Historia del cristianismo, tomo 2*. Buenos Aires: Casa Bautista de Publicaciones, 1977.
- LE GOFF, Jacques, Progresso/Reação in *História e Memória*. 3ª Edição. Tradução de Irene Ferreira. São Paulo: Editora Unicamp, 1994.
- LEITE DE SÁ, Maria Arlinda. *História do Apostolado da Oração da catedral do Bom Jesus dos Aflitos de Floresta*. Belém do São Francisco(PE): Centro de ensino superior do Vale do São Francisco, 2002. Monografia de conclusão de Especialização. Mimeo.
- LIBANIO, João Batista. *Igreja contemporânea, encontro com a modernidade..* São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- LIMA, Alceu de Amoroso. “Visão Panorâmica sobre a Constituição Pastoral Gaudim et Spes”, in *A Igreja no Mundo de hoje*. Petrópolis: Vozes, 1967.
- LUSTOSA, Frei Oscar (org). *Cadernos de História da Igreja, vol. 1*, São Paulo: Edições Loyola, 1982.
- MACEDO, Ubitatan B. O Tradicionalismo no Brasil. In *As Idéias Políticas no Brasil, Vol. II*. Adolfo Crippa, (Org.) São Paulo: Convívio, 1979.
- MADURO, Oto. *Religião e luta de classes*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil, 1916-1985*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- MARIN, Richard. *Dom Hélder Câmara, les puissants et les pauvres. Pour une histoire de l'Église des pauvres dans le Nordeste brésilien (1955-1985)*. Paris: Les Edition Ouvrières, 1985.
- MARROU. H-I. *Decadência Romana ou Antiguidade Tardia*. Lisboa: Aster, s/d.
- MARTINA, G. MATINA, Giacomo. *História da Igreja, vol. IV*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.
- MCBRIEN, Richard P. *Os Papas. Os Pontífices: de São Pedro a João Paulo II*. Tradução de Bárbara Theoto Lambert. São Paulo: Loyola, 2000.
- MICELI, Sérgio. *Eclesiástica brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1988.

- MIRANDA, Carlos Alberto Cunha de. A ação missionária e pacificadora de Frei Caetano de Messina, in BRANDÃO, Sylvana (org.) *História das Religiões no Brasil*, volume 2, Recife: Editora da UFPE/ CEHILA, 2002[197-207].
- MONTENEGRO, João Alfredo. *Evolução do Catolicismo no Brasil*. Petrópolis: Vozes. 1972.
- MORAIS, João Francisco Regis de. *Os bispos e a política no Brasil: pensamento social da CNBB*, São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1982.
- MOURA, OSB. Dom Odilon. Direções do pensamento católico do Brasil no século XX in *As idéias filosóficas no Brasil, século XX. Parte 1.* (Adolfo Crippa, Coordenação) São Paulo: Editora Convívio, 1978.
- MURARO, Valmir Francisco. *Juventude Operária Católica*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*. São Paulo: Nova Aguilar, 1975.
- OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. *A Igreja ante a escalada da ameaça comunista. Apelo aos bispos silenciosos*. São Paulo: Editora Vera Cruz Ltda, 1976.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. *A Linguagem e seu funcionamento. As formas do discurso*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- OLIVEIRA, Harison. *Dom Hélder o prisioneiro do Vaticano I*. Recife: Editora Universitária - UFPE, 1999.
- Papa João XIII. *Mater et Magistra. Documentos de João XXIII*. Coleção Documentos da Igreja, volume 2. São Paulo: Paulus, 1999.
- Papa João XXIII. *Pacem in Terris*. Documentos da Igreja, vol. 2. São Paulo: Paulus. 1999
- Papa João Paulo II. *Laborem Exercens*. São Paulo: Paulinas, 1981.
- Papa João Paulo II. *Centesimus Annus*. São Paulo: Paulinas, 1991.
- Papa Pio XII. *Menti Nostrae*, de 25 de setembro de 1950. *Documentos de Pio XII*. Coleção Documentos da Igreja. São Paulo: Paulus, 1998.
- Papa Paulo VI. *Populorum progressio*. Coleção Documentos da Igreja, vol. 3. São Paulo: Paulus. 1997.
- PAGE, Joseph A. *A revolução que nunca houve. O Nordeste do Brasil 1955-1964*. Rio de Janeiro: Record. S/d.
- PARAHIM, Orlando. *Traços do Recife: ontem e hoje*, Recife: Secretaria de Educação e Cultura/Governo do Estado de Pernambuco, 1978.

- PASSELECQ, George; SUCHECKY, Bernard. *A Encíclica escondida de Pio XI, uma oportunidade perdida pela Igreja diante do anti-semintismo*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- PENDLE, George. *História da América Latina*. Lisboa, Editora Ulisséia, s/d.
- PERÉ, Padre Romeu. *Diálogos com Agamenon Magalhães*. Coleção Pernambucana, Volume VIII. Recife: Secretaria de Educação e Cultura. 1977.
- PEREIRA, Luiz C. Bresser. *As revoluções utópicas: a revolução política na Igreja, e a revolução estudantil*. 2ª. Edição. Petrópolis: Vozes, 1979.
- PEREIRA, Nilo. *Dom Vital e a Questão Religiosa no Brasil*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Recife: Arquivo Público Jordão Emerenciano, 1986.
- PILETTI, Nelson, PRAXEDES, Walter. *Dom Hélder Câmara, Entre o poder e a profecia*. São Paulo: Editora Ática, 1997.
- PINHEIRO, José Ernane, Dom Helder Câmara, como Arcebispo de Olinda e Recife: um depoimento pastoral. in POTRICK, Maria Bernarda. *Dom Hélder Pastor e Profeta*. São Paulo: Edições Paulinas, 1983.
- PONTUAL, Virgínia. *Uma cidade e dois prefeitos, narrativas do Recife nas décadas de 1930 a 1950*. Recife: Editora da UFPE, 2001.
- POTRICK, Maria Bernarda. *Dom Hélder Pastor e Profeta*. São Paulo: Edições Paulinas, 1983.
- QUEIROGA, Pe. Gervário Fernandes de. CNBB, *Comunhão e corresponsabilidade*. São Paulo: Edições Paulinas, 1977.
- RICHARD, Pablo. “La Iglesia en América Latina y el Caribe: 1962-2000”, publicado en la revista *Pasos* (San José, DEI) No. 103 (setiembre-octubre, 2002), págs. 29-39.
- ROCHA, Zildo (org.) *Hélder, o Dom, Uma vida que marcou os Rumos da Igreja no Brasil*. 2ª. edição Petrópolis: Vozes, 1999.
- ROSTOVTZEFF, M. *História da Grécia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.
- SILVA, Severino Vicente da. *A Primeira Guerra Mundial na Tribuna Religiosa, o nascimento da neo-cristandade*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1985. Dissertação de Mestrado em História. Mimeo.
- SILVA, Severino Vicente da. Os católicos diante das eleições (1958-1986). Estudo sobre a Arquidiocese de Olinda e Recife in Revista Eclesiástica Brasileira, Fasc. 194. Petrópolis: Vozes, 1989 [340-370].

SOARES, Sebastião Armando Gameleira, “Entre Vocês tem que ser Diferente..” in POTRICK, Maria Bernarda. *Dom Hélder Pastor e Profeta*. São Paulo: Edições Paulinas, 1983.

SOUZA, Francisco Martins. O Integralismo. In *Curso de Introdução ao Pensamento Político Brasileiro, unidade IX e X*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982

SOUZA, Itamar de. *A luta da Igreja contra os coronéis*. Petrópolis: Vozes, 1982.

SOUZA, Silvana Maria de. A controvertida História da Ereção da Diocese de Floresta. Monografia de Especialização. Belém do São Francisco: Centro de Ensino Superior do Vale do São Francisco, 2001.

TEVES, Matias, OFM. *Entre os Mocambos de Recife, Frei Casimiro Brochtrup, OFM, o Missionário dos pobres*. Salvador: Mensageiro da Fé, 1948.

TORRES, João Camilo de Oliveira. *História das Idéias Religiosas no Brasil*. São Paulo: Grijalbo, 1968.

TRETO, Raul Gómez. *A Igreja e o Socialismo*. São Paulo: Edições Paulinas. 1989.

VALVERDE Dom Miguel de Lima. *In Memoriam, no centenário do seu nascimento*. Recife: Sociedade Cultural Paulo VI da cidade do Recife, 1972.

VEYNE, Paul. *Como se Escreve a História; Foucault revoluciona história*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.

VILLAÇA, Antonio Carlos. *História da questão religiosa no Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora s. a. 1974.

VOVELLE, Michel. *A Revolução Francesa contra a Igreja. Da Razão ao Ser Supremo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.

WALLERTSTEIN, Immanuel. *Capitalismo histórico & Civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. Igreja e sociedade no Brasil:1950-64 / 1964-75 in *Religião e Sociedade*, n. 3, Outubro 1978.pp 93-107. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

WOOD, Ellen Meiksins. *A Origem do Capitalismo*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

ZAGHENI, Guido. *A Idade Contemporânea, Curso de História da Igreja, vol. IV*. São Paulo: Paulus, 1999.

ZAGHENI, Guido. *A Idade Moderna, Curso de História da Igreja, vol. III*. São Paulo: Paulus, 1999